

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

PEDRO NUNO FONTÃO MACHADO



PERTO DE TI, MATAS. LONGE DE TI, EU MORRO

UMA ETNOGRAFIA SOBRE USOS DE DROGAS DE RUA

ORIENTADOR:

PROFESSOR DOUTOR LUÍS FERNANDES

ÉVORA
Novembro de 2008

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

PEDRO NUNO FONTÃO MACHADO

**PERTO DE TI, MATAS. LONGE DE TI, EU MORRO
UMA ETNOGRAFIA SOBRE USOS DE DROGAS DE RUA**

ORIENTADOR:

PROFESSOR DOUTOR LUÍS FERNANDES



169891

Dissertação apresentada à Universidade
de Évora como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre em
Sociologia.

ÉVORA

Novembro de 2008

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, pelo papel consagrado na concretização deste trabalho, às seguintes pessoas:

- Ao meu orientador, Professor Doutor Luís Fernandes, por toda a disponibilidade, acompanhamento e alento.
- À coordenação da Agência Piaget para o Desenvolvimento, pelo incentivo e flexibilidade que me concederam.
- A todos e meus colegas/amigos do GIRUGaia, pelo companheirismo e camaradagem.
- Aos meus informantes no terreno, pela disponibilização do seu conhecimento e partilha de experiências.
- À Ana, minha família e amigos, por todo o apoio dado ao longo desta caminhada.

RESUMO

Perto de ti, matas. Longe de ti, eu morro: Uma etnografia sobre usos de drogas de rua.

O presente documento apresenta uma etnografia, realizada numa freguesia de Vila Nova de Gaia, sobre o uso, em contexto de rua, de substâncias denominadas “pesadas”. Partindo de uma linha teórico-metodológica que se demarca dos paradigmas tradicionais que perspectivam o fenómeno droga através das dimensões da delinquência ou da patologia, procedemos a uma análise, em contexto natural, dos espaços e actores relacionados com o psicotropismo.

Concluímos que uma relação de dependência com as drogas emerge de uma dimensão processual, para a qual contribui o contexto sociocultural e o quadro relacional onde o indivíduo se insere. Daí, recorremos ao conceito de *itinerário de consumo* na abordagem das relações estabelecidas com as substâncias.

Palavras-chave: Drogas; Território psicotrópico; Itinerário de consumo.

ABSTRACT

Near you, you kill me. Away from you, I die: An ethnography about street drug use.

This document presents an ethnography, developed in Vila Nova de Gaia, about consumption, in street environment, of as common sense defines “hard” drugs. Through a theoretical and methodological approach that makes a difference among the traditional paradigms, which conceive the drug phenomenon under the delinquency and pathological dimensions, we analyse, in natural environment, the places and the actors which are involved in the drug scene.

We concluded that the drug addiction relationship comes from a sequential dimension, in which sociocultural environment and relationship background make a contribution. Is that the reason why we use *consumption itinerary* concept to approach the relations between individual and drugs.

Key words: Drugs; Psychotropic territory; Consumption itinerary.

INDÍCE

AGRADECIMENTOS 2

RESUMO/ABSTRACT 3

INTRODUÇÃO 7

PARTE A – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

CAPÍTULO I – A TEORIA

Droga(s) e cultura(s) 10

O «problema da droga» e os seus dispositivos 13

Os modelos teórico-explicativos da droga centrados no indivíduo e/ou na substância 16

Para um novo paradigma da droga 19

CAPÍTULO II – A METODOLOGIA

A unidade de análise 26

As perguntas de partida e os objectivos 28

Os métodos e as técnicas 29

PARTE B – ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO III – OS ESPAÇOS E OS ACTORES

As actividades <i>drug</i>	34
Utilização e configuração do espaço	42
A vigilância, as ameaças e o risco	51
Os actores das drogas	56
As forças policiais	78
A comunidade envolvente	91

CAPÍTULO IV – AS RELAÇÕES COM AS SUBSTÂNCIAS

O início dos consumos	99
A <i>ressaca</i>	110
A centralidade dos consumos e as outras esferas	116
As fontes de rendimento	132
As substâncias	137
As práticas de consumo	146
A equipa de rua	157

CONCLUSÃO	167
BIBLIOGRAFIA	171
ANEXO I	176
ANEXO II	178

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste numa etnografia realizada na freguesia de Canidelo, Vila Nova de Gaia, e toma como objecto de estudo o fenómeno droga, naquilo que se refere aos actores e espaços que o tornam (in)visível.

As motivações que conduziram à opção por este tema prendem-se com aspectos de várias ordens. Em primeiro lugar – e admitindo-se uma carga de subjectividade nesta escolha –, os comportamentos desviantes e os fenómenos urbanos consistem em temáticas que suscitam o interesse pessoal do autor. Mas também razões de ordem profissional e institucional pesaram sobre essa opção, designadamente, o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na equipa GIRUGaia¹. Procura-se, nesse sentido, dar continuidade a princípios que vão no sentido de estabelecer interfaces entre os elementos que compõem o binómio conhecimento e intervenção.

Paralelamente a estes factores, contribuiu também para a selecção deste tema a constatação da existência de estereótipos bastante arreigados que rotulam o utilizador de heroína, e de outras drogas ditas “pesadas”, não apenas como o modelo da degradação psicossocial, mas também, e sobretudo, como a personificação da ameaça que paira no dia-a-dia das nossas urbes. Por outras palavras, aquele é visto como o “drogado” que foi atingido pelo poder titânico do químico e que irá, inevitavelmente, «acabar numa valeta». Ou, então, como a figura que nos aborda diariamente, num qualquer ponto da cidade, e que, sob a sua aura ameaçadora, «saca-nos a moedinha».

Tais representações são amiudadamente difundidas, reforçadas e distorcidas pelos meios de comunicação social, seja através de discursos que encaram esta temática como um «flagelo», seja através de notícias que associam directamente o consumo de drogas à delinquência, ao crime e à insegurança urbana. Perante aquele tipo de representações, discursos e estereótipos, o fenómeno droga pode ser concebido como um problema social e, como tal, detentor de pertinência sociológica.

Antes mesmo da decisão de enveredarmos por esta investigação, observávamos já, no âmbito do trabalho desenvolvido no GIRUGaia, uma diversidade de relações que os

¹ Grupo de Intervenção de Rua em Gaia. Trata-se de uma equipa de *out-reach* a intervir na área da *redução de riscos e minimização de danos* inerentes ao consumo de drogas. Esta estrutura encontra-se inserida no núcleo de *Populações e Saúde* da APDES – Agência Piaget para o Desenvolvimento e é co-financiada pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência.

diferentes indivíduos iam estabelecendo com as substâncias e, por inerência, uma multiplicidade de rotinas desenvolvidas durante o dia-a-dia. Desse modo, partindo de uma postura que considera o fenómeno droga na sua abrangência e complexidade bio-psico-social, consubstanciada na famosa tríade substância-indivíduo-meio, pretende-se neste trabalho proceder, através de uma abordagem em contexto natural, à captação das envolventes socioculturais onde o psicotropismo se concretiza e estabelece. Assim sendo, além da pertinência que consideramos ter uma análise dos espaços dedicados a actividades em torno de substâncias ilícitas, tendo em conta os moldes através dos quais diversas figuras estabelecem relações com eles, suscita-nos igualmente o interesse pelas dinâmicas e processos que constituem percursos pelo «mundo da droga». Surgiram, então, as seguintes perguntas:

- Como se constrói uma relação de uso regular com drogas ditas “pesadas”?
- A que se deve a multiplicidade de relações que são passíveis de se estabelecer com as substâncias?

Relativamente aos pressupostos com os quais se prossegue esta investigação, eles são os seguintes:

- O recurso a substâncias indutoras de estados de consciência alternativos tem sido, desde tempos remotos, uma realidade presente num vasto número de tecidos culturais, não se revestindo necessariamente de um carácter socialmente problemático.
- O uso de drogas ilícitas trata-se, no contexto português, de um problema social que encontra expressão no alarmismo, reacção social e nos discursos produzidos sobre o objecto droga e seus actores mais directos (consumidores e *dealers*);
- As propriedades farmacológicas das drogas não são, por si só, determinantes do tipo de relação que com elas se estabelece.
- O carácter ilícito outorgado a determinados produtos promove a construção de representações sociais e estereótipos que classificam negativamente os seus utilizadores.

Este trabalho organiza-se a partir do delineamento de dois eixos principais. A Parte A engloba o enquadramento teórico-metodológico, onde nos demarcamos face aos modelos explicativos tradicionais que cingem o fenómeno droga à dimensão do indivíduo e/ou da substância e percepcionam o utilizador de produtos ilícitos não só como alguém que é portador de uma qualquer patologia, mas ainda como um delinquente (capítulo I). Posicionamo-nos, assim, num quadrante que, admitindo a globalidade e complexidade do objecto em questão, contempla as envolventes socioculturais como entidades que interferem directamente na configuração do fenómeno. Depois da apresentação da metodologia adoptada (capítulo II), entramos na Parte B, a análise dos resultados. Esta encontra-se dividida em duas dimensões: uma (capítulo III) descreve os *territórios das drogas* de rua, designadamente no que toca: às actividades que aí se desenrolam; à configuração e utilização dos espaços; e às principais figuras que com esses suportes físicos estabelecem relações. Já a última parte (capítulo IV) direciona-se para uma descrição das dinâmicas através das quais se constituem trajectórias que envolvem o uso de drogas de rua, considerando também aspectos quotidianos que decorrem das relações que se estabelecem com as substâncias. Ainda dentro desse capítulo, é abordado o papel e a actuação do GIRUGaia junto dos pontos onde foi realizada a nossa pesquisa.

«Perto de ti, matas. Longe de ti, eu morro». A expressão que dá título a esta monografia, não provém da nossa autoria. Tendo sido proferida por um dos nossos informantes, como forma de qualificar a relação ambivalente que tem celebrado, ao longo dos anos, com a heroína, essa frase é aqui utilizada para ilustrar o cunho maléfico e inexorável que as substâncias ilícitas representam no seio do discurso colectivo, inclusivamente entre os seus próprios utilizadores.

PARTE A

ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

CAPÍTULO I – A TEORIA

DROGA(S) E CULTURA(S)

O uso de substâncias indutoras de estados alterados de consciência não é um fenómeno recente e nem sequer é intrínseco a contextos urbanos ocidentais. A utilização de diversas substâncias para fins terapêuticos e/ou facilitadores de estados alterados de consciência remonta já ao início da humanidade. Dentro de determinadas sociedades faziam parte de mecanismos de integração social, podendo ser encaradas como elementos de prestígio ou até sagrados (Romaní 1995). Tratava-se de usos inscritos numa ordem social e regulados por códigos culturais, estabelecendo uma relação estreita com dimensões iniciáticas, sazonais, socio-económicas e religiosas (Tinoco 2002a). O antropólogo social D. Comas, procedendo a uma sistematização das funções que as matrizes culturais podem conferir ao emprego destas substâncias, distingue: o uso religioso, associado a uma dimensão sagrada e ritual; o uso médico, quando a utilização prende-se com fins terapêuticos; o uso lúdico e festivo socialmente tolerado; ou, nos casos de ser ilegal, o uso tóxico (Agra e Fernandes 1993).

Com a era das religiões monoteístas deu-se uma separação entre substâncias proibidas e substâncias toleradas, tendo o álcool adquirido uma importância religiosa cada vez maior, ao passo que outras passaram a ser conotadas com práticas maléficas associadas ao satanismo e à bruxaria (Tinoco 2002a; Escohotado 2004). Assim, ao contrário do álcool, cuja utilização se encontra fortemente enraizada na tradição judaico-cristã, outros produtos, pela sua origem cultural e geograficamente remota, tornaram-se objecto de interdição dentro do mundo ocidental:

O álcool é uma droga que a cultura ocidental aprendeu, ao longo de milhares de anos, a cultivar, preparar e utilizar. A cocaína e a heroína são substâncias obtidas de plantas estranhas a essa mesma cultura ocidental, do ponto de vista de uma utilização massiva e generalizada; isto são factos. Por muito que custe a uma grande maioria da opinião corrente no *milieu* antiproibicionista, a opção de

tolerar o uso do álcool é uma opção segregada através de séculos de cultura e tradição, enquanto que a possibilidade de tolerar o uso e abuso de, por exemplo, opiáceos, será uma novidade (Vicente 2002: 31).

De modo similar, o álcool é, em determinadas zonas do Oriente, alvo de medidas proibicionistas ou restritivas, enquanto outros produtos, considerados nocivos à luz dos padrões ocidentais, foram adquirindo significado no tecido histórico e cultural daquelas regiões. Nesse sentido, “o contexto cultural influencia decisivamente a classificação dos produtos e dos seus efeitos, sem atribuir qualquer importância aos progressos da ciência e conferindo total prioridade aos usos e costumes” (Xiberras 1997: 28). Significa isto que cada sociedade define claramente as substâncias cujo uso é aceite ou tolerado – e em que circunstâncias –, e aquelas que se inscrevem no eixo do socialmente interdito. Tal como refere Escohotado (2004), esta separação torna-se tão determinante quanto as propriedades farmacológicas das drogas, dando mesmo o exemplo da heroína: antes do seu uso começar a ser controlado era consumida por pessoas acima da faixa dos cinquenta anos, laboralmente activas; e, a partir do momento da implementação de medidas repressivas, passou a instalar-se nas camadas jovens associadas ao crime e à delinquência.

Tal como expõe Tinoco (2002a), na esteira da ocidentalização de determinados produtos assistiu-se à passagem da uma experiência colectiva do uso e dos efeitos das drogas para uma dimensão individual e egocêntrica. Deu-se, assim, uma descontextualização cultural das substâncias aquando a época dos descobrimentos e do contacto dos europeus com vários produtos até aí desconhecidos. A partir de então, começou a emergir uma dimensão hedonista associada aos consumos, acompanhada de fortes reacções sociais alarmistas (Tinoco 2002a). Reportando-se a esta dimensão solitária ou individual dos consumos, Xiberras (1997) refere que ela:

(...) motiva não apenas a rejeição da sociedade de acolhimento como a do próprio grupo em que ela se desenrola. Socialmente isolado, o toxicómano solitário não se sente apenas excluído do mundo que o rodeia – o qual lhe devolve uma imagem intolerável da sua própria pessoa –, mas ainda dos grupos em que originalmente se inseria, como a família e as suas rodas de amigos (Xiberras 1997: 30).

Vemos, com efeito, que a importância destas envolventes valorativas que revestem as drogas não se prendem propriamente com o potencial químico, pelo que a decisão que pousa sobre o seu carácter lícito ou ilícito não deixa de ser arbitrária e de estar assente em critérios religiosos, políticos e morais. Além do fenómeno que se traduziu na descontextualização cultural de algumas substâncias originárias do “novo continente”, tem-se assistido, nos últimos séculos, a um incremento do controlo e da vigilância sobre os estados de consciência e sobre a auto-medicação, tendo isso resultado no aparecimento de dispositivos jurídico-repressivos e médico-sanitários que transformaram o uso de heroína num estigma (Tinoco 2002a). Relativamente a essas atitudes alarmistas, Côté (1997) fala mesmo de critérios de base dogmática ao abordar a questão da “guerra contra a droga”:

Aliás, é típico que as drogas lícitas (tabaco e álcool) sejam indígenas enquanto que as drogas interditas (haxixe, coca, ópio e seus derivados) provêm de culturas e países estrangeiros. Toda a cruzada se fundamenta no carácter maléfico daquilo que é estrangeiro e daquilo que escapa ao poder da ortodoxia dominante: outrora, os poderes do padre e da feitiçaria não podiam coexistir (Côté 1997: 8).

Partindo de um quadro elaborado por Francis Caballero, acerca das propriedades “tóxicas” de diversas drogas, Côté (1997) refere ainda a iniquidade com que se estabelece o rótulo lícito ou ilícito das mesmas. Isto porque, no topo da lista, além do ópio e seus derivados, estão presentes produtos legais ou de uso controlado nas nossas sociedades, como é o caso do álcool e dos barbitúricos. Serve este exemplo para reforçarmos a perspectiva que o carácter “leve” ou “pesado”, que frequentemente se usa como forma de classificação, não deixa de ser corolário do marco cultural. Acerca destas classificações, Escohotado (2004) sublinha que qualquer droga pode encerrar em si um potencial veneno ou remédio, resultando essa ambivalência da dose, do fim para que se emprega, da pureza, das condições inerentes à obtenção e das envolventes culturais de uso. Admitimos, assim, que, independentemente da substância em causa, não deixam de poder existir consumos “leves” ou “duros”, ainda que, como refere Romaní (1995), não se possa confundir consumo de drogas com toxicodependência.

O «PROBLEMA DA DROGA» E OS SEUS DISPOSITIVOS²

Mencionámos que, já desde os alvares da humanidade, e de um modo transversal a quase todas as culturas, várias substâncias indutoras de estados alternativos de consciência foram sendo empregues para os mais diversos fins. Porém, a esses usos não se encontra forçosamente vinculado um carácter problemático. Enquanto que, no interior doutras matrizes histórico-culturais, certos produtos autóctones destinavam-se a aplicações socialmente definidas, condicionadas e devidamente contextualizadas – funcionando até como promotores de integração –, no mundo ocidental contemporâneo eles tornam-se susceptíveis de criar um *estigma*³ junto dos seus utilizadores, alimentando fenómenos de acentuada exclusão e marginalização social. Se o cristianismo impulsionou, num primeiro momento, a construção deste cunho demoníaco e maléfico sobre os estados de psicoactividade, foi posteriormente o sector político que, sustendo-se em pressupostos moralistas, encarregou-se de prosseguir com a cruzada contra a droga (Escohotado 2004). A partir do final do século XIX – primeiro nos Estados Unidos da América e, depois, de uma forma que se estendeu ao restante mundo ocidental –, as substâncias detentoras daquelas propriedades tornaram-se alvo de uma forte repressão e de apertadas medidas proibicionistas. Com efeito, as próprias figuras inscritas na psicoactividade não ficaram incólumes a esse tipo de reacção. Na sequência de todas as mudanças ocorridas com o advento da industrialização e da urbanização geraram-se, em vastas camadas populacionais, formas de adaptação que incluíam o consumo de ópio, álcool e de outras substâncias, fenómeno que conduziu a um aproveitamento por parte dos movimentos proibicionistas, ao conseguirem associar essas tensões sociais ao uso de drogas por determinadas minorias – os chineses e o ópio, irlandeses ou judeus e o álcool, os negros e a cocaína, latinos e a marijuana, etc. (Pallarés 1996). Desponta, assim, a figura do marginal ligado ao consumo de drogas. Simultaneamente, a farmacologia e a medicina vão construindo uma argumentação, com

² Tomamos aqui o conceito de *dispositivo* desenvolvido por Agra (1993): “(...) é uma estrutura funcional reguladora e organizadora de uma multiplicidade de objectos, de acontecimentos e de práticas dispersas em torno de uma dimensão concreta da realidade situada num espaço e tempo próprios” (Agra 1993: 29).

³ Tomamos aqui o conceito de *estigma* desenvolvido por Goffman (1988). O autor refere, então, que em todos os exemplos de estigma: “(...) encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto” (Goffman 1988: 14).

base em critérios científicos, para sustentar esta perspectiva moral e puritana (Pallarés 1996). Desta feita, o utilizador de produtos ilícitos, além de ser catalogado de delinquente, passa também a ser portador de uma patologia. Daí que:

O consumo de drogas, enquanto variável antropológica, constitui um comportamento que num dado momento da história das sociedades ocidentais se tornou “a problemática da droga”. O consumo de drogas passou a constituir um problema a exigir uma maquinaria capaz de delimitar a matéria-droga-problema, de aplicar sobre ela uma acção transformadora, de produzir um saber de suas causas e dos seus remédios (Agra 1993: 29).

Estas questões, acerca daquilo que veio a estabelecer-se como o «problema da droga», levam a que nos detenhamos um pouco sobre a «investigação genealógica» que Agra (1993) desenvolveu em torno da origem dos dispositivos da droga no nosso país, procurando: por um lado, expor a forma como o fenómeno se constitui e articula através da «construção sociocultural do objecto», das «práticas institucionais» e do «discurso técnico-científico»; e, por outro, apontar para a necessidade da definição de “(...) uma outra política e uma outra moral do saber e do discurso das drogas” (Agra 1993: 53).

Relativamente à «construção sociocultural do objecto» e ao discurso que torna a droga presente no domínio colectivo, o autor parte de uma análise das duas primeiras campanhas anti-droga realizadas em Portugal: a primeira, realizada no início da década de 70, ainda sob a égide do Estado-Novo, com a mensagem «Droga-Loucura-Morte»; e a segunda, já no período pós-revolucionário, aquando o primeiro governo constitucional, com o slogan «O Flagelo da Liamba». É o poder público que em ambas as circunstâncias faz surgir o discurso sobre o fenómeno da droga em Portugal, sem, contudo, que tais iniciativas sejam desencadeadas por situações ou dados reveladores de incidência ou prevalência do consumo de substâncias ilícitas junto da população portuguesa. Quer numa, quer noutra, Agra (1993) considera ter-se partido da construção de uma relação entre *droga* e *revolução*, atendendo a todas as convulsões políticas e sociais que medeiam esses dois períodos.

A primeira campanha interpreta-a como uma manobra de defesa do regime, num momento em que se assistia a fortes reacções e ondas de revolta face às contradições políticas do poder então em vigor. Encara-a, assim, como uma instrumentalização da droga, no sentido de usá-la como pretexto – ou «bode expiatório» – na explicação de

todas essas agitações, mas também como estratégia de ocultação das “verdadeiras” ameaças resultantes daquele sistema político.

Quanto à segunda campanha, “(...) a droga na sua função simbólica, significou, sob a forma de flagelo tóxico, uma vontade de ordem purificante, de ‘desmame’ dos prazeres desordenados da revolução” (Agra 1993: 37). Diante do processo de estabilização política e social que se procurava implementar no país, o papel da juventude era tido como crucial, pelo que a droga (a liamba), inscrita no mito da “escalada”, afigurava-se como uma ameaça à prossecução de tais desígnios.

Tomando o conceito de «esquema figurativo» desenvolvido por Moscovici, o autor considera que estas duas campanhas levaram à construção de uma representação social de índole moral, estereotipada e distorcida do fenómeno da droga, resultando daí a anulação de conteúdos gerais que impedem a sua compreensão de uma forma múltipla e abrangente. Esta natureza jurídico-moral que recaiu, à luz de uma lógica maniqueísta, sobre a noção de droga, deu origem, de acordo com Agra (1993), a associações do tipo: droga-ilícito, droga-morte, droga-loucura e droga-epidemia. Daí surge o reforço das concepções de “escalada” e do carácter irreversível, omnipotente e determinante atribuído aos produtos ilícitos, mas também do princípio que estabelece que o fenómeno em causa diz respeito a uma plataforma colectiva, dada a vulnerabilidade do sujeito de fazer face a esse poder totalitário da substância.

Este «dispositivo político-moral da droga» suscitou “(...) uma procura social de saber e de intervenção sobre o fenómeno, e para a qual o primeiro governo institucional tentou organizar uma resposta criando dispositivos institucionais específicos destinados ao ‘combate à droga’” (Agra 1993: 41). Foram então aqueles critérios jurídico-legais que estiveram na origem e inspiraram a base estrutural dos dispositivos institucionais das drogas, os quais, sob diversas linhas de acção, apoiaram-se num modelo ascético de organização militar empreendedor de funções direcionadas para: por um lado, o combate, defesa, controlo e vigilância; e, por outro, para a mobilização da população em geral e criação de estruturas médico-psico-sociais.

Quanto aos fundamentos do «discurso técnico-científico» que veio instalar-se no dispositivo institucional, o autor constata igualmente a existência de uma inspiração no dispositivo político-moral. Significa isso que os critérios conceptuais que partem das associações droga-delinquência e droga-doença acabaram por traduzir-se, no plano

técnico-científico, ao nível das representações produzidas sobre o utilizador de substâncias ilícitas, vendo-o assim como um delinquente e um doente (o toxicómano). Dessa forma, “quanto à ascese profiláctica na sua dupla vertente (vigilância e protecção) ela é traduzida por duas estratégias fundamentais de intervenção: a ‘prevenção’ e o ‘tratamento’” (Agra 1993: 49). Também no que toca àquilo que levou a uma predominância do modelo psicanalítico nas estruturas de intervenção, o autor refere que esse seria o único paradigma científico capaz de abranger esta codificação conceptual baseada numa coexistência dos eixos explicativos droga-doença e droga-delinquência, ou seja, de articular os binómios lei-transgressão e norma-patologia.

Também Megías et al. (2000) referem que as representações sociais produzidas sobre as drogas revestem-se de suma importância na construção do fenómeno, considerando-as até como um elemento nuclear. No âmbito de uma investigação sobre a percepção social dos problemas de drogas em Espanha, estes autores constatam a prevalência de modelos de gestão e percepção centrados numa articulação entre o plano jurídico e o plano médico. Assim, tal como Cândido da Agra, apontam para a existência de um *continuum* entre as representações sociais edificadas sobre as drogas e as estratégias de actuação nesse campo. De forma análoga, Pallarés (1996) menciona a existência de um condicionalismo das respostas interventivas, isto é, uma concordância entre a visão predominantemente clínica e farmacológica e a organização do sistema assistencial.

OS MODELOS TEÓRICO-EXPLICATIVOS DA DROGA CENTRADOS NO INDIVÍDUO E/OU NA SUBSTÂNCIA

No círculo das abordagens teórico-explicativas deste fenómeno centradas ora na droga, ora no indivíduo – ou em ambos –, encontram-se os modelos clínicos e psicológicos. Ao conjunto destas abordagens, Agra e Fernandes (1993) inserem-nas dentro de uma linha conservativa à qual denominam de «paradigma da droga-enigma». Os autores descrevem-na da seguinte forma:

A linha conservativa caracteriza-se pela introdução do objecto-droga em paradigmas já constituídos anteriormente a propósito de outros objectos (por exemplo, a psiquiatria, a criminologia, a psicanálise, o behaviorismo, o humanismo). Em tais paradigmas o “consumo da droga” não passa de mais um entre muitos enigmas que alimentam a sua fase de trabalho científico

normal. Esta linha discursiva tenderia a tornar o saber científico deste objecto num discurso dependente desses paradigmas (Agra e Fernandes 1993: 55).

Dentro desta linha estão as abordagens precursoras de uma racionalidade médica-psiquiátrica, aquelas que, de acordo com Stephens (1991), centram-se na dimensão da doença e procuram explicar as razões do uso de substâncias psicoactivas, bem como das dependências a elas associadas. Definem a toxicodependência como resultado de determinantes endógenas e focam eminentemente a personalidade do indivíduo, perspectivando que «é a toxicodependência que faz a droga» (Morel, Hervé e Fontaine 1998). Pretendem, assim, descrever, agrupar e classificar a personalidade dos sujeitos consumidores de drogas à luz de quadros clínicos e patológicos preestabelecidos, recorrendo, sobretudo, a conceitos como “toxicomania”, “escalada” – de produtos mais “leves” para mais “pesados”, ou mesmo dentro do mesmo tipo de substância –, “dependência física” ou “dependência psicológica” (Agra e Fernandes 1993). Todavia, além de se recorrer tradicionalmente, neste tipo de abordagens, a amostras compostas por indivíduos institucionalizados, tornando-as pouco representativas do fenómeno (Stephens 1991), estes modelos têm demonstrado resultados pouco consistentes e até contraditórios (Agra e Fernandes 1993).

Um outro tipo de posicionamento teórico-explicativo focado sobre o indivíduo é o modelo psicanalítico. Este tipo de abordagem “(...) baseia-se na existência de lembranças inconscientes que, feitas de partes recaladas da história relacional de cada um, desempenha um papel essencial na produção de sintomas” (Morel, Hervé e Fontaine 1998: 165). O percurso biográfico do sujeito, com especial ênfase na fase da infância e nas relações familiares, assume, desta forma, especial preponderância neste sistema explicativo, não deixando, porém, de haver uma ligação a uma dimensão patológica, às tensões e depressões resultantes desse processo relacional. Ao contrário dos modelos psiquiátricos salientados anteriormente (pautados por procedimentos classificatórios), a psicanálise parte já para a compreensão, para abordagens mais dinâmicas, muito embora se desenvolva de acordo com moldes deterministas (Agra e Fernandes 1993).

Temos vindo a abordar linhas teóricas que cingem o fenómeno da droga ao indivíduo consumidor e às suas patologias. Já no que concerne às teorias comportamentalistas, o seu posicionamento situa-se nas reacções induzidas pela substância. Porém, este modelo

integra já aspectos que tomam em consideração o papel das expectativas, a dimensão subgrupal e os «processos de aprendizagem» nas condutas de consumo de drogas (Agra e Fernandes 1993). A dependência é, desse modo, e de acordo com Sedler e Zeidenberg (cit. in Agra e Fernandes 1993), explicada através de um esquema de reforços positivos e negativos, de respostas condicionadas e incondicionadas às substâncias:

As contingências de reforço positivo podem ser primárias (prazer intenso que se segue ao consumo) ou secundárias (reforço social proporcionado por ex. pela subcultura específica); também as contingências de reforço negativo podem ser primárias (terminação do síndrome de abstinência através de novo consumo) ou secundárias (interpretação de estímulos neutros presentes na situação de ‘falta’, no sentido da sua vivência como sinais de abstinência) (Sedler e Zeidenberg cit. in Agra e Fernandes 1993: 64).

Uma outra linha que introduz uma certa abertura, não se confinando a uma entidade isolada para explicar o fenómeno da dependência, é o cognitivismo. Embora seja ainda uma abordagem centrada sobre o indivíduo e a substância, inclui já, nas suas matrizes teóricas, o papel das expectativas, do meio e dos processos de aprendizagem. Assim, “como a psicanálise, trata-se de uma abordagem individual, mas centrada desta vez na *cognição*, isto é, no conjunto de processos pelos quais uma pessoa adquire informações sobre ela própria e o seu ambiente, e as trata para regrar o seu comportamento” (Morel, Hervé e Fontaine 1998). O modelo de dependência desenvolvido por Aaron Beck sustenta a existência de predisposições para o uso de drogas (Morel, Hervé e Fontaine 1998). São propensões que se prendem com uma baixa sensibilidade às sensações de desprazer e à frustração, face às quais o indivíduo activa pensamentos e constrói expectativas, com base em determinadas crenças, que vão no sentido de um sentimento de necessidade associada às drogas:

Primeiro há a activação de crenças antecipatórias pertinentes quanto a um ganho de prazer possível bebendo ou usando uma droga. Estas *crenças antecipatórias* transformam-se por efeito de *stress* repetido em *crenças orientadoras* para um imperativo de alívio, que definem a utilização como «uma horrível necessidade» e estipulam que a «necessidade é incontrolável e deve ser satisfeita». A antecipação do prazer ou do alívio conduz a uma activação da necessidade e a atitudes de facilitação ou de pensamentos permissivos, como «eu mereço-o», «por esta vez pode ser», que legitimam o comportamento. Finalmente, sob a pressão da necessidade imperiosa, põem-se em acção estratégias de obtenção de drogas ou de álcool (Morel, Hervé e Fontaine 1998: 175).

Abordámos, até este ponto, modelos focalizados em perspectivas clínicas ou psicológicas. Percorreremos, de seguida, por aquilo que Agra e Fernandes (1993) denominam de «linhas de ruptura» com o *paradigma droga-enigma*, abordagens que contribuem para fechar “(...) o clássico triângulo substância-indivíduo-meio – figura que deveria ser de vértices indesligáveis e que afinal, vamo-lo constatando, as diferentes teorias tomam isoladamente” (Agra e Fernandes 1993: 66).

PARA UM NOVO PARADIGMA DA DROGA

As abordagens que procuram uma ruptura com os paradigmas tradicionais deixam, assim, de perspectivar o indivíduo consumidor de drogas como um doente ou um delinquente. Tendo por base a tríade substância-indivíduo-meio, deixam de se circunscrever a questões biológicas, de personalidade ou farmacológicas e abrem-se para dimensões exteriores ao sujeito. Partindo de quadros teórico-explicativos onde o contexto sociocultural é tido em linha de conta – uma vez que é a partir dele que se define o que é ou não ilícito e se constroem as expectativas associadas ao uso dos produtos –, a análise do fenómeno da droga deixa de se confinar ao foro médico ou psicológico, passando também a ser objecto de disciplinas como a antropologia, a sociologia, a psicologia social, a história ou a filosofia:

A linha inovadora procura constituir para o objecto-droga um novo paradigma explicativo e interpretativo independente dos paradigmas científicos tradicionais, crente na incapacidade destes para o assimilar. Esta linha cria condições para uma maior autonomia do saber do consumo das drogas. Para o constituir independente de outras disciplinas científicas, mas reclamando para ele o estatuto de racionalidade científica, obriga-se à construção de um discurso com base na exigência e vigilância críticas em relação por um lado, aos paradigmas científicos normais, por outro aos discursos não científicos.

Chamemos a esta linha *droga-novo paradigma* (Agra e Fernandes 1993: 56).

É a herança da Escola de Chicago, e da sua tradição nas áreas da sociologia da desviância e da ecologia urbana – com o interaccionismo simbólico, as teorias processuais, as abordagens ecossociais e as teorias da subcultura –, que são introduzidos na análise do fenómeno da droga estes novos posicionamentos metodológicos e

conceptuais. Com efeito, na esteira de uma vocação descritiva, o recurso à etnografia em contexto natural começa também a ganhar terreno nesta área temática.

Um clássico de referência desta abertura de horizontes é a obra *Outsiders* de Howard Becker. Aí, procedendo a uma descrição do processo através do qual o sujeito abraça uma «carreira» de utilizador regular de marijuana, Becker (1963) parte de uma concepção de desviância que se demarca daquelas inspiradas nos modelos da psicologia que ligam o fenómeno a comportamentos patológicos. O comportamento desviante é desviante porque a sociedade dominante ou, melhor, um grupo social assim o determina. Tais estipulações, ou regras sociais, não são por isso matéria de acordo universal. Elas constituem, pelo contrário, pontos de conflito entre grupos. O rótulo de *outsider* não é mais do que uma consequência desencadeada por um processo de interacções simbólicas; pela reacção de outros que constroem uma *etiqueta* que é aplicada sobre alguém que, supostamente, terá cometido um acto que não se encontra em conformidade com as normas decretadas. Da mesma forma, também quem quebra essas normas pode considerar aqueles que o julgam como *outsiders*.

Becker (1963) desenvolve ainda um «modelo sequencial da desviância». Apoiando-se no conceito de «carreira» – uma sequência de etapas definidas e situadas entre dois pontos que, dentro de um sistema ocupacional, são percorridas pelo indivíduo –, propõe essa grelha para a análise do uso continuado de marijuana. Assim, uma «carreira desviante» neste campo é descrita por uma série de mudanças no comportamento do sujeito, mudanças essas que decorrem da forma como ele interpreta o uso da substância. Esta interpretação, bem como a passagem de umas etapas a outras, emergem de um processo de aprendizagem que se desenrola no interior de uma determinada subcultura organizada em torno desses comportamentos padronizados. Significa isso que actos casuais ligados a uma experiência física, que é em si ambígua, são passíveis, através de uma interpretação social que é feita sobre essa experiência, de ser transformados em padrões de acção definidos que se desenvolvem com o aumento do uso de marijuana. De forma análoga, a não adesão a uma «carreira desviante» é vista pelo autor como resultado de uma série de acções passadas que levaram a uma vinculação a normas convencionais ou a rotinas institucionalizadas. Nesses casos, o sujeito adopta as suas linhas de comportamento em função de um exercício de reflexão que o leva a ponderar

as consequências que o seu incumprimento poderia acarretar para si próprio e para o desempenho das suas actividades.

No que concerne à forma como se constitui uma «carreira» de uso regular de marijuana, Becker (1963) descreve os processos que transformam uma experiência ambígua em padrões de acção definidos. Essas etapas passam, assim, por uma aprendizagem que abrange: técnicas “adequadas” de aspiração do fumo capazes de produzir sintomas de intoxicação; um reconhecimento dos efeitos como uma consequência do uso da substância (aprender a ficar “ganzado”), uma vez que durante as primeiras experiências o neófito pode considerar que a droga não provocou qualquer efeito em si; e uma fruição dos sintomas causados pela marijuana, visto que essas sensações não serão, necessária ou instantaneamente, agradáveis. Sem a passagem por esta sequência ordenada, o indivíduo não confere sentido ao uso de marijuana, já que esta não lhe irá induzir qualquer prazer.

É dentro desta ruptura metodológica e conceptual que enquadrados a nossa investigação. Têm sido vários os autores que, tentando romper com a tradição do paradigma dominante das drogas – centrado nas questões da patologia, da delinquência ou das propriedades farmacológicas das substâncias –, partiram para análises do fenómeno das denominadas drogas “pesadas”. O antropólogo espanhol Gamella (1997), por exemplo, oferece-nos uma visão directa sobre experiências com heroína, apresentando a «história de Julian», um relato biográfico que percorre um período de dez anos correspondente à adolescência e juventude de um estudante madrileno que adoptou um estilo de vida ligado às drogas. Tomando o próprio Julian como um *expert*, o principal objectivo desse documento passa por mostrar as percepções e os valores de quem viveu directamente essa realidade. Já no contexto português, Portela (2004), através de uma recolha de histórias de vida, parte para uma compreensão das trajectórias de utilizadores de heroína que se encontram fora do aparelho institucional, não deixando de ter em consideração os efeitos da reacção social que é produzida face ao uso de drogas. Também Frazão et al. (2005) fazem uma incursão pelo «carrossel da vida» de doze utilizadores de drogas, descrevendo e analisando os seus percursos desde o início dos consumos até às tentativas de paragem. Já num registo diferente, Chaves (1999) parte para uma abordagem histórica e etnográfica sobre as diversas vivências e «estilos

de vida» observadas no Casal Ventoso, um bairro de Lisboa sobejamente falado nos meios de comunicação social sob o epíteto de «hipermercado das drogas».

Dentro da vasta produção científica que tem procurado romper com os princípios orientadores do paradigma dominante na área das drogas, atribuiremos especial relevo, pela proximidade teórico-conceptual que estabelecemos neste trabalho, a investigações desenvolvidas por dois etnógrafos urbanos: o espanhol Joan Pallarés e o português Luís Fernandes.

Propondo uma perspectiva antropológica, holística e mais aberta sobre as drogas, Pallarés (1996) procede – no âmbito de uma investigação etnográfica realizada na Catalunha sobre as trajectórias de 41 utilizadores e ex-utilizadores de heroína – a uma aproximação empírica à realidade, às concepções e experiências vividas por esses indivíduos. Isto, sem descurar o contexto sociocultural – não apenas a um nível micro, mas também macrossocial – onde tudo se desenrola, entendendo assim o fenómeno da droga na sua complexidade bio-psico-social. Encarando os conceitos de *dependência* pouco esclarecedores, ainda mais quando se fala de *dependência psíquica*, o autor considera que esta última encontra-se fortemente relacionada, mais do que com as propriedades farmacológicas dos produtos, com o contexto sociocultural e as percepções do utilizador. Mesmo no que toca às situações marcadas por uma centralidade das drogas na vida do indivíduo, e perante a dificuldade de se esclarecer o conceito de *dependência*, Joan Pallarés prefere antes falar de uma «relação permanente» com as substâncias ou, então, de uma «relação de dependência». Dessa forma, perante o reducionismo interpretativo das abordagens médicas e da criminologia, reconhece o uso de drogas como um «fenómeno social total» composto por uma articulação entre diversas dimensões, as quais não deixam de se relacionar com as propriedades farmacológicas das substâncias. À luz destas dimensões que constituem o contexto geral em que ocorre um dado consumo, gera-se, mesmo no interior de uma única sociedade e tendo como referência o mesmo tipo de produto, uma diversidade de efeitos, usos e consequências – apesar das visões homogeneizadoras que os meios de comunicação, regra geral, transmitem e reforçam acerca da utilização de drogas ilícitas. A razão destas variações reside, de acordo com o autor, na diferença de expectativas construídas relativamente aos consumos, uma vez que essas expectativas – grupais ou individuais – não deixam de estar social e culturalmente condicionadas. Nesse sentido, o conceito de

“escalada” e a noção que o consumo de drogas conduz impreterivelmente à dependência perdem toda a sua consistência. Pallarés (1996) propõe então que, face à infinidade de percursos e de relações passíveis de se estabelecer com as substâncias – desde a total abstinência aos vários tipos de experiências –, se entenda o uso de drogas como um «itinerário». É, dessa forma, a partir do tipo de relação que se estabelece com as substâncias – relação essa que não se produz instantaneamente, mas sim por influência do contexto – que o itinerário é delineado. A socialização num determinado meio implica, assim, uma assimilação das suas cosmovisões, das visões que advêm não apenas das redes sociais mais próximas do sujeito, como daquelas que lhe são mais abrangentes – é dentro destas dinâmicas que o itinerário de consumos é traçado e se estabelecem as suas diferentes modalidades.

Relativamente ao trabalho desenvolvido por Luís Fernandes, destacamos aqui a sua etnografia urbana desenvolvida pelos meandros dos «sítios das drogas» (Fernandes 2002), uma descrição do psicotropismo, focada sobre os seus actores e contextos, realizada em bairros sociais da cidade do Porto. São os locais, por excelência, associados pelos discursos mediáticos a um estereótipo que os incorpora na desordem e no caos urbano. O autor pretende, assim, desmistificando essas dicotomias redutoras, obter acesso aos discursos, visões e significados daqueles que participam directamente nessa realidade:

(...) conhecer desde o interior, a partir do acesso que tivemos ao ponto de vista dos actores, as práticas sociais em torno das drogas ilegais, o significado que estas assumem para quem as usa, o que pensam os utilizadores do «mundo normal», como interagem com ele, com as forças de controlo social... Retoma-se, modestamente, a tradição inaugurada pela Escola de Chicago: estudar um «mundo desviante» particular, ligando-o à matriz ecológica em que se manifesta (Fernandes 2002: 10).

Quanto às aproximações teórico-metodológicas adoptadas pelo autor, elas inserem-se dentro de quatro grandes eixos: a herança da Escola de Chicago e a sociologia da desviância; o interaccionsimo simbólico e a etnometodologia; a psicologia ambiental; e o conceito de actor social. Resulta desta abordagem um conceito que nos será útil neste trabalho: o de «território psicotrópico». Trata-se, segundo Fernandes (2002), do

resultado de uma adaptação ecológica das actividades associadas às drogas, bem como de uma resistência ao controlo social que lhes está inerente:

(...) é um atrator de indivíduos que têm interesses em torno das drogas, com um programa comportamental orientado para os aspectos instrumentais ligados a um estilo de vida em que elas têm um papel importante; tem como característica comunicacional a interacção mínima e estrutura-se como interstício de espaço e de tempo. É, normalmente, um território secundário, i.e. acessível aos estranhos, controlado por grupos mais do que por indivíduos, e a mobilidade de que é capaz, fruto da resposta às ameaças externas que se lhe dirigem, configura-o, por vezes, como território interactivo ou portátil. É o lugar do elo final da maquinaria de distribuição das drogas, em todo o caso aquele que lhe dá alguma visibilidade – é o conjunto dos territórios psicotrópicos que materializa essa entidade abstracta do «mundo da droga», fornecendo os elementos de que se compõe o seu estereótipo.

Um território psicotrópico é também um lugar convivial. É este um outro modo de dizer que o estilo *junkie* não se esgota na relação com uma substância, é também uma organização existencial (Fernandes 2002: 167-168).

De modo similar, o estilo de vida *junkie*, adoptado pela figura que vive em função da droga, resulta de uma adaptação ao contexto ambiental. O *junkie* é aquele que, direcionando as suas rotinas para o psicotropismo, domina os «interstícios de espaço e de tempo» em prol da execução dessas actividades clandestinas:

Criando uma cidade que só pode ser lida por quem se aculta no estilo *junkie*, os interstícios de espaço e de tempo possibilitam os encontros instrumentais necessários à vida nas drogas; a sua centralidade deve-se à capacidade dos seus actores para criar interstícios. A própria linguagem é lugar de interstício, a droga pode falar-se sem que o profano entenda o essencial da mensagem que se cruza à sua frente. (...) A função da *subcultura junkie* é proceder a esta intersticialidade, mantendo a droga fora do cidadão médio. (...) Pertencer à *subcultura junkie* é conhecer a toponímia psicotrópica, é saber a disseminação ínfima dos psicoactivos pelos interstícios da cidade (Fernandes 2002: 201-202).

Tomando de empréstimo conceitos destes dois etnógrafos, nomeadamente o de «itinerário de uso» e o de «território psicotrópico», também Vasconcelos (2003) procura, através de uma análise do discurso de utilizadores de heroína, descrever percursos de vida *junkie*, bem como as actividades que os mesmos desenvolvem através de uma relação com o espaço – neste caso a cidade de Lisboa. Para isso, recorre ainda

ao conceito de «agência», considerando os indivíduos como “(...) sujeitos centrais da sua própria acção” (Vasconcelos 2003: 13). Nesse sentido, demonstra que os seus informantes “(...) apresentam e justificam grande parte da agência correspondente aos seus itinerários como forma de evitarem o sofrimento causado pela *ressaca*” (Vasconcelos 2003: 133).

É dentro destas linhas de ruptura com os paradigmas tradicionais que situamos este trabalho. Em jeito de conclusão deste capítulo, tomamos as palavras de Roque Amaro (2002) para reforçar esta necessidade incluirmos a ideia de Alteridade, de modo a não perpetuarmos este modelo uniformizador de sociedade: “(...) implica que sejamos capazes de integrar no nosso modelo de sociedade, no nosso modelo de cultura, no nosso modelo de governação, uma ideia de diversidade que garanta a ideia do Outro, da Alteridade” (Roque Amaro 2002: 20).

CAPÍTULO II – A METODOLOGIA

A UNIDADE DE ANÁLISE

A circunscrição do campo das análises empíricas, ao nível do espaço (social e geográfico) e do tempo, revela-se elementar numa investigação (Quivy 2003). A nossa incide, a nível espacial, na freguesia de Canidelo – Vila Nova de Gaia. Esta escolha prende-se com o facto da freguesia, à altura de avançarmos com esta investigação, ser a única, em todo o concelho de Vila Nova de Gaia, a ser referida⁴ como detentora de locais – ainda que itinerantes e volúveis – onde eram praticadas actividades relacionadas quer com a venda, quer com o consumo de substâncias ilícitas (sobretudo, heroína e base de coca). Face à coexistência de ambas as actividades, a esses pontos acaba por afluir um tipo de população consumidora mais heterogénea. Por outro lado, havíamos já conseguido o acesso a esses espaços e aos seus frequentadores, pois Canidelo era um dos pontos de intervenção do GIRUGaia.

Esta duplicidade de papéis, o de investigador e o de técnico de uma estrutura de proximidade, poderia ser encarada como um inconveniente se o tipo de intervenção praticado pela equipa se pautasse por critérios morais e posturas repressivas relativamente aos estilos de vida que envolvem o consumo de drogas. Tal poderia contribuir para tornar os comportamentos e as situações pouco naturais e, consequentemente, deturpar o teor dos dados recolhidos. Todavia, visto que a equipa procura estabelecer uma demarcação face a esse tipo de posicionamentos, e perante a relação de confiança consolidada entre intervenientes e população utente, essa convergência de papéis revelou-se, até, útil e vantajosa. Isto porque “a presença dos técnicos nos territórios psicotrópicos duros permite o acesso a um leque interminável de consumidores de todas as idades, com os mais diversos estilos de vida e com os mais variados relacionamentos com as drogas” (Pinto e Peixoto 2003: 53). Estando a prática da *redução de riscos e minimização de danos* fortemente vinculada àquilo que chamaríamos uma etnografia espontânea, este trabalho, resultando também de uma etnografia – só que intencional e com um tipo de registo próprio –, vem convergir com

⁴ Estas referências foram sendo dadas pelos próprios actores das drogas que o GIRUGaia, através do seu trabalho de proximidade, contactava. Além do mais, a própria equipa faz regularmente prospecção de novos territórios de consumo, recorrendo, para tal, à utilização de mediadores.

tudo aquilo que envolve e caracteriza a intervenção dos profissionais daquela área. Além do mais, o desempenho dos técnicos de *redução de riscos* deverá passar por:

(...) gerar um conhecimento aprofundado da materialização ecológica do fenómeno droga na rua e dos diferentes formatos que a vida dos consumidores pode assumir. Não há dúvida: estar na rua é estar na concretude factual e espacial da consubstancialização das vidas na droga. É estar tão dentro dessa vertente do fenómeno quanto tal é possível para um técnico que sobre ele intervém. Em que condições, senão nestas, é possível a um trabalhador social ver toda a miríade de consumidores que aflui aos *territórios psicotrópicos*? E a dinâmica interaccional que nasce entre eles? E entre eles e os *dealers*? E entre eles e as forças da autoridade? E as manigâncias diárias a que recorrem para suprir as suas necessidades de narcose? E as práticas reais de consumo? E o contexto físico e humano em que estas têm lugar? E os efeitos que provocam? Todas estas questões são, do nosso ponto de vista, importantes para quem quer compreender o fenómeno e os seus actores e, acima de tudo, sobre ele intervir. As equipas de rua, dizíamos, dispõem desta possibilidade (Pinto e Peixoto 2003: 54).

Becker salienta, relativamente à amostragem aplicada aos estudos da desviância, o carácter duvidoso das abordagens matemáticas, bem como a dificuldade no estabelecimento de uma lista definitiva com o número de participantes (Burgess 1997). O autor reforça, assim, a necessidade de um emprego de procedimentos de amostragem com base nas características sociológicas da população que servem de interesse ao investigador. Morse, por sua vez, sustenta também que nas abordagens qualitativas não se pretende que uma amostra seja representativa da população, mas antes da experiência e do conhecimento aos quais se procura ter acesso (Machado 2004). Tal significa, segundo o autor, que as estratégias deverão apoiar-se em critérios internos à investigação, critérios esses que se prendem com a oportunidade de aprendizagem que cada indivíduo representa. Nesse sentido, e face às condicionantes inerentes à nossa unidade de estudo – locais de fluxo variável de indivíduos, entre os quais muitos não estabelecem uma relação regular com esses espaços –, fomos estabelecendo contacto com participantes que, do ponto de vista do conhecimento e da informação disponibilizados, poderiam ser úteis para o alcance dos nossos objectivos.

Do ponto de vista temporal, o trabalho de recolha de dados distribuiu-se em duas fases: uma exploratória e outra intensiva. A primeira desenvolveu-se no período compreendido entre Março e Junho de 2004 e conduziu-nos à construção da

problemática desta investigação. Já a fase intensiva teve início em finais de Outubro de 2005 e finalizou em Julho de 2006, embora, depois disso, tenham ainda sido efectuados alguns registos considerados pertinentes. Uma recolha em momentos distintos mostrou-se vantajosa, na medida em que permitiu, face à volubilidade dos espaços que são aproveitados para a execução de actividades em torno das drogas, uma presença em suportes físicos diferentes e, por inerência, uma comparação entre as dinâmicas de organização e configuração desses locais.

AS PERGUNTAS DE PARTIDA E OS OBJECTIVOS

Numa investigação deve decidir-se o que se procura com ela descobrir e dar-lhe uma orientação, procedendo-se à colocação de questões às quais se pretende encontrar resposta (Bell 2004). Seguem-se, então, as perguntas por nós colocadas:

- Como se constrói uma relação de uso regular com drogas ditas “pesadas”?
- A que se deve a multiplicidade de relações que são passíveis de se estabelecer com as substâncias?

Com o intuito de clarificar o que se pretende procurar e alcançar, a definição de objectivos deve estar presente em todas as pesquisas (Lakatos e Marconi 1991). Assim sendo, e de acordo com as perguntas de investigação que foram lançadas, os objectivos que dirigiram este trabalho foram os seguintes:

Objectivo geral:

- Caracterizar a droga como problema social, partindo de uma abordagem proximal do fenómeno.

Objectivos específicos:

- Observar e analisar, no plano da materialidade ecológica, a organização e configuração dos espaços dedicados à venda e consumo de drogas;

- Observar e analisar as interacções produzidas entre diversas figuras que estabelecem relações com esses espaços, bem como com o «mundo das drogas»;
- Identificar e analisar diversos tipos de relacionamento estabelecidos com as substâncias;

OS MÉTODOS E AS TÉCNICAS

A abordagem seguida numa investigação emerge da natureza do estudo e do tipo de informação que se procura recolher (Bell 2004). De acordo com as perguntas e com os objectivos que nos orientaram, optámos pela adopção de métodos de pesquisa qualitativa e, por conseguinte, por uma proximidade com o objecto de estudo em contexto natural. Isto porque, a utilização de métodos qualitativos explicita o significado das situações sociais e o seu interesse “(...) centra-se no modo pelo qual diferentes pessoas conhecem, interpretam e estruturam as suas vidas” (Burgess 1997: 3). Numa abordagem sobre as teorias e métodos que têm vindo a ser utilizados na temática das drogas, R. Ingold refere, precisamente, as lacunas dos estudos efectuados em contexto formal e institucional (hospitais, prisões, etc.), assinalando que não é tida em consideração toda a influência dessas condições que revestem a recolha de dados (Fernandes 2002). Sobressai, assim, a necessidade da adopção de uma postura holística que permita ao investigador recolher, em contexto natural, a informação em primeira-mão. Daí, a opção pela etnografia. Esta consiste num método de pesquisa social em que o investigador participa, de um modo aberto ou fechado, e durante um período prolongado de tempo, no quotidiano das pessoas, colhendo os dados que são do seu interesse (Hammersley e Atkinson 1983).

A pesquisa de terreno faz do investigador o principal instrumento, não só no sentido em que a aplicação das técnicas de trabalho de campo é efectuada, ajustada e accionada por ele, face à flexibilidade das mesmas e à imprevisibilidade das situações, mas também porque a sua presença no contexto é, inevitavelmente, interferente (Firmino da Costa 2003). Significa isso que, sendo esse método adoptado, normalmente, em unidades sociais de pequena escala, a presença do investigador acarreta transformações no tecido e nas relações sociais, pelo que lhe compete não evitar essa interferência, mas tomar em consideração os processos sociais suscitados pela pesquisa. Até porque é através dessa

interferência que é veiculado o conhecimento sociológico, apesar da susceptibilidade de ela poder tornar-se num obstáculo à emergência desse mesmo conhecimento (Firmino da Costa 2003). Por outras palavras, Luís Fernandes salienta, referindo-se ao uso da etnografia nos contextos associados às drogas, esta dualidade com que se pode revestir a presença do investigador: “Se a estranheza antropológica é desejável, ser-se corpo estranho é um obstáculo” (Fernandes 2002: 28). A tomada em consideração dessa interferência permite, então, ao investigador “(...) equacionar expressamente as possibilidades e os limites de cada uma das situações e de cada uma das formas de interferência, ou seja, de cada uma das circunstâncias e de cada um dos procedimentos de pesquisa” (Firmino da Costa 2003: 135).

Ainda no que concerne à presença do investigador no terreno, saliente-se a informalidade que é conveniente que seja construída. A participação informal torna-se vantajosa no sentido em que ela evita o aumento da rigidez dos papéis do observador e do observado (Firmino da Costa 2003).

Os procedimentos atinentes à pesquisa qualitativa dizem respeito, de acordo com alguns sociólogos, como Filstead, Bogdan e Taylor, a estratégias de investigação como a observação participante e as entrevistas em profundidade, não estruturadas e semiestruturadas (Burgess 1997). De acordo com o tipo de abordagem desta investigação, a recolha de dados será efectuada através das seguintes técnicas:

- Pesquisa bibliográfica;
- Observação naturalista;
- Entrevistas não estruturadas (informais);
- Entrevistas semiestruturadas.

Uma das vantagens da pesquisa bibliográfica encontra-se, em comparação com aquilo que a recolha directa permite, na possibilidade de se cobrir de forma mais abrangente um conjunto de fenómenos (Gil 1999). Assim sendo, recorremos à pesquisa bibliográfica com o intuito de efectuar um levantamento de informação respeitante à temática em questão, procurando também com isso fornecer um suporte teórico a esta investigação. A pesquisa bibliográfica serviu, portanto, como um complemento à recolha directa dos dados.

A observação naturalista consistiu no nosso principal procedimento de recolha de dados. Foi, em grande medida, praticada durante os momentos e as circunstâncias em que o GIRUGaia encontrava-se a intervir junto dos espaços e dos actores das drogas na freguesia de Canidelo. Foi, nesse sentido, gerindo uma duplidade de papéis – o de técnico e o de investigador – que se procedeu à maioria dos exercícios de observação: observava-se, conversava-se, surgiam questões que eram colocadas aos nossos interlocutores, ouvia-se todo um rol de conversas paralelas, etc. Houve, no entanto, ainda que de uma forma ténue e mais casual – já que, para acontecer de um modo efectivo, implicava uma descolagem do papel de técnico –, situações que passaram pela observação participante. Esta trata-se da “(...) técnica pela qual se chega ao conhecimento de um grupo a partir do interior dele mesmo” (Gil 1999: 113). De acordo com Becker:

O observador participante reúne dados porque participa na vida quotidiana do grupo ou da organização que estuda. Ele observa as pessoas que estuda por forma a ver em que situações se encontram e como se comportam nelas. Ele estabelece conversa com alguns ou todos os participantes nestas situações e descobre a interpretação que eles dão aos acontecimentos que observa (Burgess 1997: 86).

No âmbito desta postura naturalista, recorremos também à observação directa. Limitando-se a algumas dimensões do social, a observação directa implica, geralmente, um impacto mínimo na unidade social em estudo, visto que não estão previstas interacções verbais com o observador (Firmino da Costa 2003).

Quer na fase exploratória, quer na fase intensiva, adoptámos técnicas de observação que surgiram com o intuito de colher dados referentes ao quotidiano dos actores das drogas, ao seu relacionamento com as substâncias, bem como à materialização ecológica do fenómeno. O grau de participação resultou do tipo e da pertinência das situações, bem como daquilo que nos foi sendo possível no terreno. Como Fried aponta, “(...) o investigador de terreno participa nas actividades, na medida das suas possibilidades e, também, na medida em que for autorizado a fazê-lo” (Burgess 1997: 11).

No decorrer desta presença no terreno foram sendo realizadas entrevistas não estruturadas, ou informais, aos indivíduos. Neste tipo de entrevistas:

O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direcção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal” (Lakatos e Marconi 1991: 197).

Foram, desse modo, aproveitadas as conversas informais com o intuito de explorar, desenvolver ou aprofundar determinados tópicos, já que, como salienta Burgess, este tipo de entrevista “(...) dá aos informantes uma oportunidade para desenvolver as suas respostas fora de um formato estruturado (Burgess 1997: 112).

Os dados recolhidos através destes exercícios de observação eram, na manhã do dia subsequente à ida para o terreno, registados textualmente num diário de campo. Toda a informação era, no entanto, seleccionada de acordo com os nossos objectivos, uma vez que, como refere Burgess, “(...) não é possível registar tudo o que ocorre numa situação e, por consequência, os investigadores ver-se-ão obrigados a tomar uma série de decisões acerca do que incluir no estudo em função dos seus interesses substantivos e teóricos” (Burgess 1997: 182). No sentido de facilitarmos essa triagem, recorremos à construção de uma grelha de observação constituída por tópicos a observar (Anexo I). Foi, então, esse diário de campo que nos serviu de suporte principal para o registo de dados.

Além daquelas entrevistas não estruturadas foram ainda realizadas, mas apenas como complemento da informação contida no diário de campo, quatro entrevistas semiestruturadas. São entrevistas em que:

(...) geralmente, o investigador dispõe de uma série de perguntas-guia, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado. Mas não colocará necessariamente todas as perguntas pela ordem em que as anotou e sob a formulação prevista. Tanto quanto possível, «deixará andar» o entrevistado para que este possa falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier (Quivy 2003: 192-193).

Recorremos, assim, à construção de um guião composto por tópicos orientadores (Anexo II), tendo sido as entrevistas gravadas, com autorização dos informantes, em formato áudio digital. Estas quatro entrevistas foram realizadas – já não tendo como suporte a presença do GIRUGaia – com o intuito de aprofundar aspectos considerados por nós pertinentes, como experiências pessoais e significações produzidas pelos

indivíduos relativamente a determinadas situações ou comportamentos. Segue-se uma tabela que apresenta o género, a idade e a altura da vida em que os indivíduos entrevistados estabeleceram o primeiro contacto com drogas consideradas “pesadas”:

Quadro I – Características dos informantes

INFORMANTE	GÉNERO	IDADE	INÍCIO DOS CONSUMOS (IDADE)
P.M.	M	27	17
L.C.	M	44	12
F.C.	F	43	20
B.R.	M	24	16

A selecção destes informantes prendeu-se com a tentativa de captar uma diversidade de características no que toca ao relacionamento estabelecido com as substâncias e com o território psicotrópico. Além do mais, pretendeu-se ainda obter uma dispersão etária. Assim, dois dos informantes nasceram na década de 60, um na década de 70 e outro na de 80. Um outro aspecto que se revelou, para nós, interessante é que um dos informantes, o B.R., é filho de uma das outras pessoas entrevistadas, a F.C.

Resta ainda referir que, ao longo deste trabalho, não divulgaremos, por questões de salvaguarda de confidencialidade, a identidade dos indivíduos contactados por nós.

PARTE B

ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO III – OS ESPAÇOS E OS ACTORES

AS ACTIVIDADES DRUG

Já desde os primeiros contactos que estabelecemos com a nossa unidade de estudo, apercebemo-nos da volatilidade que tem caracterizado o fenómeno droga em contexto de rua na freguesia de Canidelo, nomeadamente no que respeita aos espaços aproveitados para o desenvolvimento de actividades inerentes à venda e consumo de substâncias ilícitas – heroína e base de coca⁵, predominantemente. Perante o carácter clandestino e marginal socialmente construído em relação aos actores das drogas, os suportes físicos onde são realizadas aquelas actividades encontram-se em permanente mudança, tornando-as errantes, móveis e intermitentes dentro do espaço da freguesia. São, assim, colocadas em prática na sequência de frequentes buscas de locais que garantam, pelo menos temporariamente, a existência conjunta da venda e do consumo com o mínimo de obstruções possível:

Um gajo nunca tá bem num... Já fomos para as pedreiras, lá para cima, das pedreiras viemos cá para baixo, fomos para aquele campo do lado, limparam o campo e agora fomos para ali. Andamos sempre a saltar de lado pra lado, tá a perceber? (...) Olhe, a gente está sempre a contar com tudo, está sempre a pensar que um dia, mais tarde ou mais cedo, vai vir uma máquina ali para limpar aquilo também, para mandar o pessoal embora. Só assim é que eles conseguem mandar o pessoal embora. E a gente... temos que arranjar outro sítio. Ou na rua... mas na rua a gente não pode consumir, é só comprar e temos que ir para as nossas casas consumir. Vai ter que ser (entrevista ao P.M.)

São sucessivas as ascensões e extinções de territórios psicotrópicos⁶, podendo estes momentos ser marcados por hiatos nos quais, quer a venda quer o consumo, bem como

⁵ Trata-se de uma substância similar ao *crack* e resulta de um processo químico da mistura de cocaína com bicarbonato de sódio ou amoníaco. Na gíria *junkie* é denominada por *base* ou *branca*. Por vezes, é designada como a «cocaína dos pobres».

⁶ Tomamos aqui o conceito de *território psicotrópico* desenvolvido por Fernandes (2002).

os próprios actores das drogas, obedecem, como forma de adaptação, a outras dinâmicas, não implicando isso necessariamente uma cessação dessas actividades no interior da área da freguesia.

O desmantelamento repetido de territórios das drogas tem sido constatado em vários momentos ao longo da intervenção da Equipa GIRUGaia naquela que viria a ser a nossa unidade de estudo. Em finais de 2003, quando a unidade móvel da Equipa iniciou a sua actividade em Canidelo, o espaço destinado à transacção e consumo de drogas consistia num terreno no qual existia uma antiga casa de lavrador que se encontrava devoluta – a *casa do Big Brother*, como foi baptizada pelos seus frequentadores e como era conhecida pelos moradores e comerciantes das imediações. Em Outubro de 2004 deu-se, por intermédio da Junta de Freguesia, a demolição do edifício, sucedendo-se, não muito longe do mesmo, a ocupação de uma outra casa em avançado estado de degradação. No entanto, não serviu por muito tempo como espaço utilizado para aquele efeito, pois, logo em Janeiro de 2005, todos os pontos de acesso ao interior do edifício acabaram por ser vedados com tijolos. Apesar das investidas, as actividades *drug* subsistiram na freguesia, seguindo-se mais uma utilização colectiva de um espaço devoluto, desta vez um vasto terreno nas proximidades dos locais anteriores, com uma moradia de dois pisos e pequenos compartimentos anexos nas traseiras da mesma – tudo em evidente estado de falta de conservação e manutenção. No mês de Fevereiro do ano seguinte a Junta de Freguesia, no empreendimento de mais um esforço para abolir os territórios das drogas, conseguiu o arrasamento da casa e as actividades foram transferidas para o terreno contíguo à mesma, sendo que a partir daí aquelas passaram a desenrolar-se em cena aberta ou sob o abrigo de pequenas construções artesanais feitas a partir de plásticos e da própria vegetação.

Estando esta volubilidade espacial não só associada aos actos de consumo, mas também à transacção das substâncias, ela resulta do carácter ilícito que está inerente a essas realidades, bem como, em parte, dos esforços que os seus actores mais directos (consumidores e/ou *dealers*) empreendem para torná-las ocultas⁷.

⁷ Estamos aqui em conformidade com Diaz (cit. in Fernandes e Carvalho 2003) quando este menciona que a *ocultação* de uma população é exercida pelos próprios sujeitos que a compõem, face ao cunho ilícito daquilo que lhe está associado, bem como à estigmatização e aos vários tipos de sanções que dessa clandestinidade poderão advir.

(...) A gente está ali no terreno, nunca estamos bem porque os vizinhos à volta podem estar a ver a gente a consumir, ou isto ou aquilo. E é assim, estamos sempre a saltar de lado para lado. Agora, quando forem ali limpar aquele terreno, não sabemos para onde é que a gente vai. Ao limparem aquilo... (entrevista ao P.M.)

Trata-se de actividades que são praticadas num espaço no qual permanece habitualmente, desde o período da manhã até à noite, uma ou mais pessoas que se dedicam a tarefas relacionadas com a venda, sendo que ao longo do dia vão-se deslocando vários indivíduos para aí adquirirem as substâncias e, na maioria dos casos, as consumirem no próprio local, na companhia de outros utilizadores. Por razões atinentes à particularidade destas actividades, quer a venda quer os consumos, têm, em condições “ideais” e na perspectiva dos seus actores, de ser efectuados em espaços abrigados que impeçam a exposição dessas acções ao exterior. Entenda-se aqui o termo «exterior» de uma forma plurívoca, uma vez que referimo-nos não só a «quem está de fora» – transeuntes, moradores das imediações, polícia, etc. – mas também à dimensão física em si. Além da clandestinidade associada ao fenómeno, tal resguardo deve-se também às condições que a realização dos consumos exige, pois convém que sejam praticados em locais protegidos da chuva e do vento, a fim de se evitar a perda do produto.

A afluência ao território varia de acordo com a fase do dia, verificando-se uma maior concentração de indivíduos no início e a partir do final do período da tarde. São nestas ocasiões que aqueles que desempenham uma actividade profissional normativa têm a possibilidade de adquirir e proceder aos seus consumos, bem como noutras pausas que poderão ser conseguidas ao longo do dia de trabalho. Nestes casos, se por um lado uns vão apenas comprar o *material*⁸, podendo ou não consumi-lo no momento, outros vão permanecendo no território, ou nas suas imediações, desde a hora de saída do emprego, ou do final do jantar, até à noite. Não significa isto que, fora desses períodos, não afluam ou não se concentrem utilizadores de drogas no território, uma vez que aqueles que se *fazem à vida* – que praticam actividades informais para suportar os consumos – tendem a passar mais tempo na zona que circunda o local de venda e a frequentá-lo mais amiudadamente.

⁸ Termo empregue na gíria *drug* para fazer referência às substâncias utilizadas nestes contextos.

Estes traços – a venda regular e diária de *pô*⁹ e de *branca*¹⁰, assim como a concentração, durante grande parte do dia, de indivíduos utilizadores de drogas num espaço semi-fixo – fizeram desta freguesia um ponto peculiar em todo o Concelho de Vila Nova de Gaia no que toca ao fenómeno das drogas. Apesar de anteriormente, sobretudo nos anos 90, haverem existido no Concelho locais com características semelhantes – veja-se, por exemplo, o tão mediático caso de Francelos e das milícias populares que aí tiveram lugar –, Canidelo era, à data do nosso trabalho de campo, o único ponto de Vila Nova de Gaia que reunia essas características. Não se pretende com isto dizer que em outras zonas não sejam transaccionadas aquelas drogas, todavia a oferta não é constante ao longo do dia, estando por vezes dependente de um horário de “visita” dos *vendedores* ou resultando de pedidos prévios efectuados aos mesmos por via telefónica. Em determinadas zonas, a distribuição de substâncias é praticada precisamente a partir do território de Canidelo, através de indivíduos que se *fazem à vida* desempenhando tarefas associadas à venda e que se deslocam, em determinados horários, a freguesias vizinhas para proceder a transacções. Algumas das actividades *drug* que se desenvolvem em Canidelo tornam-se, dessa forma, portáteis e expansíveis no espaço através da criação de outros pontos de venda fora da freguesia:

Está previsto, para Segunda-feira da próxima semana, a Equipa ir, acompanhada do P.M., até Francelos. Segundo ele e o H., trata-se de um local aonde tem havido consumidores na rua. Isto porque, de acordo com o que os dois utentes transmitiram aos meus colegas, eles têm *metido*¹¹ lá em Francelos (Diário de campo, 14 de Novembro de 2005).

Despedimo-nos do Q., informando-o que iremos ponderar a nossa intervenção ali no local [a equipa GIRUGaia faz avaliação de necessidades numa freguesia de Gaia, através de um mediador de Canidelo]. O P.M. [mediador] dirige-se a ele e diz:

- Tas a ver Q.? Com esta, já é a segunda “boa acção” que faço aqui em Francelos! (Diário de campo, 21 de Novembro de 2005).

⁹ Termo utilizado para designar heroína.

¹⁰ O termo “branca” é igualmente usado na gíria para fazer referência ao hidrocloreto de cocaína, substância que se apresenta em forma de pó cuja forma de consumo é efectuada, habitualmente, por via nasal (*snifado*). Durante o período de trabalho de campo não foi constatado o consumo desta substância na nossa unidade de estudo – apesar de alguns indivíduos, sobretudo os chamados da «velha guarda», haverem relatado o seu uso em momentos passados das suas trajectórias –, sendo que, no quotidiano *junkie*, o termo “branca” é comummente designado como referência à base de coca.

¹¹ *Meter* designa o acto de vender substâncias ilícitas num determinado local.

Pelo facto de as zonas de venda regular mais próximas da faixa ocidental de Gaia encontrarem-se do outro lado do rio Douro, no Porto – bairros Pinheiro Torres, Aleixo e Pasteleira –, nos sucessivos territórios que se foram erguendo em Canidelo começaram a convergir não só indivíduos oriundos da própria freguesia, mas também de outros locais do Concelho, principalmente de freguesias circunvizinhas¹². Não obstante as peculiaridades deste território constituírem-no como um monopólio no contexto de Gaia, as actividades *drug* respondem também elas a factores de ordem económica, pelo que nem todos os indivíduos da freguesia ou das imediações centram-se exclusivamente em Canidelo para adquirir *pó* ou *branca*, constatando-se que também os locais de venda da zona ocidental do Porto cumprem um papel de relevo nas suas rotinas. Ao contrário desses pontos, onde o volume da oferta disponível e o número de *vendedores* exprimem proporções de maior dimensão, em Canidelo, por existir habitualmente apenas um *dealer*, a oferta e o poder de escolha tornam-se mais limitados, reflectindo-se isso, na perspectiva de alguns actores, na baixa qualidade das doses distribuídas. Assim, há indivíduos que, apesar de pertencerem a locais relativamente próximos do território de Canidelo, poucas vezes aí se deslocam para adquirir as substâncias, preferindo fazê-lo no Porto, mesmo que tal possa implicar uma viagem de ida e volta a pé. Com este critério de escolha do local de compra prende-se, entre outros factores que desenvolveremos adiante, a qualidade das substâncias:

Já na Madalena, a X. [técnica da Equipa] comenta com o A.S. e com o N.S. sobre a “baixa” de *branca* que tem havido no Aleixo desde Quarta-feira. (...) Aproveitando o facto de os utentes confirmarem o que a X. refere, pergunto-lhes qual a razão de, por vezes, se deslocarem ao Aleixo para comprar produto, uma vez que existe precisamente ali na freguesia ao lado um local de venda. O A.S. responde-me que no Aleixo há mais quantidade, pelo que as doses são mais vantajadas (Diário de campo, 28 de Dezembro de 2005).

Está a chover e chegámos ao Flower. O V.R. e o H.J. aproximam-se da carrinha.

- Então? Boa noite! – digo eu.

¹² Encontramos aqui algumas semelhanças, quanto à proveniência dos actores que se concentram nos locais onde se desenrolam actividades *drug* por nós estudados, com os *territórios psicotrópicos* descritos por Fernandes (2002), no seu estudo efectuado em bairros sociais da zona ocidental do Porto no início dos anos 90: “Estes [os «actores sociais das drogas»] podiam ter diferentes relações com o lugar: ser residentes, ser vizinhos (vir de um bairro próximo), serem indivíduos que se deslocavam ali de mais longe procurando produtos; mas o quase-grupo interactivo das drogas é sobretudo local.” (Fernandes 2002: 164).

- Boa noite pra todos, menos pra um! – diz o H.J.
- Têm andado desaparecidos! – comento eu.
- É, mudamos de morada! – diz-nos o H.J., num tom de brincadeira.
- Agora não compramos aqui porque aqui não presta para nada, só serve para deitar 5 € fora – diz o V.R.
- Onde é que compram agora, no Aleixo? – pergunto eu.
- Vamos ao Aleixo ou ao P.T. [Pinheiro Torres] – explica o V.R. (Diário de campo, 15 de Fevereiro de 2006).

Há, no entanto, indivíduos que, ao invés de centrarem as suas prioridades na qualidade do produto, dão preferência à acessibilidade e à proximidade dos pontos de venda. É o caso do L.C. que, apesar de na altura estar a viver no Porto, procedia, na maioria das vezes, à compra em Canidelo:

- Porque é que vem comprar aqui a Gaia, se tem sítios no Porto onde se vende? – pergunto eu.
- Porque tenho de vir a casa da minha mãe buscar o dinheiro. Às vezes também vou ao Porto, mas normalmente compro aqui (Diário de campo, 14 de Junho de 2006).

Também em momentos em que ocorrem falhas ou obstáculos na distribuição permanente de *material* – como chegou a acontecer quando pessoas que *metiam* foram detidas, quando o *vendedor* não estava abastecido ou até mesmo em fases em que deixou de haver pessoas a vender¹³, por exemplo – dão-se alterações nas rotinas dos indivíduos que habitualmente frequentam o território, bem como nas dinâmicas do próprio espaço que lhe serve de suporte. Nessas eventualidades, as deslocações ao Porto ou, quando possível, a espera por um *vendedor* a quem se telefona previamente a fim de se consumar a transacção, tornam-se nas poucas alternativas para quem pretende comprar *pó* ou *branca*:

Chega o A.R., que não parece tão bem humorado como é habitual.

- Boa tarde.
- Boa tarde, A.R.
- O gajo não me volta a fazer isto! – diz o A.R. à S.N.
- O que foi?

¹³ Já numa fase posterior ao nosso trabalho de terreno as actividades *drug* foram interrompidas no território, precisamente devido à adesão a programa de substituição opiácea por parte da pessoa que aí se dedicava à *venda*.

- Então eu ligo do telemóvel para o [alcunha de um indivíduo], peço para chamá-lo, deixam-me ali à espera e depois desligam-me a chamada? Foda-se, eu a gastar dinheiro do telemóvel, ali à espera, e desligam-me a chamada? Gostava de saber quem fez isso!

Chega o P.M., que vem do início da rua.

- Fui a casa para lhe ligar mas não consegui falar com ele, a chamada foi abaixo – diz o P.M. à S.N. e ao A.R.

Aproximam-se mais utentes.

- Tás a ver? Ele também tentou ligar e não conseguiu, não foi só contigo – diz a S.N. ao A.R.

Continuamos a combinar com ela o acompanhamento de amanhã para o CAT Ocidental. (...) O A.R. desloca-se em sentido contrário, na direcção da praia. Está com uma mochila minúscula nas costas, talvez seja do filho da S.N. Quando começa a afastar-se, o P.M. dirige-se a ele e pede-lhe:

- A.R., se o encontrares diz-lhe que fui a casa e que venho já. Está bem?

- Está bem (Diário de campo, 11 de Abril de 2006).

Na rua só vemos o P.M., que se dirige a nós.

- Boa tarde, P.M.

- Boa tarde. Só estou eu, não está aqui mais ninguém – diz-nos ele.

- Ai é?

- É. Oh, vem aí aquele também – diz o P.M., referindo-se ao P.C., que se avista lá longe, no início da rua.

O P.C. chega, cumprimenta-nos, afasta-se um pouco de nós para falar com o P.M., aproxima-se novamente e diz-nos:

- Agora o tasco tem horas de fechar...

- Ah? – pergunta a F. [técnica da equipa].

- Aqui o tasco, está com pouco movimento porque fecha cedo, tem hora fixa de fechar...

- Não percebi – diz a F.

- É isto aqui que anda mal, está pouco pessoal.

- Ah! Pois é.

- É, isto agora está bom é para uma pessoa sair da droga. Está mesmo bom é para isso – lamenta-se o P.M.

- Agora o pessoal vai todo ao Porto? – pergunto eu.

- É, no Porto há muita! – diz o P.C.

- No Aleixo, no P.T. ... Não estou para ir agora ao Porto, foda-se... Também já consumi, não estou a ressacar... (...) – diz o P.M. (Diário de campo, 17 de Abril de 2006).

Por essa razão, e mediante a vasta e permanente oferta disponível na zona ocidental do Porto, a afluência, quando não deixa mesmo de existir, reduz-se em grande medida no território de Canidelo. O espaço de desempenho de actividades *drug* é, durante os

períodos marcados por falhas na distribuição, apenas utilizado de uma forma mais fortuita por quem pretende consumir longe dos olhares de familiares ou conhecidos e por quem permanece uma parte significativa do dia nas imediações do local, seja a *fazer-se à vida* ou a exercer uma actividade formal. No entanto, nessas circunstâncias, aquele espaço, bem como a zona que o circunda, servem também para promover o encontro e a troca de informações entre quem partilha um interesse comum: dispor de *pó* e/ou *branca* para consumir. Para essa diligência tornar-se bem sucedida, estar a par das dinâmicas e das oportunidades de transacção revela-se essencial, pelo que se o momento de espera pelo *homem* não coincidir ao nível das dimensões espaço e tempo – estar no local certo à hora certa –, poderá acarretar uma viagem ao Porto, implicando isso uma mobilidade mais ampla e dilatada para se ter acesso às substâncias:

Chega o M. e a O. [técnica da Equipa] pergunta-lhe se ele não se importa de preencher também um questionário.

- Hoje não pode ser, desculpem lá. (...) Estou com pressa. Tenho de ir ter com o homem [*dealer*] antes que ele vá embora, senão depois fico sem comprar. A menos que vocês se disponibilizem para me dar uma boleia ao outro lado (ao Porto) [risos]. Estou a brincar. Mas isto agora é assim, tem que se andar sempre atrás dele e a telefonar-lhe... (Diário de campo, 19 de Abril de 2006).

Resumindo, a subsistência de um território psicotrópico só se torna possível pela presença de indivíduos que aí desempenham actividades agregadas às drogas (Fernandes 2002). Constatamos que, em Canidelo, a ascensão e manutenção de espaços com estas características prendem-se não só com a existência de pontos onde se torna possível consumir de uma forma resguardada, encapotada e com o mínimo possível de ameaças externas, mas também com a oferta regular de substâncias, a qual é possibilitada pela permanência no território de alguém que se dedica à venda. Em condições em que não há quem o faça, em que surgem falhas na distribuição ou em hiatos que se sucedem ao desmantelamento de territórios, as actividades *drug* dissipam-se naquele espaço, assim como a afluência contínua e a presença de indivíduos ao longo do dia. Porém, face à mutabilidade e flexibilidade que são intrínsecas às dinâmicas em torno das drogas, as actividades não se interrompem, podendo as mesmas ocorrer noutras moldes ou ser praticadas noutras contextos, envolvendo por vezes uma alteração ao nível das rotinas diárias e da mobilidade espacial dos seus actores. No que

concerne a esta dimensão espacial, as deslocações à zona ocidental do Porto assumem um papel relevante, demonstrando que a mobilidade mínima necessária para se proceder à aquisição das substâncias está constantemente sujeita a mudanças e flutuações, podendo aumentar aquando determinadas situações ou momentos, mas relaciona-se também com a preferência de alguns actores em adquirir *material* de mais qualidade, rentabilizando dessa forma os recursos monetários que têm disponíveis.

UTILIZAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO

Os espaços aproveitados para a realização de actividades psicotrópicas por nós observados consistem em locais que, apesar de não serem de acesso interdito, tornam-se, dado o seu aspecto por vezes degradado, os obstáculos físicos que apresentam, mas, sobretudo, devido às representações sociais atribuídas às populações que deles fazem uso, restritos aos actores das drogas e, por inerência, às autoridades policiais e estruturas de proximidade – as figuras que, por motivações distintas, centram esforços sobre estes contextos. Sendo organizados e vividos em torno daquilo que envolve a execução de actividades desviantes, apresentam-se como pontos evitados por quem cujos interesses não se prendem directamente com a compra, venda ou consumo de drogas.

Como já referimos atrás, por iniciativa dos próprios actores directamente implicados, pretende-se fomentar a mínima visibilidade possível sobre essas acções, procedendo-se ao aproveitamento e apropriação de espaços onde se espera que estranhos, entenda-se, pessoas que não estão intimamente associadas à esfera das drogas, não os frequentem nem neles transitem, de forma a evitar a exposição daquele tipo de movimentações. Existirá a percepção, por parte daqueles indivíduos, que esses suportes físicos, mesmo antes de se transformarem em territórios psicotrópicos e em pontos socialmente evitados, são já espaços pouco atractivos e vazios no que concerne à sua funcionalidade, razão que pesará na escolha dos mesmos para a execução de actividades em torno das drogas. Dá-se, portanto, um aproveitamento de toda a envolvente simbólica e das representações sociais produzidas sobre esses locais. Um exemplo capaz de o ilustrar é o território que susteve a nossa recolha intensiva de dados: uma casa devoluta que se dizia estar «assombrada». Tendo a propriedade pertencido a um construtor de jazigos, no seu interior existiam espalhadas inúmeras lápides com inscrições referentes a pessoas falecidas. A própria configuração exterior do edifício e a forma como se estabeleciam os

acessos ao mesmo levam-nos a identificar essas dimensões marginal e intersticial do espaço (cf. Fischer, 1994), bem como os aspectos materiais que terão sido aproveitados e contribuído para a invisibilidade das práticas que aí se desenrolavam:

Aproveito para observar melhor a “casa” por fora. Não se vê a entrada. Esta, do ângulo de onde nos encontramos, está tapada por arbustos altos que ladeiam a construção. Vê-se a abertura destinada à janela (as janelas, essas, já não existem) e um pouco da fachada que está despida de qualquer indício, à excepção de uma antena de televisão, que leve a acreditar que vive ali alguém. Está também totalmente desprovida de portas.

Vemos um grupo de três pessoas sair do terreno contíguo ao lado direito da “casa”. É através dessa propriedade, que não está vedada para quem passa na rua, que os indivíduos acedem à “casa”, saltando o muro (Diário de campo, 26 de Dezembro de 2006).

Após a demolição do edifício e a deslocação de todas as actividades para o terreno contíguo, também devoluto mas a céu aberto, deu-se um aproveitamento das condições e das características físicas desse novo local, de modo a cumprir as mesmas funções que os anteriores. Apesar das condicionantes espaciais que determinaram a transferência daquelas práticas e a procura de um outro território, e não obstante as frequentes “visitas” policiais e os obstáculos inerentes e à configuração do novo espaço (mais exposição às condições climatéricas, maior grau de visibilidade, etc.), não deixou de haver uma adaptação ao mesmo:

O local onde se juntam fica mesmo no fundo do terreno – que deve ter cerca de cinquenta metros de comprimento –, junto de um muro que aparenta ser a parte traseira de uma garagem pertencente a uma moradia. Parece existir um pátio sobre a placa dessa garagem, pois dá para ver um candeeiro de jardim lá em cima. Vê-se também uns prédios de construção recente, de poucos andares, que deverão estar situados na rua paralela à do Flower. Não fosse o facto de haver vegetação que obstrui a visibilidade, e também o cuidado do N. ao aninhar-se quando vende, quem ali vive poderia assistir facilmente, pela janela, às transacções e actividades que ocorrem neste território. Os arbustos e o silvado abundam neste local. É também esse o factor que impede, a quem passa na rua, de ver o que se passa aqui. Há uma minúscula tenda artesanal, construída a partir daqueles plásticos de colocar sobre as mesas, montada junto ao silvado. É esta tenda que serve de abrigo para quem fuma – é neste local que as pessoas se concentram mais e é também aqui, à entrada, que o N. e o J., este talvez como *vigia*¹⁴, desenvolvem as suas actividades relacionadas com a venda.

¹⁴ Pessoa que, em troca de um determinado número de doses, colabora com o *dealer*, estando atento a possíveis aproximações de forças policiais.

Um pouco adiante, vê-se no chão bastantes indícios da ocorrência de consumos intravenosos, desde ampolas de água vazias, saquetas de toalhetes ou invólucros de seringas – seringas, não se vê. Junto ao muro está um guarda-sol desfeito pousado no chão. (...) Apercebo-me que o local dedicado aos consumos endovenosos é mais afastado da tenda, ainda lá mais para trás, talvez ao lado do edifício que faz traseiras com o terreno (Diário de campo, 9 de Junho de 2006).

Esta adaptação a um espaço que apresenta características adversas ao desenvolvimento de determinadas rotinas não deixa de ser também referida pelos próprios utilizadores do território:

F.C.: A demolição, é assim, não ajudou em nada porque, é assim, a casa foi abaixo mas formou-se ao lado. Não ajudou em nada. [...] Consomem lá no fundo, arranjam sempre, eles arranjam sempre. Não é por aí que não consomem. Já montaram duas barracas lá. Até aqui era uma, agora já há duas [risos]. Eles montam, não há problema. É, é [risos]. Sabes como é que é, os consumidores, eles para consumir, arranjam sempre qualquer coisa. E agora até param. Ao primeiro, não, chegavam ali, compravam e iam. Isto, quando a casa foi abaixo. Depois começaram outra vez a arranjar maneira de consumirem lá e agora é lá que consomem. Agora têm lá duas barracas, agora é lá consomem.

Pedro Machado: Houve ali uma fase em que as pessoas só iam lá mesmo [para comprar] ...

F.C.: É, mas foi pouca coisa, foi durante pouco tempo, agora não. Ainda há pouco tempo a polícia foi lá, até, e desmanchou as barracas mas eles foram embora e montaram-nas logo outra vez [risos]. Aquilo é impressionante mesmo, a sério. O mundo da droga é impressionante, é incrível mesmo [risos] (entrevista à F.C.).

Apesar desta relativa facilidade de adaptação ao meio envolvente, reconhece-se igualmente a existência de limitações no que toca à salubridade e condições de higiene para a execução dos consumos:

(...) Olhe, higiene não se tem assim muita porque, você bem vê, conhece bem aquilo, ali não tem... pronto, o local já em si não é próprio e higiene não é nenhuma porque a gente não tem condições nenhumas porque as condições é o que a gente cria ali, o que a gente tiver. A gente às vezes precisa de um bocado de água nem tem água, temos de andar à procura das garrafinhas que tem lá. Por acaso é bom porque vocês ao trocar as *máquinas*¹⁵ também dão bidões, mas não é isso. Água, mas pronto, para lavar a máquina ou para fazer isto ou para fazer aquilo, tá a perceber? Por exemplo, a gente estar ali sentada no meio daquilo e aquilo tem carapatos e o caraças a andar lá, e

¹⁵ Máquina, na gíria *drug*, significa seringa. Utiliza-se, igualmente, outros termos, como *gringa*, *caneta* ou *insulina*.

tudo. E a gente apanha carapatos nas pernas e o caraças. Não tem mesmo condições nenhumas e higiene... (entrevista ao P.M.).

Tal como tinha vindo a ocorrer nos territórios anteriormente estabelecidos, foram criadas uma organização e uma vivência do espaço em torno de funções específicas. Assim, continuou a constatar-se uma separação explícita entre as áreas dedicadas aos consumos por via fumada e os pontos destinados a consumos endovenosos, erguendo-se, dessa forma, um espaço de exclusão dentro de um lugar que é ele próprio rejeitado¹⁶ – a organização do território revela, assim, as representações negativas e os preconceitos veiculados pelos consumidores por via inalada em relação àqueles que *picam*¹⁷, que se apresentam, comparativamente, em número mais reduzido¹⁸. Também o resguardo face a condições climatéricas adversas, bem como as diligências empregues para o encobrimento das actividades praticadas demonstram uma dinâmica de adaptação, a qual consubstancia-se não só no aproveitamento da vegetação existente, mas ainda nas estruturas artesanais construídas para acolher os consumos fumados e a venda do *produto*.

Ainda que, de indivíduo para indivíduo, ocorram utilizações diferenciadas destes locais – diferenças essas respeitantes, por exemplo, a horários praticados, ao tempo de permanência, níveis de assiduidade ou frequência de uso, etc. –, dá-se uma apropriação de cariz colectivo dos mesmos, uma territorialização, a qual surge em torno de um aspecto comum a todos os sujeitos que a estabelecem: a prática de actividades *drug*. Apesar de a entrada nesses lugares não ser condicionada de uma forma directa e formal, existem mecanismos de controlo que procuram salvaguardar a presença de estranhos diante da realidade que envolve os consumos e a transacção de substâncias ilegais. Nesse sentido, a adopção de um estilo de vida que comporta a utilização deste tipo de drogas é precisamente a condição que confere informalmente a cada indivíduo uma legitimidade de acesso e uso do território, é ela que concede uma aceitação naquele contexto sem prejuízo para as acções que lá decorrem. Por outras palavras, para um sujeito que pretende ter acesso ao local afim de proceder à compra ou ao consumo de

¹⁶ Fernandes e Pinto (2003) referem também este fenómeno de segregação espacial numa análise resultante de um levantamento etnográfico sobre territórios psicotrópicos da zona do Grande Porto.

¹⁷ *Picar* designa, na gíria *drug*, o acto de consumir drogas por via endovenosa.

¹⁸ Nos edifícios que serviam de suporte aos territórios anteriores, os consumos por via fumada ocorriam no interior de compartimentos específicos, enquanto que os consumos endovenosos eram efectuados no exterior, já um pouco afastados dos outros, nas traseiras.

substâncias, sem que as dinâmicas que lá se desenvolvem sejam interrompidas, terá de agir e ser reconhecido como um actor das drogas, de outro modo será encarado como uma presumível ameaça ao desenrolar dessas rotinas¹⁹. Já por parte, por exemplo, das autoridades policiais, dão-se incursões aos territórios, mas por via de um outro tipo de legitimidade. Contudo, nessas situações, os territórios das drogas deixam de funcionar como tal e as actividades psicotrópicas cessam momentaneamente (enquanto as autoridades estão presentes), já que o domínio colectivo sobre o espaço dissipa-se pela presença de uma entidade a quem é atribuído, por via legal, o exercício da repressão e do controlo sobre os comportamentos associados à venda e consumo destas substâncias. Se bem que informal e transitória, esta territorialização do espaço, traduzida em movimentações psicotrópicas, constitui uma dimensão simbólica que transporta consigo a imagem de um espaço sob o domínio específico dos actores das drogas, imagem essa que acaba por ser incorporada por quem não pertence a esse contexto:

Vamos então falar com o F.M., que continua no terreno ao lado da “casa”, por detrás de uns arbustos. Chamamos por ele e perguntámos se podemos ir ter com ele «para lhe darmos uma palavrinha», como se estivéssemos a pedir licença para entrar na casa de alguém (Diário de campo, 30 de Janeiro de 2006).

No seguimento desta adaptação colectiva que se dá de acordo com as necessidades decorrentes da prática de actividades *drug*, surgem também apropriações individuais do suporte físico que sustenta o território psicotrópico. Este serve por vezes de resguardo para indivíduos seus utilizadores que, por diversas razões, não dispõem de domicílio em determinado momento das suas vidas. O território cumpre, nessas condições, uma função protectora e de abrigo, ao qual se recorre no sentido de contornar certas adversidades decorrentes de uma situação mais débil:

O R.J. aparece junto da carrinha e diz:

- Pronto, cá estou eu de volta à “casa”.

¹⁹ Os próprios técnicos da Equipa GIRUGaia, mesmo depois de haverem consolidado uma relação de confiança com os seus utentes de Canidelo, defrontaram-se com a dificuldade de efectuar o seu trabalho de rua no interior dos territórios psicotrópicos, precisamente porque continuavam a ser, na perspectiva dos seus utentes, estranhos àquele contexto. Tal ocorria ao ponto de, por vezes, a venda das substâncias tornar-se mais encapotada ou ficar suspensa enquanto os técnicos permaneciam no local. Face a isso, a Equipa passou a fazer atendimentos nas proximidades dos territórios.

- De volta à “casa”? Como assim? – pergunto-lhe.
- Conhece o [alcunha de um indivíduo]?
- Não estou a ver quem é...
- Eu passei uns dias a viver aqui na “casa” e o [alcunha do indivíduo], na altura, perguntou-me se eu não queria ir viver pra casa dele. Pronto, aquilo não tem água nem luz mas serve para uma pessoa dormir. Então fui viver pra lá. Aquilo tem uma parte de cima e uma parte de baixo, ele ficava em baixo e eu dormia em cima. Mas ele não bate muito bem da cabeça, diz que vê espíritos e coisas assim, passa dias e noites sem ir a casa, desaparece... Então, às 3 e 4 da manhã entrava lá no sítio onde eu dormia, começava a fazer barulho e eu não podia dormir! Não pedia licença pra entrar nem nada! Tá bem que aquilo é dele, mas a meio da noite, quando estava eu a dormir, entrava sem mais nem menos por ali dentro e fazia barulho a sério! Aquilo era vrrouuuuum! Ia buscar velas, começava a abrir e a fechar gavetas, mexia nos copos, acendia o isqueiro e punha-se à procura de coisas pelos cantos e debaixo da cama! Dizia que via coisas! Eu até fico com medo! Já viram se calha de ele ver em mim um espírito? E logo ele, que anda sempre cheio de facas e tesouras! (...).
- Mas, se calhar, aqui vai passar muito frio, R.J. – alerto eu.
- Não, eu arranjo isto à minha maneira, de forma a não entrar muito frio (Diário de campo, 14 de Novembro de 2005).

Diante do carácter acossado que lhe está inerente, o território pode constituir, no entanto, uma ameaça numa perspectiva individual, tornando-se num reiterado ponto de visita por parte das autoridades policiais sempre que estas procuram alguém em específico que tem por hábito frequentar a zona. É essa a razão que, por vezes, leva indivíduos procurados por motivos judiciais a evitar permanecer durante um período alargado (apenas o tempo dedicado à compra do *material*) no território, ou mesmo a deixar de aí comparecer temporariamente:

Agora, daqui a uns tempos, tenho outro julgamento, mas este já não é como testemunha. Vou ter que me mandar daqui para fora, se calhar vou para Espanha. Sei que se for ao julgamento é para ir dentro. Já lá estão dois e só falta eu... A minha irmã nem sabe disso... (Diário de campo, 5 de Junho de 2006).

Temos vindo a abordar o papel que a dimensão espacial cumpre nas rotinas tocantes às drogas, bem como os moldes através dos quais os seus actores fazem uso do espaço para as desenvolver com êxito. Ainda neste âmbito, e no que respeita à exposição do fenómeno droga na zona, falaremos agora de efeitos produzidos pela demolição do

edifício que, à altura da nossa recolha intensiva de dados, servia de palco às diligências empregues para a venda e consumo de *pó e branca* na freguesia de Canidelo.

Apesar da transferência das actividades para o terreno adjacente àquele onde se situava a moradia devoluta, tal ocorreu na sucessão de alterações de certas rotinas e do próprio aproveitamento do espaço, tendo introduzido simultaneamente mudanças ao nível da exposição do fenómeno droga nas imediações. Nos dias subsequentes ao episódio da demolição, e a par de algumas incertezas sentidas pelos frequentadores do território relativamente à continuidade e manutenção deste último, a afluência e as movimentações de indivíduos apresentaram um visível decréscimo na zona:

Mas então eu venho logo e tento falar com as pessoas – diz a L. [técnica da Equipa].

- Não sei se logo eles vão estar aí, por causa desta história da “casa” ir abaixo – diz o F. (Diário de campo, 30 de Janeiro de 2006).

Dirigimo-nos então para o Flower. Quando chegamos vemos, no sítio onde ainda na semana passada estava a “casa”, um amontoado de pedras e entulho. No terreno ao lado estão uns poucos de indivíduos, não muitos (comparando com o que tem sido habitual), dispostos numa espécie de pequeno círculo (Diário de campo, 6 de Fevereiro de 2006).

No entanto, inicialmente, numa fase de indeterminação relativamente à escolha de pontos específicos destinados à prática das actividades pretendidas, o fenómeno droga ficou sujeito a uma exposição acrescida. A faixa do terreno à face da via pública passou a ser frequentemente um lugar de encontro entre indivíduos, sobretudo em momentos de espera por algum *vendedor*, pelo que também as movimentações associadas à venda de *material* tornaram-se mais flagrantes. De igual modo, apesar do desagrado de estranhos ao território, e mesmo de alguns dos seus utilizadores, também os próprios consumos endovenosos sobressaíram, pois passaram, por vezes, a ser efectuados em locais mais expostos a transeuntes e moradores. Os seguintes excertos do nosso diário de campo e de entrevistas efectuadas ilustram a forma como a tentativa de desmantelamento do território e as dúvidas iniciais quanto ao seu restabelecimento conduziram, por um lado, a um decréscimo do número de indivíduos a convergirem ao mesmo – fruto de uma dispersão espacial desses actores –, e, por outro lado, a um aumento da utilização da via pública, demonstrando assim o fracasso das estratégias operadas pelos agentes políticos locais e pelas autoridades policiais no que concerne à problemática das drogas:

De acordo com o que a F. [técnica da Equipa] me contou, na passada Sexta-feira os utentes estavam à espera do *dealer*, pelo que se concentraram junto da carrinha até chegar um carro. Nesse momento afastaram-se todos da carrinha e foram comprar produto (Diário de campo, 13 de Fevereiro de 2006).

Arrumamos as coisas e vamos embora. Ao passarmos com a carrinha, constatamos que estão alguns indivíduos sentados no muro do terreno da antiga casa (Diário de campo, 11 de Abril de 2006).

Chegamos ao Flower e vemos o N. [vendedor] e a F. [cônjuge do vendedor] sentados no passeio das casas que ficam de frente para o terreno. Não há muito movimento, nem sequer vemos mais utentes. Estacionamos a carrinha e o casal vem ter connosco. O N. olha na direcção da entrada do terreno, para uma carrinha de caixa aberta que está lá parada.

- Fica aqui que eu venho já – diz ele à F. (Diário de campo, 19 de Abril de 2006).

Estamos já sem atender ninguém, até que aparece o V. F. A dada altura, este agarra-me pelo braço com uma certa força, puxa-me para mais próximo dele e diz-me:

- Olha, olha para aquilo ali. Estás a ver aquele? Olha para o P.M. Está ali a *picar*²⁰ à vista de toda a gente! Olha, estás a ver? Aqui à vista de toda a gente. Tem algum jeito?

Reparo que o P. M. está *caldar*²¹, aninhado junto ao muro do terreno da “casa”, na parte de dentro.

- Quem passa aqui vê aquilo! Por isso é que já houve mulheres e crianças, crianças de 12 anos, que vieram aqui com paus para lhe bater! Tem algum jeito estar ali a *picar* à vista de toda a gente? Eu digo isto porque também sou pai! – continua o V. F., ao mesmo tempo que se prepara para ir embora (Diário de campo, 19 de Abril de 2006).

Pois alterou, alterou e de que maneira! [a demolição do edifício] (...) Enquanto que na casa, a gente estávamos ali, estávamos mais refugiados até, estávamos mais escondidos das pessoas. Estávamos mais à vontade, até em termos para consumir e para fazer as nossas coisas. As pessoas não viam, nem as crianças, e estávamos sempre ali, estávamos ali sempre. Agora, assim, não (entrevista ao P.M.)

Tal como foi já abordado anteriormente, na sequência de um processo de adaptação desenvolvido após o arrasamento do edifício que acolhia a venda e o consumo de drogas, o território e as suas funcionalidades restabeleceram-se de forma a assegurar,

²⁰ Acto que significa, na gíria *junkie*, a realização de um consumo endovenoso.

²¹ Na gíria *junkie* um *caldo* diz respeito à substância já preparada para ser injectada. *Caldar* significa o mesmo que injectar. Abordaremos adiante este procedimento de uma forma mais aprofundada.

com o mínimo de impedimentos possível, a prossecução dessas práticas. A par desta ascensão, ressurgiu ainda, embora em menor grau – uma vez que as condicionantes físicas do espaço o dificultam –, um fenómeno que, neste contexto em específico, estabelece bastantes afinidades com as próprias rotinas e dinâmicas associadas aos consumos: a sociabilidade²² entre os utilizadores do território. Este lugar não consiste num mero ponto de passagem aonde se vai apenas para comprar e consumir, pelo menos não o é para determinados indivíduos para quem o espaço funciona e é utilizado também de modo a fomentar o contacto entre os actores, ainda que esta convivência se possa centrar, sobretudo, no âmbito das drogas. Apesar de serem a compra e a venda as principais razões que fazem convergir ali sujeitos que desenvolvem actividades *drug*, a dimensão da sociabilidade é, para alguns, um aspecto que vem no seguimento dessas práticas. Ao contrário dos que “passam” no local unicamente com o intuito de comprar e/ou consumir, outros optam, para além disso, por “estar” ou “andar” por ali, enquanto se vão estabelecendo interacções entre pares.

Com a demolição do edifício e o desmoronamento de um sítio resguardado e quase impenetrável aos olhares exteriores, o ciclo diário de ocupação do suporte físico do território comportou um decréscimo, pelo que a dimensão da sociabilidade, embora não se tenha dissolvido, sofreu também um afrouxamento:

Já não há, lá está, já não há tanto convívio. Antigamente, com a “casa”, ainda nos mantínhamos ali até, às vezes uma, duas da manhã a conversar. E isso já não existe... isso já não existe. A partir das dez horas... dez?! [risos] Mesmo antes, mesmo antes! O pessoal vai-se embora (entrevista ao L.C.)

Sintetizando este ponto, pode-se dizer que existem uma organização e uma vivência do espaço que se desdobram em torno de funções específicas e integradas, funções essas procedentes da prática de rotinas associadas ao uso de drogas socialmente reprovadas. Inerentes a estas representações sociais veiculadas contra aqueles que desenvolvem um estilo de vida em volta dessas substâncias, estabelecem-se as apropriações colectivas de espaços vazios que se transformam, consequentemente, em zonas marginais, onde as condições para o desenvolvimento de actividades *drug* apresentam sempre uma série de obstáculos e contrariedades, inclusive no que respeita à higiene e salubridade dos

²² Desenvolveremos adiante, neste trabalho, a dimensão da sociabilidade entre os utilizadores do território.

consumos. Tratando-se de zonas acossadas e tidas como sérias ameaças ao bem-estar social, tornam-se em alvos de frequentes investidas policiais, não deixando estas de ser fruto de pressões e de estratégias políticas locais que visam encapotar o fenómeno. Contudo, na sequência dos constantes processos de adaptação que os actores das drogas mais directos desenvolvem, tais estratégias de intervenção saem goradas, contribuindo apenas para a maior visibilidade do fenómeno e consequente reacção das populações envolventes, acabando assim por reforçar o estigma produzido em relação àqueles actores²³.

É precisamente no seguimento daquilo que configura o carácter acossado destes lugares que se dirige a análise que compõe a próxima secção deste capítulo. Nela serão descritas as acções e atitudes que protagonizam o permanente sentimento de insegurança vivido nos territórios psicotrópicos, oriundos da imagem sempre presente da polícia, mas também, embora em menor grau, de outras figuras que, ocasionalmente, instalaram o medo nestes locais como forma de represália.

A VIGILÂNCIA, AS AMEAÇAS E O RISCO

Vimos que o território psicotrópico é organizado e constituído de acordo com moldes que permitem fomentar alguma protecção e resguardo para quem desenvolve actividades *drug* em contexto de rua. Contudo, o sentimento de insegurança e a percepção do risco são vivências constantes entre os actores que dele se apropriam. Por se tratar de lugares socialmente conotados com o delito e a delinquência, as ameaças e as incursões são habituais, assumindo estas as mais diversas proveniências, podendo mesmo irromper de esferas opostas. A percepção do risco deriva, nestes contextos, sobretudo da eventualidade de surgirem condicionantes ou impedimentos colectivos ao desenrolar das actividades psicotrópicas. Paralelamente a este tipo de ameaças sobrevém também uma outra, que se prende com a violação da integridade física dos elementos que frequentam o território. A presença fortuita de figuras susceptíveis de comprometer a segurança do local – e entenda-se aqui “segurança” à luz dos principais

²³ Fernandes e Pinto (2003) referem um fenómeno idêntico quanto à proliferação da figura do «arrumador de carros» no Grande Porto. A partir do início dos anos 90, e no seguimento de estratégias políticas locais que consideram determinados bairros sociais da periferia como zonas perigosas, a figura do *junkie*, convertida na modalidade de «arrumador», desloca-se e passa ocupar o centro urbano, estreitando, desse modo, a relação do cidadão comum com o «mundo da droga».

receios que alarmam os seus utilizadores – estabelece a criação e manutenção de um sistema de vigilância capaz de atenuar os riscos decorrentes da materialização desses perigos. Essa tarefa é suportada pelo próprio *dealer*, que disponibiliza uma quantidade diária de *produto* a determinados indivíduos que se prestam a desempenha-la. Funcionando durante todo o período do dia em que a venda de *material* é praticada, a vigilância estabelece uma estreita correspondência com essa actividade. No entanto, apesar de ser o *vendedor* quem a financia e de ser ele o principal interessado em possuir de um sistema de prevenção eficaz, este serviço acaba por conceder benefícios a todos os utilizadores do território. Se, por um lado, é conveniente que aquele seja avisado em tempo útil sobre a iminência de uma ameaça – no caso de se tratar de forças policiais, por exemplo, há que *desmarcar*²⁴ o *produto*, evitando, dessa forma, ser visto em flagrante delito –, por outro lado, interessa aos restantes indivíduos que o negócio da *venda* tenha continuidade e que presença de um *dealer* seja garantida.

Aproveita-se pontos privilegiados do espaço, de onde se possa usufruir de uma visibilidade de longo alcance, permitindo assim que o alerta seja lançado o mais rapidamente possível. Procura-se ainda que este serviço seja desempenhado de uma forma dissimulada, de modo a não denunciar a transacção de substâncias no local:

Estamos a chegar a Canidelo. A Q. [técnica da Equipa] estaciona a carrinha e, aparentemente, não se vê ninguém em frente da “casa”. No entanto, vemos de imediato a silhueta do R.J. que, juntamente com outras pessoas, saltam o muro e vêm para a rua ter connosco. Verifico, nestes momentos, que existe uma efectiva vigilância neste território, apesar de, para quem passa, possa parecer que a “casa” se encontra sem ninguém (Diário de campo, 6 de Dezembro de 2005).

Durante o período em que as actividades decorriam no interior do edifício, a vigilância era efectuada, habitualmente, a partir de uma das janelas. Nestas circunstâncias, o alcance de visão abrangia os limites da rua quase na sua totalidade. Após a demolição da “casa”, o *vigia* passou a permanecer apenas a alguns metros de distância do *dealer*, direcionando a atenção para a entrada do terreno. Esta localização não proporciona um ângulo de visão tão alargado para a via pública. Porém, e dada a fixação das actividades no fundo do terreno, a vigilância efectuada a partir desse ponto permite que o sinal de

²⁴ *Desmarcar* significa, neste caso, deixar de ficar na posse física das substâncias, podendo as mesmas ser escondidas ou, em situações mais inesperadas, abandonadas repentinamente.

alerta seja lançado atempadamente, pois as figuras que representam a ameaça terão de percorrer toda a extensão do campo. De outro modo, caso o *vigia* continuasse a ocupar um ponto à face da rua, teria de ser ele a percorrer, na iminência do perigo, todo o comprimento do terreno – trata-se de mais um ajustamento às características do espaço físico.

O sentimento de insegurança e a percepção do risco resultam, principalmente, da ameaça que as forças policiais²⁵ representam. São elas as figuras mais susceptíveis de comprometer o desenrolar das actividades psicotrópicas. Este receio advém não só do risco de interrupção da *venda*, como também de possibilidades que se prendem com a apreensão do *material* já comprado, com a destruição de utensílios de consumo (seringas, por exemplo) ou mesmo com agressões físicas e verbais. Daí, o “fantasma” da polícia estar sempre presente – não se trata, todavia, de um medo infundado fruto de uma ilusão, pois as incursões são efectivas e frequentes. Mesmo quando não se encontra fisicamente no local, a imagem da polícia acaba por marcar presença nas rotinas e no dia-a-dia do território, precisamente porque nunca se sabe quando será a próxima “visita” e em que moldes esta decorrerá. Nunca se sabe também de que forma aparecerá, na figura de quem – serão «os de Canidelo» ou, na pior das circunstâncias, «os de Matosinhos», «aqueles de fato-macaco azul e botas da tropa»? A incerteza de nunca se saber se se está sob observação reforça a imagem e o receio da existência de agentes infiltrados, disfarçados ou à civil, no território ou nas imediações. Esta representação de uma volubilidade idêntica à de um camaleão, construída em relação às autoridades, bem como este temor, acabam por reproduzir-se, quer nas conversas, quer nas mais diversas situações do quotidiano:

Estamos quase a chegar a Canidelo. Voltamos à conversa sobre a polícia.

- Eles às vezes andam disfarçados. [Em Francelos?] eles andavam disfarçados de madeireiros, andavam lá com as moto-serras, cortavam mesmo os pinheiros e tudo... Uma vez viram um gajo a vender e apanharam-no. Também já vi alguns nos postes de electricidade, disfarçados – conta o P.M. (Diário de campo, 21 de Novembro de 2005).

[Estamos dentro de uma carrinha, que está estacionada mesmo em frente da “casa”. Viemos ter com um indivíduo que vai nos servir de mediador na exploração de territórios de consumo. Mais

²⁵ Desenvolveremos adiante o conteúdo relativo à actuação das forças policiais nos territórios psicotrópicos por nós analisados.

atrás, estão a unidade móvel do GIRUGaia e os nossos colegas]. À medida que vão passando utentes que regressam à “casa”, alguns deles despedem-se de nós com um aceno. Outros, embora poucos, vêm ter connosco, como o R.J., o V.A. ou o H.J. Este último diz-nos, embora em tom de brincadeira, mas talvez reflectindo os verdadeiros receios dos frequentadores da “casa”:

- Isto é suspeito! Estão aqui e o pessoal pensa que são da polícia! (Diário de campo, 21 de Novembro de 2005).

De modo similar, o constante sentimento de insegurança cria momentos em que se prefiguram ou antevêem, ainda que, por vezes, em tom de gracejo, episódios protagonizados pelo aparecimento repentino e imprevisível da polícia:

- Se vier a polícia, meto já a droga toda dentro do seu bolso – diz-me ele [o P.M.].
- Está bem, está bem... – respondo eu, entrando na brincadeira.
- Não meto nada, antes tivesse... (Diário de campo, 13 de Dezembro de 2005).

A P. [técnica da Equipa] aproveita para perguntar a opinião deles [utentes do GIRUGaia] sobre a realização de um grupo de discussão *in loco*, ao que eles respondem que não se importam. O P.M. tece um comentário do género: «Estão aí connosco e, se aparecer a polícia, levam também com eles» (Diário de campo, 17 de Maio de 2006).

Referimos já que a vigilância é organizada com o intuito de evitar ou minimizar prejuízos decorrentes da aproximação do perigo. Mas a percepção do risco inspira também outro tipo de precauções. Existe a convicção que a simples permanência na via pública defronte ao território, de alguém com ligações a esse espaço, pode provocar a reacção das forças policiais, caso estas estejam de passagem pela zona. Daí a adopção de alguns cuidados para esconjurá-las: procurar não permanecer nem circular demasiado na parte exterior do território, por exemplo, ou dar a entender que a “casa” se encontra sem movimento:

A O. [técnica da equipa] estaciona a carrinha em frente da “casa”, do outro lado da rua. Vemos o A.R. do lado de fora, a falar com o P.M., que se encontra à janela. Este, ao avistar a carrinha, revela uma expressão de admiração.

- Já? Vieram buscar alguém? [acompanhamento] – pergunta-nos ele.
- Viemos! – digo eu, na brincadeira – Não, agora viemos só para falar...

Aproximamo-nos do muro da “casa”, no lado de fora, e colocamo-nos ao lado do A.R.

- As coisas não estão boas para falar. (...) Srs. Drs., não queria que me levassem a mal, mas ia pedir-vos que não ficassem aí porque se a polícia passa aqui vêm logo cá dentro. Se pudessem ir para ali, mais junto da carrinha... – diz-nos o P.M. (Diário de campo, 13 de Dezembro de 2005).

Apesar da polícia representar a principal ameaça passível de interferir sobre as dinâmicas do território psicotrópico, existem outras figuras que, embora menos frequentemente, acabam também por contribuir para o incremento do sentimento de insegurança entre os utilizadores de espaços com aquelas características. Trata-se de indivíduos que, organizados em grupo e armados, invadem o território, podendo mesmo desferir agressões físicas ou efectuar roubos a quem lá se encontra. Ao contrário das abordagens policiais já salientadas, que se revestem de um carácter mais fortuito, estas investidas assumem um cariz reactivo, pois consistem em procedimentos cujo propósito é intimidar ou retaliar determinados indivíduos:

Cheguei hoje de férias e, apesar de já ter dado por concluídos os meus registos, considero importante escrever o que o P. e a O. [técnicos da Equipa] me contaram, que tem a ver com episódios que se têm passado em Canidelo. O terreno onde as pessoas se juntam tem sido alvo de assaltos por parte de um pequeno grupo que aí se desloca, munido de armas brancas e de armas de fogo, para roubar quem lá se encontra, inclusivamente os vendedores. O M. [um dos *dealers*] chegou a dizer aos meus colegas que pensa que a intenção será ajustar contas com o N. [outro *dealer*], pois, num determinado dia, deslocaram-se ao terreno para devolver o dinheiro a todos, à excepção do N., a quem no dia anterior roubaram (Diário de campo, 28 de Agosto de 2006).

Episódios desta natureza são susceptíveis de acontecer, não só em situações de «ajuste de contas» com os *dealers*, mas também, por exemplo, quando ocorrem furtos, supostamente praticados por frequentadores do território, em zonas nas quais determinados grupos exercem algum domínio através do desenvolvimento de actividades clandestinas. Sobressai, nestas circunstâncias, a dimensão colectiva do território psicotrópico, assim como o seu carácter acossado – a estigmatização que lhe está inerente confere, através de um processo de etiquetagem, características comuns a todos os seus frequentadores. Mas esta dimensão colectiva manifesta-se também através de outras formas. Ainda que seja difundida, nestes contextos, a opinião que o «mundo da droga» é marcado e vivido por um individualismo exacerbado, há momentos nos quais se evidencia uma coesão entre aqueles que fazem uso do território. Na ocorrência de acontecimentos relacionados com retaliações oriundas de grupos informais – uma

ameaça capaz de comprometer todo o colectivo –, a vigilância e a protecção do espaço intensificam-se, destacando-se assim a adopção de estratégias de cariz cooperativo:

Estamos a chegar à “casa velha” e vemos o B.A. à entrada da travessa que dá acesso àquela. Mais adiante, já próximo da entrada da “casa”, está o J. S., com umas ripas cravadas de pregos nas mãos. Só depois de entrarmos é que comprehendo, através de uma conversa que temos com o V.F. e com o J.S., a razão daqueles comportamentos. É que, segundo eles, um frequentador da “casa” efectuou um assalto em Coimbrões e os lesados têm-se deslocado frequentemente à “casa”, em grupo e armados, para realizar assaltos e agredir fisicamente as pessoas que se encontram lá dentro.

- É que, por uns pagam os outros! – queixa-se um indivíduo – Hoje chegaram aí e começaram a bater no D., que não lhes fez mal nenhum e estava aí calado. A outro moço, roubaram-lhe o telemóvel.

- Gostava de os apanhar aqui! – diz o V.F.

Enquanto atendemos os utentes constato que, alternadamente, há frequentadores da “casa” que vão espreitando, através da janela, do lado de fora para o interior daquela. Calculo que andam a vigiar o movimento na travessa e as entradas no edifício. Quando vamos embora, o B.A., apesar de ter ido até à “casa”, está novamente à entrada da travessa (Diário de campo, 13 de Maio de 2004).

Constata-se, assim, que as ameaças, independentemente da sua origem, são habituais no quotidiano de quem participa no funcionamento do território psicotrópico. Apesar da vigilância e de todas as precauções adoptadas no sentido de salvaguardar a estabilidade das actividades *drug*, e até mesmo a integridade física dos actores que as praticam, estas diligências não afastam na totalidade a percepção do risco e o sentimento de insegurança próprios destes contextos. Tratando-se de pontos referenciados como espaços de delinquência, tornam-se em alvos de perseguição por parte de figuras que os visionam, e aos seus actores directos, também como uma ameaça.

OS ACTORES DAS DROGAS

O território psicotrópico é, essencialmente, composto por duas figuras – referimo-nos ao *dealer* e ao comprador/consumidor comum de drogas. Estas figuras podem, no entanto, apresentar diversos matizes. O *dealer*, ou vendedor, é também, na maioria das vezes, consumidor, sendo que a venda surge como estratégia de sustento dos próprios consumos. Adquire, contudo, um estatuto diferente do comum consumidor, uma vez que é ele quem detém o *material* e quem procede à sua distribuição, é dele que

dependem muitas das dinâmicas do território psicotrópico. Esta dependência revela-se maior quanto menor for o número de pessoas a exercer essa actividade no local – no contexto específico da nossa unidade de estudo esse número varia, normalmente, entre um e dois. No âmbito desta dependência colectiva incluem-se também os *vigias*, os indivíduos que colaboram na actividade da venda e cujos consumos são directamente suportados pelo *dealer*. O seguinte excerto do nosso diário de campo apresenta uma situação, descrita sarcasticamente por um dos utilizadores daquele espaço, em que a *vendedora* foi detida e o *produto* ficou indisponível, circunstância que veio instalar transtornos na actividade do território, deixando «à toa» todos aqueles que pretendiam comprar, bem como os *vigias*, que viram a sua fonte de rendimento suspensa:

«Está aí o V.F.», diz a F. [técnica da Equipa]. Saímos da carrinha e cumprimentámo-lo. Enquanto se ri, tece uns comentários que nenhum de nós percebe. Olhamos para ele, num tom de estranheza, e eu digo:

- Continuo sem perceber...
- Eu também.
- Está tudo muito triste, estão todos aí a chorar, a chamar pela tia. Ahahaha! Andam todos aí à toa!
- continua o V.F.
- Āh?
- A [alcunha da *vendedora*], a gaja que metia aí *foi feita* – diz o V.F., muito baixinho, quase só mexendo os lábios.
- Não percebi – digo eu.
- *Foi feita* – continua ele, quase só mexendo os lábios.
- Não percebo... – continuo eu.
- *Foi feita!* (...) Agora é que o P.M. [viga] e o [alcunha de um outro *vigia*] estão fodidos! Ahahaha! A mim não me faz diferença, eu só fumo *branca* de vez em quando... Vou lá dentro avisá-los que vocês estão aqui. Estão aí uns quinze gajos lá dentro, mas estão todos à toa! Oh, nada de lhes dizer que eu vos contei isto! – adverte o V.F.
- Esteja descansado – diz a F. (Diário de campo, 6 de Abril de 2006).

O *vendedor* encontra-se, portanto, numa posição na qual lhe é facilitado o exercício de uma certa liderança e de algum poder sobre os restantes actores que fazem uso do território. Não deixa de se constatar, nesse sentido, a produção de relações hierárquicas entre alguns dos indivíduos:

Aparece o P.M. [vigia], que vem trocar seringas e pedir comida. Enquanto o atendo, ele desabafa o seguinte: «Tenho de ir porque, se a velha [dealer] vê que estou aqui, fode-me» (Diário de campo, 27 de Março de 2006).

O poder do qual o *dealer* é detentor torna-se susceptível de ser convertido num instrumento de controlo sobre a conduta dos demais indivíduos, ainda mais em fases nas quais se encontra apenas uma pessoa a *vender*. O exercício desse controlo pode conduzir à aplicação de sanções, as quais surgem como forma de evitar atitudes que, sob a perspectiva do *dealer*, são impróprias e inadequadas. O P.M., por exemplo, sofreu uma punição por ter adoptado uma determinada conduta que foi do desagrado do *dealer*, vendo-se assim impossibilitado de proceder à compra de *produto*:

Está junto de nós o A.D. e aparece novamente o P.M. Este último dirige-se ao A.D. e pede-lhe:

- Podias ir comprar o *pacote* por mim ao N. Fazes-me isso? É que ele a mim não me vende por eu, há bocado, estar a ali a falar...
- Está bem. Mas tinhas que me pedir isso logo a mim!
- Vocês dão-se bem! – diz-lhes a F. [técnica da Equipa].
- É, nós damo-nos bem. Às vezes pode não parecer, mas damo-nos bem – diz-nos o A.D. (Diário de campo, 12 de Dezembro de 2005).

Mas o *dealer* não estabelece o mesmo tipo de relação com todos os compradores. Apesar de «não fiar a ninguém», há aqueles com quem estabelece mais proximidade e a quem concede tratamento de excepção. Por vezes, esta figura acaba também por adoptar uma postura paternalista e protectora em relação a alguns dos seus clientes, demonstrando preocupação e «respeito» para com os mesmos:

- Às vezes, passo noites sem dormir – diz o M.R. [dealer].
- Porquê? – pergunto eu.
- Ponho-me a pensar que tenho de me levantar cedo para vir para aqui, tenho medo de acordar tarde. Às 9h30 da manhã já estou aqui, porque há pessoas certas que têm de ir trabalhar e eu tenho respeito por elas. Às vezes, o A.D. passa por minha casa e vimos os dois. Não permito isso a qualquer pessoa, não quero o pessoal lá à porta de casa, mas ele é diferente... Bem, tenho de ir ali porque aquele está em condicional e não quero que ele esteja aí muito tempo. Se ele for apanhado aqui, tem de cumprir o resto da pena (Diário de campo, 26 de Junho de 2006).

Não deixa de haver também, por parte da figura do *vendedor*, o desempenho de uma certa pedagogia no que toca às práticas de consumo adoptadas por determinados sujeitos, ainda que tal possa surgir num registo repressivo e veiculador de preconceitos:

Aparece o V.A. e pede-me para lhe trocar umas seringas. Passo-lhe as *máquinas* novas para as mãos e ele tenta agarrá-las rápida e disfarçadamente. Ouço o N. [dealer], que está precisamente por detrás dele, dizer-lhe, num tom de voz baixo mas repressivo: «Ainda não largaste isso?» (Diário de campo, 23 de Dezembro de 2005).

Enquanto actor desse contexto específico, o frequentador do território psicotrópico vive intensa e permanentemente o «mundo da droga», mesmo em situações nas quais não se encontra a consumir ou na posse de substâncias. As drogas constituem o pano de fundo das dinâmicas colectivas e das interacções que se desenvolvem durante o quotidiano que qualifica aquele espaço. Isso reflecte-se, como já vimos, na forma como o território psicotrópico se configura e é vivido, mas também na maioria das relações interpessoais que se estabelecem entre os actores que a ele convergem. É frequente ouvir-se neste meio que, quando se juntam pessoas cujos interesses em comum envolvem os consumos, «só se fala de droga» a todo o momento. De facto, apercebemo-nos desde cedo, ainda na fase exploratória do nosso trabalho de campo, do conteúdo habitual das conversas que se desdobram e se repetem por quem está de volta dos *canecos*²⁶, das *pratas*²⁷, das *máquinas*, dos *pacotes*²⁸ ou das *bases*:

No momento em que nos encontrávamos na “casa velha”, tentava ouvir o conteúdo da conversa das pessoas que estavam no cubículo onde, habitualmente, se juntam os indivíduos para fumar *pó* ou para «dar uns *canecos*». Não me foi possível captar tudo o que diziam, mas falavam sobre *bases*, mais propriamente na forma e nos preços que são vendidas no Algarve (Diário de campo, 15 de Junho de 2004).

²⁶ Cachimbo artesanal destinado ao consumo de base de coca. A abertura do *caneco* é tapada com papel de alumínio picotado, sobre o qual é colocada a *base*, pronta a ser aquecida e fumada.

²⁷ Papel de alumínio, através do qual se realizam os consumos por via fumada – de heroína simples ou adicionada com base de coca. Normalmente, utiliza-se aquele que é comercializado para fins culinários e de conservação de alimentos. Há, inclusivamente, indivíduos que se dedicam a vender tiras de papel de alumínio, como forma de angariação de dinheiro para a aquisição de *produto*.

²⁸ Um *pacote* é a unidade de venda a retalho de heroína. Contém cerca de 100mg de *pó* e é vendido envolvido numa pequena porção de saco de plástico. O seu preço, tal como o de uma *base*, é de €5.

Procede-se a “estudos de mercado” sobre drogas, fala-se de preços, de pontos de venda, da qualidade do *produto*, produzem-se relatos de experiências de consumo tidas como boas ou más, propõe-se *vaquinhas*. Fala-se também de quem não está presente, de indivíduos que tiveram, ou continuam a ter, ligações com as substâncias ou com o território. As discussões acerca do *produto* que está a ser *metido* no momento sucedem-se. Quando chega alguém com o intuito de *comprar*, uma das coisas que habitualmente faz é tentar saber, através da primeira pessoa que encontra no local, se a *venda* está a funcionar, quem está a executá-la e se o *material* é de qualidade:

Chega o J.F., que quer levar uma *prata* mas não tem nenhuma para trocar. O R. diz-lhe:

- Eu tenho aqui, fumamos os dois.
- Não quero, quero fumar em casa. Por falar nisso, está aí alguém? – pergunta-lhe o J.F., baixando repentinamente o tom de voz.
- A cota – responde o R., também num tom de voz baixo.
- Oh, agora é que me desiludiste!
- É fixe.
- Mas presta para alguma coisa?
- Estou-te a dizer que é fixe!
- Não é do outro?
- Não! Garanto-te que não! (Diário de campo, 22 de Fevereiro de 2006).

Aparecem mais alguns utentes, nomeadamente o R., o A.D. e o M. Ouço-os comentar acerca da qualidade do *pó*: «Não é mau. Há bocado dei um fumo e fiquei com a cara toda quente», conta o R. O M. não parece muito convencido.

- Não há nenhum sítio onde o *pó* tenha qualidade? – pergunto eu.
- Não, agora é todo mau – comenta o M.
- Há, na Colômbia – diz o R., rindo-se.
- Pois... – digo eu (Diário de campo, 29 de Março de 2006).

Todos os assuntos, por mais díspares que possam parecer, são susceptíveis de ser aproveitados como deixas para se «falar de droga» novamente. Ao contrário do próprio *produto*, que é escasso e o acesso a ele pode constituir uma série de obstáculos, as conversas sobre droga parecem nunca esgotar-se nestes contextos. As rotinas não se desenvolvem somente através do contacto físico e directo com o *pó* ou com a *branca*.

Estas substâncias marcam a sua presença a todo o momento, quanto mais não seja, de uma forma simbólica e, muitas das vezes, num ambiente jovial:

O V.F. diz o seguinte:

- Vamos dar um *bower*²⁹? Eu dou a *prata* e a *branca*, que eu não fumo *pó*!
- Dás, dás – diz o M., num tom irónico.
- Dão-me o dinheiro, que eu vou comprar! – brinca o V.F.

Pouco depois, a F.C. vai embora. O R. começa a cantar para ela e diz-lhe: «Espera aí, vou contigo!». O V.F. comenta com o M., num tom de voz baixo, o facto de a F.C. não ter dentes e começa a rir-se (Diário de campo, 24 de Abril de 2006).

Numa realidade em que a distribuição e aquisição de substâncias estão sujeitas a constantes mutações e contrariedades, estar a par das dinâmicas que envolvem essas actividades é, como já vimos, crucial, pelo que estas conversas constituem também uma conveniência nesse sentido – enquadram-se na funcionalidade que se espera ver cumprida pelo território psicotrópico: a boa execução das actividades *drug*. Porém, determinados frequentadores do local não deixam de encarar de forma desdenhosa aqueles cujas interlocuções «não passam daquilo», uma vez que são vistos como indivíduos incapazes de desenvolver rotinas que extravasam a esfera das drogas:

Pedro Machado: E as conversas andam à volta de quê?

L.C.: Lá está, depende das pessoas. Eu e mais dois ou três somos capazes de ter conversas construtivas sobre outras coisas que não seja droga, mas a maior parte deles é sempre em relação à droga: «ai, em tal sítio a *branca* é boa, em tal sítio o *pó* é bom.» (entrevista ao L.C.).

Pedro Machado: E entre as pessoas que param ali? Qual é a relação entre os consumidores, entre as pessoas que frequentam o local?

F.C.: É tudo boa gente. Uns, pronto, sei lá... Com alguns pode-se ter uma conversa. Com outros não, não passa daquilo. Depende (entrevista à F.C.).

Esta percepção do quotidiano advém do tipo de relações interpessoais e das interacções que ocorrem, que são, na sua maioria, de cariz instrumental, utilitarista e funcional. Uma convicção que se difunde, de um modo reiterado e generalizado, neste meio é que

²⁹ Consumo de heroína e de base de coca em simultâneo. *Bower* trata-se de uma designação que advém do termo *speedball*, o qual caiu em desuso.

«na droga não há amigos», não existem laços de companheirismo e cada um é movido pelo seu interesse pessoal. Trata-se de um enunciado ao qual se recorre repetidamente como forma de sustentar a opinião que a droga sobrepõe-se a tudo, situa-se no centro de todas as acções – até mesmo nas relações que se estabelecem no dia-a-dia – e que ser um actor «deste mundo» implica andar sozinho nas suas diligências para ter acesso ao *produto* e poder «matar a ressaca». O quotidiano é vivido sob um sentimento de desconfiança permanente em relação aos pares, também eles encarados como uma ameaça com a qual se estabelece um contacto assíduo. Esta ameaça prende-se, eminentemente, com a possibilidade da ocorrência de furtos, sejam eles de dinheiro, de *produto*, de utensílios de consumo, etc. Como tal, evita-se ao máximo os descuidos no que toca à salvaguarda dos haveres. Numa das entrevistas efectuadas, o P.M. dizia-nos, a propósito disto, o seguinte:

P.M.: Isto é assim, no mundo da droga não há amigos. É como se diz. Por exemplo, a necessidade é tanta, de um gajo consumir... Está a perceber? Porque a gente não podemos dizer que temos amigos. Sabe porquê? Porque, por exemplo, eu hoje sou capaz de o ver a ressacar e dar-lhe €5 para você tirar a ressaca, ou você até fuma comigo para tirar a ressaca. Mas amanhã você está a ressacar e eu, por exemplo, chego lá com dinheiro, ou o caraças, e você, se me puder roubar, se me apanhar distraído e se me puder roubar, você rouba-me. E um dia antes fui fixe para si. Está a perceber? Por isso, neste mundo da droga não há amigos. Há uma boa relação, pronto, a gente dá-se todos bem uns com os outros e tudo! Mas, em termos de ter confiança e tudo, não se pode confiar. [...] Não sou eu o único a dizer. Você chega ali, pergunta ao pessoal todo que consuma e todos lhe dizem exactamente o que eu lhe estou a dizer. No mundo da droga não há amigos. E os amigos que há são mesmo poucos, conta-se pelos dedos. [...] Agora, eu estou a falar, por exemplo: você chega ali, se você for consumidor, você não é capaz de chegar ali, pousar assim uma coisa e dizer assim: «Isto está aqui, ninguém mexe.». Isso, você não pode dizer! Não é? Acho que não é uma amizade sincera, não se pode dizer que a gente sejamos 100% bem, porque a gente 100% nunca nos damos. Damo-nos bem, mas 100% não! Porque se a gente se desse a 100%, era uma cena que a gente podia chegar ali e estar à vontade e saber que se estava bem. E não, um gajo tem de estar sempre com trinta olhos. Por exemplo, como o homem que está a vender, que também dá-se bem com o pessoal todo, mas ele tem de estar sempre com cuidado. Juntam-se dois ou três, fazem ali a roda e roubam-no, é mesmo assim! (entrevista ao P.M.).

Precisamente no dia subsequente a esta entrevista assistimos ao seguinte episódio, no qual estava também presente o P.M., que, confrontando-nos com o sucedido, acabou por reforçar a opinião emitida na véspera:

Aparece o P.C. Estamos a falar com ele e, de repente, a conversa é interrompida pelo próprio, que olha para o lado e pergunta a alguém que está nas proximidades da carrinha:

- Que foi?

O P.C. continua a olhar nessa direcção e, enquanto come uma sandes, diz-nos com uma certa serenidade:

- Já lhe roubaram a bicicleta.

- A quem? – perguntamos nós.

- Ao J.L. Ele diz que a deixou mesmo aqui ao lado, quando veio à carrinha, e que agora já não está. Saímos da carrinha e vemos o J.L., preocupado, à procura da bicicleta. Aparece novamente o P.M., que comenta comigo:

- Está a ver Sr. Pedro, o que eu lhe disse ontem na entrevista? Isto é assim (Diário de campo, 22 de Junho de 2006).

Uma das concepções normalmente construídas relativamente aos pares é que, o «outro» age, na maioria das vezes, apenas movido pelo interesse de contornar a escassez de recursos monetários e segundo um sentido de oportunidade, de modo a auferir qualquer benefício decorrente das situações com que se depara. Como tal, não desperdiça uma oportunidade passível de ser convertida em proveito próprio:

[Não podemos ir embora, deixámos a chave na ignição da carrinha e as portas estão trancadas. Dois frequentadores do território, o M. e o V.A., fazem-nos o favor de tentar abrir uma das portas]. Ainda enquanto esperamos pela L. [técnica da Equipa] e por um chapeiro, o V.A. desiste de tentar abrir a carrinha. Colocamos a possibilidade de a deixarmos ali durante a noite, caso a L. não consiga encontrar ninguém que consiga abrir a porta. O M. e o V.A. advertem-nos para esse risco:

- A carrinha não pode ficar aqui! – diz-nos o M.

- Pois não! E sabem porquê? Porque vocês já disseram que deixaram tudo lá dentro! – reforça o V.A. (Diário de campo, 30 de Janeiro de 2006).

Multiplicam-se as estratégias, por vezes ardilosas, para se fazer face às adversidades decorrentes da falta de dinheiro, a qual, por sua vez, significa falta de *pó*, de *branca* ou mesmo de tabaco, já para não se salientar outro tipo de carências mais elementares. Obter, por exemplo, um cigarro, ou mesmo alguns céntimos que completem a quantia

necessária para a compra de um *pacote*, poderá implicar o recurso a expedientes bastante elaborados, que podem consistir no estabelecimento de relações, contactos ou dinâmicas sustentadas num fim específico. A grande maioria das relações interpessoais adquire, assim, um cunho volúvel e flutuante, pois, também elas derivam de um sentido de oportunidade e de factores circunstanciais – tende-se a procurar tirar proveito do contacto e da proximidade que se estabelecem com quem “tem” qualquer coisa, seja *produto*, dinheiro, tabaco, etc. Daí surgirem, entre os próprios actores, percepções que descrevem o «mundo da droga» como um meio no qual não existem valores, onde a prioridade de cada um é «tirar a ressaca» ou fazer face à carência de recursos:

B.R.: Ó pá, entre consumidores as pessoas são muito falsas, dão muita importância a quem tem droga. Não sei, é um bocado isso, as pessoas em consumo é muito complicado. Ali, por exemplo, naquele meio há pessoas muito mentirosas. Mentirosas por causa disso mesmo, para conseguirem arranjar alguma coisa, ou por vezes um cigarro, pronto, dizem aquilo que não deviam dizer ou fazem-se de amigos quando, se calhar, nem gostam da pessoa. Ó pá, é um mundo de falsidade muito grande.

Pedro Machado: Achas que não há amigos ali? Não há pessoas que tenham laços de amizade?

B.R.: Não, há interesseiros. É mais interesse, acho que é um bocado mais isso. Não consigo ver... Se alguém precisa de ajuda, ajuda não é de matar a ressaca. Mas se alguém precisar de ajuda mesmo... Por exemplo, eu não vejo ali ninguém a ajudar ninguém a tirá-lo da droga. Só vejo é a enterrarem-se. Por isso, é complicado.

Pedro Machado: Como é o dia-a-dia ali, entre as pessoas?

B.R.: É a sobrevivência. É tentar orientarem-se para consumir, para fumar um cigarro. [...] Pronto, há muitos interesses... Há pessoas a fazerem-se de amigos e a darem atenção, a darem disponibilidade porque precisam, pá, ou de 20 céntimos, ou de um cigarro (entrevista ao B.R.).

Este tipo de relacionamento – sustentado num interesse em particular –, que atribui consideração e algum estatuto a quem possui dinheiro ou droga, acaba também por ser retratado de uma forma satírica pelos próprios actores:

Connosco estão agora o M.F. e o R., que falam entre si. O M.F. envia um SMS pelo telemóvel do R. e depois pergunta-nos: «Nenhum de vós me destroca €20?». Dizemos que não, mas o R. responde que sim. «É, dou-te €20 e tu dás-me uma nota de €5», diz-lhe o M.F. Os dois vão na direcção do terreno e o R. diz-nos: «Hoje sou muito amigo do M.F., ele tem dinheiro! Não é, M.F.?» (Diário de campo, 1 de Março de 2006).

Até mesmo os actos de cooperação susceptíveis de se desenvolver entre os actores são encarados como portadores de algum tipo de interesse, nos quais há sempre uma contrapartida esperada, seja ela imediata ou não. Os “favores” encontram-se, de acordo com essa representação, indissociáveis de uma dinâmica de reciprocidade, através da qual se prevê a obtenção de algum benefício:

[O R.J. fala-nos sobre a situação dos seus consumos] As pessoas daqui que eu conheço andam todas metidas nisto, apesar que, neste meio, é tudo tão falso e não existem amigos. Quando vêm dar qualquer coisa, é a pensar logo em contrapartidas e naquilo que vão ganhar com isso (Diário de campo, 31 de Outubro de 2005).

Uma situação ilustrativa destes procedimentos de captação de lucros é esta em que um indivíduo compra uma dose de *produto*, a pedido de um outro que não tem possibilidade de se deslocar ao território psicotrópico, confessando ter subtraído dela uma porção para seu proveito próprio:

Chega o V.F., no seu estado exaltado e eufórico. Fala alto, canta, dança e ri-se às gargalhadas. (...) - Olha para os meus braços, estão limpinhos! Ehhehhhehhh! Vim aqui comprar 2 doses, uma para mim e outra para uma pessoa que me pediu. Mas eu tirei um bocado à outra dose! Ehhhehhhh! Não! Então, estava em casa e vim aqui de propósito por causa disso... Ouvi falar em *branca*, pronto... – conta o V.F. (Diário de campo, 22 de Fevereiro de 2006).

Mas o tipo de auxílio que mais se espera ver assegurado pelos pares, e que, muitas das vezes, não é concedido, prende-se normalmente com situações de *ressaca* conjugadas com impedimentos de índole financeira. Assim, os “favores” mais frequentemente solicitados vão no sentido de procurar retardar ou atenuar a síndrome de abstinência. Consistem, por exemplo, no pedido de empréstimo de dinheiro (por vezes, na ordem dos céntimos) que perfaça a quantia necessária para se efectuar a compra, ou em solicitar a partilha da dose.

Admite-se, no entanto, que há, ainda, prestações de auxílio desprovidas de expectativas que visam contrapartidas ou benefícios directos, ainda que tal não seja muito comum. Acerca disto, há quem refira que a introdução da *branca*³⁰ no quotidiano *drug* veio

³⁰ A *branca*, e referimo-nos à base de coca, começou, de acordo com Fernandes e Carvalho (2003), a ser introduzida – e também a fazer parte dos contextos da heroína – em meados dos anos 90.

provocar alterações no campo relacional, nomeadamente ao nível do incremento de um individualismo exacerbado e do enfraquecimento de laços entre pares. O L.C., consumidor de heroína desde a década de 70, estabelece uma relação directa entre esta individualização e o advento do *caneco*. Refere que, ao contrário daquilo que acontecia anteriormente, são hoje poucos os frequentadores do território cujas relações estabelecidas não se centram exclusivamente no domínio das drogas. Não deixa de mencionar, ainda, o afrouxamento de uma dimensão lúdica que afirma ter chegado a existir no contexto dos consumos de heroína:

L.C.: A maior parte de nós já nos conhecemos há montes de anos. [pausa] Degradou-se um bocadinho, as pessoas degradaram-se um bocadinho por causa do *caneco*. Tornaram-se mais egoístas, tornaram-se mais... Já não há o que havia. Antigamente, ainda conseguíamos conciliar. Por exemplo, antigamente consumíamos mas fazíamos outras coisas. Éramos capazes de vir até aqui, à beira-mar, beber uma cerveja. Agora não, agora as pessoas não são capazes disso.

Pedro Machado: De que forma é que acha que o *caneco* interferiu?

L.C.: A *branca* é muito egoísta. É muito egoísta e, lá está, altera muito as pessoas. Eu senti isso.

Pedro Machado: Mas têm estratégias de entreajuda? Agora falou que as pessoas são mais egoístas, mas continua a existir...

L.C.: Entre alguns funciona mas, de um modo geral, não.

Pedro Machado: De que forma é que isso funciona?

L.C.: Funciona, se eu chegar aí a ressacar. Há três ou quatro pessoas que me ajudam e que me dão, mesmo não tendo nada. Mas, de um modo geral, não. De um modo geral é cada um para si e Deus para todos. É verdade (entrevista ao L.C.).

Não obstante as interacções e os relacionamentos entre pares centrarem-se eminentemente em torno das drogas, constata-se a existência de traços que não se delimitam unicamente a esse âmbito, havendo, inclusivamente, quem admite estabelecer laços de amizade com outros indivíduos consumidores. O par pode não se apresentar unicamente como um instrumento a quem se recorre para a concretização de actividades psicotrópicas. Entre alguns dos actores que conciliam a utilização de drogas com outras esferas, desenvolvem-se ainda relações às quais estão inerentes aspectos lúdicos e conviviais não directamente associados ao uso de substâncias. Os próprios consumos podem, à luz desta dimensão convivial, revestir-se também de uma envolvente lúdica.

Momentos depois aparece o J.F. e o M. Começa-se a falar do apetite que têm para comer.

- O M. come bem? – pergunto eu.
- Eu como bem, mas não engordo. É de trabalhar.
- Eu também trabalho e estou assim! – comenta o J.F., que tem uma estatura forte – Eu como bem e não perco o apetite. Se fumar, ainda fico com mais fome!
- Está a referir-se aos *charros*? – pergunta-lhe a L. [técnica da Equipa].
- Não, ao *pó*! Se fumar *pó* fico com mais fome! Às vezes juntamo-nos, eu e mais umas pessoas daqui, o M., o R., e vamos ali ao “Casarão” [restaurante na praia de Salgueiros] comer uma mariscada. Aquilo ali é barato, pagamos aí 10 contos e comemos marisco com arroz, não é arroz com marisco. É bom ali! Depois saímos e vamos comer a “sobremesa”, não sei se me estou a fazer entender (Diário de campo, 27 de Março de 2006).

O M.F. e o R. vêm novamente até junto de nós. Falam sobre carros e peças. O M.F. fala sobre o seu carro (um «Ford Fiesta quadrado») e conta que um amigo deu-lhe um automóvel velho, do qual ele juntou peças. Por fim, já quando começam a afastar-se, falam do *Rock in Rio*. O M.F. manifesta vontade de ir e tenta convencer o R. a ir também (Diário de campo, 1 de Março de 2006).

Ocorrem também situações em que, por exemplo, é prestado auxílio a frequentadores do território que se encontram desprovidos de qualquer suporte que lhes permita satisfazer algumas das necessidades básicas, como é o caso da alimentação. O R.J., sem-abrigo e desvinculado de relações familiares, aos Domingos não usufrui do apoio alimentar prestado pelas estruturas às quais recorre durante os restantes dias da semana, sendo esse obstáculo atenuado por alguns dos seus pares que, nessas circunstâncias, lhe oferecem comida trazida de casa:

- Ao Domingo, então, é mais complicado... Como é que se arranja? – pergunto-lhe eu.
- Ao Domingo é mais complicado em todos os aspectos. Vou tentando arranjar aí qualquer coisa para comer. Depois também há aquelas pessoas [frequentadores da “casa”] que vão a casa e trazem qualquer coisa (Diário de campo, 14 de Novembro de 2005).

Apesar das representações negativas e dos comentários que habitualmente são produzidos acerca dos pares, não deixa de se constatar uma identificação com o território, bem como com aqueles com quem esse espaço é partilhado. Talvez por esse consistir num local do qual emerge uma plataforma de sociabilidade considerável – fenómeno cada vez menos perceptível nos pontos de venda de substâncias em Vila

Nova de Gaia –, há, entre os seus actores, quem transmite a imagem que estes indivíduos apresentam características diferentes daqueles que compõem outros territórios psicotrópicos. Em termos de comparação estabelecida com outros pontos associados às drogas, geram-se manifestações de identificação com aquele que frequentam diariamente, bem como com os pares que o integram:

Enquanto os utentes estão a ser atendidos, apresentamos-lhes a C. e a V. [estagiárias]. O V.R. diz-lhes:

- Ó C. e V. façam alguma coisa, dêem-me um copo de sumo.

Rimo-nos todos.

- Aqui, em Canidelo, é só pessoal fixe – continua ele.

Os utentes acabam de ser atendidos e o H.J. pergunta-nos, a rir-se:

- Já podemos ir embora?

- Já, agora podem! – digo eu.

- Pronto, vocês mandam! Então, até amanhã!

- Olhem que, aqui em Canidelo, é só pessoal fixe! – repete o V.R. para a C. e para a V. (Diário de campo, 4 de Abril de 2006).

Ainda que as hostilidades e a tensão tenham lugar no dia-a-dia, e que se reconheça um teor instrumental na maioria das interacções, o quotidiano do território psicotrópico não se qualifica apenas segundo esses moldes. Outros cenários persistem no contexto. As condições mais vulneráveis de determinados indivíduos, por exemplo, ou a morte de alguém, não são encaradas de uma forma indiferente pelos restantes utilizadores:

Íamos a caminho da “casa velha”. Depois de falarmos com a moradora que nos deu a notícia da morte do X.C., entrámos na “casa”. O ambiente estava visivelmente diferente em relação ao que é habitual. O silêncio era patente e as faces dos indivíduos que estavam presentes, que eram poucos, reflectiam bem isso. Estavam, entre outros, o N., o B. e o L.C. Foi com este que estivemos a falar mais tempo. Falou-nos que foi ele quem encontrou o X.C. morto ali na “casa”, comentando também que o próximo poderá ser o R., se ele não cuidar da sua saúde (Diário de campo, 27 de Abril de 2004).

Além disso, e apesar de se instalar a convicção que no território «é cada um por si», o seu uso não é arbitrário ou indiscriminado. Ele prevê e está sujeito a determinadas condutas que se encontram informal e implicitamente estabelecidas entre os actores,

sendo o seu incumprimento passível de acarretar a aplicação de sanções por parte do colectivo. Num espaço desviante como este não deixa de existir uma organização de cariz utilitarista e funcional – também ela centrada sobre os contornos das drogas –, cuja finalidade prende-se com a sustentabilidade e manutenção das actividades a ele adstritas. Trata-se, assim, da salvaguarda dos interesses comuns daqueles que partilham o território psicotrópico. Por outras palavras, esta base informal emerge do propósito de evitar uma sobreposição de condutas ou interesses individuais àquilo que concerne a uma dimensão colectiva. Ela passa, por exemplo, por acautelar a reacção de “estranhos” – sejam eles moradores ou transeuntes –, no sentido de afastar a atenção das autoridades policiais sobre o ponto de venda:

O pessoal, ali, é tudo pessoal educado e respeitador, respeitam os vizinhos e o caralho... São pessoas que não se põem a consumir à frente da vizinhança, não se põem a fazer as coisas à frente da vizinhança. Pelo contrário, a gente até somos os próprios a... Pessoal que vem de fora, a gente: «ouve lá, guarda isso, guarda a *prata*!». É que eles, às vezes, vão com a *prata* assim não mão, pela rua fora, ou a bater os *pacotes*, e a gente: «ouve lá, esconde isso! Não vês as pessoas?» (entrevista ao P.M.).

Dessa forma, a explicitação de certas práticas, como os consumos, ou a execução, nas imediações, de actividades ilícitas passíveis de lesar outrem, como é o caso dos furtos, são susceptíveis de provocar respostas repressivas e sancionatórias por parte do colectivo, reacções essas que podem conduzir mesmo à expulsão:

No caminho para Arcozelo, a O. [técnica da Equipa] refere que o P.M. lhe contou que o R.J. [*vigia*] foi expulso da “casa” porque, mesmo depois de o haverem advertido para não o fazer, punha-se a *caldar* à janela, na parte de cima da “casa”, num local para onde os vizinhos tinham visibilidade (Diário de campo, 13 de Dezembro de 2005).

Sendo as falhas na distribuição de substâncias um factor de desestabilização, as condutas que consistem na subtracção do *material desmarcado* pelo *dealer* são igualmente condenadas por parte do colectivo, já que tal pode interferir directamente sobre a (in)disponibilidade do *produto*:

O P.M. contou que, no momento em que os elementos da PJ (?) chegaram ao local, o *dealer* escondeu de imediato, debaixo de uma tampa de saneamento, os *pacotes* que possuía. Enquanto aqueles encostavam as pessoas à parede, o J.T. aproveitava para procurar os *pacotes*, na esperança de ficar com eles. Ao terem-se apercebido do que ele tentara fazer, os restantes frequentadores da “casa” esperaram que a polícia abandonasse o local, para «lhe caírem em cima» por ele ter procurado “roubar” os *pacotes* (Diário de campo, 9 de Novembro de 2005).

Porém, neste contexto onde o acesso às substâncias e aos consumos envolve uma escassez de recursos, as estratégias ou as oportunidades às quais se recorre para os concretizar são passíveis de lesar o próprio par ou de colocá-lo em disputa directa por esses expedientes. Não deixa por isso de se constatar, em determinadas circunstâncias, uma tensão decorrente dessa carência de meios para a efectivação dos consumos. Os confrontos físicos ocorrem, sendo, contudo, casuais. Essa tensão é gerida e encontra-se integrada na esfera relacional do quotidiano, a ponto de, nas situações em que ela se manifesta, ser encarada com uma certa indiferença pelos actores que a presenciam:

Há muita gente que se junta, todos a pedir coisas em simultâneo. Está também o S.P., que nos pede água oxigenada para colocar na face. Por aquilo que dá para perceber, terá tido uma discussão com alguém por causa das *pratas*. Contudo, não consigo falar com ele devido às solicitações constantes dos outros utentes (Diário de campo, 26 de Dezembro de 2005).

Ouvimos um indivíduo discutir. A voz vem da direcção do terreno da “casa”. Apesar de parecer distante, nota-se que a pessoa fala bastante alto e num tom irado. Ouve-se coisas do género: «Dás-me o dinheiro? Dás-me o dinheiro?». O V.A. afasta-se, num passo descontraído, e aproxima-se da entrada da “casa”, olhando na direcção de onde vem a voz. Momentos depois regressa. (...) Metemo-nos dentro da carrinha e preparamo-nos para sair. Do lado da minha porta aparece o L.C., que dá um ar de riso. Contorna a carrinha e aproxima-se da porta do condutor. «Quem é que me arranja um cigarro, sem ninguém ver?», pergunta-nos ele. Enquanto a F. [técnica da Equipa] procura o maço dela, o L.C. comenta: «Isto hoje anda muito barulhento» (Diário de campo, 13 de Fevereiro de 2006).

A figura do par serve, constantemente, como ponto de referência e de demarcação quando se trata de promover a «fachada pessoal» (cf. Goffman 1993) e de esconjurar determinados traços oriundos de um estilo de vida associado às substâncias ilícitas. Os aspectos socialmente repreensíveis que, à luz do senso-comum e da visão dominante

sobre o «mundo da droga», podem ser apontados apresentam-se incrustados na figura do “outro”. Tudo o que respeita à relação que o par estabelece com as drogas, assim como à forma através da qual desenvolve as suas rotinas, é passível de ser reprovado e confrontado, ainda que, por vezes, esses traços se possam encontrar no próprio sujeito que estabelece essa demarcação. O J.L., por exemplo, apesar de ser um utilizador de drogas de longa data, refere-se a um outro indivíduo como alguém que na vida «não teve juízo», dado o envolvimento no consumo de drogas:

Há um indivíduo que passa numa carrinha de caixa aberta, com as lonas dispostas de uma forma que parecem uma canadiana de campismo. Pára e dá uma apitadela.

- Olha quem ele é! – diz o J.L. – Vais fazer campismo?

Alguns aproximam-se da carrinha para falar com o indivíduo.

- Quando quiser arrendar uma casa, fale com este tipo – diz-me o J.L.

- Se quiser fazer campismo? – pergunto eu a rir-me.

- Não, não estou a falar daquilo da carrinha, ele tem mesmo casas para arrendar. Podia estar bem na vida, se tivesse juízo (Diário de campo, 4 de Abril de 2006).

Dão-se, habitualmente, atitudes similares durante a travessia de processos de abstinência voluntária. Nessas circunstâncias constata-se, com frequência, a adopção de posturas depreciativas em relação àqueles que mantêm os consumos:

Aparece o R.

- Olha, estive com o teu irmão e ele disse-me que acha que, desta vez, largaste as coisas definitivamente. Fiquei mesmo contente por saber que estás fixe e que estás a trabalhar na [nome da empresa] ... Fiquei mesmo contente por ti. – diz o R. ao H.O.

O R. afasta-se e aparece um indivíduo que ainda não havia solicitado os nossos serviços anteriormente. Pergunto-lhe o nome e ele diz chamar-se M. Peço-lhe o último nome e, apesar de responder «D.», pergunta qual a razão de querermos saber o seu nome. O H.O. diz-lhe para ficar à vontade, para não ter problemas porque as informações são confidenciais. Explicamos-lhe que é para facilitar o tratamento de dados que pedimos aos utentes um nome, que pode ser fictício. Atendemos o pedido do M.D. e ele vai embora.

- Para virem até aqui têm vergonha, mas para irem comprar droga não têm vergonha nenhuma – comenta o H.O. (Diário de campo, 23 de Dezembro de 2005).

Geram-se, assim, juízos de valor, preconceitos e dinâmicas de exclusão no interior de uma categoria social que é, já de si, preterida. Esta demarcação em relação ao par pode

advir de diferenças que se constituem, por exemplo, ao nível da via de administração adoptada para a realização dos consumos, da forma como estes são praticados, daquilo que se consome, dos meios e expedientes através dos quais são obtidas as drogas, do período de permanência no território ou da regularidade com que se visita o mesmo, dos hábitos de higiene, da situação psicossocial, etc. Muito embora esse fenómeno de exclusão esteja dependente da conjugação de diversas variáveis, os indivíduos cuja fachada denuncia explicitamente a adopção de um estilo de vida centrado nas drogas tornam-se, mais facilmente, alvo de desdém por parte dos restantes usuários do ponto de venda e consumo:

[Encontramo-nos noutra freguesia de Vila Nova de Gaia, a fazer levantamento de necessidades. Connosco está também, como mediador, o P.M., que é *vigia* no território de Canidelo]. Transmitimos ao D. que iremos ponderar a nossa intervenção naquele local, procurando jogar com os horários dos outros territórios. Ele pergunta se não temos roupa para lhe dar:

- Sabes? – diz-me ele – Eu vivo de expedientes, pronto, bato uns coros às pessoas. Para isso, tenho de andar arranjado para elas acreditarem.

Ele e o P.M. reparam que temos na carrinha uns sacos de roupa. É, sobretudo, roupa de mulher que temos para devolver a uma instituição. O P.M. encontra uma T-shirt da Chevignon.

- Olha, este gajo quer uma camisola da Chevignon para andar o dia todo a ver se a polícia aparece!
– comenta o D., num tom depreciativo (Diário de campo, 21 de Novembro de 2005).

- Eu só venho aqui muito de vez em quando, não sou como esse que saiu daqui agora [o P.M.] e mandou aquela “boca”, que passa o dia aqui metido de manhã à noite. Eu trabalho e, lá de longe a longe, apetece-me *dar um fumo* e venho aqui... – diz-me o T.Z.

- O que é que o T.Z. consome? – pergunto-lhe eu.

- Eu misturo *pó* e *branca* porque, se for uma coisa só, aquilo não dá para nada. Se meter um *pacote*, dá-se calor e aquilo vai logo. Há quem fume *charros*, eu *dou um fumo* de vez em quando, lá de vez em quando... Isso já foi tempo! E só fumo, não *pico*! Posso dizer-lhe que nunca piquei, nunca, nunca! Cada um é que sabe da sua vida, não tenho nada contra as pessoas que fazem isso...

(...) - Durante esse tempo que consumiu, de forma regular, foi trabalhando... – questiono eu.

- Sim! Não sou como aquele que saiu daqui, que logo de manhã já está aqui metido. Este é o emprego dele. Hoje demorei-me mais porque estive a conversar convosco. Costumo vir comprar e ir logo embora. Se não tivesse parado aqui, vocês nem sabiam quem eu era (Diário de campo, 15 de Março de 2006).

Aparece o A.M. e, dirigindo-se ao J.F., arrisca pedir-lhe dinheiro:

- Faltam-me 50 céntimos, não me arranjas?

- Nem 5 cêntimos! Vai trabalhar, faz como eu! Peguei às 8h30 da manhã e saí há bocado, às 17h30! – responde o J.F., com um ar de riso.
- Eu também estive a trabalhar... – responde o A.M., mas não num tom muito convincente (Diário de campo, 23 de Fevereiro de 2006).

Enquanto o V.F. preparava-se para ir consumir, dizia-nos:

- Eu estou aqui mas só consumo *branca*, não pensem que consumo *pó*. Isso já foi tempo....
 - E *caldava*? – perguntei-lhe.
 - Tás maluco?! – retrorquiviu ele, num tom agressivo - Achas que alguma vez eu ia *caldar*? Nunca *caldei* e agora só consumo *branca*. Mas só me vês aqui, pr'aí, de dois em dois meses!
- (...) Virando-se para nós, num tom de voz mais baixo disse:
- Eu não sou como esses que estão aí... Eles *ressacam*, eu não... Até porque tenho família, tenho quatro filhos e já sou avô. Achas que me ia meter aqui a estourar o dinheiro? (Diário de campo, 9 de Março de 2004).

Mas, dentre os factores de exclusão que têm lugar neste contexto, aquele que mais relevo assume prende-se com a via que é adoptada para a administração das substâncias. Os consumos endovenosos, pela associação que é feita a estados de degradação e de insalubridade, são mal vistos e reprovados, a ponto de haver quem procure ocultar esse hábito dos restantes pares:

Aparece o V.A. Pede-nos duas seringas emprestadas.

- E o que é que fez às outras? – pergunto-lhe.
 - Esqueci-me delas em casa. Dê-me rápido, porque já vem aí pessoal – diz-me ele, dando a entender que não quer que os outros saibam que ele vai utilizar seringas.
- Empresto-lhe as seringas, ele guarda-as rapidamente e retira-se (Diário de campo, 12 de Junho de 2006).

O M., ao aperceber-se que o P.M. está a falar da festa de ontem [festa do Senhor da Pedra Pequenino], diz-lhe:

- É! É! Há um gajo, lá da festa, que disse que quer acertar umas contas contigo...
- Foda-se ó M., não sejas mentiroso! Um gajo, lá da festa, que quer quê? Não inventes! – diz-lhe o P.M., um pouco exaltado.
- Sim, sim...
- Tá mas é caladinho, porque estás a mentir com todos os dentes que tens na boca! Foda-se! Não fales daquilo que não sabes!

Neste momento, o P.M. puxa do contentor das seringas para colocar lá as usadas.

- Já andas outra vez com *máquinas*? – pergunta-lhe o M., num tom reprovador.
- Não tens nada a ver com isso – responde o P.M.
- Arranja-me um cigarro – pede-lhe o M.
- Não arranjo! (Diário de campo, 12 de Junho de 2006).

À luz das dinâmicas de sociabilidade e de intra-exclusão que emergem do dia-a-dia do território, geram-se relações de diferentes espectros entre os diversos sujeitos que o compõem. A maior ou menor proximidade entre estes torna-se patente aquando a decisão de se desenvolver, ou não, determinadas práticas – como a partilha de um cigarro, de uma garrafa, de comida ou até de *produto* –, juntamente com outra pessoa. Os comportamentos de risco, e referimo-nos não só àqueles que estão directamente associados ao consumo de drogas, estabelecem, assim, uma certa correspondência com o tipo de relacionamento, mais ou menos próximo, que se instala entre os actores:

Aparece o C.L. e o V.F. Momentos depois, quando o C.L. está a beber água de uma garrafa que lhe demos, o V.F. tira-a da mão e dá um gole.

- Essa garrafa é do C.L. – diz-lhe a P. [técnica da Equipa].
- O que é que tem? Nós damo-nos bem, connosco é assim! Isto que eu fiz agora, também ele me faz a mim e ninguém se chateia. Posso estar a comer uma sandes e, se ele quiser, tira-ma da mão e come. Com este aqui, as coisas são diferentes. É assim ou não é mano? (Diário de campo, 14 de Junho de 2006).

O excerto seguinte, extraído do nosso diário de campo, apresenta um episódio marcado por uma situação antagónica, na qual o L.C., que já admitiu compartilhar utensílios de consumo por via fumada, recusa-se partilhar um cigarro com um par, utilizador de drogas por via endovenosa:

- L.C., deixa-me dar uma passa do teu cigarro – pede-lhe o P.M.
- Não, aqui não dás passa nenhuma – responde o L.C.
- Está bem... – responde o P.M., demonstrando que não gostou muito da recusa (Diário de campo, 21 de Junho de 2006).

Acerca da sociabilidade que se constrói neste contexto, existe um aspecto, salientado por diversos actores, que é tido como uma componente que cumpre um papel preponderante no desenrolar das rotinas diárias: o «convívio» entre os indivíduos que

têm por hábito frequentar aquele ponto de venda e consumo, entre aqueles que têm em comum o interesse pelas substâncias que lá se transaccionam. O fenómeno do consumo de drogas, bem como os estilos de vida que dele advêm, não se circunscrevem apenas a combinações de cariz farmacológico ou biológico. Significa isto que essas rotinas não surgem meramente como reacção às agruras da *ressaca* e à necessidade de consumir. Apesar das tensões e dos obstáculos que se vivem no território, o «convívio» entre os actores é apontado, para além da existência de drogas, como um atractivo que promove a confluência de indivíduos nesse espaço:

Já tentei não parar muito por aqui, mas é difícil. Aqui há uns dias decidi não sair de casa, estava abastecido de *branca*, não precisava de sair. Chegou às oito horas e tive que vir até aqui, não aguentei. Tinha *material* em casa, mas sinto falta disto, do convívio, de estar com as pessoas – conta o M.R.

- Do que é que sente mais fala aqui? – pergunto-lhe.
- É mesmo de estar com as pessoas. Também vivo só, por isso... (Diário de campo, 11 de Julho de 2006).

Como tal, e não obstante os cunhos instrumental e utilitarista que orientam a maioria das relações interpessoais, reconhece-se, por outro lado, a existência de traços de cariz comunitário. A utilização de alcunhas é disso um exemplo. A alguns indivíduos são atribuídos epítetos, por vezes jocosos, provenientes das suas vivências no «mundo da droga». Outros são reconhecidos por alcunhas dadas anteriormente a essa fase, as quais consistem, muitas das vezes, em designações de extensão transgeracional e de herança familiar, demonstrando que o próprio contexto envolvente ao território psicotrópico apresenta ainda características comunitárias de índole rural.

No âmbito deste tipo de sociabilidade, é comum as conversas e o «convívio» desdobrarem-se através do recurso a várias componentes, como o escárnio, o gracejo, o calão ou o desafio verbal entre os actores. Trata-se de um registo acerca do qual existe a noção implícita de ele estar circunscrito ao tecido do território psicotrópico. Tanto é que, caso seja utilizado na presença de indivíduos exteriores a esse contexto, pode ser encarado, pelos próprios pares, como uma «falta de respeito» para com esses “estranhos”:

O P.M. continua a palrar e o M.C. comenta: «Foda-se, não pode *dar um fumo*, fica logo assim...».

O P.M. responde:

- Que queres M.C.? Eu não tenho dentes, tu também não, por isso podemos dar uns linguados bons.

- Olha o respeito! – adverte o R.S. que, apesar de ter chegado mesmo agora, manifesta o seu desagrado em relação à conversa que o P.M. mantém na nossa presença.

Pouco depois, há alguém que sai de junto de nós e diz qualquer coisa ao M.C. Este responde-lhe: «Come um cagalhão!».

- Hoje anda tudo bem disposto – ironizo eu.

- Foda-se, venho para aqui para levar com estes gajos? – comenta o M.C., a rir-se (Diário de campo, 5 de Julho de 2006).

Também Fernandes (2002) refere a existência deste tipo de registo nas sociabilidades que emergem do «sítio das drogas», mostrando que a incorporação destas componentes no quotidiano retiram toda a carga insultuosa que lhe pode ser conferida, funcionando antes como uma adaptação a esses contextos, onde o dia-a-dia consiste numa luta permanente. De modo similar, constatamos que é com facilidade que se levanta o tom de voz para com algum par, sem que tal signifique a existência de tensão:

O A.R. é o primeiro a aproximar-se. Vem pela rua fora em tronco nu e com uma cadela pela trela.

(...) - Senta! Senta! – grita o A.R. para a cadela, levantando-lhe a mão.

(...) O A.R. continua a ordenar, num tom um pouco agressivo, que a cadela se sente.

- Ó A.R., não sejas assim para a cadela, não lhe faças isso – pede-lhe o M.

- Foda-se, de quem é a cadela, caralho? O dono dela sou eu, não sou? Foda-se! – responde o A.R., um pouco agressivo (Diário de campo, 3 de Julho de 2006).

Além destes registos, desenvolve-se ainda um tipo de comunicação peculiar, também ele adaptado a este contexto de carácter desviante e clandestino. A sua utilização permite uma troca de informação relevante para a execução de actividades psicotrópicas, acautelando, porém, a explicitação das dinâmicas a elas associadas. Trata-se de uma forma de entendimento restrita, dificilmente perceptível por quem é estranho aos contextos *drug*, mas bastante inteligível para aqueles que a ela recorrem. É composta, essencialmente, por discursos pouco articulados e simples, vozes retraídas, pouco audíveis, sussurros, mas também pelo recurso à gíria *drug* ou à expressão não verbal. Fala-se acerca de tudo aquilo que estabelece ligação com as drogas e com o

funcionamento do território, mencionam-se aspectos relacionados com a *venda*, com o *vendedor*, com o *produto*, com as transacções ou, até mesmo, com as incursões policiais: «E os *moços*, estiveram aí hoje?». Dão-se, inclusivamente, situações em que este paralelismo comunicacional torna-se hermético e pouco perceptível aos próprios técnicos da Equipa:

Há alguém que comenta com outro alguém: «Dei-lhe o dinheiro e ele disse que ia a casa. É a última vez que faço isto!». Falam do *dealer*, não sei se do M.R. ou do N. Há alguém que pergunta se essa pessoa já chegou. O L. [técnico da Equipa], ao ouvir a conversa, responde o seguinte:

- O N. já está aí, nós vimo-lo chegar.
- Não fale do que não sabe! – diz-lhe o P.M. (Diário de campo, 5 de Julho de 2006).

As rotinas marcadas pela constante procura de *produto*, bem como pelas adversidades que daí advêm, levam a um conhecimento aprofundado dos locais onde se pode «ir às compras», caso haja falta de *material* nas imediações – uma espécie de roteiro das drogas através do qual se constitui uma rede de contactos e de conhecimentos expandida no espaço. É bastante comum conhecer-se o «ambiente» de outros pontos, assim como os actores que, normalmente, neles desenvolvem as suas rotinas diárias:

[Estamos a explorar territórios de consumo noutras freguesias. Trouxemos connosco o P.M.]. Chegamos à rotunda. Há um grupo de indivíduos que se encontram mesmo no meio dela. «Deve ser pessoal do *haxe*. Aqui não deve haver nada....», penso eu, achando pouco provável que, no meio de uma rotunda, à vista de quem passa, se reúna um grupo de *junkies*.

- Pare aqui, está ali o D. Fiquem aqui, porque o D. é reservado e não gosta de muitas movimentações – diz-nos o P.M.

O P.M. vai ter com eles e vem acompanhado do D. Chega perto de nós a explicar-lhe os serviços que prestamos (Diário de campo, 21 de Novembro de 2005).

Deste “roteiro” surge um rol de possíveis escolhas no que toca ao ponto de compra. No entanto, em determinadas circunstâncias, a decisão tomada pode revelar-se infrutífera. Daí a importância de se estabelecer uma rede de contactos, de se estar a par das dinâmicas e do «ambiente» dos diversos locais de venda:

Ouço a L. [técnica da Equipa] dizer: «Olha, quem é ele!. Olho para trás e vejo, aqui em Canidelo, o A., de Avintes, entrar no terreno:

- Vocês aqui? – pergunta o A., num registo de admiração.

- É verdade! – digo eu.
- Vocês também?... – pergunta ele.
- Pois é. À noite, damo-vos apoio, e de dia estamos metidos aqui – diz a Q. [técnica da Equipa], na brincadeira.
- Há aí alguma coisa? – pergunta o A. ao F.
- Não. Não está aí ninguém.
- Então escolhi mal o sítio... Bem, vou embora. Boa tarde (Diário de campo, 30 de Janeiro de 2006).

Vimos, ao longo deste ponto, que, de uma perspectiva relacional, as rotinas que se desenvolvem no âmbito das vivências em torno do território psicotrópico revelam bastantes idiossincrasias, às quais está inerente um ajustamento ao tipo de adversidades que marcam este contexto. Não se tratam, dessa forma, de aspectos que derivam apenas da esfera individual ou mesmo das substâncias. Não é somente a *ressaca* que molda o quotidiano relacional. O contexto, onde também se incluem as envolventes socio-culturais, em muito contribui para a construção das dinâmicas interaccionais.

Abordaremos agora as relações produzidas entre os actores das drogas e as autoridades policiais.

AS FORÇAS POLICIAIS

Ninguém, dentro deste contexto, percepciona de uma forma positiva as abordagens policiais. O espectro da polícia, tal como o da droga, encontra-se sempre presente no dia-a-dia. Porém, veremos adiante que alguns dos indivíduos têm-no de uma forma mais marcante que outros. Embora as autoridades policiais representem a grande ameaça para todos aqueles que desenvolvem um estilo de vida associado às drogas de rua, as experiências e vivências com os agentes da lei variam bastante de sujeito para sujeito. Mesmo no âmbito do território psicotrópico, as actuações das autoridades são diversificadas. Variam, por exemplo, consoante o tipo de força que se desloca ao ponto de venda e consumo – além «dos de Canidelo» (Posto Territorial da GNR), podem surgir também brigadas afectas à investigação criminal ou, ainda, à intervenção directa.

As investidas policiais prendem-se, frequentemente, com o intuito de levar os actores das drogas a dispersar e abandonar o local, muito embora o território retome o seu funcionamento breves instantes após a saída das autoridades:

Ainda hoje de manhã a GNR esteve aí... – diz-me o M.R. [dealer].

- Ai foi?

- Entraram de jipe, a toda a velocidade, e foram mesmo até lá ao fundo, à nossa beira. Eu tinha 90 peças comigo e tive de atirá-las para o chão, para perto do silvado. A pessoa que estava a controlar estava distraída e eu fui apanhado desprevenido. Eu estava de costas para a rua e, quando me virei, vi o jipe ali mesmo a chegar.

- Tinha noventa peças de *branca*? – pergunto eu.

- De *branca* e de *castanha*. Mas depois recuperei tudo. Eles chegaram lá e não fizeram nada, nem revistaram as pessoas. Eu vi-os chegar e pensei: «Pronto, vou ficar sem mais um *caneco*». Mas viraram-se para mim e só disseram para eu ir dar uma volta. Um deles disse-me: «Sabe que, por estar aqui, posso metê-lo outra vez na cadeia». E pode, porque eu estou com 16 meses de condicional (Diário de campo, 26 de Junho de 2006).

P.M.: Se for os polícias novos, que costumam vir aí, esses são macacos. Agora, se for os velhotes, só chegam ali, nem revistam o pessoal nem nada, mandam o pessoal sair.

Pedro Machado: O que é que eles vão lá fazer? Não vão revistar...

P.M.: É para mandar só o pessoal dar uma volta. Eles até são os próprios a dizer: «Olhem, ide dar uma volta». Que eles já sabem que a gente vai dar a volta e vem outra vez (Entrevista ao P.M.).

A par destes procedimentos, é também prática comum a realização de diligências cuja finalidade consiste na identificação³¹ e revista pessoal dos frequentadores do espaço:

Pedro Machado: Qual é a relação com a GNR?

F.C.: [risos] É assim, «o que é que tás aqui a fazer?». Eles já sabem o que é que estão ali a fazer, não é? Mas a principal pessoa que vende... É assim, eles mandam tirar as coisas que têm nos bolsos e nas carteiras e não sei o quê. Mas, é claro que a pessoa que vende não tem as coisas com ele, não é? Aquilo ali tem...

Pedro Machado: Mas só fazem isso à pessoa que vende?

F.C.: Não, não, fazem a toda a gente. Mas, claro, a pessoa também que lá está a vender, é claro, aquilo ali, como tem muito mato, mete ali. Ao fim e ao cabo, nunca ninguém é apanhado, percebes? E pronto, vão-se embora porque não têm mesmo por onde pegar (Entrevista à F.C.).

³¹ Também ao autor deste trabalho chegou a ser solicitada a identificação pessoal, no âmbito de uma rusga efectuada num dos territórios já extintos.

Nos contornos destas acções, sobrevém, por vezes, a uma espécie de “catalogação” da figura do desviante utilizador de drogas, recorrendo-se, para o efeito, ao registo em formato fotográfico:

- Então a polícia andou por aí? – pergunto eu.
- Andou. Andaram aí a tirar fotografias ao pessoal (...) – diz o P.M.
- E encontraram alguma coisa? – pergunta-lhe a F. [técnica da Equipa].
- Não.
- Só tiraram fotografias? – pergunto eu.
- Só. A mim também já tiraram fotografias (Diário de campo, 9 de Novembro de 2005).

Além da insegurança que as autoridades policiais inspiram naquilo que respeita à manutenção do território psicotrópico, há quem as percecione também como uma ameaça individual. Trata-se de uma representação que encara esse perigo como algo capaz não só de colocar obstáculos à realização dos consumos, mas também de provocar outro tipo de transtornos nas rotinas que se desenvolvem diariamente. Embora haja quem enuncie que «o que eles querem é apanhar os traficantes», desdobram-se narrações que referem episódios marcados por actuações policiais que não se circunscrevem apenas à repressão sobre a actividade da venda. Mencionam-se acontecimentos preenchidos por actos de repressão sobre os próprios consumos, bem como atitudes punitivas dirigidas àqueles que os praticam. Exemplo disso é a destruição de utensílios destinados à administração das substâncias – seringas, papel de alumínio, *canecos*, etc. –, muitos dos quais disponibilizados pela Equipa GIRUGaia, no sentido de promover a redução dos riscos associados ao consumo de drogas:

O P.M. faz-nos um sinal com a mão, dizendo que não demora. Despedimo-nos das pessoas, enquanto o P.M. já vem a caminho da carrinha.

- Então vamos lá! – diz o P.M. – A GNR andou outra vez aí.
- Quando?
- Hoje. Vou eu a sair do trabalho e os gajos aí. As seringas que eles apanharam, deitaram-nas ao poço.
- Ao poço?!
- Sim. A “casa” tem um poço e eles deitaram as seringas lá pra dentro.
- Eles têm aparecido muito, não têm? – pergunta a L. [técnica da Equipa].

- Agora têm aparecido todos os dias! (Diário de campo, 21 de Novembro de 2005).

Os relatos de práticas abusivas referem-se, normalmente, a agressões físicas ou verbais, muito embora haja ainda quem saliente outros procedimentos que geram representações negativas sobre as autoridades. É caso do R.J., que afirma terem, no âmbito de uma «pequena rusga», queimado toda a sua roupa e utensílios de consumo que se encontravam no interior de uma mala, num dos pontos do território psicotrópico (local onde pernoitava):

O R.J. troca duas seringas. Uma vez que ele costuma dar cerca de três *caldos* por dia, pergunta-lhe:

- O R.J. só trocou duas seringas, não tem mais para trocar?
- Eu tinha mais, mas hoje a polícia apareceu aí e queimou-me tudo que eu tinha dentro do saco, tiraram-me tudo que eu tinha lá dentro e queimaram-me a roupa.
- Como é que isso aconteceu, R.J.?
- Vieram aí fazer uma pequena rusga e mandaram o pessoal que estava lá dentro todo embora. Depois de eles saírem, voltei à “casa” e tinha a minha roupa queimada. Era a única roupa limpa que eu tinha (...) e levaram com eles o saco onde eu tinha a roupa, era daqueles sacos com rodas. Não sei porquê, não sei porque é que eles fazem isso e porque quiseram levar-me o saco.
- Fizeram mais alguma coisa ou foi só chegar e mandar as pessoas embora?
- Chegaram, identificaram todas as pessoas que estavam lá e mandaram-nas embora. Passado um bocado, comecei a ver sair fumo da casa, mas não sabia o que era, pensei que era qualquer coisita que estava para lá a queimar. Quando eles saíram, fui lá e vi a minha roupa a arder. E o saco já lá não estava (Diário de campo, 16 de Novembro de 2005).

As revistas pessoais constituídas por comentários e atitudes de cariz sexual preenchem também as conversas que se desdobram, no dia-a-dia, sobre a polícia e alguns dos elementos que a compõem. Ainda que estas temáticas possam surgir num registo bem-humorado, não deixa de ser transmitido desagrado relativamente a determinadas posturas:

- Quando fui à inspecção havia lá um transmontano que tinha um vergalho deste tamanho [faz o gesto com as mãos]. Foda-se, que filho da puta de vergalho que o gajo tinha, quem me dera ter um assim! Então, quando foram para o inspecionar, o gajo encosta-se à secretária e põe o vergalho mesmo em cima da mesa! [soltamos fortes gargalhadas] E quando estávamos em filinha? Aí, havia sempre aqueles gajos que encostavam a chota ao cu do tipo da frente [nova gargalhada]. Era ouvir: «Eh, eh, foda-se, chega para lá a chota, meu!». Isto é como a bôfia. Aqui há uns tempos, vieram

aqui e começaram a revistar o pessoal todo. Há um bófia que vem revistar-me e começa a apalpar-me aqui. Então, vira-se pra mim e diz: «Isto aqui não é só pano. Vais ter um orgasmo?». Eu viro-me para ele e digo: «Com um homem assim feio não dá para ir muito longe», mas o que eu queria mesmo dizer era que não gosto de paneleiros como ele, mas ele percebeu o que eu quis dizer. Foda-se, mete-me a mão por dentro das meias, da camisola e o caralho... Ainda por cima, fui o último, veio revistar-me depois de andar ali com as mãos em toda a gente. Tenho uma sorte nestas merdas! E o que eles fizeram aí a um gajo? Mandaram-no arrear as calças e aninhá-lo para ver se o gajo tinha droga no cu! Puseram-se a olhar para o cu do gajo e perguntaram-lhe: «Então, tás a gostar?». Foda-se!

O A.C. olha para o R.

- Não soubeste disso? Não soubeste que fizeram isso ao F.? – pergunta o R. ao A.C.
- Soube, soube que isso aconteceu (Diário de campo, 14 de Dezembro de 2005).

- Os moços [GNR] estiveram aí? – pergunta o J.F. ao L.C.
- Estiveram, ontem, mas a mim não me mandaram despir, era o último da fila – responde o L.C.
- Mandaram o pessoal despir-se? – pergunto eu.
- Eles fazem isso. Mandam as pessoas tirar o calçado e as meias, para ver se não têm droga nos pés, mandam tirar as camisolas... A mim mandaram-me ficar de T-shirt, a rapar um frio destes! – diz o J.F.
- E depois há aqueles apalpões... – conta o L.C.
- Eles apalpam as pessoas?
- Há um que apalpa, deve ter assim umas tendências... – diz o L.C.
- Mas é só um? – pergunto eu.
- É, é só um que faz isso – responde o L.C.
- (...) - Mete a mão nas virilhas, anda ali com as mãos... – diz o J.F.
- É, fica mais tempo ali com as mãos – diz o L.C. (Diário de campo, 23 de Janeiro de 2006).

Quanto às agressões, fala-se das que surgem de um modo totalmente arbitrário e “gratuito” contra determinados sujeitos, ou daquelas que derivam como reacção a algo, seja o acto de alguém soltar um desabafo acerca da presença das forças policiais, o lançamento de um alerta, a tentativa de fuga ou mesmo a manifestação de desagrado contra o uso indiscriminado de violência.

Ainda aqui há uns tempos eles apareceram, à hora de almoço, e um rapaz [Penso que se refere ao D.P., da Madalena, ele contou-me este episódio] só disse: «Pronto, já vou chegar atrasado ao trabalho...». Um deles ouviu o rapaz dizer isso e pregou-lhe logo com um pontapé no estômago – conta a A.M. (Diário de campo, 25 de Janeiro de 2006).

O P.M. chega e diz:

- Sr. Pedro, queria mostrar-lhe uma coisa, mas pedia às meninas que virassem a cara.
Desce as calças e mostra-me a coxa direita. Na parte de trás tem duas marcas vermelhas.
- É na coxa, não há problema em vermos – diz a P. [técnica da Equipa].
- Isto foi a GNR que me fez com o “cassetete”. Apareceram e levaram-me para o fundo do terreno. Um deles disse-me «anda lá para baixo!», sacou do “cassetete”, deu-me com ele na perna e disse «vamos lá, rápido!». Depois, quando me mandou embora, disse «põe-te a andar daqui para fora!». Ao dizer isso, também tirou o “cassetete” e levantou-o.
- Porque é que lhe fizeram isso? – pergunto eu.
- Não sei...
- Revistaram-no?
- Revistaram-me. Ao N. também lhe deram um empurrão, quando lhe disseram para ir lá para baixo (Diário de campo, 19 de Julho de 2006).

- Há bocado apareceu aí a polícia – diz o P.M.
- Outra vez? E fizeram alguma coisa?
- Um deles disse que, um dia destes, dá-me com a coronha da *shotgun* na cabeça. Estava fodido comigo porque, uma vez, eu defendi o N., quando eles estavam a bater-lhe (Diário de campo, 21 de Junho de 2006).

Assomam-se também descrições sobre violência policial que desponta como forma de intimidação e retaliação, cujo intuito será o silêncio dos lesados no que respeita a estes supostos acontecimentos. Quando a tomada de conhecimento de alegados actos de abuso de poder reiterados, a Equipa GIRUGaia encetou um tipo de actuação sustentada numa tentativa de maior proximidade e diálogo junto das chefias policiais, pretendendo, com isso, fomentar alterações ao nível das representações produzidas sobre o fenómeno droga, bem como sobre os seus actores directos³². Após ser colocado a par dessas suspeitas de abuso de autoridade, o Comando Territorial da GNR de Vila Nova de Gaia procedeu à abertura de um inquérito interno, no sentido de apurar a sua veracidade. Surgiram, então, relatos de uma “visita” policial sustentada em agressões físicas e

³² Exemplo deste trabalho de proximidade foi a acção de sensibilização que o GIRUGaia desenvolveu junto de elementos da GNR. Porém, e após a persistência de relatos de situações abusivas, a Equipa acabou por denunciar formalmente essas suspeitas. O processo deu-se por terminado com o seu arquivo por falta de provas.

verbais, no anúncio de invasões permanentes ao território, em ameaças dirigidas a determinados indivíduos e comentários desdenhosos sobre a Equipa GIRUGaia:

Vemos o P.M. e, atrás dele, vem a M.A. Dirigem-se na nossa direcção. Saímos da parte dianteira da carrinha e o P.M. diz-nos, num registo de manifesto nervosismo:

- Srs. Drs., vocês andaram a dizer à GNR que nós vos dissemos que eles deitaram seringas ao poço e, se foram vocês, fizeram muito mal, porque não deviam ter feito isso sem falar primeiro connosco e saber qual a nossa opinião! É que, agora, eles andam furiosos e querem escorraçar-nos daqui, querem tirar-nos daqui para fora! Disseram que, a partir de agora, vão começar a vir aqui todos os dias e que não querem ver aqui ninguém, senão, correm com as pessoas à porrada. Há bocado, um deles deu-me uma cacetada aqui na perna e disse que fui eu que contei isso. Virou-se para mim e disse: «Então foste dizer à Equipa que eu ando a atirar as seringas para o poço?», e pregou-me com o cassetete!

(...) A M.A. permanece a falar connosco sobre o sucedido.

(...) - Pois é, eles hoje já apareceram duas vezes e entraram aí ao pontapé a tudo o que encontravam à frente. O P.M. estava aí a dizer que lhe deram uma grande cacetada. Não foi assim tão forte como ele estava a pintar, mas deram-lhe... Chegaram e, um deles, o mais bruto deles todos, foi ter com o P.M. e disse-lhe: «Então andaste a dizer que eu atirei as seringas ao poço?». O P.M. disse-lhe: «Eu não disse nada, mas já me fizeram isso...». O gajo ficou fodido! Claro que, mesmo que não tenha sido ele a fazer isso, não fica contente porque está-se a acusar um colega. É que, aqui, aparecem aqueles que andam de fato-macaco, e às vezes até vêm com a cara tapada... Às vezes tiram fotografias às pessoas, apontam a maneira como as pessoas estão vestidas... (...) Eles estavam assim porque disseram que vão ser julgados para a semana e que, se lhes acontecer alguma coisa, quem paga somos nós. «Agora é que vocês vão ter razões para se queixarem, estou perdido por 10, perdido por 100... Se me acontecer alguma coisa, xino-os a todos, nem que vá para a cadeia! Agora vamos andar sempre aqui e vai tudo à nossa frente, seja homem ou seja mulher. Se não for com o cassetete, vai mesmo com a lanterna!», disse ele. Não querem ver ninguém a viver aqui. Ainda bem que não estou aí. Até pensava que um deles ia tirar-me o *caldo*, virei-me para ele e disse: «Sr. guarda, não me tire o *caldo*, estou a ressacar...». «Anda lá, *calda* lá que eu ilumino», disse-me ele. Esse foi fixe comigo, mas o outro... Então, esse que é mais fixe estava a falar comigo com calma, aparece o outro, o colega dele, e diz-lhe: «Também vais levar-lhes o pequeno-almoço à cama, como os da Equipa? Não sou as pessoas da Equipa!» (Diário de campo, 25 de Janeiro de 2006).

Eleva-se, desta forma, a convicção que tudo aquilo que é proveniente, ainda que ilegítima e abusivamente, das autoridades policiais torna-se incontrolável. A tentativa de resolução destas contendas pela via judicial é, assim, encarada por estes actores como

uma tarefa perdida, algo inexequível, pois, no fundo, «nós somos toxicodependentes» e «é a palavra deles contra a nossa». Mais, essa via é vista até como uma solução perniciosa: receia-se pela possibilidade de um avolumar das investidas policiais ao território psicotrópico, o que poderia vir a comprometer as actividades que aí se desenrolam, assim como a integridade física dos seus utilizadores. O carácter desviante que é atribuído à esfera das drogas acaba, assim, por ser reconhecido, incorporado e reforçado pelos seus próprios actores. Daí os desabafos que se ouvem frequentemente, expressando vontade de se «pagar com a mesma moeda», de «apanhá-los à civil» e retaliar, de «fazer-lhes a folha» quando não estão de serviço e em grupo – isto porque, «o que lhes vale é a farda». Esta é encarada como um elemento simbólico que consagra todo o poder e imunidade àqueles que a envergam, ainda que as condutas possam extravasar os limites legais do exercício da autoridade.

- Eles, às vezes, chegam aí e começam a dar porrada nas pessoas – diz o A.R.
- Assim, sem mais nem menos? Chegam aí e começam a descarregar?
- Sim, sim, entram lá dentro e começam a dar. O P.M., por exemplo, aqui há uns tempos andava com o corpo todo pisado, porque eles apareceram e deram-lhe porrada. Foda-se, filhos da puta! Têm a mania, só porque estão fardados. Eu não tenho medo deles, tenho medo é da farda! (Diário de campo, 13 de Dezembro de 2005).

Uma vez, [num Posto Territorial da GNR], deram-me com uma lista telefónica na cabeça. E houve um bónus, que já foi embora daqui, que me obrigou a pôr os dedos em cima da secretária e começou a dar-me com o cassetete nos dedos. Ele já não pára por aqui, mas eu nunca mais me esqueci da cara desse gajo, tirei-lhe a fotografia. Um dia que o encontre, ele está fodido comigo – desabafa o P.M.

- O P.M. apresentou queixa? – pergunto eu.
- Não, não vale a pena. Sou toxicodependente, por isso não se resolve nada. A maneira de resolver isto é, um dia, apanha-lo à paisana... Mas não é pra lhe bater, é mesmo numa de mandá-lo desta pra melhor! (Diário de campo, 9 de Novembro de 2005).

A polícia aparece aí frequentemente. Às vezes estamos até com as coisas todas preparadas, mas, a mim, nunca me fizeram nada. Aqui há uns tempos, apareceram e eu estava com a *prata* na mão, aquilo já estava em bolha³³ e eles chamaram-me. Pousei a prata no chão e, depois de eles terem ido embora, encontrei-a exactamente como a tinha deixado. Só não gostei, e fiquei muito revoltado, da

³³ Quando a heroína é aquecida transforma-se em estado líquido, formando uma bolha. O vapor, que desse processo resulta, é aspirado através de um tubo.

atitude deles quando, naquele dia, mandaram as pessoas sentarem-se todas no chão e começaram a ameaçar toda a gente, começaram a dizer que se não tivessem cassete que era mesmo com a lanterna, que faziam as pessoas engolir a lanterna. Até concordo que se avance com essa denúncia, mas não sei se vai resolver alguma coisa, porque vocês já falaram com o chefe [Comandante do Destacamento Territorial da GNR de Vila Nova de Gaia], mas quem vem cá são os subalternos dele e as coisas continuam na mesma. Lá em cima não sabem o que se passa. Quando eles apareceram, eu estava a assistir àquilo e estava a começar a ferver! Se algum deles se viraasse a mim eu não me ficava, respondia com a mesma moeda... – diz o F.M.

- F.M., essas coisas também não são assim que se resolvem, há outras formas de tratar esses assuntos. A prova que essas pessoas estão a ser chateadas e pressionadas é que vieram cá e tentaram descarregar em vocês. Realmente, tem que se fazer qualquer coisa quando isso acontece, mas não é com a violência que as coisas se resolvem. Dessa forma, o F.M. iria perder a razão toda. – aconselha a L. [técnica da Equipa].

- Então, se eles se virarem à porrada, se me agredirem ou se disserem que me fazem engolir a lanterna, eu deixo-me ficar? Comigo não dá, porque eu fervo em pouca água! Já estava a ficar fodido quando eles começaram a ameaçar-nos e já estava a ver se iam virar-se para mim! (Diário de campo, 30 de Janeiro de 2006).

Estou a ficar-lhes com um pó do caralho, estou a chegar mesmo ao meu limite. Estou com uma raiva deles! Um dia, trago um machado que tenho lá em casa e tiro o braço ao primeiro gajo que me tocar. Nem é preciso força, com esse machado é só pousar... Desgraço a minha vida, mas, ao menos, dá-me prazer...

- Mas há outras formas de resolver estas coisas, P.M. Apresente queixa – digo eu.

A F. e a P. [técnicas da Equipa] reforçam a minha opinião.

- Isso não resolve nada, só serve para eles me chatearem mais. Se eu fizer isso, eles ainda aparecem mais vezes para me fazerem isto (Diário de campo, 19 de Julho de 2006).

Trata-se, assim, da percepção de uma ameaça face à qual a sujeição, a passividade e a acomodação são tidas como as posturas indicadas para minimizar os efeitos negativos que da acção policial possam advir. Quem exerce a actividade da *venda* não deixa, também, de ter presente esta preocupação, bem como de reforça-la junto dos restantes actores que mantêm o território. O *dealer* evita ao máximo a presença das autoridades no local e não encara de bom grado procedimentos susceptíveis de provocar a reacção das mesmas. Não deixa de se constatar, também no âmbito relacional, o desenvolvimento de dinâmicas de adaptação que, em troca de algumas concessões e contrariedades, visam salvaguardar o exercício das actividades *drug* e evitar problemas judiciais.

Todavia, estes actores lidam de uma forma diferenciada com o carácter desviante que lhes é imputado através das drogas. Os discursos produzidos acerca das actuações policiais deixam patente essa disparidade. Há, por um lado, quem, apesar de não aprovar esses actos, se conforme a eles, evocando a ilicitude associada às drogas e ao território psicotrópico como fundamento para essa resignação. Por outras palavras, procura-se justificar as condutas dos agentes da lei através de um posicionamento nos papéis dos mesmos: «também temos que ver o lado deles», «nós não podemos estar aqui». Admite-se, assim, a possibilidade de as autoridades percepcionarem esse espaço como um lugar onde o perigo é manifesto, no interior do qual podem surgir, subitamente, ameaças de várias ordens:

- A mim, nunca me faltaram ao respeito, mas, se faltassem, eu apresentava queixa! – diz o M.
- O problema é que quase ninguém faz isso, seja aqui ou noutra situação qualquer – comento eu.
- Há coisas que eles fazem que não estão correctas, mas também comprehendo a parte deles. Estão a fazer o trabalho deles. (...) Não estou sequer a defendê-los, até porque não gosto deles. Só estou a dizer que comprehendo a parte deles e que o trabalho deles também não é fácil. Já viu o que é aparecerem aqui de noite, tudo escuro, sem saberem se está aí alguém armado? Já os vi a aparecerem e a mandarem uns estalos a um gajo que começou a fugir. Deviam pensar que ele era traficante, porque o que eles querem é apanhar os traficantes. Depois revistaram o moço e ele não tinha nada, mas também não valia a pena ele estar a fugir se não tinha nada. Quando eles aparecem eu não fujo, deixo-me estar! Fugir para quê? (Diário de campo, 30 de Janeiro de 2006).

Há, por outro lado, quem encarne um outro tipo de postura, à qual está inherente a veiculação de uma «fachada pessoal» (cf. Goffmam 1993) que se demarca daquela que a maioria dos frequentadores do território psicotrópico emite. Trata-se de não incorporar, de forma tão explícita, o carácter desviante que advém do uso de drogas, demonstrando que estas não ocupam uma posição exclusiva no dia-a-dia:

- Então eles [GNR] apareceram aí outra vez... – comento eu.
- É, estiveram aí ontem – responde o L.C.
- E portaram-se bem? – pergunta-lhe a F. [técnica da Equipa].
- Comigo, sempre! Enquanto eu estava a mexer na carteira, viram que tinha um papel com um poema escrito. Um deles perguntou-me se podia ler... (...) Perguntou-me: «Foi você que escreveu? Posso ler?». Então, ficou muito admirado por ter sido eu a escrever aquilo. Depois, vira-se para mim e pergunta: «Você sabe como é que se chama este tipo de quadras?». «Sei», digo eu,

«são alexandrinas». Ele ficou espantado, a olhar para mim: «Você sabe!». «Um dia destes, quero que me escreva um», diz-me ele.

- Ele pediu-lhe um poema? – pergunto eu a rir-me.
- Pediu! Mas é melhor não lhe escrever nada... Ou, então, dou-lhe o poema e fujo logo! – diz o L.C. a rir-se – Mas eles nem sequer me revistaram. Revistaram toda a gente, menos a mim. Eu estava lá num cantinho e eles deixaram passar... É bom sentir que eles fazem esta diferenciação...
(Diário de campo, 23 de Janeiro de 2006).

A negação desse traço desviante funciona, assim, como uma espécie de advertência que faz antever uma reacção distinta daquela adoptada por aqueles que serão alvo habitual de abusos. Esses, as alegadas vítimas, tendem a ser indivíduos cuja fachada pessoal torna visível uma maior vulnerabilidade, um estilo de vida centrado em rotinas que se desenvolvem quase exclusivamente em torno da esfera das drogas.

Admite-se, efectivamente, que neste contexto produz-se uma desigualdade ao nível das interacções que os elementos das forças policiais estabelecem com os actores que compõem o território. Se uns serão alvo de abusos, outros, pelo contrário, serão objecto de actuações de cariz mais “preventivo”, o que faz com que, por vezes, se diga que alguns deles – dos agentes da autoridade – são «porreiros». Esta imagem, a do polícia «porreiro», advém das situações mais variadas, mas prende-se, normalmente, com procedimentos que não colocam entraves aos consumos que estão a ser praticados no momento de uma incursão: permitir que a pessoa acabe de consumir antes de ser revistada, iluminar com a lanterna o *caldo* ou o *fumo* que está a ser dado, não retirar o *produto*, etc.

- Olhe, até lhe vou contar uma coisa que vai ficar aqui entre nós: uma vez, um deles [GNR], esse que pregou umas chapadas ao outro moço, viu que eu estava a fumar na *prata* e apontou a lanterna para eu ver melhor. Isso também não se pode fazer e ele fez, foi porreiro comigo! – confessou-me o M., num tom de voz baixo (Diário de campo, 30 de Janeiro de 2006).

- Ontem eu estava ali, eles [GNR] chegaram, encostaram-me o jipe e meteram-me lá dentro – diz a F.C.
- Fizeram-lhe alguma coisa? – pergunta a P. [técnica da Equipa].
- Não... – responde a F.C.
- Mas há polícias fixes – diz o P.M. – Já houve uns que apareceram aí e que não eram assim, eram humanos connosco. Houve um que já me apanhou a consumir às escuras e iluminou-me com a

lanterna, enquanto eu estava a dar o *caldo*. Disse: «Pronto, acaba lá de consumir... Este foi o estilo de vida que vocês escolheram, tenho que respeitar...». Agora, a estes que me fazem isto [agressões físicas], é apanhá-los sem a farda e fazer-lhes sei lá o quê... Os piores são os mais novos! (Diário de campo, 19 de Julho de 2006).

Mas outros procedimentos contribuem também para a edificação dessa imagem positiva sobre determinados agentes, como é o caso de advertências ou de elogios que são garbosamente dirigidos a alguns dos actores, ou até mesmo o desenrolar de interlocuções acerca de temáticas que extravasam o âmbito das drogas.

Aparece o L.C. A dada altura, diz-nos:

- Nunca mais chega a hora de ir para Espanha...
- Por causa daquele emprego que o L.C. falou?
- Sim. Já estava pronto para ir, mas depois não fui. Até os da GNR ficaram tristes, a sério! Aqui há uns dias, viram-me com as mochilas às costas, eu disse-lhes que ia trabalhar para Espanha e um deles disse-me: «Fico muito contente!». Um dia destes eles apareceram aí, ele viu-me e perguntou-me: «Então, você já está aqui?». Eu expliquei-lhe que acabei por não ir [não me lembro da razão pela qual o L.C. não foi para Espanha] e ele disse: «Que pena! Tinha ficado contente por saber que ia para Espanha trabalhar, e agora encontro-o aqui... (Diário de campo, 23 de Janeiro de 2006).

- Estou a viver aqui na “casa” mas tenho tudo arrumadinho, gosto de ter tudo limpo. Se vocês forem agora lá dentro, ao sítio onde durmo, podem comprovar isso. Até a polícia ficou admirada, quando entrou lá. Puseram-se a olhar e disseram: «Sim senhor, isto está muito arrumado!». Claro que eles vão lá, revistam-me as coisas mas, até agora, não implicaram comigo, só me disseram: «Não deixe vir ninguém para aqui. Sabe que, se encontrarmos aqui qualquer coisa, pode haver complicações para o seu lado.» - desafava o F.M. (Diário de campo, 21 de Dezembro de 2005).

As incursões policiais ao território psicotrópico poderão reunir, assim, aspectos tão dispares, como a violenta «cacetada» ou o agradável diálogo sobre poesia e quadras alexandrinas. Será por essa razão que, relativamente às agressões, determinados indivíduos são da opinião que «eles sabem muito bem a quem podem fazer destas coisas». Trata-se da convicção de que é realizada uma leitura da fachada pessoal, através da qual são identificados determinados traços – tipo de rotinas e estilos de vida, grau de afectação à esfera das drogas, etc. – susceptíveis de produzir efeitos sobre a acção desencadeada.

- Mas tem sido mais a si que eles [GNR] fazem estas coisas, não é? – pergunto eu ao P.M.
 - É, é mais a mim. Eles sabem muito bem a quem podem fazer destas coisas. Aqui há uns tempos, num dia que apareceram aí, deram um pontapé ao V.F. (...). Estava também uma pessoa, que não vou dizer o nome, mas que é torneiro e que, pronto, já tem uma certa cultura. Eles foram ter com ele, e ele disse-lhes: «Em primeiro lugar, para me revistarem têm de usar luvas! E, em segundo lugar, eu não vou levar um pontapé igual àquele!». Com essa pessoa eles baixaram a bolinha!
- (Diário de campo, 19 de Julho de 2006).

Para determinados actores – aqueles que serão alvo de procedimentos mais “corteses” –, esta diferença de tratamento permite uma atenuação do carácter desviante associado às drogas, fazendo sentir que «não se é como os outros». Porém, para outros indivíduos – aqueles cujas rotinas adstritas aos consumos são irreconciliáveis com outras esferas –, o estigma que advém do uso de substâncias ilícitas poderá sair reforçado com este tipo de procedimentos:

- Deram-me este sobretudo da Marinha e olhem o que me fizeram ontem. Isto foi com uma catana! Uns gajos, que me apareceram ali, vinham de catana e fizeram-me isto. Estou a falar a sério, não estou a brincar! - relata o P.M., mostrando-nos um rasgão na manga.
- A sério? – pergunto eu.
- É verdade! Depois fui apresentar queixa na GNR e eles começaram-se a rir, disseram-me: «Haviam era de te cortar o braço! Ou, então, cortar-te a língua, para não andares a dizer coisas que não deves!» (Diário de campo, 1 de Março de 2006).

São estas as razões pelas quais determinados sujeitos têm presente, de uma forma mais marcante que outros, o espectro da polícia. Vimos que, no âmbito desta categoria social – a dos utilizadores de drogas em contexto de rua –, os actores são expostos a processos de marginalização de diferentes intensidades. As interacções que se desenvolvem com as autoridades diferem de indivíduo para indivíduo e relacionam-se, em grande medida, com o tipo de rotinas e estilos de vida que se demonstra desenvolver. Por outro lado, o resultado dessas interacções é susceptível de fomentar o reforço e a incorporação do carácter desviante junto de determinados elementos.

Ainda no campo relacional, faremos agora uma incursão sobre as interacções desencadeadas entre os actores do território e a população das imediações.

A COMUNIDADE ENVOLVENTE

Uma primeira percepção acerca das interacções desenvolvidas entre os actores das drogas e a comunidade que envolve o território psicotrópico tende a revelar uma aparente neutralidade, proveniente de ambas as partes, relativamente à proximidade e presença da outra, como se de duas realidades estanques se tratassesem. É, pelo menos, essa a imagem que sobressai das entrevistas por nós realizadas. Menciona-se a indiferença com que os moradores das imediações encaram a existência, porta com porta, de um espaço onde se procede à venda e consumo de drogas de uma forma regular e reiterada. Este silêncio é interpretado, pelos actores que frequentam a zona, como um indício que revela uma aceitação complacente por parte da população envolvente, um relacionamento de tipo “harmonioso”. Trata-se de uma imagem que é reforçada com o discurso que declara «nunca ter havido problemas» nos quais estivessem envolvidas pessoas que habitualmente fazem uso do território – «eles», os moradores, «nunca se queixaram» e «nós não somos mal-educados». Deste modo, aquilo que é comumente proferido, acerca da relação estabelecida com a população envolvente, faz denotar um ambiente desprovido de tensão, onde nenhuma das partes manifesta qualquer tipo incómodo:

P.M.: Damo-nos bem, damos! Digo-lhe, até, são vizinhos porreiros. Se fosse com outros vizinhos, não admitiam uma coisa destas. Faziam como fizeram em Francelos, as milícias e tudo... Também o pessoal, aqui, não é pessoal de andar aqui a roubar. Os roubos que tem havido são poucos, mas os que tem havido são gajos que vêm de fora, que nem são daqui de Canidelo. São gajos que vêm da Aguda, de Espinho... Vêm aqui buscar droga, não são daqui, vêm um carro aberto, ou isto ou aquilo, não é? «Olha, não sou daqui, é raro vir aqui, olha vou roubar isto», e roubam, tá a perceber? Mas é mesmo pouco, os roubos. Veja lá, desde que a gente está ali, que houvesse três ou quatro roubos, foi o máximo. E nem foi assim que se possa chamar um roubo mesmo. Mais de resto, não tem havido assim problemas com a vizinhança nem nada. (...) Vocês até vão ali ao café [nome do café] e vão lá perguntar. A senhora, de certeza, que diz bem da gente. A gente vai lá, fazemos despesas, não somos mal-educados nem nada (Entrevista ao P.M.).

L.C.: Nós nunca tivemos problemas com os moradores. Nunca, nunca, nunca, nunca, nunca. Nunca, nenhum de nós!

Pedro Machado: Tem-se uma boa opinião acerca deles?

L.C.: É porque as pessoas que são daqui, as pessoas que são daqui de Canidelo, nunca armam bronca aqui em Canidelo. Sempre que há qualquer coisa, é sempre pessoal que vem de fora que arma bronca.

Pedro Machado: Que tipo de bronca?

L.C.: Roubos, por exemplo, coisas assim. Quando acontecem, são pessoas que não são daqui.

Pedro Machado: Têm a noção que os moradores sabem que são pessoas de fora?

L.C.: Sim...

Pedro Machado: Ou acabam por “meter toda a gente no mesmo saco”?

L.C.: Quer dizer, deve depender das pessoas. Deve depender das pessoas. Deve depender das pessoas... Mas, de um modo geral, nunca ninguém escorraçou ninguém. Se, às vezes, há queixas, é mais por causa do barulho, à noite. Alguns exageram um bocadinho, é verdade. De resto...
(Entrevista ao L.C.)

F.C.: Olha, muito sinceramente, muito sinceramente, é uma das coisas que me admira, os moradores. É assim, não... Saberem, sabem, não é? Sabem perfeitamente o que é aquilo. Mas não há conflitos. As pessoas passam e entram, saem, entram para o campo, saem e passam. Quer dizer, eu nunca ouvi o mínimo de uma discussão ali, tanto que, há mesmo as casas em frente e tudo... As pessoas não dizem nada, absolutamente nada! E passam, «boa tarde», «bom dia», respeitam. É assim, é uma coisa muito sossegada, mesmo. Eles, pelo menos, aceitam, não é? Porque, se não aceitassem, eu acho que já se tinham imposto. Mas não! Ali, tudo bem com eles! Não há qualquer tipo de problema. A sério, não sei! Por enquanto, não se passa nada (Entrevista à F.C.).

Todavia, não pode dizer que se tratam de duas realidades herméticas e independentes. Por ambas as partes são construídas representações sociais e, como tal, estas acabam por interferir sobre os moldes através dos quais se desenrolam as próprias acções. As tentativas de ocultação das actividades *drug* e o estabelecimento de barreiras – físicas e simbólicas – com o exterior do território psicotrópico, trata-se, tal como vimos anteriormente, de posturas que visam afastar atitudes reactivas oriundas não só das forças policiais, mas também da «vizinhança». Por vezes, evita-se a população envolvente não apenas pela via do encobrimento das actividades que se desdobram naquele espaço, mas, inclusivamente, por evasões ao contacto visual com transeuntes ou moradores. Na rua, ou, mais propriamente, nas imediações do território, adopta-se alguma descrição e reserva, desvia-se os olhares das restantes pessoas, evita-se o confronto visual. Há, inclusivamente, indivíduos que, evitando deparar-se com alguém pertencente à sua rede de conhecimentos, procuram entrar no ponto de venda de um modo despercebido ou dissimulado. Se o território psicotrópico estabelece um perímetro

no interior do qual os actores das drogas encontram um certo resguardo relativamente aos olhares de estranhos, a via pública das imediações pode, pelo contrário, ser palco de constrangimentos:

Observo as pessoas que vão saindo [do território psicotrópico] e, grande parte delas, não olha sequer para o interior da carrinha. Aparentemente não vêm que sou eu quem está ali, pelo que aceno a alguns deles, para os cumprimentar. Parece um pouco incongruente, por um lado, a permanente atitude de vigilância que as pessoas daqui adoptam e, por outro lado, a aparente falta de curiosidade em saber quem se encontra dentro de uma carrinha estacionada mesmo em frente da “casa” onde se juntam para comprar e para consumir. Reparo que, mesmo às poucas pessoas com quem se cruzam na rua, não lhes dirigem directamente os olhares (Diário de campo, 21 de Novembro de 2005).

Vemos um indivíduo que começa a correr, depois de ter entrado no terreno que dá acesso ao território. A F. [técnica da Equipa] comenta que o viu sair de um Pólo escuro, estacionado em frente do terreno. Segundo ela, quando o indivíduo saiu do carro andou devagar e disfarçadamente, até que atravessou a rua, entrou no terreno e começou a correr bastante em direcção ao local de venda (Diário de campo, 29 de Março de 2006).

Muitas das vezes, quando exposto ao exterior do território psicotrópico, o actor das drogas é alvo de observação persistente, tornando-se em alguém que vai despertando a atenção e a curiosidade daqueles que percorrem a via pública ou que habitam nas proximidades do local. A percepção da diferença e o contacto com o “exótico” dão-se à porta de casa ou no percurso para o café do fundo da rua. O Outro, com toda a sua carga desviante, encontra-se permanentemente sob mira, mas raramente é abordado directamente por alguém:

Esperamos então que [o P.M.] vá consumir. Nesse momento, reparo que se juntam alguns indivíduos consumidores em frente da “casa”, embora se encontrem no interior do espaço cercado pelos muros do terreno da mesma. Vão três pessoas a passar na rua e, uma delas, uma mulher de meia-idade, olha insistentemente, sem deixar de caminhar, para os indivíduos que se encontram em frente da “casa” (Diário de campo, 21 de Novembro de 2005).

Constatámos, ao longo do nosso trabalho de observação, que este tipo de interesse e curiosidade, que despontam por parte de elementos da «vizinhança», é amiudadamente interpretado – por indivíduos afectos a actividades *drug* – como uma postura invasiva.

Ao contrário do que nos foi dado a entender através das entrevistas realizadas, e não obstante a construção de representações sociais positivas sobre determinados moradores, denota-se a existência, de parte a parte, de uma tensão latente sobre a zona que envolve o ponto de venda e consumo. Referimos “latente” na medida em que, por norma, ambas as partes se evitam de forma mútua, não confrontando directamente a outra:

Há uma mulher, com cerca de 50 anos, que passa na rua. Dá uns passos atrás e, por momentos, fica a olhar para dentro da carrinha. Também nós ficamos a olhar para ela, sem dizermos nada, até que ela diz: «Ah, são bolos. Pensava que eram legumes». Vira costas e segue o seu caminho. O V.A., que permaneceu sempre de costas para ela, solta o seguinte comentário, num tom de voz baixo: «Bruxa!». A L. [técnica da Equipa] e eu ficamos a olhar para ele, com um ar de riso.

- Está sempre a deitar sacos para o mar – diz ele.
- Sacos para o mar? – pergunto eu, sem saber o que pretende dizer.
- Sim, faz bruxedos. É bruxa. E, depois, está sempre a querer saber da vida de toda a gente, para ir contar às outras pessoas. Ainda agora, ela queria saber o que é que havia aqui, para depois ir contar aos outros (Diário de campo, 3 de Abril de 2006).

A dada altura, fica apenas o C.L. connosco. Começa a falar da vizinhança ali do local:

- Ái, nessa casa, vive um doutor. Não sei dizer muito bem o que ele é, mas é um doutor de leis, uma pessoa mesmo inteligente. É boa pessoa. Agora, a que vive ali, ui! Está sempre a espreitar e a ver o que se passa! Ainda não repararam?
- Não – dizemos nós.
- Há dias em que ela vem, umas poucas de vezes, espreitar cá fora. Ainda na sexta-feira passada, naquele dia que choveu muito, eu vim para aqui e não estava ninguém na rua. Fui abrigar-me ali na entrada daquela casa, à beira dos ecopontos. Quando eu estava lá, ela foi aos ecopontos e ouvia-a dizer: «Desgraçados, ordinários». Então, mandei logo o recado, como se estivesse a falar sozinho: «Não há uma morte que leve estas putas!». Eu já a conheço do tempo em que vivi aqui, quando estava com a mãe do meu filho... Já nessa altura, não me dava bem com ela (Diário de campo, 24 de Abril de 2006).

Vamos a caminho do Flower e estamos expectantes para saber se a “casa” já foi demolida. A informação que temos, dos nossos colegas que ontem fizeram trabalho de rua, é que estava já preparada uma máquina para trabalhar ali na “casa”. Depois de dobrarmos a esquina, avistamos a “casa”. «Ainda não foi hoje», comentamos nós.

Estacionamos a carrinha e o primeiro a chegar é o C.L. (...) Expressando alguma revolta, o C.L. começa a referir-se a alguém que, num primeiro momento, não conseguimos saber de quem se trata, nem sequer a razão de ele estar a queixar-se desse modo.

- Aquela cabra do monte! É só cabras! Cabra do monte! É ela e a outra que vive adiante dela, que é outra besta! – diz ele.
- De quem está a falar, C.L.? – perguntámos nós.
- Daquela cabra que só está bem a falar mal dos outros!
- Mas o que é se passou? – pergunto eu.
- O que se passou foi que, como vocês sabem, a “casa” vai abaixo, até já está aí uma máquina que já começou a fazer limpeza lá atrás. Esteve aí o homenzinho durante o dia a trabalhar. Correu tudo bem, não houve complicações nem nada, ninguém se meteu com ele. Estive aí de manhã, vi o senhor a trabalhar e disse ao pessoal para o deixarem trabalhar à vontade, para não o estorvarem. Ninguém se meteu com ele. Mas isto ainda não vai abaixo amanhã, porque vão ter que fazer aí umas coisas. Não é que eu vou a passar ali e vejo aquela cabra do monte, aquela que vive nesta casa daqui, a falar com o homem da máquina? Já sabia o que é que ela devia estar a dizer. Abrandei para ouvir a conversa, fiz mesmo de propósito para ouvir a conversa! Então, ouço-a dizer: «Então, aqueles mendigos ainda vão ter mais uma noite?» (Diário de campo, 1 de Fevereiro de 2006).

Se, tal como já referimos acima, a execução de actividades *drug* num determinado espaço implica o estabelecimento de barreiras com o exterior desse contexto, por outro lado, para a população que envolve a zona, o *junkie* também não é bem-vindo, trate-se de alguém a evitar, uma figura que personifica a ameaça que advém do uso de substâncias ilícitas. Apesar da prudência e dos procedimentos adoptados em prol da ocultação das movimentações associadas à droga, esta, ou melhor, o seu espectro, não passa despercebido à «vizinhança». Mesmo que, grande parte das pessoas que ali vivem, possa nunca ter estabelecido qualquer contacto – físico ou mesmo visual – com o tipo de substâncias que ali se transaccionam, sabe-se que a droga existe e circula naquele ponto de permanente entrada e saída de indivíduos. Daí o abaixo-assinado, apresentado por alguns dos moradores à Junta de Freguesia, solicitando a demolição do edifício devoluto³⁴. O arrasamento desse espaço é considerado, assim, como a solução mais conveniente e eficaz para resolver o incómodo sentido pela proximidade física de

³⁴ Os utilizadores do território psicotrópico não tomaram conhecimento da apresentação deste abaixo-assinado – a demolição do edifício foi atribuída, meramente, à acção da Junta de Freguesia. Tal é ilustrativo do aparente “bem-estar” social que paira sobre a zona que circunda o ponto de venda e consumo.

figuras desviantes. Da mesma forma, os discursos construídos, acerca dos indivíduos que frequentam o território, ilustram bem essa tensão latente. «Eles só estão assim porque querem», «não querem fazer nada», «têm tudo de mão beijada», são comentários que são, muitas das vezes, intencionalmente dirigidos aos técnicos do GIRUGaia, como demonstração de desagrado face à existência de actores das drogas na zona, mas também face à intervenção da Equipa. Há quem considere o *junkie* como não sendo digno de acções provenientes de estruturas de suporte e apoio, já que é visto como alguém cujo estilo de vida, por si só, já se reveste de bastantes comodidades. Os casos de familiares, ou de pessoas próximas, com historial de consumos são, habitualmente, evocados para sustentar este tipo de discurso.

As concepções – sejam elas mais ou menos condescendentes – geradas sobre aqueles que mantêm e configuram o território psicotrópico são construídas, quase exclusivamente, com base na conexão que existe às drogas. Estas representações não deixam de veicular generalizações, através das quais é construído o estereótipo do utilizador de drogas, do «drogado». A diabolização das substâncias provoca, desse modo, uma espécie de “onda de choque” sobre os indivíduos que demonstram utilizá-las, sendo que, por vezes, a ênfase negativa dessas percepções acaba por ser colocada com maior intensidade nos actores, mais até do que nas próprias drogas:

O P. [técnico da Equipa] e eu caminhávamos para a “casa”. Perto do sítio onde estacionámos a carrinha passavam dois indivíduos e, um deles, com cerca de 18 anos de idade, vendo que transportávamos os contentores de seringas, gritou:

- Dêem uma injecção àqueles gajos, para ver se eles vão c’o caralho! (Diário de campo, 15 de Junho de 2004).

A P. [técnica da Equipa] conta-me mais pormenores acerca do dia em que foram abordadas por um morador em Canidelo. O indivíduo deu o exemplo e enalteceu um país onde, segundo ele, os consumidores de drogas são enterrados de pé, apenas com a cabeça de fora, até lhes passar a ressaca. A P. argumentou que isso seria cruel. Uma moradora da mesma casa contou que teve um namorado, que era consumidor, e que essas pessoas destroem as famílias. O indivíduo relatou que também teve um irmão, consumidor, e que o levou para um Centro de Gondomar. No entanto, o irmão abandonou o tratamento e telefonou-lhe a pedir dinheiro, porque estava endividado e a ser ameaçado por uma pessoa que apontava uma arma à sua cabeça. O indivíduo pediu para falar com a pessoa que estava, supostamente, a ameaça-lo e disse-lhe para puxar o gatilho. (...) Enquanto a P. falava com os moradores, na carrinha estava a O. [técnica da Equipa], juntamente com o M. Este,

ao ouvir o indivíduo falar, dizia para a O.: «Este está pr' aqui a falar, mas também já andou a vender droga, foi das pessoas que mais droga vendeu aqui» (Diário de campo, 12 de Abril de 2006).

Encontrámos uma moradora que nos abordou, informando que hoje houve um indivíduo que morreu ali na “casa”. Procurámos saber a quem ela se referia.

- Foi um com quem vocês ontem estiveram a falar, que não quis ir ao hospital. (...) Isto foi um mal que veio ao mundo. Eles não querem trabalhar! É a perdição da juventude, metem-se nisso e não querem fazer nada. A juventude está perdida... (Diário de campo, 27 de Abril de 2004).

[Deixámos a chave na ignição da carrinha e as duas portas trancadas]. Entretanto, a L. [técnica da Equipa] chega com dois chapeiros, cada um com os seus vinte e tal anos. Tentam abrir, metendo uma chave de fenda, a fazer de alavanca, na parte de cima da porta, de modo a abrir uma brecha, metendo depois um arame que puxará o fecho interior. O M. segura na chave de fenda, fazendo com que se mantenha uma folga, para que o arame seja manobrado mais facilmente. Do outro lado, são dadas as indicações para que o arame seja conduzido até à posição do fecho interior. «Então são estas as pessoas a quem vocês dão de comer? São gente boa, mas às vezes fazem umas asneiras», diz um dos chapeiros, enquanto manobra o arame. «Este aqui [o M.], até o conheço, trabalha na [local de trabalho do M.]. É um bocadinho malandro!» (Diário de campo, 30 de Janeiro de 2006).

Para a população envolvente, a ameaça que reveste a figura do utilizador de drogas transporta o imponderável para a vida de todos os dias. A ocorrência de anteriores situações relacionadas com furtos veio introduzir, no quotidiano de alguns moradores, precauções, rotinas e hábitos específicos, cujo intuito é de atenuar a insegurança e o receio que são sentidos no local:

Durante a reunião de Equipa, a O. e o P. [técnicos] contaram como correu a aplicação dos questionários aos moradores de Canidelo. Estes referiram que sentem um certo incômodo com a presença de indivíduos consumidores ali no local e que, inclusive, têm tido problemas com o V.A. Segundo os moradores, ele já efectuou assaltos a pessoas que passavam na rua e também fez ameaças. O incômodo deles está também associado a assaltos, levados a cabo em moradias dali, e ao medo que as crianças têm dos indivíduos que frequentam a zona. De acordo com os relatos, há moradores que, quando as crianças saem para a escola, acompanham-nas até uma zona que julgam mais segura. De modo semelhante, vão busca-las a determinado local no momento em que regressam.

Falaram também do P.M., «aquele que anda sempre muito só e que parece meio maluquinho. Aquele [descrições de traços físicos do P.M.] que estava sempre à janela da “casa”». Não

produziram queixas sobre ele, referiram que andava a pedir. Uma das moradoras contou que, no Natal, o viu sozinho, ali na janela da “casa”. Apesar de essa moradora ter ido passar o Natal a casa da sua sogra, levou uma panela de comida ao P.M., mas fê-lo de modo a dar a entender que iria passar o Natal ali em casa, com receio que esta fosse assaltada.

Um dos moradores confessou que, inicialmente, quando começou a ver a carrinha do GIRUGaia estava convencido que íamos *meter* droga ali no local (Diário de campo, 23 de Maio de 2006).

A ausência de contendas directas, bem como o aparente “bem-estar” entre utilizadores do território psicotrópico e a comunidade que envolve esse espaço, encobrem, assim, representações sociais – provenientes de ambos os lados –, através das quais não deixa de se percepcionar a outra parte como uma ameaça produtora de constrangimentos. Desponta, assim, um evitamento mútuo, para o qual contribuem, em grande medida, as concepções de senso comum que diabolizam o tipo de substâncias ilícitas que circulam na zona. Como tal, geram-se, por um lado, movimentações de ocultação das actividades adstritas às drogas, movimentações essas que acabam por produzir fenómenos de incorporação e de reforço de um carácter desviante junto de indivíduos afectos a este estilo de vida. Por outro lado, da parte da população envolvente, evita-se a figura do actor do psicotropismo, geram-se dinâmicas de exclusão e estereótipos que estabelecem uma relação estreita entre o uso de drogas e a delinquência. Sobressai, uma vez mais, a importância que as dimensões exteriores ao indivíduo e às substâncias assumem naquilo que compõe o fenómeno droga.

CAPÍTULO IV – AS RELAÇÕES COM AS SUBSTÂNCIAS

O INÍCIO DOS CONSUMOS

O primeiro contacto estabelecido com produtos ilícitos dá-se, normalmente, no interior da rede social do indivíduo; seja no círculo de amigos, de conhecidos ou até mesmo na esfera familiar. Não dispomos, aliás, de relatos que indiquem experiências iniciadas a só. As dinâmicas adstritas a este tipo de substâncias confinam-se a circuitos fechados, pelo que o próprio acesso, a administração, as formas de uso e a relação que se estabelece com elas, pressupõem algum conhecimento prévio, estão subjacentes a processos de aprendizagem e de socialização no meio.

Eu era tão inocente que, uma vez, um gajo pregou-me um coro: íamos dividir o *pacote* e ele disse que, em vez do tubo feito com a *prata*, podíamos fumar com a antena de um carro, mas disse-me: «Não encostes a antena à bolha porque perdemos o produto, aquilo agarra à antena e acabou!». Eu não sabia que, se se derreter o que fica no tubo, aquilo fica outra vez líquido e fuma-se outra vez. Então, estávamos a fumar e eu encostei a antena à bolha, ficou tudo lá dentro e ele disse: «Pronto, acabou! Já não dá para fumar mais!». Na altura acreditei e, só passado algum tempo, é que descobri o que ele me fez... (Diário de campo, 13 de Fevereiro de 2006).

Também o relato do A.R. ilustra este processo de aprendizagem que está inerente àquilo que envolve um, aparentemente, simples acto de consumo. A sua namorada, tendo iniciado recentemente um itinerário na heroína, encontra-se dependente do companheiro, uma vez que não consegue ainda preparar e manusear os utensílios de administração das substâncias:

- Mas não vou estar a sair eu e depoisvê-la [à namorada] a consumir, até porque ela não sabe preparar as coisas... – diz-nos o A.R. (Diário de campo, 31 de Maio de 2006).

O haxixe é apontado, frequentemente, como a substância ilícita com a qual se estabelece o primeiro contacto. Muitos indivíduos, sobretudo os chamados da «velha guarda», relacionam o início dos consumos de heroína com mudanças profundas ocorridas no mercado das drogas: a introdução do *pó* – numa altura em que a informação sobre drogas era escassa – nos circuitos de venda e contextos de utilização do haxixe, até aí a

droga de eleição utilizada, de uma forma lúdica, no seio do grupo de pares. Multiplicam-se, assim, referências a grandes falhas de distribuição de *cannabis* no mercado, a par da entrada «em força» da heroína.

Estamos novamente com o R.J. Pergunto-lhe em que situações ocorreram os seus primeiros consumos de heroína.

- Eu fumava *chamon*³⁵ com pessoas amigas, mas na altura houve uma falha muito grande de haxixe. Como não havia a informação que existe hoje, queríamos arranjar alguma coisa para fumar e o *pó* estava na moda. Começámos a comprar para fumar ao fim-de-semana. No início fumava só ao fim-de-semana, mas depois comecei a fumar mais vezes (Diário de campo, 2 de Novembro de 2005).

Há, até, quem recorde duplamente o advento em que a heroína passou a «estar na moda». O L.C., que iniciou, na década de 70, os seus consumos de *pó* em França, refere ter assistido em Portugal, anos mais tarde, à sua introdução e difusão nos circuitos do haxixe:

- O L.C. começou a consumir cá em Portugal ou em França? – pergunto.
- Foi em França. Nessa altura ainda não havia cá heroína.
- Isso foi em que ano?
- Em 1978.
- Nessa altura, já havia heroína cá em Portugal – contraponho eu.
- Não havia, não! – responde o L.C.
- Foi, mais ou menos, na altura que começou a ser introduzida cá.
- Sim, mas não era de fácil acesso como é hoje, ninguém sabia o que era e estava ao alcance de muito poucas pessoas. Era muito difícil arranjar. Cá em Portugal, a heroína começou, em força, em 1986, que foi quando houve no mercado uma falha muito grande de haxixe. Isso foi exactamente o que se passou uns anos antes em França. Assisti a isso duas vezes. Primeiro em França e, depois, em Portugal (Diário de campo, 13 de Fevereiro de 2006).

Outros sujeitos mencionam o consumo de base de coca como um factor que permitiu o acesso aos actores e aos meios de circulação da heroína. Trata-se, aliás, de duas substâncias que, apesar dos efeitos diametralmente opostos, fazem parte do mesmo

³⁵ Designação dada ao haxixe.

contexto de utilização e transacção. O consumo de uma está, muitas das vezes, associado ao uso da outra: a *branca* «dá speed» e o *pó* «é para acalmar».

- Eu comecei a consumir quando estava na tropa, em Coimbra, pr'aí há nove ou dez anos. Antes de ir para a tropa vivi num bairro, onde era *pombo-correio*. Levava as coisas e trazia o dinheiro. Por isso, nessa altura, eu não pensava que ia meter-me nisto. Mas, quando estava em Coimbra, conheci uma rapariga que dava uns *canecos*. Para não ficar mal, comecei a dar também.
- E o *pó*? Como é que começou a consumir *pó*?
- O *pó* foi já depois de vir da tropa. Comecei a consumir por causa da cocaína, porque toda a gente... toda a gente não... bem, quase toda a gente que consome cocaína acaba também por consumir *pó*, para diminuir os efeitos da *branca*.
- Mas como é que isso aconteceu? Começou a consumir sozinho?
- Como consumia *branca*, comecei a juntar-me com pessoal que também andava nisso e que conhecia aí o meio. A partir daí, comecei a consumir *pó* (Diário de campo, 2 de Novembro de 2005).

Apesar dos discursos que assinalam as primeiras experiências com heroína como uma consequência do uso de coca – «para diminuir os efeitos da *branca*» –, a abordagem desta questão não se pode confinar a meros contornos de índole farmacológica. A complementaridade atribuída a estes dois químicos é, também ela, aprendida no decorrer de dinâmicas de socialização, fazendo parte de processos de assimilação de cosmovisões arreigadas a este meio. O itinerário de consumos do P.M. ilustra bem estas representações: numa fase inicial, as suas expectativas não se direccionalavam para o uso de *branca*, não lhe atribuindo qualquer sentido, ao passo que pessoas que faziam parte da sua rede social usavam as duas substâncias. Actualmente, reportando-se a esse período, considera que se tratava de um «*careta*³⁶» por não consumir coca:

- O P.M. começou a consumir com que idade? – pergunto.
- A consumir *pó*, comecei por volta dos 18 anos. Até aí, só fumava haxixe.
- Que idade tem? – pergunta-lhe a F. [técnica da Equipa].
- Tenho 26 anos. Isso do *pó* foi com os amigos que comecei. Há muita gente que arranja a desculpa de terem sido os amigos, mas, no meu caso, é mesmo verdade. Eu era um inocente. Quando ia *dar um fumo* tinha de ser alguém a *dar calor*³⁷, porque eu não sabia. E, nessa altura, nem sequer

³⁶ Termo utilizado para denominar uma pessoa que não utiliza drogas.

³⁷ *Dar calor* significa aquecer a heroína, de modo que a mesma possa ser fumada. Descreveremos, adiante, estes procedimentos de ingestão das substâncias.

consumia *branca*, era um *careta*. O pessoal perguntava-me se não queria fumar *branca* e eu dizia: «*Branca?* Não! Para que é que quero *branca*?» (Diário de campo, 13 de Fevereiro de 2006).

A dimensão colectiva, o quadro relacional e as envolventes socioculturais onde o sujeito está inserido revelam, assim, especial preponderância na construção do significado que aquele atribui às substâncias, bem como no delineamento do seu itinerário de consumos (cf. Pallarés 1996). O sentido conferido às drogas provém, em grande medida, das expectativas que o grupo de pares constrói em relação a elas. Não nos parecem, por isso, adequados os modelos que recorrem ao conceito de “escalada” para explicar a passagem do uso de uma droga para outras. Preferimos, sim, falar de quadros relacionais predispostos e direcionados a valorizar determinado tipo de experiências:

- E quando começou a consumir? – pergunto ao Z.T.
- Ora, drogas “duras” foi em 1984, tenho 47 anos...
- Como é que começou?
- Eu estou a falar de drogas “duras” porque, antes disso, já fumava uns *charros*. Sabe o que é um *charro*, não sabe? Aquilo que se enrola...
- Sei o que é.
- Pronto, em 1980 fui para Lisboa, para a tropa. Fiz a minha tropa toda em Lisboa. Mas não foi uma tropa como a de agora, foram 16 meses que passei lá! Aquilo era almoçar, fumar um *charro* a seguir à refeição... Então, lá em Lisboa, conheci um tipo que vendia coca, ele trabalhava no aeroporto da Portela. A casa dele tinha paredes todas forradas a cachimbos, cachimbos de toda a parte! O passatempo dele e dos amigos era drogar um sagui, um macaquito pequeno que ele tinha, e curtirem ver o bicho a passar-se, a fazer piruetas... Eles gostavam de mim, diziam que nem parecia que era do Norte. Então, uma vez, ele deixou-me dar um *sniff*³⁸ de coca. Dei um *sniff*. Um não, um em cada narina. Pfffff! É uma sensação altamente! Parece que a cabeça abre-se... Mas nunca mais fiz isso na vida. Depois, quando vim da tropa, voltei a juntar-me com as pessoas com quem antes fumava uns *charros*. Aqui em cima as coisas começaram a evoluir e começaram a aparecer outras coisas que já existiam, lá em Lisboa, há algum tempo. Não é que antes não houvesse aqui, mas as pessoas andavam mais escondidas, não era tão fácil arranjar. Então, esse pessoal, com quem eu me juntava, começou a consumir essas coisas. E eu também (Diário de campo, 15 de Março de 2006).

³⁸ Aspiração por via nasal.

F.C.: Comecei a organizar a minha vida, conheci o meu namorado muito cedo, eu tinha 16 anos. Dávamo-nos extremamente bem. Portanto, acabámos por casar. Hoje em dia somos divorciados, é claro.

Pedro Machado: Durante quanto tempo esteve casada?

F.C.: Estive doze anos. Doze? Não, treze, mais propriamente. E foi uma vida que estivemos casados. Entretanto, nesse meu percurso de casada, portanto, deixei de trabalhar na firma onde estava a trabalhar, que era um armazém de vinhos nas caves do vinho do Porto. Fui tirar um curso de cabeleireira e depois, a partir daí, ao fim de três anos de curso, comecei a trabalhar no Porto, no [nome do estabelecimento], em [nome da rua]. Na altura, era considerado um dos melhores salões da cidade do Porto. E foi precisamente ao fim de um ano de já estar a trabalhar que conheci o mundo das drogas. Mas, isto, através do meu marido. Que nunca pensei que vivia com um toxicodependente. Porque eu nem fumava tabaco, imagina. E foi ao fim desses anos de trabalho, foi precisamente num Domingo, num fim-de-semana, que chego a casa e vejo o T. [nome do marido] a fumar numa *prata*. Aliás, passei à frente: eu comecei foi a fumar *charro* com ele. Pronto, as drogas começaram, o princípio das drogas começaram... Comecei a fumar *charro* com ele.

Pedro Machado: Que idade tinha?

F.C.: Tinha 20, vinte e poucos anos. Ainda não tinha 21. Comecei a fumar *charro* com ele e pronto. Aliás, até foi ele que me ensinou a fumar e tudo, que eu não sabia. Então, passado esse tempo todo, é que nesse fim-de-semana dei com ele a fumar numa *prata*, que era a dita heroína. Nem imaginava o que era aquilo, a sério que não. Não me passava pela cabeça o que era aquilo. E perguntei-lhe: «O que é isso T.? O que tás a fumar?». E ele: «ah, isto não faz mal nenhum, isto é como o *charro*». Pronto, ele disse que era como o *charro*. E pronto, ele até me ofereceu. Mas eu, por acaso, não quis.

Pedro Machado: Mas ele disse que era heroína?

F.C.: Era, era heroína. Agora sei...

Pedro Machado: Mas ele, na altura, referiu que era heroína?

F.C.: Não! Não, disse que era uma droga, mas que era uma droga igual à do *charro*. Que não é nada, não é? Não tem nada a ver, são drogas totalmente diferentes. E ele, então, disse se eu queria fumar. Eu disse que não, por acaso não. Não quis. Pronto, a partir daí, já não escondeu mais, começou a fumar à minha frente. No segundo dia passou-se a mesma coisa, perguntou-me se eu queria. Eu disse que não. No terceiro dia voltou-me a perguntar. Eu cedi, fumei. Porque ele disse que, realmente, aquilo era como o *charro*. E pronto, e fumei. (...) E tudo começou por aí adiante (entrevista à F.C.).

O modo como B.R., filho da F.C., relata as suas experiências com *pastilhas*³⁹ e LSD – num período próximo dos seus primeiros consumos de heroína e *base* – ilustra, de

³⁹ Designação dada ao ecstasy.

forma bastante clara, o peso que a dimensão grupal exerce sobre as percepções produzidas relativamente aos produtos:

Pedro Machado: Portanto, começaste com haxixe aos 11. Aos 14 começaste a experimentar...

B.R.: Tudo, praticamente!

Pedro Machado: Com os amigos? Nas festas? Como é que foi esse contacto com as *pastilhas* e com os ácidos?

B.R.: Pronto, foi através de eu e uns amigos meus, na altura, um grupo que eu tinha, de três ou quatro pessoas. Nós gostávamos muito de música *techno*. E foi por aí. (...) E claro, onde eu me inseria éramos um grupo de pessoas dispostas a experimentar coisas diferentes. E acho que foi um bocado por aí. O estilo de vida, na altura, no grupo onde eu me inseria levou-nos a isso. (...) Tenho muitas recordações. E recordo-me perfeitamente que, pá, que adorei aquela merda e que, quando entrei numa festa e vi aquele ambiente, também adorei tudo aquilo. E tudo aquilo era um mundo que eu adorava mesmo.

Pedro Machado: Começaste a consumir regularmente *pastilhas* e ácidos?

B.R.: Não, porque era um vício muito dispendioso. Não tanto quanto queria, e ainda bem. Mas bastantes vezes. Acho que foi muito, principalmente para a idade que eu tinha. Sei lá, era capaz de consumir uma vez por mês, talvez.

Pedro Machado: E que efeitos é que provocava em ti? Quer os ácidos, quer as *pastilhas*.

B.R.: Pronto, são características diferentes. Sobretudo, era o estado de espírito e a harmonia que eu tinha. Pá, podia estar cheio de problemas ou até mesmo doente. Eu recordo-me de estar com dores de dentes e, a partir do momento em que eu chegava perto da festa, tudo aquilo passava. Quando tomava uma *pastilha*, ficava logo bem. Tinha muitos efeitos. A nível psicológico, muito o bem-estar e a boa disposição, o facto de estarem todas aquelas pessoas ali com um propósito. Tudo isso era contagiente. Os ácidos, pronto, é uma droga totalmente diferente. É uma droga completamente a nível psicológico. (...).

Pedro Machado: Só consumias em contexto de festas?

B.R.: Sim, ou de grupos, amigos... Eu recordo-me de, uma vez, estávamos ali na seca do bacalhau. Não sei se conheces, se sabes onde é.

Pedro Machado: Lavadores.

B.R.: Ali em Lavadores. Estávamos, para aí, vinte pessoas. Estávamos todos a meter ácidos. E eu recordo-me que estávamos quatro pessoas a conversar, estava eu e mais três pessoas, e eu já sabia o contexto da conversa antes das pessoas falarem. A sério, isto é verídico! (...) Nós estávamos a falar, uma pessoa dizia uma coisa e eu já sabia o que é que a outra ia dizer, qual era a resposta (entrevista ao B.R.).

A relação que se constitui com as drogas não surge, assim, de um modo automático ou instantâneo, nem, tampouco, se circunscreve a contornos individuais. Implica, portanto,

além de processos de socialização com o contexto e os seus actores, uma interiorização das suas cosmovisões ou, o mesmo será dizer, uma identificação com essa valoração externa atribuída às substâncias. No caso da heroína, por exemplo, são frequentes os relatos que descrevem más experiências durante o primeiro consumo – enjoos, vômitos, desagrado no que toca aos efeitos, etc. No entanto, podendo as drogas funcionar como um factor de integração, aceitação ou identificação colectiva, torna-se susceptível de se gerar um processo de colagem e adaptação das percepções individuais àquelas que fazem parte das expectativas provenientes do quadro relacional. Este processo de colagem consolida-se através de dinâmicas de partilha de conhecimento por parte daqueles que introduzem o neófito: por exemplo, a este é, frequentemente, dado a entender que os efeitos indesejados provenientes do primeiro contacto com o *pó* já não se fazem sentir numa segunda experiência.

A relação de dependência, quando ocorre, não é imediata, não desponta subitamente de um único contacto. Até que a heroína comece a ser integrada no quotidiano sucedem-se, por vezes, longos períodos – que podem durar vários anos – durante os quais ela é usada esporadicamente.

- A heroína, quando experimentei, vomitei. Não gostei no início. Mas, depois, quis insistir e pronto... Acho que aconteceu a toda a gente que consome heroína, primeiro vomita-se mas, insistindo, começa-se a gostar... – conta-me o R. (Diário de campo, 6 de Maio de 2004).

- E qual foi o efeito que sentiu nesse primeiro consumo?

- No início, eu não gostava muito daquilo mas depois, como os outros fumavam, comecei a insistir para ver melhor qual era o efeito... – diz-nos o R.J. (Diário de campo, 2 de Novembro de 2005).

P.M.: E fui, olhe, fui propositadamente porque ia comprar um conto de haxixe, de *ganza*, um conto de *ganza*. Não conseguia arranjar haxixe, tava naquela ideia de fumar porque ia para uma festa: «olha, que se foda!». Tinha um colega meu que consumia *pó*, que estava comigo, e ele: «ouve lá, não há haxixe em lado nenhum, moço» e tal. E eu: «ó moço, vamos mas é comprar um *pacote* e fumamos um *pacote*». E fui com ele. E ele injectava! E ele: «então, vamos lá, v'ambora». Fomos ao acampamento dos ciganos e compramos um *pacote*. Comprei um *pacote*, fiquei com uma moca! Eu vinha a andar na mota e vinha a dormir. De vez em quando, era o moço: «ouve lá, acorda!». Vinha mesmo a dormir em cima da mota. Fiquei com uma moca! Mas também, naquela altura, o *pó* valia a pena... Agora é só pastilha, a heroína agora não vale nada...

(...) Pedro Machado: A partir daí, como é que continuou os consumos?

P.M.: Do *pó*?

Pedro Machado: Houve essa vez. E depois?

P.M.: Depois estive pr'aí uma semana sem fumar. Depois recebi, passada uma semana recebi, e entrei naquela: «eia, a heroína e o caraças! Bateu-me totil! Andei todo maluco! Deixa-me ir comprar». Peguei em 20 contos, gastei os vinte contos todos. (...) Pus-me a dar ao pessoal. Estavam comigo e fumavam comigo, e tal. Pronto, depois só fumei no outro fim do mês a seguir, só fumei no outro mês a seguir.

(...) Pedro Machado: E, nesse primeiro consumo, sentiu-se bem? O que é que sentiu com esse primeiro consumo, quais foram as sensações?

P.M.: Vomitei.

Pedro Machado: Mas...

P.M.: Não me senti assim muito bem. Senti um mal-estar, sabe? Parecia que tinha fraqueza, assim mole, dava-me ouras, parecia que ia desmaiar. Era da heroína, que aquilo deu-me uma moca de tal maneira que eu estava a ver que ia apanhar uma *overdose* com um *pacote*. Vomitava. A gente ia comer um cachorro à roulotte, comia o cachorro, passado um bocado, voun, deitava-o fora. Depois, estava assim de pé, transpirava. Como me lembro! Estava mesmo a transpirar, a suar. Estava assim encostado à minha mota, que era uma 125, estava assim encostado e começava a dar ouras, parecia que ia desmaiar. Tiveram que me dar água, atirar-me à cara. Estava mesmo todo tolo, porra!

Pedro Machado: E depois, o que é que o levou a consumir novamente, já que se sentiu mal dessa vez?

P.M.: Não, porque eu depois pus-me a fazer perguntas e eles disseram: «ó pá, é a primeira vez. Agora, se fumares outra vez, já não te acontece isso». E não, não me aconteceu. A primeira vez é que aconteceu-me isso. (...) E mesmo heroína, os primeiros [consumos], era só ao fim do mês que eu consumia. Depois é que comecei a fumar já uma vez por semana. Depois comecei a fumar duas vezes por semana, até que começou, olhe, comecei a fumar todos os dias, um *pacote* todos os dias. E mesmo assim, para me viciar na heroína, tive de andar uma semana ou duas a consumir todos os dias. Andei uma semana a fumar todos os dias e depois parei e não ressacava, não tinha *ressaca* nenhuma (entrevista ao P.M.).

Há, porém, casos em que a frequência de uso começa a ser diária logo a partir do momento em que ocorre a primeira experiência. Tal não significa, contudo, que a relação de dependência desponte nesse instante. A F.C., por exemplo, antes do seu primeiro consumo de heroína, tinha por hábito fumar haxixe com o seu cônjuge da altura, que havia percorrido já um longo itinerário nas drogas, no qual estava incluída a heroína. Numa fase em que começou a ver o seu ex-marido usar *pó* diariamente, e após um período em que não havia construído qualquer expectativa relativamente a essa

substância – até porque desconhecia totalmente o que era –, a F.C. optou por experimentá-la, passando, a partir desse ponto, a incluí-la no seu dia-a-dia. Para tal contribuiu, de acordo com a informante, o conhecimento que, nessa época e à luz das circunstâncias, tinha disponível sobre drogas ilícitas: por um lado, a relação que havia estabelecido com o haxixe, que não era problemática; por outro, a informação que lhe fora prestada pelo cônjuge, que a heroína seria idêntica ao haxixe. Além destas razões, acrescentaríamos uma outra, proveniente de um plano mais abrangente: a visão dominante sobre as drogas, que, na esteira de atitudes repressivas e à luz de pressupostos meramente morais, tende a gerar, ao nível do senso comum, perspectivas de abordagem uniformes sobre as substâncias psicoactivas ilícitas, tornando-as similares ao nível dos efeitos, características, etc.

Assim, na sequência de um processo de valoração positiva – apesar de não ter gostado dos efeitos iniciais – da experiência que foi encetando com heroína, a F.C. começou a acompanhar o seu cônjuge nos consumos. No entanto, admite que, não obstante o *pó* ter sido imediatamente integrado no quotidiano, esta matriz de uso não se prendeu, inicialmente, com sintomas ou tensões associados à *ressaca*, mas antes com uma identificação que resultou dos efeitos percepcionados:

F.C.: Fumei e pronto, aquilo até me soube mal nesse dia. Foi horrível, vomitei, não gostei, não sei quê. Mas, sinceramente, ao outro dia, pronto, já fumei com ele [ex-marido] (...).

Pedro Machado: A F.C. não tinha qualquer informação sobre o que era a heroína?

F.C.: Nada, nada, nada. Isso, para mim, era tudo chinês, a sério. Tanto é que apanhei o meu ex-marido a fumar e, não sabendo o que era aquilo, perguntei-lhe. «o que é que é isso?». E ele justificou-se, pronto, não me disse que era heroína. Disse que era droga, mas que era uma droga como o *charro*. Pronto, não me quis estar a explicar. Não me quis estar a dar explicações, com certeza. Claro que não, não é? Mas ele já sabia perfeitamente o que era, tinha sido drogado. Ele, aos treze anos, já se injectava. Portanto, ele sabia o que era. Quem não sabia, era eu. E eu acreditei perfeitamente no que ele disse. Para mim, é assim, não me sentia dependente de *charro*, fumava. Fumei e pensei mesmo... Mas, realmente, a realidade é bem diferente. Não tem nada a ver. (...) É assim, desde a primeira vez que fumei, que não gostei muito e não sei quê, e no segundo dia e por aí fora, ai, aí, eu já queria! Já queria! Não era porque sentisse *ressaca*, porque eu não sentia *ressaca*. Ah, mas queria fumar porque sentia-me muito bem com aquilo. Não é? Até... Também, claro... Sentia-me bem, claro que fumava! É lógico (entrevista à F.C.).

Além do significado que os produtos são passíveis de assumir no seio do contexto cultural e do campo relacional onde o sujeito está inserido, os efeitos percepcionados poderão ainda coincidir com expectativas construídas apenas por ele próprio. Este tipo de funcionalidade que se constrói e vai atribuindo às substâncias é, frequentemente, apontada como um dos factores que contribuem para a continuidade dos consumos, para a sua introdução no quotidiano. O P.M., por exemplo, refere que, no seu caso, a periodicidade do uso de heroína cresceu a partir do momento em que, face à existência de conflitos no relacionamento com a sua madrasta, abandonou a casa da família:

P.M.: Depois, quando me chateei com a minha madrasta e saí de casa, é que comecei a fumar mais vezes. Comecei, tumba, tumba, tumba. Quando saí de casa a primeira vez... Depois fui para casa outra vez. Depois, aos 19 anos, quando saí, já andava mais para lá do que para cá, já andava enterradito, todo enterrado. (...).

Pedro Machado: E o que é que acha que o fez ir aumentando progressivamente os consumos? Diz que fumava duas vezes por semana, depois começou a consumir mais vezes. O que é que acha que o fez levar a...

P.M.: Problemas. A gente vai tendo problemas, depois vem um amigo: «ó, vamos ali». A gente vai. No outro dia há qualquer coisa que corre mal, a gente tem dinheiro: «olha, que se foda, vou ali fumar um *pacote*». Porque a gente, depois de consumir, a gente tem problemas, depois de consumir parece que os problemas desaparecem. Parece que resolve tudo e não resolve nada, piora as coisas. Tá a perceber? E eu pensava que resolvia, ao consumir, que resolvia os problemas. E não resolvia nada. Até piorava era a minha situação (entrevista ao P.M.).

De modo similar, o L.C., cujo itinerário de consumos tem sido marcado por várias intermitências, estabelece uma associação directa entre acontecimentos específicos da sua trajectória de vida – o regresso indesejado a Portugal ou a difícil relação com a sua ex-mulher – e períodos de ligação mais próxima e permanente com a heroína, algo usado já anteriormente a essas vicissitudes, mas de uma forma esporádica e lúdica:

L.C.: As drogas começaram com 11 anos, pr'aí.

Pedro Machado: Qual era a substância?

L.C.: A *ganza*. Era a *ganza* [risos], e depois aconteceu, lá em Paris, o que aconteceu aqui em Portugal nos anos 85, 86. Desapareceu o haxixe da circulação e começaram a aparecer as drogas duras. Durante, aí, um mês e tal, ninguém encontrava haxixe em lado nenhum, numa cidade como Paris. Não se encontrava haxixe em lado nenhum e começaram a aparecer as drogas duras. E eu provei drogas duras com 12, 13 anos. Mas já assim mesmo esporádico.

Pedro Machado: E como é que foi esse primeiro contacto com as drogas? Em que contexto era?
Com os amigos?

L.C.: Era, era. Era mesmo para curtir.

Pedro Machado: E quando começou a consumir heroína, que expectativas tinha em relação à heroína?

L.C.: Com a heroína foi assim: a heroína, quando eu comecei a consumir mais heroína... Eu consumia heroína esporadicamente, durante esses anos, a partir dos 12 até aos 18. Quando vim embora para Portugal, 18, 20, era esporádico, em concertos, coisas assim. Quando não encontrava outra coisa, ia para a heroína. Quando os meus pais decidiram vir para Portugal, eu não queria vir porque eu tinha uma vidinha do caraças em Paris. Eu era ajudante de gerente de uma loja, uma lojinha pequenina. (...) Tinha uma namorada que adorava. Eu não queria vir para Portugal. Só que o meu pai: «ah, mas vai ser assim e assado». Porque eu vivi uma vida de muita violência quando estive em Paris, vivi sempre uma vida de muita violência. A parte calma, quando eu vinha cá de férias a Portugal, atraía-me. Mas sabia que, para vir para Portugal, tinha de ter um nível de vida acima da média das pessoas. E o meu pai estava-me a propor isso. Ele dizia que ia montar uma fábrica de pronto-a-vestir e que eu ia tirar um curso e tal, e que ia ficar à frente de uma bla-la-la. Eu, «sendo assim, tudo bem!» E vim! Só que, quando eu cheguei cá, deu [risos] em águas de bacalhau. Os créditos que ele tinha pedido foram recusados e eu, em vez de ir trabalhar para uma fábrica do meu pai, fui trabalhar para as obras. E isso aí foi um bocado...

Pedro Machado: Com que idade veio para cá?

L.C.: Com 20 anos, com 20 anos. E mesmo a nível de diálogo com as pessoas... Eu estava habituado a dialogar, portanto, com raparigas e com homens, a ter amigas mulheres e, cá em Portugal, «Deus me livre!». Ainda hoje, ainda hoje! Se falar com uma mulher, é logo... Isso, para mim, a nível cultural, foi um bocado... Há uma diferença muito grande, sobretudo para ires para Bragança. Ainda se fosse para aqui para o Porto, era capaz de não notar tanto. Mas notei muito! E foi nessa altura, quando eu estava para vir para Portugal, para aqui para Portugal. Primeiro, comecei a vender heroína para fazer dinheiro, para poder trazer dinheiro para Portugal e trazer algumas coisas que cá eram caras.

Pedro Machado: Começou a vender lá em França?

L.C.: Sim. E depois, com o facto de vir embora, aquela coisa de deixar a namorada e tudo mais, comecei a consumir também. Nos últimos seis meses comecei a consumir. Quando vim para Portugal fui falar com um médico, lá, e dizer-lhe que estava agarrado à heroína e tal, e que vinha embora para Portugal, cá em Portugal que não havia. E ele, então, receitou-me uns medicamentos para eu aguentar a ressaca. E estive cá em Portugal durante bastantes anos sem consumir heroína. Era, sobretudo, o haxixe. E, depois, aconteceu a mesma coisa que me tinha acontecido lá. Aconteceu a mesma coisa que tinha acontecido lá em Paris: desapareceu o haxixe da circulação e apareceu a heroína, assim à força toda. E eu também tinha problemas a nível de relacionamento com a minha ex-mulher, pumba: heroína (entrevista ao L.C.).

Também o B.R. atribui a determinadas circunstâncias da sua vida – mais propriamente, o crescimento «no seio de uma família disfuncional» e, daí, não ter desenvolvido uma «autoconfiança» – o motivo pelo qual estabeleceu uma relação estreita com as drogas:

B.R.: Eu, desde muito pequeno, que tive uma educação ou uma cultura sobre drogas diferente de muita gente. Muito novo comecei a ter contacto com drogas, directamente através dos meus pais. Cresci no seio de uma família disfuncional. O meu avô era alcoólico, depois os meus pais tinham os problemas com drogas. Eu não gosto de usar pretextos ou desculpas para os meus consumos, mas acho que está relacionado com o facto de eu ter chegado aos 15 anos e não ter uma autoconfiança muito grande e ter começado a usar drogas muito cedo. Eu creio que parte daí. Se calhar, por causa dos meus pais e por causa do meu avô, por não ter tido uma educação, se calhar, mais rígida e mais próxima pelos meus pais... Que os meus pais estiveram sempre muito distantes também. Basicamente, é isso. Desde muito cedo que tinha problemas em casa, com os meus avós, com os meus pais (entrevista ao B.R.).

Sublinhamos, uma vez mais, a importância que alguns dos factores extrínsecos às propriedades químicas das drogas assumem no âmbito das relações que se estabelecem com elas, bem como nos contornos daquilo que, medicamente, se usa chamar “dependência”. Embora essa vertente farmacológica não deva, de modo algum, ser descurada, há que articulá-la com as expectativas, percepções e significados que se constroem acerca das drogas; fenómenos que provêm, não unicamente do indivíduo, mas também, em grande medida, do contexto sociocultural onde o mesmo se envolve. E aqui fazemos referência, quer ao seu contexto mais próximo, o grupo de pares, quer àquele mais abrangente, no qual se inclui a visão dominante que socialmente é construída acerca de estados psicoactivos.

Segue-se, dentro da mesma linha, uma abordagem de questões relacionadas com a *ressaca*, mais especificamente, de como factores externos às substâncias podem interferir sobre a forma como aquela é apreendida, percepcionada e vivida.

A RESSACA

De um modo idêntico ao processo que marca o início do itinerário de consumos, também aquilo que envolve a forma como a *ressaca* é assimilada e vivida advém, em parte, do ambiente relacional que acerca o indivíduo. O modo como ela é percepcionada

e apreendida prende-se com a assunção de uma identidade que é construída à luz de um «complexo cultural», de um estilo de vida afecto ao uso de drogas de rua (Pallarés 1996)⁴⁰.

Para alguns dos utilizadores, a continuidade dos consumos passa, a partir de dado momento, a ser encarada como uma inevitabilidade, sendo justificada pelas agruras resultantes da abstinência. O sujeito considera-se dependente a partir do momento em que associa determinadas manifestações físicas – descritas, frequentemente, como semelhantes à sintomatologia de uma gripe – aos efeitos da *ressaca*. Aliás, essa associação é, normalmente, levantada, transmitida e reforçada pelo próprio grupo de pares, que acentua a necessidade da reiteração dos consumos para «se ficar bem», para se anular ou evitar os sintomas da *ressaca*. Não deixa, por isso, de se constatar a existência de um processo de aprendizagem que implica, não só a interiorização de determinadas concepções que são parte integrante deste estilo de vida, como, por inerência, a vinculação a uma nova identidade:

- Passado algum tempo, comecei a sentir os efeitos da *ressaca*. Houve um dia que não andava muito bem e pensava que estava a ficar com gripe. Cheguei do trabalho e disse ao pessoal que não ia ter com eles porque estava meio adoentado, apetecia-me era ir para casa. Houve um amigo meu que se virou para mim e disse: «pá, tu tás mas é a ressacar!». «O quê?! Deves estar mas é maluco! A ressacar?!!», disse-lhe eu. Ele virou-se para mim e disse: «Então espera aí que já vais ver!». Fui consumir *pó* e todo aquele mal-estar que eu sentia passou, até parecia o Poppey! Aí, vi que estava a ressacar – conta-nos o M.C. (Diário de campo, 2 de Novembro de 2005).

F.C.: Ele [ex-marido] vendia, que eu nem sabia. Porque ele trabalhava. E ele vendia haxixe para ter a droga dura, para ter a heroína. Mas eu nem sabia. Eu, sinceramente, eu era uma leiga nisso. E ao terceiro dia, pronto, fumei por aí adiante e não sei o quê. Ao fim de quinze dias, isso foi precisamente a um Sábado, ele não estava, tinha ido sair. Tinha ido sair porque tinha ido buscar o haxixe e não sei quê, para vender e essas coisas. E veio muito tarde, veio muito tarde. E depois eu, ao fim de umas horas... Ele saiu de manhã e só veio por volta das onze e meia, meia-noite. E eu comecei a sentir-me muito mal a meio da tarde. Comecei a espirrar, começou a doer-me o corpo

⁴⁰ Alguns dos sujeitos entrevistados por Pallarés (1996), sobretudo aqueles que procederam a uma quebra com os consumos continuados, chegam mesmo a admitir a existência do «mito da ressaca», uma interiorização de determinadas crenças arreigadas ao estilo de vida *junkie*. No que toca a doses susceptíveis de conduzir a um estado de dependência física concreta, Laurie sustenta que é necessária uma administração diária que varia entre os 10 e os 15 gramas de heroína adulterada para que tal ocorra (Pallarés 1996). Na nossa unidade de estudo não estabelecemos contacto com qualquer sujeito cuja administração diária se aproxime sequer desses valores.

todo e eu não fazia a mínima ideia o que era. Eu, para mim, sinceramente, eu, para mim, era uma gripe, eu estava a ter uma gripe. Eu, para mim, estava a ter uma gripe. Começou a doer-me a cabeça, a doer o corpo, foi uma coisa horrível. Tanto que eu virei-me para a minha mãe (...) e disse: «olha, vou-me deitar porque eu não estou nada bem, acho que estou a ficar com uma gripe enorme». E fui. Entretanto, o T. [ex-marido], mais tarde, liga-me a dizer que vai trabalhar mais um pouco. E eu disse: «ó T., está-se a passar isto, olha estou doente!». Então, ele disse: «não te preocupes, porque quando chegar... Isso é *ressaca*». E eu assim: «o que é *ressaca*?». E ele: «precisas de fumar *pó*». Quer dizer, eu fiquei assim parva. Uma coisa é certa: ele chegou, fumei aquilo e fiquei bem. A partir daí começou... Foi a partir daí que foi a história toda.

(...) Pedro Machado: Quando falou naquele dia, passados quinze dias depois de ter começado a fumar, que sentiu os sintomas que parecia uma gripe...

F.C.: Eu não sabia...

Pedro Machado: Não sentia qualquer falta da heroína?

F.C.: Não, não, não! Não sentia falta nenhuma de heroína, nada! É importante, não é? Não sentia nada falta de heroína. Eu comecei foi com os olhos a chorar, a espirrar muito, com muitas dores de cabeça, a começar a doer-me o corpo todo. Era terrível! E eu, é assim, só me apetecia mesmo era deitar-me. E fui, foi o que fiz. Até disse à minha mãe: «olha, não estou bem, parece que estou a ficar com uma...». Uma coisa tão esquisita, assim uma coisa tão rápida. Mas é assim, nem me veio à cabeça a heroína. Eu não senti falta disso. Percebes? Não foi isso. Tanto é que o T. telefonou-me, a dizer que vinha mais tarde, e eu disse-lhe: «olha, estou na cama porque estou com estes sintomas assim e assim. Pá, estou com uma grande gripe». Cada vez me sentia pior, cada vez tinha mais dores. Então, ele é que me disse por telefone: «olha, quando eu chegar isso vai-te passar. Tu estás é a começar a ressacar». E eu: «o que é ressacar, o que é que é isso?». «Tens que fumar daquele *pó*.» (entrevista à F.C.).

Quando se fala de *ressaca* está subjacente a referência às amarguras advindas da inexistência de *pó*. É à heroína, ou à falta dela, que é atribuída toda a razão de ser dos expedientes desenvolvidos para se conseguir o próximo *caldo* ou *fumo*. Quanto à *branca*, é comum dizer-se que ela «não dá *ressaca*», apesar de «ser gulosa». Ainda que se trate de duas substâncias que, à luz destes estilos de vida, se complementam, estabelece-se, todavia, uma posição diametralmente oposta no que toca aos seus efeitos de privação. Não deixa de se constatar que a classificação produzida pelos próprios actores das drogas, sobre estas duas substâncias, acaba por incorporar termos provenientes de modelos clínicos: uma, a heroína, gera «dependência física», ao passo que a *base* é associada a estados de «dependência psicológica». Há, no entanto, quem refira que, além daqueles aspectos psíquicos, a *branca* «também provoca *ressaca*», em

situações de interrupção súbita e após períodos de uso prolongado. Mesmo nestes casos, quando se fala de «ressaca da branca», o que é pouco habitual, trata-se de alusões a manifestações de natureza física, como o cansaço, a fraqueza, etc.:

- Por acaso, não têm aí água? – pergunta-nos o M.C.
- Temos. Quer uma garrafa?
- Queria. É que estive a fumar *branca* e uma pessoa fica com a boca seca. É que fica-se mesmo com sede... E a *branca* também pode dar *ressaca*, ao contrário do que muitas pessoas dizem. Como a nível corporal aquilo faz uma pessoa sentir-se bem e cheia de genica, se uma pessoa deixar, depois de andar todos os dias e durante muito tempo a consumir, o corpo ressente-se e fica-se diferente sem aquela energia (Diário de campo, 2 de Novembro de 2005).

Nesse sentido, as descrições relativas à privação salientam, sobretudo, aspectos atinentes ao plano físico: as «dores nas costas» ou mesmo em todo o corpo, o frio, o «pingo no nariz», a sensação de fraqueza, as cólicas, as diarreias, os vômitos, etc.:

- Mandaram-me para Elvas e fiquei lá oito meses. Foi lá que fiz a cura a frio⁴¹. Nos primeiros dias não saía da cela, estava lá a ressacar e só tomava duches. Aquilo tinha um chuveiro na cela. Estava sempre debaixo da água quente e até me deitava na cama com o corpo molhado. Parecia que tinha picos aqui nas costas! Depois, ao fim de uns dias, já andava fixe – conta-me o A.R., reportando-se ao período em que esteve detido por deserção ao serviço militar.
- De que forma sente a *ressaca*? – pergunto eu.
- Fico com dores no corpo, aqui nas costas. São umas dores nas costas! Espirro, fico com os olhos a lacrimejar, fico sem forças nenhuma (Diário de campo, 13 de Dezembro de 2005).

Raramente são evocados sintomas extra-somáticos nos relatos que abordam a abstinência. A possibilidade da privação vir a surgir é aquilo que mais importuna o *junkie*, é o que este mais receia e aspira esconjurar, a ponto de sofrer por antecipação perante a hipotética vicissitude de não haver *produto* disponível, ou de se ver impossibilitado de reunir os recursos necessários para efectuar a sua compra⁴². Assim, o mau-estar não ocorre apenas quando não se consome, mas também quando se pensa

⁴¹ «Cura a frio» trata-se de uma expressão utilizada no meio *drug* para fazer referência a interrupções nos consumos sem o auxílio de fármacos. Denota-se, nesta expressão, a incorporação de discursos que remetem o fenómeno do consumo de drogas para um plano patológico.

⁴² Alguns dos informantes entrevistados por Vasconcelos (2003) referem também este «sofrimento por antecipação» nos seus relatos sobre a *ressaca*.

poderem vir a surgir obstáculos aos consumos, como a falta de dinheiro, ou a dificuldade em encontrar o *dealer*, por exemplo:

O P.M. parece estar bastante ansioso. Na semana passada perguntei-lhe se hoje poderia ir connosco a Francelos, como mediador, no sentido de avaliarmos a pertinência de começarmos a intervir nesse local. Contudo, equivoquei-me, e a data prevista para essa ida seria para a próxima Segunda-feira.

- Olá P.M.! Na semana passada perguntei-lhe se hoje poderíamos ir a Francelos...
- Hoje está mau, não dá para ir... – responde de imediato o P.M., sem sequer me deixar terminar a frase.
- É isso, P.M. Na semana passada enganei-me e queria referir-me à próxima Segunda-feira.
- Está bem...

O P.M. dirige-se a outra pessoa e diz:

- Tou fodido, se não encontrar o N. vou passar a noite toda a ressacar... (Diário de campo, 14 de Novembro de 2005).

A *ressaca*, apesar de ser vivida das mais variadas formas, e de com ela ser susceptível de se estabelecer diversos tipos de relação, é, para o *junkie*, a força motriz, a razão de ser do seu quotidiano, é ela que lhe molda as rotinas. Ao acordar pela manhã, todos os seus esforços direcionam-se de imediato no sentido de arranjar forma de consumir. Quando, por fim, o faz, as diligências repetem-se novamente num ciclo contínuo cujo objectivo é «ficar bem», «ficar normal».

Ela, a *ressaca*, apresenta-se ao indivíduo como um indicador que lhe outorga e faz incorporar o estatuto de “toxicodependente”, afigurando-se, assim, como o motivo pelo qual procede à reiteração dos consumos. De acordo com os relatos habituais produzidos neste meio, à ingestão dos químicos deixa de estar agregado todo o prazer vivido na fase inicial. Após o momento a partir do qual o sujeito considera estar *agarrado*, os consumos são encarados pela sua funcionalidade paliativa e analgésica, e a relação de dependência é explicada meramente pelas propriedades da substância:

F.C.: Essa fase [antes da assunção da relação de dependência], aí é uma fase boa. Anda-se bem... Mas quando vem a fase da *ressaca*, é assim, aquilo depois já não é o que era ao primeiro, já não há aquela sensação que havia ao primeiro. Depois, aquilo é só para uma pessoa andar bem. Para uma pessoa poder andar, para uma pessoa poder comer, para se fazer uma vida normal, pronto. Normal, pronto, como se... Vida normal, normal, é mesmo sem drogas... Mas quando chega à fase da

ressaca, uma pessoa fica doente, fica péssima! Olha, é quase como teres um cancro, uma doença: dói-te tudo, é uma coisa horrorosa e precisas de uma injecção para tirares as dores todas, para ficas bem, pronto, como estás agora. Depois já não há aquela sensação de, pronto... É assim, cada fase... Pronto, a gente chega a um ponto que já precisa daquilo. Não é para levar *moca*, não é para andar *ganzada*. A gente chega a uma fase que precisa daquilo, mas é só para andar bem fisicamente, para tirar as dores, para se andar bem, para não se andar a ressacar. É o que é o *pó* (entrevista à F.C.).

P.M.: Se você consumir diariamente um *pacote* todos os dias, chega a um ponto em que já não faz nada, é só para tirar mesmo a *ressaca*. Só para tirar mesmo as dores, mais nada. Não lhe faz mais nada (entrevista ao P.M.).

- Está tudo bem consigo, L.C.? – pergunto.
- Está, está tudo bem!
- E os consumos, como vão?
- Estou bem, não ando a consumir muito.
- Adota alguma estratégia para manter os consumos assim reduzidos?
- Não, nunca consumi muito. Consumo apenas a quantidade que dá para não andar mal, para me tirar a *ressaca*. Para que é que vou andar a consumir mais do que aquilo que preciso? Podia, nas alturas que tenho mais dinheiro, consumir mais para ter prazer, mas era só para ficar mais agarrado! Sou toxicodependente mas não sou estúpido (Diário de campo, 23 de Novembro de 2005).

De modo similar, esta focalização sobre as dores provocadas pela *ressaca* ocupa também um lugar cimeiro nos discursos que evocam tentativas de abandono dos consumos. Quer se faça uma “cura a frio” ou uma ruptura com a ajuda de fármacos, seja em contexto institucional ou não, o período da *ressaca*, aquele em que é presumível sentir-se dores, é encarado como o mais difícil de ultrapassar, como se tudo se fixasse sobre o plano somático:

- Não, isto vai ser com *Subutex*⁴³. Arranjo *Subutex* para uma semana e, a partir daí, o problema da dor física fica resolvido... – diz-nos o A.R., manifestando vontade de abandonar os consumos (Diário de campo, 4 de Novembro de 2005).

⁴³ Nome comercial da buprenorfina. Trata-se de um opiáceo de síntese que “(...) suprime os sintomas de privação opiácea em dependentes. Em dose elevada bloqueia, pelo efeito antagonista, os efeitos dos outros opiáceos.” (Patrício 2002: 157).

Iremos, ao longo desta monografia, retomando alguns dos aspectos concernentes à *ressaca*. Veremos que, em determinadas situações, como nas de *recaída*⁴⁴, por exemplo, a *ressaca* não ocupa um papel preponderante e nem tampouco interfere sobre a opção de retomada de contacto com as drogas, pois, aí, ela não se faz sentir.

A CENTRALIDADE DOS CONSUMOS E AS OUTRAS ESFERAS

Uma relação de dependência com a heroína implica, para se obter acesso ao *produto* num contexto que é marcado pela clandestinidade, uma aproximação a uma subcultura desfasada do mundo normativo, razão pela qual a dimensão das drogas, bem como as relações sociais a ela atinentes, tornam-se, por vezes, mais preponderantes, ou mesmo exclusivas, relativamente a outras esferas (Pallarés 1996). As actividades em torno daquelas são, assim, passíveis de se sobrepor a outros planos, como o trabalho, a família, os cuidados pessoais e de saúde, etc. Nessas condições, apenas aquilo que se prende com o *pó* e com a *branca*, ou com formas de os conseguir, é foco de atenção. Tudo o resto dilui-se na esteira das exigências que o *fazer à vida* e o ritmo das drogas implicam para se conseguir o próximo consumo:

- E há quanto tempo está desempregado? – pergunto ao P.M.
- Praticamente desde que ando metido na droga.
- E análises, há quanto tempo não faz análises?
- Desde que ando metido na droga nunca fiz análises.
- E tem conhecimento se tem algum problema de saúde?
- Não, a única coisa que sei que tenho é sinusite... De resto, acho que não tenho mais nada (Diário de campo, 10 de Abril de 2006).

A Q. [técnica da Equipa] coloca-me a par da conversa que teve com a S.N. A utente, que tem 25 anos, confessa que, neste momento, só vive para a droga e que anda a alimentar-se mal, dizendo que já foi bonita e que agora está «seca». Apesar de terem dinheiro [furtam roupas de marca em lojas de centros comerciais], ela e o A.R. [companheiro] gastam-no nos consumos, que rondam os oito pacotes por dia. (...) Conta que, por vezes, a meio da noite, enerva-se com o A.R. e diz-lhe: «Vai buscar droga!». Queixa-se bastante das dores da *ressaca*: «O pior são as dores». Fala da

⁴⁴ Termo utilizado, no meio *drug*, para fazer referência ao restabelecimento de um contacto com as drogas após um período de abstinência. Denota-se, uma vez mais, o cunho clínico que está presente na linguagem e nas cosmovisões dos actores das drogas de rua.

possibilidade de estar grávida e, se assim for, pretende ter a criança. Segundo ela, se isso realmente vier a acontecer, será um motivo para abandonar os consumos. Contudo, e para que isso aconteça, o A.R. também terá de o fazer, diz ela. Isto porque, neste momento não aguenta saber que ele vai dar um *fumo*, uma vez que também fica com vontade e ansiedade para o fazer. A Q. refere que, no momento em que falava com ela, a S.N. olhava com uma expressão de ansiedade para o sítio onde o A.R. estava, possivelmente pensando que ele poderia estar a dar um *fumo* sem a ter avisado (Diário de campo, 6 de Fevereiro de 2006).

F.C.: Eu só arranjei problemas para mim própria. Em tudo. Portanto, profissionalmente, fiquei com uma vida profissional completamente estragada. Podia estar bem. (...) Lá está, quando conheci a droga cheguei a um ponto em que não me importei do trabalho. Quer dizer, eu não tinha capacidades para trabalhar. Também porquê? Porque começaram a vir as doenças. Portanto, eu sou seropositiva há nove anos, vai para nove anos. Oito e meio, aproximadamente nove. E repara, eu sei perfeitamente que foi através de uma seringa de uma pessoa que já faleceu (entrevista à F.C.).

Porém, quanto à centralidade que as drogas ocupam nas rotinas desenvolvidas pelos actores, ela difere de caso para caso, sendo ainda susceptível de oscilar ao longo de um itinerário pessoal. Não se pode, portanto, falar de uma carreira padrão no «mundo da droga», nem tampouco encarar, através de uma lógica determinista e previsível, estas trajectórias como lineares.

Assim sendo, neste contexto sobressai um espectro de consumos cuja regularidade varia entre o esporádico e o diário. Mesmo entre aqueles que estabelecem uma relação quotidiana com as drogas, esse vínculo pode estar sujeito a vários tipos de intermitências; e o destaque que os consumos, juntamente com o território psicotrópico, representam difere de pessoa para pessoa. A imagem estereotipada do utilizador de heroína – ainda que este estabeleça com as substâncias uma convivência perene e de longa data – que desenvolve actividades exclusivamente em prol do uso de drogas não corresponde, de modo algum, à realidade. Apesar daqueles para quem os psicoactivos assumem um lugar de destaque que se sobrepõe às restantes esferas da vida – em que o quotidiano desenvolve-se unicamente em função de actividades informais e/ou desviantes dirigidas para o psicotropismo –, outros há, por exemplo, que, pela forma como é gerida a dimensão dos consumos, conciliam as dinâmicas do «mundo da droga» com vivências de cariz normativo (emprego, família, etc.):

- O que é que o J.F. faz? – pergunto eu.

- Sou serralheiro.
- Trabalha no vinho! – diz o R.
- É verdade! Trabalho em cubas. Enquanto existir vinho, trabalho não me falta. Trabalho há 10 anos neste sítio, mas já desde os 12 que faço descontos.
- Sempre como serralheiro?
- Sim (Diário de campo, 22 de Fevereiro de 2006).

- O meu patrão é da idade do meu filho mais velho – comenta o R.
- Não é bem... – diz o A.D.
- Até parece que conheces o meu filho mais velho – diz o R.
- Ai não é este?
- Não.
- É aquele que está na Madeira? – pergunto.
- Nos Açores.

Alguém comenta qualquer coisa sobre as aventuras amorosas do R.

- Não, por acaso, da mãe dele eu gostava mesmo! Ele é um rapaz super atinado... Vou comprar um computador para o meu filho daqui. Ele já tem um, mas diz que aquilo já não serve para nada. Compro um, e este que ele tem passa para o mais novo, para ele jogar. Era para lhe comprar uma PlayStation, e assim já não compro (Diário de campo, 29 de Março de 2006).

[Estamos perto da zona de venda] Aparece um indivíduo que vem ter connosco. Pergunto-lhe se sabe quem somos, ao que ele responde:

- Acham que, se eu não soubesse quem vocês são, estaria aqui a falar convosco? Eu, às vezes, vou ter à carrinha (...).

Conta-nos que é serralheiro naval e que tem quarenta e [não me lembro ao certo] anos. Começou a consumir aos 14 anos e, há uns anos atrás, numa altura em que andava a consumir bastante, efectuou uma paragem «a frio»: «Não comia nada, não tinha apetite nenhum, e estive cinco noites sem dormir. Só vomitava. Vomitava tudo verde porque já não tinha nada no estômago. Se metia qualquer coisa à boca vomitava logo. Mas continuava a trabalhar!». Desde então, passou a consumir de uma forma esporádica. Foi também aos catorze anos que começou a trabalhar como serralheiro, tendo interrompido esta actividade, durante um ano, para trabalhar por conta própria, a colocar guias de passeios: «Percebia de desenho, por causa da minha actividade, e só me faltava a prática. Juntei-me a pessoal que sabia disso e, ao fim de seis meses, já fazia as coisas sozinho. Foi a altura da minha vida em que ganhei mais dinheiro. Depois deixei-me disso porque o Governo, daquele que foi lá para fora, alterou a legislação desta actividade e ela deixou de compensar. Deixei tudo lá: material, betoneira... Mas paguei tudo aos meus empregados! Voltei para o sítio onde estava antes. Nunca deixei de trabalhar, trabalho desde os 14 anos.» (Diário de campo, 9 de Junho de 2006).

Nesse sentido, a forma como a dimensão temporal é percepcionada pelo utilizador de drogas ditas “duras” não implica forçosamente uma visão projectada no imediato, centrada sobre o próximo *caldo ou fumo*. Ao contrário da figura típica do *junkie*, cujas pretensões e competências são normalmente dirigidas para a execução de *esquemas* a ser accionados a curto prazo – marcados e balizados pelo ritmo das drogas –, os sujeitos que não cingem o quotidiano ao psicotropismo produzem concepções de si-mesmo mais projectadas no tempo, não necessariamente focadas nos consumos:

O R. começa com as suas piadas e, nesse momento, aparece o L.C.⁴⁵, que já não aparecia há bastante tempo. Momentos depois, este pergunta à L. [técnica da Equipa]:

- O que é que tem de se fazer para se candidatar ao ensino superior?
- É para si? – pergunta a L.
- É. Gostava de tirar um curso de Francês, porque aquilo que eu gostava mesmo era de dar aulas de francês.

A L. diz-lhe que vai tentar informar-se, uma vez que o L.C. tem apenas o 9.º ano. O R. intervém na conversa e diz que também tem o 9.º ano. Pergunto ao L.C. que idade tem. Ele responde que tem 41 anos. Depois o utente continua:

- É que estive a falar com um professor universitário, que dá aulas de francês, e ele conseguiu sacar de mim umas gargalhadas.
- Mas porquê?
- Porque dava cada erro! Ele não sabe que os franceses, mesmo em conversas altamente formais, usam o calão. Lá, isso é normal! (Diário de campo, 29 de Maio de 2006).

- Queria arranjar os dentes. Estes da frente estão bons, mas os outros precisavam de ser arranjados, até porque já não tenho alguns dentes. Devo ter muito cálcio porque, olhando para a quantidade de anos que ando metido na drogaria, até nem estão assim tão maus. Mas é chunga andar assim com os dentes, porque eu até sou uma pessoa bem-disposta. Mas procuro não abrir a boca e não me rir muito, para não se notar. E por causa das mulheres é fodido! Eu falo por mim, a primeira coisa que reparo numa mulher é logo nos dentes, e o contrário também deve acontecer. Por isso não quero meter nenhuma prótese, andar com uma coisa ali na boca que parece que não é nosso... Já viram o que é um gajo estar com uma mulher na cama e ter de tirar a placa? Por acaso, com as mulheres, até considero que tenho tido sorte, as coisas têm-me corrido bem... Também não pode ser tudo mau! Nesse aspecto, o Menino Jesus lembrou-se de mim – diz-nos o H.O. (Diário de campo, 23 de Dezembro de 2005).

⁴⁵ O L.C. é, à altura da redacção deste documento, gerente de um restaurante em Paris.

No entanto, como dizíamos, um estilo de vida que envolve o uso de drogas de rua pode implicar oscilações de vários tipos no que toca ao destaque que aquelas representam na vida do sujeito. A forma como é gerida uma carreira neste campo resulta, diversas vezes, em centralidades de cariz temporário ou periódico, isto é, em movimentos transitórios, de durabilidade variável, entre estados de preponderância da dimensão normativa e outros mais focados na esfera psicotrópica. Trata-se, contudo, de flutuações que, na nossa óptica, pouco ou nada terão a ver com as características dos produtos em si. Veremos que conceitos como “síndrome de abstinência” ou “escalada” não se aplicam quando indivíduos optam, em determinados momentos ou situações, por atribuir mais destaque às drogas. Percorreremos, de seguida, por alguns exemplos que nos levam a reforçar esta perspectiva.

Tal como mencionam Fernandes e Carvalho (2003), no que respeita à figura do *junkie*, a gestão da heroína surge, normalmente, de factores externos, mais propriamente de circunstâncias que se prendem com critérios de índole financeira. Também nós constatámos que, ainda que o indivíduo coloque as drogas no centro da sua existência, não se pode afirmar que é apenas a *ressaca* que comanda todas as investidas direcionadas para a procura de *pó* ou de *branca*. O *junkie* consome enquanto tem droga, dinheiro ou disposição para arranjá-los, vontade para se *fazer à vida*:

- Hoje já consumi três *pacotes* e vou ficar por aqui. Já fui *fazer-me à vida* e não vou outra vez. Mas se, neste momento, tivesse aqui comigo €50 ou €100, gastava esses €50 ou €100 na droga – confessa o A.R. (Diário de campo, 13 de Dezembro de 2005).

- Era aqui [em Francelos] que antigamente viviam os ciganos. Eles enterravam a droga em montes de terra – conta-nos o P.M. – Depois de eles terem ido embora, vim para aqui, de pá e sachola, à procura de droga. Encontrei [não me lembro quantos] gramas de *pó* e 100 contos. Em poucos dias, consumi o *pó* e estourei o dinheiro todo! (Diário de campo, 21 de Novembro de 2005).

- Esta coisa [a «droga»] desgraça a vida de um gajo – comenta o A.M.

- Está a consumir muito, A.M.? – pergunto eu.

- Há pouco tempo atrás estava a consumir dois *pacotes* por dia, agora já ando a consumir seis ou sete.

- E o que se passou para passar a consumir mais?

- Comecei a ter mais dinheiro. Comecei a consumir mais e, depois, o corpo habitua-se.

- O A.M. trabalha? – pergunta-lhe o P. [técnico da Equipa].
- Não.
- Como é que arranja dinheiro para os consumos?
- É a minha mãe que me dá dinheiro (Diário de campo, 4 de Julho de 2006).

Mas, tal como mencionávamos, o ambiente do território psicotrópico não se confina à presença de figuras correspondentes à imagem típica do actor das drogas de rua, o *junkie*. O J.F., não obstante ser um frequentador regular daquele sítio, conjuga as dinâmicas das drogas com uma esfera profissional. Contudo, ao referir-se às férias que se aproximam, prevê, com algum humor, dedicar esse período, quase na totalidade, ao psicotropismo, por não perspectivar nenhuma outra alternativa de como preencher esse tempo de uma forma que não seja, a seu ver, monótona e aborrecida. Enquanto trabalha, o *pó* não ocupa uma posição central na sua vida, ao contrário do que acontece nos períodos em que se encontra de férias, que é quando a heroína, a *branca* e as matrizes espaciais onde esses químicos se pronunciam representam, para ele, um papel mais dominante:

Aparece o J.F., um indivíduo bastante encorpado e bem-humorado.

- Está tudo bem, J.F.? – pergunta-lhe a F. [técnica da Equipa].
 - Está, mas daqui a 15 dias vou estar ainda melhor! – responde.
 - Então porquê?
 - Porque vou estar de férias!
 - Férias de quê? Do trabalho ou daqui? – pergunta a F., na brincadeira.
 - Do trabalho! – responde ele a rir-se – Vai ser a desgraça...
 - Vai ser a desgraça porquê? – pergunto.
 - Porque vou estar sempre aqui metido!
 - O J.F. recebe subsídio de Natal? – pergunta-lhe a F.
 - Recebo.
 - (...) Porque é que não gasta o subsídio noutra coisa, por exemplo numa viagem? (...) Ou, então, porque é que não fica em casa a ver televisão? – continua a F., a rir-se.
 - É! Vou ficar em casa o dia todo! – responde o J.F., num tom irónico - Mas vou almoçar a casa!
- (Diário de campo, 12 de Dezembro de 2005).

São habituais os relatos que referem alterações nos regimes de consumo provocadas por mudanças de contexto geográfico, mais precisamente, por períodos em que o quotidiano

é vivido em circunstâncias afastadas das dinâmicas que caracterizam o território psicotrópico. O M.C., por exemplo, tendo sido já um consumidor regular, tornou-se, em determinada fase da sua carreira, num utilizador de fim-de-semana. Assim, e sobrepondo o lado profissional à vertente das drogas, não recorre ao *pó* nem à *branca* durante toda a semana que é passada em Espanha a trabalhar, tomando *Subutex* para não ter de consumir e «para não *ressacar*»:

- Agora, quando vou para Espanha, levo *Subutex* para uma semana. E, assim, lá não consumo. É que, quando ando a ressacar, fico mal-educado com os outros... mal-educado não, ando todo trombeta, *stressado*... Assim, levando o *Subutex*, já não ressaco. Fico com medo só de pensar que posso ressacar. É que, para quem já consumiu, ao terceiro dia de consumos já se começa a sentir a *ressaca*. Depois, ao fim-de-semana, quando venho, volto a consumir *pó* e *branca* – conta-nos o M.C. (Diário de campo, 2 de Novembro de 2005).

A relação que o M.C. estabelece com estas substâncias expõe, assim, a atribuição de um significado às mesmas que colide com aquilo que está implícito no discurso mais comum proferido por estes actores, que enuncia que, a partir de determinado ponto, as drogas só servem «para matar a *ressaca*». Apesar de dizer que em Espanha, tomando *Subutex*, «anda bem», que não *ressaca*, confessa que, durante a viagem de regresso, já vem «todo contente», só de pensar que vai consumir. Mais, o tempo que passa em Portugal, durante o fim-de-semana, é dedicado quase em exclusivo a movimentações agregadas às drogas. Embora confessasse que já não tem «aquela coisa de se *fazer à vida*» – deixando patente que é algo que implica uma aprendizagem e que, para se ser bem sucedido, é necessário o envolvimento numa prática constante –, não deixa de desenvolver diligências no sentido de reunir o pecúlio necessário para efectuar as suas “compras”. Contudo, se se tratasse apenas de «matar a *ressaca*», poderia ficar-se pelo procedimento que adopta quando está em Espanha:

- Só venho cá aos fins-de-semana (...). Mas quando venho a Portugal, venho sempre aqui. Venho na viagem e já fico todo contente a pensar que vou consumir. Em Espanha tomo *Subutex* e ando bem, mas quando venho para cá...

- É *pó* e *branca* que consome? – pergunto-lhe.

- É. É que, num fim-de-semana, chego a gastar €100 ou €200. Neste fim-de-semana gastei €100 e hoje já gastei €60. Levantei-me de manhã e estava a ressacar. Então estava naquela de arranjar *Subutex* ou de arranjar dinheiro para ir *dar um fumo*, mas já não tenho aquela coisa de me *fazer à*

vida como dantes... Conseguí €15 e fui dar um fumo, depois, às três da tarde, arranjei mais €25 e fui outra vez... E andei nisto até agora (Diário de campo, 26 de Dezembro de 2005).

De modo semelhante, o J.L., reportando-se à época em que se encontrava a cumprir serviço militar no Entroncamento, conta que, apesar dos cerca de cinco anos que já possuía de contacto regular com a heroína, geria os seus consumos de modo a efectuá-los somente quando estava de volta a Vila Nova de Gaia, aos fins-de-semana. Tal como o M.C., confessa que, ao longo da viagem de regresso, costumava sentir já desejo de ir comprar *material*:

- Gostei muito de lá estar. Muita gente diz que a tropa estraga a vida das pessoas, mas a mim não aconteceu isso... – conta o J.L.
- Consumia lá? – pergunto.
- Eu já consumia antes de ir para a tropa, mas lá não consumia!
- Nada?
- Nada!
- E aos fins-de-semana?
- Aos fins-de-semana consumia, quando vinha para cá. Mas, como eram só dois dias, não dava para ressacar. Isso era só se fosse aí cinco dias seguidos.
- Como é que lá não consumia e depois, quando vinha, dava-lhe vontade de consumir?
- Não sei, isto da droga tem destas coisas... Vinha no comboio e já me vinha a dar aquela vontade. Chegava cá e ia logo comprar, às vezes até ia fardado.
- Não sabe o que é que lhe causava essa vontade?
- Não. Tinha tudo, não me faltava nada, mas era aquela coisa... Lá na tropa até podia sair à noite, mas eu nunca saía. Havia pessoal daqui que andou lá e eles até ficavam admirados. O resto do pessoal saía todo e eu ficava lá no quartel. Ficava lá no bar a fumar, a comer chocolate...
- Há quanto tempo consumia, antes de ir para a tropa?
- Ora bem, quando fui para a tropa tinha 19 anos, ia fazer 20... Era o mais novo. Antes disso, já consumia aí, há quatro ou cinco anos. Foi naquela altura em que não havia *ganza*.
- Isso foi em que ano, mais ou menos?
- Isso foi em... 87, 88. Depois de sair da tropa foi sempre seguidinho, só estive dois meses sem consumir.
- E já trabalhava, antes de ir para a tropa?
- Já! Trabalho desde os 14 anos (Diário de campo, 31 de Maio de 2006).

Um outro tipo de situação ilustrativa destas flutuações, que não resultam propriamente da percepção da *ressaca*, prende-se com os momentos de *recaída*. Depois de sete meses

afastado do território psicotrópico, o S.P., abstinente, decide, de uma forma planeada, deixar de tomar o antagonista opiáceo e retomar o contacto com o *pó* durante quatro dias. Justifica essa decisão pela inércia que tem marcado presença na sua vida fora das drogas, mas também pela vontade de «visitar o pessoal» que continua a frequentar aquele ponto:

- Oh! Olá! Então? Continuam a vir pra cá? Está tudo bem convosco? – perguntou-nos o S.P.
 - Está tudo bem! E com o S.P., como é que vai isso? – perguntei.
 - Está a correr bem. Fui para um centro, em Setembro, fazer uma desintoxicação. Ali perto do NorteShopping. Já há tanto tempo que não apareço aqui e, quando venho cá, vejo-os logo. Já desde Setembro que não consumo, mas hoje vim aqui para consumir...
 - P'ra consumir *pó*? – perguntei.
 - Sim. Ando a tomar *Antaxone*⁴⁶ mas não tomei, apeteceu-me meter *pó*. Vou consumir só durante quatro dias e, depois, deixo outra vez.
 - O que é que o S.P. tem feito durante este tempo que se seguiu à vinda do centro?
 - Tenho andado por aí... Para a praia, com os amigos. Falta-me é um emprego, não consigo arranjar nada. Depois, uma pessoa, não fazendo nada, põe-se a pensar nas coisas. Começa a vir aquilo à cabeça e dá aquela vontade...
- Momentos depois, a L. [técnica da Equipa] começou a falar com ele. Aí, ele afirmou que tinha ido ali à “casa”, também, para «visitar o pessoal»:
- Também, não é por ter abandonado os consumos que vou deixar de falar para as pessoas que continuam aqui... É certo que podia vir até aqui sem ter de consumir, mas aquilo na cabeça começa a mexer com uma pessoa. Começa-se a pensar na droga, na droga... Se, ao menos, tivesse um emprego, já não tinha tanto tempo para pensar nisso... (Diário de campo, 8 de Abril de 2004).

Também o P.M., ao fim de sete dias de privação passados num “centro”, optou por abandonar esse local e deslocar-se de imediato ao território psicotrópico, mesmo sabendo que era procurado pelas autoridades e que o risco de ser detido mostrava-se elevado. Nesse mesmo dia, depois de consumir, foi capturado e submetido a dezassete dias de prisão, período durante o qual manteve-se novamente abstinente, apesar de haver partilhado a cela com alguém que distribuía *material* dentro da cadeia:

- Então P.M.? Andou desaparecido! – diz-lhe a L. [técnica da Equipa].
- Pois andei. Estive num centro, estive preso.
- Esteve preso? Porquê? – pergunto.

⁴⁶ Nome comercial da naltrexona, um fármaco antagonista opiáceo.

- Por causa de uma multa que não paguei, por faltar a um julgamento em que ia como testemunha - responde.

(...) O P.M. conta que, após o regresso de Fátima [para onde foi em busca de ajuda divina para “deixar a droga”], recomeçou a consumir e que, face a isso, foi para um “centro”, onde permaneceu sete dias. O «tratamento» foi «a frio»:

- Não estava a aguentar mais, tinha de vir consumir. Eles, lá dentro, bem me avisaram que a polícia andava atrás de mim, mas eu tinha de sair. Cheguei aqui e fui logo. Depois, tinha os *moços* à minha espera.

(...) O P.M. diz estar abstinente: «Só consumi naquele dia que saí do centro. Na prisão, até fiquei na mesma cela que um gajo que vende, e não consumi nada!» (Diário de campo, 5 de Junho de 2006).

Aquilo que normalmente muitos protagonistas do psicotropismo atribuem inquestionavelmente ao «bichinho da droga» e à qualidade suprema de «ela ter destas coisas», relacionar-se-á mais com a incorporação de valores, condutas e cosmovisões que, dentro deste contexto, reforçam essa crença dogmática no poder absoluto do narcótico. Estamos a falar de um enquadramento sociocultural em que a ingestão e as dinâmicas associadas a determinados compostos psicoactivos fazem sentido, adquirem significado e fazem parte das expectativas de quem nele se insere, de quem nele ingressou num processo de aprendizagem, estabeleceu uma carreira (por vezes, com “contrato de exclusividade”) e constituiu um grupo de pares. Aí reside uma das dificuldades que muitos encontram em viver fora dele, desse meio; ou, por outras palavras, como diria algum actor desta cena *drug*, em estar «fora da droga». O R.J., apesar de falar também em «dependência», explica porque, a seu ver, em Portugal, a sua vida centra-se em torno das drogas, ao contrário do que acontecia quando se encontrava a trabalhar noutras países. Refere assim que, cá, não sabe desenvolver outras «rotinas», uma vez que só conhece este estilo de vida e pessoas que «andam metidas nisto»:

- Estava tão bem quando estava a trabalhar em Espanha! E agora não tenho nada. Quando estava lá, a trabalhar numa empresa de construção civil, tinha um bom carro, ganhava 300 contos por mês e não consumia. Há dois anos a empresa falhou e tive de voltar. Voltei e meti-me nisto outra vez. Em pouco tempo, em dois meses, perdi tudo o que tinha e a família expulsou-me de casa. Andei pela casa de pessoas amigas mas, como são pessoas que também passam necessidades, saí. Agora ando aqui assim, a dormir num quarto de uma pessoa [também consumidor] que me deixa estar lá. Vou

almoçar à [nome de uma I.P.S.S.⁴⁷] e, para tomar banho, vou ao balneário da Junta de Freguesia – conta o R.J.

- Quando foi que iniciou a sua história de consumos? – pergunto.

- Quando consumi pela primeira vez?

- Sim.

- Foi há dez anos, mas havia fases que não consumia. Andei muito tempo a trabalhar fora, em Espanha, na Alemanha, nos Açores e, quando não estava cá, não consumia. Quando voltava é que me dava logo para isso. Por exemplo, estava em Espanha e vinha cá passar uns dias: vinha a caminho e já estava a pensar ir ao Aleixo comprar. Mas, dias depois, quando ia pra fora, já deixava. Arranjava umas pastilhas de *Subutex* por aí e aquilo já me dava para uns dias...

- Qual é a razão que acha que explica a sua vontade de consumir quando vem para Portugal?

- É que, eu aqui, não sei fazer mais nada, só conheço esta rotina. Quem experimentou isto e ficou a gostar, acabou! E então depois vem a dependência... Há tanta coisa aí que dá para uma pessoa se distrair e se divertir... Mas dava-me para vir logo consumir porque, aqui, não conheço mais nada. As pessoas daqui, que eu conheço, andam todas metidas nisto. (...) Em Espanha era diferente. Durante a semana trabalhava 11 horas por dia, dormíamos em contentores, mas contentores com todas as condições e com tudo o que é preciso; ou em hotéis. E, ao fim-de-semana, pensava era em ir divertir-me, como toda a gente. Gostava de sair, ir a um bar ou a uma *disco*, estar com os amigos, conversar... Não me passava sequer pela cabeça ir consumir, até porque ninguém consumia. As despesas que tinha eram poucas. Então aquilo era só juntar dinheiro. Estava até a iniciar uma relação com uma espanhola. Agora, olho para trás e vejo que perdi tudo (Diário de campo, 31 de Outubro de 2005).

Aludindo à situação que vive, após haver cumprido uma pena de prisão de vários anos, o F.M. ilustra, de forma clara, a preponderância que as matrizes socio-ambientais desempenham na construção do fenómeno droga. Não tendo sítio para se albergar – pela existência de quezílias entre si e o seu pai – e encontrando-se desempregado, optou por viver no espaço que serve de suporte ao território psicotrópico. Todavia, considera a sua condição deveras humilhante: por um lado, afirma que não pretende consumir, uma vez que não está disposto a arcar com os riscos provenientes da captação de «dinheiro fácil», ramo dentro do qual havia, anteriormente, desenvolvido as suas competências; por outro lado, não concebe passar o seu dia-a-dia, abstinente e sem dinheiro, num sítio destinado ao uso e venda de substâncias ilícitas, onde tudo o que acontece encontra-se relacionado com as mesmas.

⁴⁷ Instituição privada de solidariedade social.

- Mas, como eu estava a dizer, não queria andar no meio disto. A viver nestes meios não dá para resistir. Isto é humilhante, porque dantes estava habituado a ter dinheiro fácil. Andava sempre cheio de dinheiro porque traficava e roubava. Mas agora, como não quero meter-me outra vez nessa vida, não tenho dinheiro. E não dá para resistir, quando tenho pessoal à minha volta a consumir – desabafa o F.M. (Diário de campo, 21 de Dezembro de 2005).

Ainda neste âmbito, o seguinte excerto do nosso diário de campo, remetendo para um episódio marcado por um diálogo entre dois utilizadores regulares, revela a importância que o contexto e os moldes espaciais – bem como a ligação que o território psicotrópico estabelece com o quotidiano dos indivíduos –, representam no domínio daquilo que se usa chamar “toxicodependência”. O M., apesar exercer estratégias de gestão dos seus consumos, comprando *produto* suficiente para vários dias, confessa que não opta pelo uso esporádico, devido à proximidade que estabelece com aquele ponto de venda:

Chega o M., que vem trocar três *pratas*.

- Andas a dar muito na pratucha! – comenta o J.F., a rir-se.
- Isto não é só para hoje, porque hoje até já consumi. Consumi há um bocado. Vou fumar amanhã, ao meio-dia, e depois fumo às cinco da tarde, quando sair do trabalho. Agora paro pouco por aqui. Amanhã não venho, porque já comprei para amanhã e para o outro dia. Por isso, só venho depois de amanhã, comprar para mais três dias – responde o M.
- Fuma só de vez em quando! – sugere o J.F.
- Como trabalho aqui perto, é mais complicado...
- Pois é, não andas a trabalhar por fora... – comenta o J.F. (Diário de campo, 13 de Fevereiro de 2006).

Para alguns actores – como aqueles que conjugam uma vida de consumos regulares com outras esferas socializadoras –, estas flutuações entre dois mundos antagónicos, o desviante e o normativo, podem ocorrer a um ritmo correspondente a um ciclo diário: sai-se do emprego e passa-se pelo território psicotrópico; aí consome-se e, aí, permanece-se até ao regresso a casa, ou talvez ainda se volte após o jantar. No dia seguinte, a sequência de acontecimentos é idêntica. Esta gestão dos consumos passa, em parte, pela manutenção da própria «fachada pessoal» (cf. Goffman 1993), nomeadamente, pelo encobrimento da faceta *drug*, e pela demarcação da imagem do “agarrado”, de forma a não expô-la perante a família, conhecidos ou alguém que integre as relações laborais. A manutenção desta dupla fachada advém de um esforço cujo

sentido é evitar as consequências negativas provenientes da etiquetagem desviante (cf. Becker 1963), designadamente, da associação ao estereótipo do “drogado”:

A P. [técnica da Equipa] continua:

- Agora quero que sejam sinceros ao responder a isto...
- Nós somos sempre sinceros – responde alguém, penso que é o J.L.
- Nós estamos a pensar gravar o que vai ser dito [num grupo de discussão *in loco*] para nos facilitar a produção do relatório. Não é para divulgar nomes, mas apenas para nos ajudar... – explica a P.
- Isso aí é que eu já não acho bem... – responde o P.M.

O R. afasta-se e eu digo: «R., não ouviu tudo!». «Por mim, tudo bem!», responde ele.

- É preciso ter cuidado com isso por causa do meu emprego. Se não for para dar os nomes a ninguém... – adverte o J.L.
- Olhem que eu trabalho, tenham cuidado. Não quero perder o emprego – reforça o P.C. (Diário de campo, 17 de Maio de 2006).

O seguinte relato faz, precisamente, referência a um trabalho bem sucedido – pelo menos, durante um período considerável – de gestão da fachada pessoal. Depois de ter conseguido ocultar da família, durante dez anos, a relação que estabelecia com o *pó*, o B.A. sofreu um acidente de viação e a sua família foi colocada a par de tudo. Todavia, na altura, a sua mãe não deu crédito a essa informação, uma vez que a imagem que aquele transmitiu ao longo dos anos foi sempre incompatível com o estereótipo do utilizador de heroína:

- Andei dez anos na heroína sem a minha família desconfiar. Só que, depois tive um acidente de automóvel, levava bastante quantidade comigo, fiquei em coma e, no hospital, aquilo caiu do casaco. Estava lá uma enfermeira amiga da minha irmã que viu aquilo e foi-lhe contar. Depois a família soube e a minha mãe não acreditava, dizia para a minha irmã: «Ouço dizer que os drogados roubam coisas em casa. O teu irmão nunca roubou nada, por isso, não pode ser verdade» (Diário de campo, 20 de Maio de 2004).

Existem, porém, casos de conjugação de actividades formais com carreiras percorridas no «mundo da droga», em que essa duplidade não escapa do conhecimento familiar. Aliás, a família revela-se, muitas vezes, crucial para que a administração dos consumos operada permita essa alternância entre dois mundos. Ela pode, por exemplo, tornar-se numa espécie de cúmplice no recurso a estratégias de ocultação da faceta *drug*, ou

mesmo colaborar directamente em esquemas de gestão financeira – como acontece no caso de indivíduos que depositam o seu rendimento ou verbas nas mãos de familiares, como estratégia de contenção de gastos.

O J.F. e o J.L., embora desempenhem uma actividade profissional há já bastantes anos – mais de década e meia –, admitem que o fazem, não porque gostam, mas porque não perspectivam nenhuma outra alternativa. Fazem-no, apenas, porque «tem de ser». Face às condições que são impostas pelas famílias, e ponderando as consequências que resultariam do seu incumprimento, encaram o trabalho quase como que um “mal menor”:

- O J.F. anda a trabalhar, não anda?
- Ando, tem de ser! Se não trabalhar, sou posto fora de casa (Diário de campo, 13 de Fevereiro de 2006).

- Então J.L., tudo bem? – pergunto.
- Está, ontem esteve calor! Está bom para ir fazer *surf*! – responde ele.
- Faz *surf*?
- Faço, em cima das pranchas das obras, a saltar de umas para as outras!
- Então está a trabalhar!
- Estou, o que é mau. Mas tem de ser, senão o velhote...
- Vive com o seu pai?
- Vivo, mas tenho de trabalhar. Há pessoas que vivem com os pais e eles dão-lhes tudo, mas comigo não é assim. Se quero estar ali, tenho de trabalhar... (Diário de campo, 4 de Abril de 2006).

O J.L. revela ainda que o seu pai interfere directamente na sustentação da sua “vida dupla”. Assim, apesar de não lhe custear os consumos – como acontece em muitos casos –, empresta-lhe, se for preciso, algum numerário, não permitindo que o J.L. peça dinheiro no local de trabalho:

- E é o J.L. que paga os seus consumos?
- Claro! Nunca roubei na vida!
- Mas o seu pai dá-lhe dinheiro?
- Sim. Ele diz-me: «Se tiveres de pedir dinheiro a alguém, pede a mim». Em vez de estar a pedir dinheiro no trabalho, por exemplo, peço a ele. E depois, quando tiver, dou-lhe aos poucos. Ainda

agora, dei-lhe 100 contos. Costumo dar-lhe 40 para a casa, mas, como estava a dever-lhe dinheiro, dei-lhe mais (Diário de campo, 31 de Maio de 2006).

Ainda assim, o *pó* deixa a sua marca, a suspeita constante sobre quem com ele estabelece uma relação estreita e regular, tornando eruptiva a imagem estereotipada do “drogado” que tudo engendra para conseguir comprar a sua dose e manter «o vício». Foi o que aconteceu ao J.L. Num momento em que se encontrava perto de nós, deu por falta da sua bicicleta, não a tendo conseguido recuperar. Posteriormente, mencionou que, em casa, os seus familiares ficaram convencidos que terá sido ele próprio a vendê-la, para comprar heroína:

- A sua bicicleta chegou a aparecer, J.L.? – pergunto.
- Que quê? Nunca mais! E depois quem pagou as favas fui eu, porque lá em casa ficaram a pensar que fui que a vendi, como ando no vício... (Diário de campo, 29 de Junho de 2006).

Se, por um lado, a família pode contribuir para a preservação de vínculos entre o actor e esferas normativas, há também casos em que, face aos moldes nos quais se posiciona, acaba por reforçar ou promover a «deriva opíacea» (cf. Tinoco 2002b). Situações que consistem na ruptura de laços, na sequência da não-aceitação da relação estabelecida com as drogas, são disso um exemplo. Depois de ter estado em Espanha a trabalhar, e perante a abertura de falência da empresa da qual era colaborador, o R.J. regressou a Portugal, retomando o contacto com as drogas. Algum tempo depois, foi expulso de casa da sua família:

O R.J. fala connosco sobre a relação com a sua família.

- Quando vim de Espanha ainda estive, mais ou menos um ano, em casa dos meus pais. A certa altura o meu pai pôs-me fora de casa, apesar que eu nem lhe pedia dinheiro. Ainda agora, há pouco tempo, tentei ver se ele me aceitava outra vez, mas não deu...
- Qual foi a razão que o seu pai apontou para não o aceitar novamente?
- Não deu razão nenhuma, é por eu consumir, por não ter emprego e é o feitio dele. É muito difícil eu voltar novamente para lá por causa do meu pai, ele não me aceita... (Diário de campo, 4 de Novembro de 2005).

No seguimento desse momento disruptivo, a sua vida passou a inscrever-se, quase unicamente, dentro de ritmos e matrizes psicotrópicas, num permanente convívio com as dinâmicas desviantes que lhe permitiam o sustento e a manutenção dos consumos:

- Mas ando mesmo cansado disto e desta solidão, não dá para aguentar mais. Os dias são todos iguais. O Domingo é igual à Segunda e ando sempre nisto. Levanto-me de manhã e penso: «vamos lá ver como é que vai ser o dia hoje». Mas acaba por ser sempre a mesma coisa. Acordo e, passado um bocado, vou almoçar. Depois venho par'aqui e o traficante dá-me uns *pacotes* por eu estar aí a vigiar. À noite vou para o quarto, acendo uma vela, porque aquilo não tem luz, e deito-me a pensar na vida, até que acabo por adormecer – desabafa o R.J. (Diário de campo, 31 de Outubro de 2005).

Resta sublinhar ainda alguns dos aspectos atinentes às representações de si-mesmo construídas por aqueles para quem as drogas ascendem a um plano de primazia. Além daquela visão de um dia-a-dia marcado por um ritmo monótono e repetitivo, essas imagens focam-se, sobretudo, nas experiências e traços pessoais que advêm do uso de drogas, como se, fora disso, nada mais existisse nesse ser:

- Dantes, quando um drogado vinha pedir-me dinheiro, eu não dava, desprezava-os. Não ligava, mesmo. O A.R. não, ele dava dinheiro e dizia-me: «Dou porque sei o que é estar assim!». Agora sou como eles. Podemos não ter o mesmo aspecto e disfarçar um bocadinho, mas somos ralé como eles, somos iguais. As conversas são sempre sobre droga, sempre. Pensamos que estamos ali a falar sobre uma grande coisa, mas, passa-se o dia, e as conversas não saíram disso. É sempre a falar sobre droga... – conta-nos a S.N., namorada do A.R. (Diário de campo, 12 de Abril de 2006).

Trata-se de imagens que se constroem em contraposição com um passado nostálgico, passado esse no qual as drogas, ou não existiam, ou aquilo que é atribuído ao seu “poder tirânico” não havia ainda tomado conta da criatura em toda a sua plenitude. A edificação desta identidade passa, inclusivamente, por novas formas de percepção do próprio corpo, objecto de mutações e “mutilações” constantes advindas das contrariedades adjacentes àquilo que o *fazer à vida* implica:

O P.M. troca umas seringas (bastante mais do que é habitual) e, já não me lembro a propósito de quê, começa a falar com a F. [técnica da Equipa] sobre como ele era há uns anos atrás:

- A Sra. Dra. pode não acreditar, mas, há uns anos atrás, o meu aspecto não tinha nada a ver com o que é hoje. Tenho lá uma fotografia que, se vocês vissem, viam que era verdade. E mesmo o meu

corpo era diferente. Agora sou assim magro, mas eu tinha um bom cabedal. Trabalhava na construção civil e os meus colegas até deixavam sempre o trabalho mais pesado para mim... (Diário de campo, 13 de Fevereiro de 2006).

Em jeito de síntese, as carreiras nas drogas não se expressam de modo uniforme. Se umas se cingem à relação com os psicoactivos, outras há em que tal não ascende a um primeiro plano. Mas nada disto pode ser tomado como linear ou estático. Aliás, os exercícios de gestão dos consumos podem ir, até, no sentido de uma oscilação em que o destaque, ora é atribuído às drogas, ora é atribuído a outros campos que nenhuma ligação com elas estabelecem. Vimos, porém, que essas flutuações, bem como a ênfase que é atribuída, quer à normatividade, quer à desviância, não sobrevêm propriamente do domínio químico dos produtos. Elas provêm, sim, de toda uma envolvente sociocultural e subcultural, dentro das quais as drogas se expressam, moldando, assim, a relação (ou relações) que o actor vai estabelecendo com as substâncias e os seus contextos.

AS FONTES DE RENDIMENTO

A questão do destaque que as substâncias adquirem na vida de uma pessoa remete-nos para aquilo que se prende com as fontes de rendimento e de suporte financeiro dos consumos. Se uns os custeiam essencialmente através de actividades formais ou de “biscates”, mas também com o auxílio da família; por outro lado, muitos daqueles que “vivem para a droga” encontram em actividades ilícitas ou informais – e, por inerência, no apuramento de um sentido de oportunidade que tem de estar sempre alerta – o meio que consideram mais eficaz para fazer face às condicionantes financeiras que um estilo de vida em torno das drogas implica.

Curiosamente, ao contrário daquilo que ocorre noutras pontos, a figura do “arrumador de carros” não se faz notar na freguesia de Canidelo, talvez por se tratar de um meio que preserva ainda alguns traços de ruralidade. Mesmo a prostituição de rua, apesar de não ser muito pronunciada, existe, embora seja praticada numa das freguesias contíguas. Opta-se, por isso, pela execução de actividades mais encapotadas.

Executam-se diversos tipos de expedientes – pequenos furtos, venda de *produto*, participação no *deal*, etc. – que podem ser desempenhados em padrões de alguma assiduidade ou, pelo contrário, assumir um carácter mais fortuito, como reacção às

oportunidades que vão surgindo. Estas, as oportunidades, revelam-se como um permanente estímulo para a inovação no que toca ao emprego de diligências de captação de dinheiro. A “inspiração” e o improviso irrompem do dia-a-dia, da demanda incessante de recursos que permitam «ficar bem». O *fazer à vida* envolve, dessa forma, uma focagem permanente em pormenores da experiência quotidiana, bem como nas possíveis formas de utilizá-los em proveito próprio:

Os meus colegas, Q. e L., contaram-me que o A.R. revelou mais algumas acções que tem colocado em prática, juntamente com a S.N. [sua namorada], para se *fazerem à vida*. Uma delas consiste em ir lanchar a confeitarias. Aí, pedem bolos e colocam baratas dentro. Vão falar com alguém responsável e pedem o livro de reclamações, dando a entender que a única maneira de não escreverem é se receberem dinheiro troca. Lembraram-se desta técnica depois de um dia terem ido a uma confeitaria, onde pediram um bolo que vinha com uma borboleta dentro. Depois de haverem exigido o livro de reclamações, o dono ofereceu-lhes uma quantia razoável (cento e tal euros) para não registarem o sucedido.

Têm também pensado em colocar em prática a ideia de irem a uma loja de roupa e simular o roubo de peças, a fim de serem abordados pelos seguranças. No momento em que estes constatam que, na realidade, nada foi furtado, o casal ameaça processar o estabelecimento, caso não lhes seja atribuído dinheiro (Diário de Campo, 22 de Fevereiro de 2006).

Trata-se de um estilo de vida ao qual está inerente, como condição de sucesso, um “know-how” que se grangeia através de uma prática corrente e de um contacto assíduo com o meio. O A.R., descrevendo as práticas – furto de roupa em lojas de centros comerciais – que desenvolve diariamente para sustentar os consumos de *pó* e *branca*, refere técnicas cuja aplicação envolve, não só um conhecimento de “como se faz”, como uma eficácia e destreza no momento em que as emprega. Não deixa de salientar, com algum toque de humor, a criatividade que estes procedimentos despertam, além da facilidade de adaptação, às mais diversas situações, que é apurada por quem se *faz à vida*:

- Vivemos à custa daquilo que eu faço. Dá para os consumos, dá para comer, dá para vestir, dá para tudo. Aquilo que eu visto, da cabeça aos pés, vem daí. Esta roupa foi toda roubada! Aquilo que eu roubo dá para vender e para me vestir. Só estas sapatilhas é que foram compradas, custara-me 7 contos. Comprei-as com dinheiro que fiz de roupa vendida. Não quero dar muito nas vistas. Então, às vezes, com o dinheiro que faço, compro roupa. Só faço o Arrábida Shopping e o Gaia Shopping, o Arrábida Shopping e o Gaia Shopping. Um dia vou a um e, noutro dia, vou a outro. Isto

diariamente! Mas, em cada dia, vou a lojas diferentes, para não dar nas vistas. Faço-as quase todas: Pull & Bear, Benetton, etc.

- Como é que resolve o problema dos alarmes? – pergunto-lhe.
- Tiro-os, aquilo tem uma técnica própria. Ou com a mão, ou com um alicate de corte, daqueles pequeninos. Só os da Salsa é que não dão. Não roubo na Salsa porque os alarmes são diferentes, são de tinta. Então, se tentar tirar, aquilo rebenta e suja, a roupa de lá e a roupa que trazemos vestida. Mas, de resto, faço as lojas todas. E, se quiser roubar sem tirar os alarmes, também consigo. Basta embrulhar a roupa naquele papel que se utiliza na cozinha, meter o embrulho numa saca, pôr outra roupa por cima e sai-se dali, na maior. Normalmente vou com a minha namorada, como é mulher não dá para desconfiar. Então peço uma saca numa loja qualquer, daquelas sacas de papel, e meto lá uma peça de roupa minha, para as pessoas pensarem que ando ali às compras. Depois vou a outra loja, roubo, meto na saca e saio.

- Nunca foi apanhado?
- Já, já fui apanhado. Uma vez ia roubar um casaco de cabedal na Benetton, tirei-lhe o alarme e a minha namorada disse: «Atenção, isso deve ter mais que um alarme, é uma peça cara...». Eu tirei aquele, pus o casaco ao ombro e saímos dali pra fora, com a maior naturalidade. Quando vou a passar no sensor, aquilo começa a apitar. Mas eu ando sempre! [risos] Então, há uma empregada que vem ter comigo e diz: «Desculpe, leva aí um casaco!». E eu, despreocupado e da forma mais natural possível, digo-lhe: «Ai, peço imensa desculpa! Onde eu estava com a cabeça! Nem sequer reparei que vinha aqui com um casaco!». Entreguei-lhe o casaco e vim embora! Uma pessoa que anda nisto, e que tem de se *fazer à vida*, tem um à-vontade do caraças para se desenrascar das coisas. Vai arranjar uma imaginação para fazer as coisas! [risos] (Diário de campo, 13 de Dezembro de 2005).

Algumas dessas práticas envolvem cooperação entre pares, pelo que o estabelecimento de uma rede de conhecimentos e contactos que se movam nos enredos das economias informais, e que permitam a concretização de determinados expedientes, revela-se crucial:

Aparece o M., com um telemóvel na mão, e dirige-se ao M.C. Queixa-se sobre alguma coisa relativa ao aparelho e diz-lhe que aquilo «está em Francês». «Está em Francês mas podes pôr em Espanhol, tu é que não sabes trabalhar com isto», responde-lhe o M.C. O M. afirma que colocou um «cartão 96» e que o telemóvel funcionou.

- Funcionou com um cartão 96? Foda-se, dessa não sabia! – diz o M.C., admirado.
- Caralho, já podia ter aqui o dinheiro. É melhor vires lá comigo para ver se ela quer comprar. Não sei se agora vai querer! – diz-lhe o M.
- Pá, tenho que sair daqui às nove horas, vêm-me buscar. Já são oito e meia... Vai lá tu sozinho, num instante.

- Anda comigo, anda lá. É já ali. Fica ali perto do talho. Não sabes onde é o talho? É melhor irmos os dois.

- Não há aí uma bicicleta? Pede-a emprestada para irmos lá, não posso demorar.

O M., a gritar, pergunta a alguém se lhe empresta a bicicleta. A resposta é negativa. Afasta-se um pouco e o M.C. comenta connosco, num registo de admiração, que acha estranho que um cartão “96” tenha funcionado naquele telemóvel, uma vez que o aparelho é francês (Diário de campo, 26 de Dezembro de 2005).

Perante os ritmos e as particularidades intrínsecas às vivências centradas nas drogas, e consistindo o factor económico numa condição essencial para a obtenção de *produto* – há que fazer dinheiro rapidamente para se consumar a compra –, estas actividades surgem como um ajustamento a tais circunstâncias. Daí a discrepancia subsistente entre o pólo dominante e aquele que é qualificado pelas drogas de rua. O seguinte excerto ilustra, tendo como referencial o tempo dominante e normativo, o peso da extemporaneidade que acarreta a adopção de um estilo de vida dedicado às drogas e à sua obtenção:

- É, o pessoal [neste momento] vai todo ao Aleixo. Eu não vou porque não tenho tempo. Só o tempo que demora ir lá e voltar... Se não trabalhasse, era diferente. Mas assim não... Não tenho tempo para isso – comenta o J.L. (Diário de campo, 10 de Maio de 2006).

Algumas dessas actividades informais, pelo secretismo que lhes está associado, transportam riscos e perigos de várias ordens. No entanto, o *junkie* pouco tem a perder, quando as suas principais aspirações focam-se, eminentemente, sobre o próximo consumo:

- Aqui este rapaz, com quem vocês estão a falar, tem ido a Espanha. Sabem? – confessa-nos o P.M., orgulhoso.

- Ai é?

- Já fui em dois fins-de-semana, sabem? Fui a Salamanca! Fui de carro, com mais dois amigos meus.

- Foi para a noite? – pergunto.

- Fomos visitar um amigo nosso que está lá a trabalhar. Fomos levar-lhe droga!

- E lá não há droga?! – pergunto eu a rir-me.

- Há, mas ele não consegue arranjar. Depois, trouxemos droga de lá para cá!

- Então ele não consegue arranjar e vocês trazem de lá?! – continuo eu.

- É que o sítio onde ele está fica longe do sítio onde se compra. Este rapaz, aqui, este rapaz com quem vocês estão a falar, foi de Canidelo para Salamanca a conduzir! Andei lá perdido e depois fiz outra vez o caminho pra cá!
- Se lhe aparecesse a polícia como fazia? – pergunto.
- Se fosse a polícia espanhola, passava-lhes com o carro por cima. Como não sou de lá... Se fosse a portuguesa, parava e “seja o que Deus quiser”! – responde o P.M., ainda num suporte eufórico (Diário de campo, 21 de Novembro de 2005).

Apesar dos constrangimentos e da carga de risco que acarreta, o *fazer à vida* é visto como o único meio para contornar a falta de recursos. Tal como aqueles que exercem uma actividade formal percepcionam o trabalho como algo que «tem de ser», o *junkie* – habituado a «desenrascar-se» num mundo paralelo – encara o *fazer à vida* como uma inevitabilidade, a única alternativa que lhe é apresentada perante a sua relação de dependência química e monetária:

- Vou ter de começar a *fazer-me à vida*. Tenho tentado levar as coisas de forma a não prejudicar-me, mas não sei se vou conseguir continuar assim. Estou a ver que vou ter de voltar à vida do crime. É muito difícil levar as coisas como tenho levado. Todos os dias a mesma coisa, todos os dias sem saber onde vou almoçar, onde vou dormir, se hei-de ir para norte ou para sul... É que, no meu caso, é muito complicado arranjar emprego! Em hotelaria não dá, porque tenho que apresentar análises e não vão aceitar uma pessoa com HIV. Na construção civil não posso porque, devido a esse problema, não dá para andar ao frio e à chuva. Tenho que ter alguns cuidados. Na função pública é impossível, porque exigem a apresentação do registo criminal, quando o Estado devia ser o primeiro a ajudar estes casos – desabafa o F.M. (Diário de campo, 1 de Fevereiro de 2006).

Aparece o P.M. Troca bastantes seringas e mantém-se calado.

- Hoje o P.M. não está muito “católico”, pois não? – pergunto.
- Não, hoje não estou muito...
- E o quem tem? – pergunta a Q. [técnica da Equipa].
- Dói-me a cabeça, dói-me os ouvidos, dói-me os dentes...
- Pois é, o P.M. anda aí à chuva...
- Ando à chuva porque tenho de me *fazer à vida*, para comer, para a droga... Estou farto disto. Havia de me aparecer alguma coisa que me levasse de vez (Diário de campo, 15 de Fevereiro de 2006).

P.M.: Depois também fui preso. Tive dois anos e meio.

Pedro Machado: Que idade tinha quando foi preso?

P.M.: Tinha dezoito anos. Dezoito não, dezanove. Tive dos dezanove até aos... vinte e um ou vinte e dois, parece.

Pedro Machado: Porque é que foi preso?

P.M.: Por furto. São coisas que a gente, às vezes, dá pontapés na vida. Andava com um grupo de amigos. Eles não consumiam drogas, eu consumia. Eles eram mais para andar com boas roupas, boas motas, e tudo. Eu, claro, não queria andar com boas motas nem nada. A mim, interessava-me era o dinheiro. E eles, como vendiam também muitas coisas... Tá a perceber? Eles ficavam com as coisas e, a mim, davam o dinheiro. E eu, pronto, tornou-se um hábito. Tornou-se um hábito que, chega a um ponto que é dinheiro tão fácil, tão fácil de ganhar, que a gente, chega a um ponto, quer parar [e] já nem consegue. Tá a perceber? Está de tal maneira viciado naquilo, que a gente está a *ressacar*, ou está isto ou está aquilo, que começa a pensar onde vai arranjar o dinheiro... «eia, tenho esta maneira de arranjar, vou-me *fazer à vida*.» E vai! Vai à noite, prontos... E eu fui caço em flagrante... (entrevista ao P.M.).

Da mesma forma que uma carreira centrada no «mundo da droga» implica um desfasamento com parâmetros normativos, facilmente se comprehende que o uso de estratégias informais e desviantes para sustento dos consumos se prenda com essas mesmas circunstâncias.

AS SUBSTÂNCIAS

Temos vindo a focar a nossa abordagem sobre os dois químicos que, de um modo conjunto, mais destaque assumem neste meio: a heroína e a base de coca. É em torno deles que se desdobram todas as dinâmicas que qualificam a subcultura *junkie* e os estilos de vida que emergem das vivências psicotrópicas em contexto de rua. É também associado a esses dois produtos que sobressaem outras substâncias, a maioria delas legais, ainda que, normalmente, sejam obtidas em circuitos paralelos. É o caso de fármacos como a metadona, a buprenorfina, os *drunfos*⁴⁸, os analgésicos, etc. Comprase *Subutex* «na candonga» para «ir trabalhar para fora» ou, simplesmente, para se «fazer uma pausa»; resolve-se «fazer uma cura» e arranja-se, «por aí», *Paxilfar*⁴⁹ «por causa das dores»; toma-se *Serenal*⁵⁰ para se «conseguir dormir»; necessita-se de algo «para a

⁴⁸ Termo que faz referência a vários tipos de fármacos, mais precisamente a ansiolíticos e barbitúricos ingeridos em associação com álcool. Os *drunfos*, ao contrário do que se verifica noutros pontos, revelam pouca incidência na nossa unidade de estudo.

⁴⁹ Designação comercial de tramadol, um potente fármaco analgésico.

⁵⁰ Fármaco tranquilizante (oxazepam). Em interacção com álcool é tomado como *drunfo*.

ansiedade»; ou, quando não há *pó*, há sempre alguém que «desenrasca» metadona. O comentário desdenhoso produzido pelo V.F., relativamente a um outro indivíduo, dá precisamente conta da farmacopeia e dos policonsumos que despontam deste meio:

- É que, há aí pessoal que anda a tomar metadona e continua a consumir. O V.A., por exemplo, ele consome de tudo! Já lhe disse que, quando ele quiser deixar, até se vai peidar p'la piça! – conta-me o V.F. (Diário de campo, 3 de Junho de 2004).

Trata-se de fármacos que vulgarmente se empregam neste contexto, em regime de auto-medicação, com o intuito de anular ou mitigar os efeitos indesejados que decorrem da carência ou da insuficiência de *pó*. Há, portanto, uma percepção marcadamente terapêutica acerca de quase tudo o que se administra, inclusivamente da heroína. Quando se fala que o *pó* de agora «já não bate», que «é só para tirar a *ressaca*», reforça-se essa conotação medicamentosa. Estabelece-se, normalmente, um contraponto com aquilo que se comprava antigamente, «de cor branca», mais puro, ao qual estava associada uma vertente lúdica:

L.C.: Ah, no princípio a droga era boa. No princípio a droga era boa, no princípio a droga sentia-se. No princípio, fumava-se um *pacote* e estava-se bem (entrevista ao L.C.).

Na verdade, aquilo que actualmente na rua é tido e comprado sob a denominação de *pó*, não passa de um composto adulterado que comprehende uma ínfima quantidade de heroína, que normalmente não excede os 5% (Escohotado 2004), à qual é adicionado o *traço*, para «fazer render». Este *traço* pode incluir, entre muitas outras coisas, químicos utilizados em contexto clínico, como *Noostan*⁵¹ – ou *Nestum*, como é designado no jargão *drug*. O seguinte comentário, proferido humoristicamente pelo P.M., descreve claramente esta carga medicamentosa que é atribuída às substâncias:

O P.M. regressa novamente do interior da “casa” e, ao passar por mim [com um *pacote* na mão], levanta a mão e diz-me: «é o xarope p'rá tosse!» (Diário de campo, 21 de Novembro de 2005).

⁵¹ Nome comercial do piracetam.

É pertinente determo-nos um pouco sobre as representações e discursos produzidos, acerca das drogas, por estes actores que com elas estabelecem uma relação de dependência. A maioria das verbalizações centra-se, habitualmente, em torno das percepções negativas; da forma como o corpo cede e se submete ao poder e à primazia do químico; da situação praticamente irreversível que implica «andar nisto»; do «bichinho da droga» que impede que se «deixe definitivamente» e que obriga uma «pessoa a ir lá consumir», mesmo depois de um período em que se «esteve limpo»:

- Às vezes converso comigo mesmo e pergunto: «Foda-se ó M.C., quem é que manda em ti, és tu ou a droga?». Vou na rua e vou a pensar nisto, mas continuo o meu caminho e vou direitinho consumir [risos]. (...) Ainda agora, fui ali dar um *bower* com outra pessoa. Mas não sei quando é que vou deixar isto definitivamente, já disse isso à minha médica. Mesmo que uma pessoa esteja algum tempo sem consumir, há sempre aquele bichinho na cabeça e uma pessoa acaba por ir lá – diz-me o M.C. (Diário de campo, 29 de Junho de 2006).
- Qual é o efeito que a heroína lhe provoca? – pergunta a O. [técnica da Equipa] ao A.R.
- Agora não me faz efeito nenhum, já não consumo para ficar com *moca*, é mesmo para não ressacar.
- E quando anda limpo e depois consome?
- Aí já é diferente! Aí, dá prazer. Fico bem, fico fixe, esqueço-me de tudo.
- Mas se, quando consome, diz que fica bem, é porque há qualquer que não está bem no momento antes de consumir. Será assim? – pergunto.
- É. Há sempre aquele bichinho aqui dentro. Uma pessoa pode andar três anos sem consumir, mas há sempre o bichinho e aquela vontade que às vezes aparece. Há momentos em que dá para resistir, mas, depois, há aqueles em que vai mesmo.
- Mas se, quando consome, fica bem, o que é que será que não o deixa andar bem antes disso – pergunto.
- Não sei. Nunca pensei nisso... (Diário de campo, 13 de Dezembro de 2005).

Apesar da supremacia das percepções negativas presentes nestes discursos, não deixa de se falar de efeitos que, embora não sejam explicitamente declarados como positivos, correspondem a expectativas criadas em relação às substâncias. A heroína, con quanto se diga que já «não dá *moca*», transporta consigo significados apreciados por quem com ela estabelece uma relação estreita: «esquece-se tudo», fica-se «colado», «não se pensa» e «os problemas deixam de existir». Eis a ambivalência, entre as deambulações

anestésicas de corte com o mundo exterior e as implicações tortuosas inerentes ao «mundo da droga», que induz a esta «história de amor e ódio»:

Mas sempre foi uma história de amor e ódio com a heroína. Foi: perto de ti, matas; longe de ti, eu morro (entrevista ao L.C.).

A ela encontra-se também, tal como já referimos, associado o uso de base de coca – é a alternância entre os estados de euforia, de «*speed*», e os estados de quietude e narcose. Mas se, por um lado, há quem consuma diariamente base de coca, por outro, também há aqueles que o fazem de forma esporádica, «quando o Menino Jesus faz anos» – normalmente quando se tem mais dinheiro e resolve-se fazer «uma festa». Constatase a existência de diversas matrizes de uso de *branca*, muito embora ela seja tida como «gulosa», uma vez que «apetece consumir sempre mais». Apesar de se tratarem de dois elementos que se complementam dentro do mesmo contexto, os seus efeitos encontram-se em planos diametralmente opostos. Há mesmo quem não se identifique com os que são percepçãoados e vividos pelo consumo de *base*. O A.R., por exemplo, depois de haver atravessado um período em que consumia bastante *branca*, parou de o fazer por deixar de lhe atribuir uma valoração positiva:

- E coca? Consome?
- Agora não. Dantes consumia muita coca, mas agora não – responde o A.R.
- E quais são os efeitos que sente com a *branca*? Que diferenças encontra em relação à heroína?
- Não sei. A *branca* é gulosa, apetece consumir sempre mais. E, quando consumia, via que não ficava em mim, que não era eu. Fazia coisas que não fazia quando estava normal, andava a *bater mal*. Com o *pó* é diferente. Dou um fumo, fumo um *charro* por cima, fumo sempre um *charro*, e fico ali, colado, estúpido, assim, a olhar para a televisão (Diário de campo, 13 de Dezembro de 2005).

De modo análogo, o L.C. refere «alterações de personalidade» que diz ter constatado dentro do seu grupo de pares, aquando a introdução do *caneco*. Além disso, aponta uma outra razão que o leva a atribuir uma valoração negativa à base de coca: a semelhança que estabelece entre ela e a “dureza” do *crack*:

L.C.: A *branca*, quando apareceu cá, sempre foi para misturar com a *castanha*. Quando apareceu essa coisa do *caneco*, andei durante uns tempos, mas pouco tempo. Porque apercebi-me, muito

cedo, da alteração de personalidade que havia em muitas pessoas amigas minhas por causa do raio da *branca*. E depois alteraram a qualidade da *branca* por causa do *caneco*. Nunca me deixei muito levar por causa da *branca*.

Pedro Machado: E lá em França, não consumia?

L.C.: Não, lá em França nunca tinha... Porque, lá em França... Há uma coisa que muita gente desconhece: é que a *branca*, como se fuma cá, a *base*, é *crack!* É *crack*, só que mais levezinho! Mais levezinho e não é cozido da mesma maneira, mas é *crack* para todos os efeitos! Eles nunca lhe quiseram chamar *crack*, cá em Portugal, para não assustar as pessoas. Mas é *crack*. Em França é *crack* mesmo! Não, em França nunca toquei nisso. Lá está, porque é chamado pelo nome, e eu buuu.... Não. Nada de fazer com isso (entrevista ao L.C.).

Importa, porém, sublinhar que o *pó* encontra-se, quase sempre, presente nos momentos em que a *branca* é usada:

- Consome *branca*? – pergunto ao M.C.
- Se consumir *branca*, tenho de consumir *pó* também, senão não fico bem (Diário de campo, 29 de Junho de 2006).

Contudo, a relação que se estabelece com as drogas é valorizada, não apenas pelos efeitos que elas proporcionam, mas também por tudo aquilo que envolve a dimensão física e material que reveste o acto de consumo. Este não se resume a uma mera espera pelo efeito químico ou pelo alívio de sentir as dores da *ressaca* passar, como se de um comprimido se tratasse. A ida «àquele sítio», a realização da compra, o manuseamento dos utensílios de administração – a preparação do *caldo* ou o acto de «dar calor» à *prata* para fazer o *produto* «ficar em bolha» e, depois,vê-lo deslizar – é tudo ao qual neste meio se atribui bastante significado:

Pedro Machado: O que é que a leva a preferir heroína em relação ao *Subutex*? Já que o *Subutex* substitui a heroína...

F.C.: Substitui, é assim... Não na totalidade...

Pedro Machado: Mas o que é que falta?

F.C.: Não sei. Pois, é isso que eu não sei. Não sei! Não sei. Não sei. É, talvez... Se é aquele prazer de ir buscar, se é aquele prazer de ir àquele sítio, se é aquele prazer de estar ali a fumar... Eu acho que também é isso! Não sei! Acho que isso também é! Também é um bocado isso. Sabes? Ir-se aos sítios e ter aquele prazer de estar ali, com a *prata* para trás e para a frente, a fumar. Acho que também é um bocado isso! (...) É um ciclo muito vicioso, em tudo. Acho que é em tudo. Porque,

no fundo, a gente ali não aprende nada! Ali só se fala de drogas: drogas acima, drogas abaixo e de pessoas que já faleceram, de pessoas que fizeram só porcarias... É só isso que eles falam, ninguém aprende nada! Não sei. Acho que não há explicação, palavra d' honra. (entrevista à F.C.).

O seguinte episódio, em que dois indivíduos preparam-se para *dar um fumo* «a meias», ilustra o valor que é atribuído ao acto de ingestão enquanto prática cerimonial. Assim, face ao desagrado de um deles, relativamente às características do *material* comprado, o outro confessa que as suas expectativas não se prendem propriamente com a acção do *pó* – com o facto de «*bater*» ou não –, mas sim com o «*prazer do fumo*»:

Apareceu um indivíduo com um *pacote* na mão. Dirigiu-se ao S.P. e disse, mostrando-lhe o *pacote*:

- Olha para isto, vamos ver se dá para alguma coisa...

- Oh! Foste aldrabado... Isso não dá para nada! Foste comprar isso? – resmunga o S.P.

Ambos preparavam-se para fumar aquele *pacote* na *prata*. O S.P. mostrava-se constantemente irritado com o outro indivíduo, por ele ter comprado aquilo que, por sinal, era “rafado”. O outro, de uma forma desocupada, respondeu:

- Isto, mesmo que não *bata*, é só pelo prazer do *fumo*... (Diário de campo, 8 de Abril de 2004).

Também o P.L. reforça, de forma esclarecedora, esta dimensão ritual dos consumos, salientando a ligação à seringa, o «culto da agulha» e o acto de *bombear*⁵² como elementos que também contribuem para aquilo que constitui o fenómeno da dependência:

- Não sei, é o culto da agulha. Sabes que isto dos vícios também tem muito de psicológico. O consumo de drogas relaciona-se com muita coisa que vai para além da dependência propriamente dita. No caso do *pó*, a picada e o acto de estar a *bombear* influencia muito, mas não me pergunes porquê... – diz-me o P.L. (Diário de campo, 4 de Março de 2004).

Apesar do destaque, neste meio, da heroína, da base de coca e de outros fármacos, outras substâncias há que fizeram parte do itinerário de vários indivíduos. Principalmente os da «velha guarda» descrevem tempos repletos de digressões

⁵² *Bombear* prende-se com uma prática muito frequente entre os consumidores por via endovenosa. Consiste em, mesmo depois de introduzido todo o *produto* na via sanguínea, imprimir movimentos de vaivém com o êmbolo da seringa, extraíndo e injectando sangue sucessivamente. Muitos indivíduos justificam esta prática, apontando-a como um aproveitamento de resquícios de *caldo* que possam ter ficado alojados na seringa. Porém, esse procedimento poderá não se cingir apenas a uma questão de rendimento, uma vez que o *bombear* é, muitas vezes, executado durante bastante tempo.

químicas, algumas delas com produtos considerados, pelo sector clínico, tão ou mais “pesados” que aqueles que fazem actualmente parte dos hábitos destes actores. De igual modo, são referidas, nessas incursões diacrónicas, experiências com variantes, bem como diferentes práticas de ingestão, dos produtos que se viriam a tornar nas principais drogas do mundo *junkie*. Trata-se, contudo, de descrições que revelam ambientes de utilização diferentes daqueles que envolvem as dinâmicas de rua actuais. Fala-se, assim, da heroína e cocaína *snifadas*, e pouco adulteradas, ou do *pó* colocado dentro de um *charro*. Vemos o quanto as coisas mudaram: a *cannabis*, sob a marca do *pó*, quase passou ao esquecimento, não lhe sendo atribuído qualquer sentido pela maioria dos indivíduos que estabelecem uma relação de dependência com heroína; e a heroína e a cocaína deixaram de o ser – «é só *traço*» –, para dar lugar a compostos duvidosos administrados através de práticas, essas sim, bastante mais “pesadas”. De forma análoga, os actos de partilha para os quais nos remetem estas narrações deixam sobressair um carácter colectivo e hedonista, ao passo que actualmente aqueles ocorrem, com todos os riscos inerentes, mas por razões que se prendem com as adversidades financeiras inerentes à aquisição de *material*.

Pedro Machado: E era fumada? [a heroína que o L.C. consumia em França].

L.C.: Não, era *snifada*. Era heroína branca, era heroína branca. Nessa altura não se encontrava heroína castanha em França. Eu nunca tinha fumado heroína... Eu fumava heroína dentro de um *charro*. Fazíamos um *charro*, púnhamos um bocadinho de haxixe e, no meio, púnhamos um bocadinho de *pó*. Era assim que fumávamos a heroína. Nunca tinha ouvido falar de *prata*. Só foi cá em Portugal.

Pedro Machado: Quando começou a consumir cá em Portugal, era na *prata*?

L.C.: Sim. Aliás, a primeira vez que me disseram «vamos fumar bla-âha?», eu comecei a preparar uma mortalha [risos]. E o pessoal: «que estás a fazer?». «Então? Não disseste que querias fumar *pó*? Isto é para fumar *pó*!». «Não é assim, pá. É com a *prata*». «Com a *prata*? Fogo!». E eu tinha lido uma vez, na Holanda, qualquer coisa sobre isso. Chamam-lhe «perseguir o dragão». Fumar na *prata* é «perseguir o dragão». Mas nunca tinha feito. (...) Eu tive muita sorte em crescer em Paris nessa altura, nos anos 70, as grandes bandas: Pink Floyd, Genesis e tudo mais. Assisti ao vivo a esses concertos todos e as outras substâncias eram nesses concertos. *Speeds*, cogumelos... Era o que aparecia. Provei um bocadinho de tudo (entrevista ao L.C.).

O R. falou-me de várias experiências com drogas e da forma como as consumia.

- Na altura em que eu *picava* ainda era daquelas seringas de vidro, tinha de pô-las a ferver. Já lá vão uns anos – contava ele.
- Há quantos anos foi isso?
- Pr'aí., há vinte e cinco anos. Um dia, a minha mãe apanhou-me a injectar na casa de banho e eu jurei, a mim próprio, que nunca mais ia *picar*.
- Que substância é que começou por consumir?
- Eu comecei a consumir *Preludin*. Eram umas pastilhas que vinham num tubo, triturava-se aquilo e injectava-se.
- Qual era o efeito?
- Dava *speed*, eu gostava de *Preludin*. Depois deixou de haver... A certa altura, comecei a consumir heroína, era daquela cor-de-rosa. Eu *snifava-a*, e à coca também. Estive em França e lá o pessoal usava muito os *sniffs*, quer para a heroína, quer para a coca. O que eles também faziam lá era meter a heroína dentro do *charro*, e fumavam-na assim.
- E o que é que consumiu mais?
- Muita coisa! Tomei ácidos, injectei morfina, meti *drunfos*. Na altura, os *drunfos* que havia eram... o *Rohypenol*, o *Mandrax*... Mas deixei-me disso. Comecei a ver o que os outros faziam quando estavam a *drunfar* e pensei que andava a fazer as mesmas figuras. Por isso, deixei... Experimentei ópio também, mas não gostei... (Diário de campo, 6 de Maio de 2004).

Vemos que, neste último relato, o R. menciona substâncias com as quais se identificou e atribuiu uma valoração positiva; e, pelo contrário, outras que não lhe suscitaram qualquer interesse. Ao falar do seu desapego pelos *drunfos*, afirma que isso se deveu ao facto de não se rever nos efeitos que via actuar sobre outros indivíduos, bem como nos comportamentos que resultavam da administração desses fármacos. Eis um tipo de valoração que resulta também do contacto e da interacção com outros actores.

Apesar de tudo aquilo que integrou uma série de itinerários, constata-se que, a partir do momento em que a heroína – e tudo o que é ingerido em função dela – começa a ganhar relevo na vida de um sujeito, todas as outras as substâncias, à excepção do tabaco, diluem-se no seu rol de escolhas⁵³. Quanto ao tabaco, ele é usado praticamente por todos os indivíduos. Aliás, não estabelecemos contacto com ninguém que não o inclua nos seus hábitos diários. O L.C. chega mesmo a considerá-lo como algo mais «difícil de largar» que o próprio *pó*:

⁵³ Pallarés (1996) constata igualmente esta conversão, à qual está inerente uma desafeição pelas outras substâncias (excluindo o tabaco), à medida que a heroína ganha espaço num determinado itinerário.

L.C.: O tabaco. Acho que, para mim, é o vício mais difícil de... Eh? Em Fânzeres, na clínica de Fânzeres, onde fazem as desintoxicações, durante três dias anda-se assim tipo zombie, todo chumbado. O pessoal não se lembra de coca ou de heroína, lembra-se é do caralho do cigarro! [risos] Mas é verdade, é do caraças! Os lençóis todos furados, de um gajo que está com uma *moca* do caralho... [risos] Mas é o cigarro que nos... Para mim, deve ser dos vícios mais difíceis de largar. Fogo! (entrevista ao L.C.).

Ainda que haja quem mantenha contacto com *cannabis* ou álcool, a par de uma carreira regular na heroína, tal não é muito comum neste meio. Mesmo aqueles que fumavam «uns *charros*» ou que tinham por hábito beber álcool em períodos precedentes à relação de dependência, abstraem-se normalmente desses produtos em detrimento da heroína. Aquilo que anteriormente era usado, no âmbito de uma envolvente lúdica e/ou convivial, passa a ser preterido em prol da canalização de todos os recursos e esforços para a obtenção de *pó*, ou de tudo que possa surgir em torno dele. Mas esta exclusividade acaba por não se cingir apenas a uma questão financeira. A indiferença ou as percepções negativas, face aos produtos que extravasam o círculo *junkie*, é algo que faz parte das idiossincrasias deste contexto, onde tudo se desenrola em volta da heroína e à qual é, por sua vez, outorgado um estatuto superior. O M.R. (*dealer*), ex-utilizador de *pó* e fumador de *branca* e *cannabis*, dá conta desta rejeição da *ganza*⁵⁴ que denota haver na maioria das pessoas que frequentam o território psicotrópico, referindo até, em jeito de humor, que a chega a utilizar como «insecticida»:

- O M.R. consome *pó*? – pergunta-lhe a P. [técnica da Equipa].
- Não. Não consumo porque já sei como é com o *pó*.
- E como é que é com o *pó*? – pergunto-lhe.
- Não me diz nada. Ainda ontem, dei duas passas e aquilo não me fez nada. Também só foram duas passas, duas passas não dão para nada. Fumo é muita *ganza*.
- É? Mas aqui não se consome muita, pois não? – continuo.
- Não. Aqui há pouca gente que fuma *ganza*. Eles nem gostam. Às vezes, quando estamos todos juntos e a conversa não me agrada, em vez de ser eu a sair, acendo um *charro* e o pessoal afasta-se logo todo, sai tudo da minha beira. É mesmo assim, é tipo insecticida [risos].
- Mas porquê? – pergunta-lhe a P.
- Não sei. Se calhar, não gostam do cheiro... (Diário de campo, 11 de Julho de 2006).

⁵⁴ *Ganza* consiste num termo utilizado, não apenas na gíria *junkie*, para fazer referência à *cannabis*.

Também o P.M., num comentário que solta, em tom de brincadeira, acerca do ecstasy, patenteia a construção de uma imagem depreciativa acerca dessa substância, em contraposição à que tem criada sobre a heroína:

Vão aparecendo mais pessoas. A Q. [técnica da Equipa] diz estar contente pelo facto de quando sair do trabalho, ir «*haver rock*».

- A Dra. vai meter aí umas *rodas*! Tenha cuidado, olhe que mais vale meter um bom *pacote* do que andar a meter dessas coisas! – diz-lhe o P.M. a rir-se (Diário de campo, 30 de Novembro de 2005).

O J.L., por sua vez, menciona que não gosta de bebidas alcoólicas, acrescentando que, para ele, «já chega a droga»:

- Não bebo álcool, não gosto – diz-me o J.L.
- Não bebe nenhuma bebida alcoólica? – pergunto-lhe.
- Não, não gosto mesmo, já me chega a droga. Se fosse a misturar as duas coisas, era a mistura explosiva (Diário de campo, 11 de Janeiro de 2006).

Pela conexão existente entre este ponto, que concluímos, e aquele que se segue, desenvolveremos a síntese de ambos em simultâneo. Prosseguimos, então, com uma abordagem acerca das práticas de consumo que são habituais nestes locais.

AS PRÁTICAS DE CONSUMO

As técnicas de preparação e administração das substâncias – e aqui referimo-nos à heroína e à base de coca – são, como já mencionámos, transmitidas, aprendidas e praticadas dentro de circuitos paralelos bastante restritos. Isto, ao contrário do que ocorre, por exemplo, nas situações em que se ingere uma bebida alcoólica ou se fuma um cigarro. Sabe-se, neste último caso, que apenas é necessária uma deslocação à tabacaria ou ao café mais próximo, comprar tabaco, tirar um cigarro do maço, acendê-lo e, por fim, aspirar e expirar o fumo. Sabe-se que, à partida, e pelo menos por enquanto, ninguém ficará constrangido se esta situação ocorrer na via pública – nem fumador, nem transeuntes. Sabe-se ainda que um fumador não se defrontará com entraves na conciliação desse hábito com, por exemplo, as esferas familiar e profissional que o envolvem.

Ora, com as drogas, dado o seu carácter clandestino, tudo acontece de forma diferente. E, muitas das vezes, as contrariedades iniciam-se com uma série de questões que se colocam mesmo antes da compra ser consumada: «como arranjar dinheiro?», «onde comprar?». Quanto aos actos de consumo, geralmente, eles não podem ser realizados dentro de casa, não apenas porque muitos indivíduos já nem sequer um tecto possuem, mas, no caso daqueles que o têm, por uma questão de ocultação perante a família. Porém, a rua, propriamente dita, também não será a melhor a opção. Existem condicionantes que se prendem com a visibilidade. Há que optar, então, tal como vimos na primeira parte desta monografia, por locais que, apesar de não primarem pela salubridade – onde, por exemplo, se reúnem as “condições ideais”, como lugares escuros e pouco arejados, para a transmissão do bacilo da tuberculose –, permitem algum encobrimento das actividades agregadas às drogas.

Quanto às técnicas de administração, elas manifestam traços subculturais e um secretismo bem vincados. No âmbito do senso comum, a imagem do “toxicodependente” fixa-se, provavelmente, no *junkie* segurando a sua seringa, dando calor a uma colher e injectando qualquer coisa nas suas veias, não se sabendo ao certo o quê nem como. Assim, alguém que pretenda experimentar heroína ou base de coca, seja por via fumada ou endovenosa, sem possuir os conhecimentos e desenvolver as técnicas que envolvem a sua preparação e ingestão, dificilmente o conseguirá fazer. Antes de partirmos para uma abordagem sobre esses aspectos, vejamos o seguinte excerto do nosso diário de campo, que descreve o carácter circunscrito que o P.M. reconhece naquilo que se relaciona com o manuseamento dos utensílios de administração das substâncias:

Alguém pede-me *pratas* mas já não há papel de estanho cortado, pelo que tenho de cortar do rolo que trazemos. Dobro um pedaço, vinco e rasgo cuidadosamente.

- Oh! Vê-se logo que não tem experiência nenhuma nestas coisas! Tantas coisinhas para cortar um bocado de *prata*? Se a habilidade para fazer filhos for igual... – comenta o P.M., soltando uma forte gargalhada (Diário de campo, 30 de Novembro de 2005).

A via de administração de heroína e de *speedball* (*pó* misturado com *branca*) mais comum no território psicotrópico é a via inalada, ou fumada, como se usa chamar. É a denominada *chinesa* ou, como evocava o L.C., o acto de «perseguir o dragão». Assim,

num pequeno rectângulo de papel de alumínio (*a prata*) é colocado o *produto* e, com o auxílio de um isqueiro “dá-se calor” na parte inferior, de forma que aquele entre em estado líquido. Aí, há que fazer deslizar “a bolha” de uma extremidade à outra do rectângulo, e o vapor que emana desse processo de aquecimento é aspirado por intermédio de um tubo (construído com papel de alumínio) colocado na boca. Contudo, este procedimento implica o apuramento de técnicas que são aplicadas no sentido de não se desperdiçar *material*:

- Só que ele não faz nada, sou eu que tenho de fazer tudo, de preparar o material todo. Ele até sabe dar calor, mas não faz nada. Às vezes estamos a consumir e tenho que lhe dizer: «anda lá, dá calor a isso!» – conta-nos o H.J., acerca do V.R., seu parceiro de consumos.
- Há alguma técnica especial? – pergunta a L. [técnica da Equipa].
- Há. Quer dizer... Não se pode dar calor muito perto da *prata*, senão queima aquilo tudo. Mas também não pode estar muito longe, para aquilo derreter – explica o H.J. (Diário de campo, 21 de Dezembro de 2005).

Como se torna possível constatar neste último excerto, recorre-se frequentemente às *vaquinhas*. É prática bastante corrente a execução de um consumo juntamente com alguém, onde – sobretudo nesta modalidade de ingestão –, além da droga, acaba por se partilhar também os utensílios, nomeadamente o tubo de aspiração; incrementando, assim, o risco de contágio de doenças infecciosas. Tal como a opção pela compra de uma dose «a meias» prende-se com critérios de ordem financeira, de escassez de recursos, também a partilha de utensílios advém de esforços que se empreendem para evitar o desperdício. Isto porque, após a utilização de um tubo de aspiração, o mesmo é aberto e aquecido, de forma a aproveitar-se todos os resquícios de *produto* retidos no papel de alumínio:

Pedro Machado: E o pessoal que fuma? Acha que consomem com higiene? Partilham?

P.M.: Ah, esses já partilham as *pratas*! Um acaba de fumar, se não tiver *prata* nova, já pede: «olha, quando acabares de fumar, empresta-me a tua *prata*».

Pedro Machado: E tubo também?

P.M.: E o tubo também. Mas o tubo, eles desfazem, que é para fumar. Porque, ao fumar, fica sempre droga no tubo. E eles abrem e fumam. Tá a perceber? Depois é que dão. E a *prata* do tubo também dão a eles.

Pedro Machado: Normalmente, quando o pessoal partilha um *pacote*, fumam do mesmo tubo.

P.M.: Exactamente.

Pedro Machado: Para aproveitar a droga que fica lá dentro...

P.M.: É, exactamente. Porque também... Repare uma coisa, partilhar material de injecção, é uma coisa, partilhar material de fumo é outra! Exacto, pode-se apanhar tuberculoses, hepatites e isso. Mas repare bem, há mais probabilidades de apanhar por intermédio de seringas do que das *pratas*. (...) Seringas, olhe, não tenho visto ninguém a partilhar ali. Se outros sítios fazem isso, aqui não. Também são poucas as pessoas que *caldam* aqui, são duas ou três, e todas elas têm o seu material (entrevista ao P.M.).

Estas práticas de consumo são também desenvolvidas com base numa desvalorização dos riscos que advêm da partilha de “material de fumo”, em contraposição àqueles que podem resultar da utilização conjunta de “material de injecção”. Além do mais, os actos de partilha encontram, por vezes, sustento na construção de um conhecimento e de uma confiança mútua relativamente ao estado de saúde e a hábitos pessoais dos parceiros de consumo:

Aparecem o H.J. e o V.R., pedindo-nos uma *prata*.

- Mas vai ser uma *prata* para os dois? – pergunto.
- Sim, nós costumamos consumir juntos.
- E o tubo vai ser o mesmo?
- Vai. Nós somos amigos, eu confio nele e ele confia em mim, sabemos que estamos bem. Fiz análises há pouco tempo e não tenho doenças. Também sei que ele não tem doenças e não partilhamos com mais ninguém – diz-nos o H.J.
- Connosco não há problema, crescemos juntos, somos mesmo amigos. É uma história bonita – diz-nos o V.R.
- Pois é. Já nos conhecemos há 35 anos...
- A questão não está em serem, ou não, amigos. Até podem confiar um no outro e podem não ter doenças, mas há doenças que se apanham pelo ar ou no autocarro e que depois se transmitem pela saliva – diz-lhes a L.[técnica da Equipa].
- Mas não há pessoas que se beijam na boca? – pergunta o H.J.
- Mas escusavam de se expor a esse risco, se utilizassem tubos diferentes – argumenta a L.
- O pior é quando se partilha as seringas. (...) Quando se fuma na *prata*, aproveita-se sempre o tubo para outras vezes, porque ficam resíduos no tubo – explica o H.J. (Diário de campo, 21 de Dezembro de 2005).

Pedro Machado: O pessoal não partilha tubos, *canecos*?

L.C.: Eh... Mas há sempre um certo cuidado. Já não acontece tanto e há sempre um certo cuidado. E, lá está... Mais quando for alguém de fora, que venha... Ali, entre nós, não há tanto essa preocupação porque, lá está, porque temos todos consciência que todos temos a nossa higiene. E todos temos confiança uns nos outros em relação a doenças e a isso tudo. Se vier alguém de fora, que uma pessoa já não conhece, aí já há um distanciamento, já: «faz o teu tubinho». Mas, de um modo, geral, é seguro (entrevista ao L.C.).

F.C.: É assim, as pessoas que vejo compartilhar os tubos, pronto, minimamente são saudáveis. Parecem saudáveis, não é? (entrevista à F.C.).

Foi face a este tipo de hábitos – e a outros semelhantes que consistiam, por exemplo, em procurar pelo chão *pratas* usadas para se proceder à sua reutilização – que a Equipa GIRUGaia, no âmbito daquilo que tem vindo a desenvolver para introduzir mudanças ao nível de determinados comportamentos, implementou um programa de troca de papel de alumínio, à semelhança do que já usava fazer com as seringas. Assim, e no sentido de atenuar a escassez destes utensílios no território psicotrópico, optou por passar a disponibilizar a cada indivíduo o número de “*pratas novas*” equivalente àquelas usadas que são depositadas num contentor transportado pela Equipa.

De acordo com os relatos, reconhece-se que, na sequência destas acções, estabeleceram-se mudanças, vistas como positivas, no que respeita a hábitos que envolvem a ingestão por via fumada:

L.C.: Ajudou, ajudou. Lá está, são pequeninas coisas que, parece que não, mas, para quem tem um bocadinho de cabeça, mesmo que no momento parece que não entra, entra! Inconscientemente vai ajudar. Por exemplo, o facto de um tubo. Vocês são capazes de falar no momento: «ah, tubo e tal, e não sei o quê». E, no momento, uma pessoa até, «que se lixe». Mas, no momento de fumar, já é capaz de: «faz um tubo para ti!». Se calhar, no momento em que estamos aqui na porta, «que se lixe, dá cá mas é um bolo e tal» [risos]. Mas, no momento do consumo, já é capaz de vir à consciência e: «não, faz um tubo para ti!». Portanto, teve influência. Teve e tem! (entrevista ao L.C.).

F.C.: Eles têm tudo, agora! Aliás, vocês sabem, vocês foram uma grande ajuda. Mesmo a nível de ter *pratas*, e tudo. Eles têm tudo ali porque vocês dão (entrevista à F.C.).

Todavia, e não obstante as referências de um decréscimo no volume de situações de risco, não deixam de existir factores, que se prendem com o fenómeno droga em si, que continuam a dificultar a introdução dessas mudanças. Assim, e principalmente muitos dos indivíduos que pretendem encobrir a sua faceta *drug*, evitam fazerem-se transportar com *pratas*, sejam “novas” ou “usadas”, no sentido de não denunciar os seus consumos perante a família ou outras esferas socializadoras:

Aparece o P.C. Há um clima de brincadeira e de boa disposição e o utente mantém-se algum tempo junto de nós. Pede-me uma *prata* mas não traz nenhuma para trocar.

- E porque é que não traz *prata* para trocar? – pergunto-lhe.

- Oh, já viu o que é andar com as *pratas* todas sujas aqui no bolso? Não tem jeito nenhum...
(Diário de campo, 22 de Maio de 2006).

Dentro da categoria dos consumos administrados por via inalada, inclui-se também o uso do *caneco*, artefacto através do qual se usa fumar base de coca. Trata-se de um cachimbo artesanal passível de ser construído com os mais diversos materiais, desde lâmpadas a caixas de película fotográfica. A abertura do cachimbo é coberta com papel de alumínio perfurado, em cima do qual é colocada um pouco de cinza de tabaco e, por fim, a *base*. Estando o tubo do *caneco* colocado na boca, a *branca* é aquecida com um isqueiro, momento em que se procede à aspiração do fumo. Não se tratando de um objecto de difícil obtenção, pela simplicidade que está inerente ao seu fabrico, não é algo que todos os indivíduos consumidores de *branca* possuam. Isto, devido às manobras que muitos deles empreendem para ocultar esse lado vívido no «mundo da droga». Nessas circunstâncias, opta-se por pedir um *caneco* emprestado a alguém que se encontre na zona de *venda* ou consumo. Por outro lado, quem o dispensa obtém também o seu proveito, na medida em que, quanto mais *branca* é fumada num determinado *caneco*, mais resquícios se vão acumulando nas suas paredes interiores. Assim, ao fim de algum tempo de uso, ele é “raspado”, sendo esses fragmentos extraídos e utilizados para nova ocasião:

Pedro Machado: As pessoas que emprestam o *caneco* têm alguma coisa a ganhar com isso?

F.C.: Têm! Têm! Têm depois a raspa para tirar do *caneco*. Eu, sinceramente, não sou... Ó pá, lá está, é uma das coisas, um dos vícios, que eu não tenho, é raspar *canecos*. Não acho muita piada àquilo. E estão ali a raspar, a raspar, quase que tiram, é... Aquilo não dá nada! É vício. E tem a

vantagem que, quanto mais se fuma naquele *caneco*, mais raspa vai tirar. Isso é o que eles pensam. (entrevista à F.C.).

Há um indivíduo, com cerca de 35 anos, que sai de dentro da “casa” pelo muro lateral. A aparência dele não corresponde, de maneira alguma, ao estereótipo do “agarrado” (...). Sai do terreno e, vendo-nos aqui, vai até à berma da estrada, regressando novamente na nossa direcção. «Tás à vontade», diz-lhe o F.M., recebendo da mão do outro um *caneco*. O indivíduo vai embora e o F.M. continua a falar connosco, enquanto raspa com uma navalha o interior do *caneco* (Diário de campo, 30 de Janeiro de 2006).

Em comparação com a modalidade de ingestão efectuada através da *prata*, o consumo no *caneco* envolve-se de maior funcionalidade, acarretando, porém, uma fugacidade mais pronunciada no que toca à duração do acto de consumo. O M.R., apesar de admitir que antigamente não nutria qualquer interesse pelo uso desse artefacto – preferia «aquela coisa de mexer na *prata*» –, passou a recorrer a ele, no sentido de adaptar as dinâmicas da ingestão de *branca* às actividades de *venda* que passou a desenvolver:

- Consome no *caneco*? – pergunto ao M.R.
- Sim. Dantes nem gostava do *caneco*, era na *prata*. Mas, agora, é sempre no *caneco*!
- Porque é que gostava mais da *prata*?
- Porque era aquela coisa de mexer na *prata*, devagarinho. E gostava de sentir a boca adormecida. No *caneco* aquilo é muito rápido, chega-se o isqueiro e já está. Vai tudo num instante.
- O que é que o fez preferir o *caneco*?
- Porque não posso perder tempo, por causa daquilo que estou a fazer [*render*]. Tenho de ser rápido. Ando sempre com o *caneco*. Onde quer que esteja, saco do *caneco* e pronto, consumo em qualquer sítio (Diário de campo, 26 de Junho de 2006).

A grande maioria enceta o seu contacto com heroína utilizando a via de administração fumada. Contudo, por questões relacionadas com dificuldades de angariação de recursos monetários, e face à realidade que abrange e qualifica o mercado clandestino de distribuição das drogas, podem ocorrer mudanças no sentido de uma opção pela via endovenosa, visto que os efeitos fazem-se sentir de uma forma mais acentuada, instantânea e duradoura:

Pedro Machado: O P.M. já *calda* há muito tempo?

P.M.: Há quatro anos. Quatro, cinco anitos, para aí.

Pedro Machado: E isso deveu-se a quê? Passar do fumo para...

P.M.: Isso foi assim: uma vez eu estava a ressacar e não tinha dinheiro, e estavam dois colegas meus a consumir à minha beira. E eles injectavam. E eu, pronto, estava a ressacar, não tinha dinheiro, não tinha como tirar a *ressaca*, e eles viraram-se para mim e disseram: «ó pá, a gente dá-te um bocado para tu tirares a *ressaca*, mas olha, tens que *caldar*, que a gente não fuma». E eu, pronto, dei um *caldo*, gostei, olhe, a partir daí, nunca mais parei. Antes não tivesse experimentado.

Pedro Machado: Qual é a diferença entre fumar e *caldar*?

P.M.: É muito melhor *caldar*! Sente-se mais, aguenta mais. Você, se fumar um *pacote* de manhã, chega ao meio-dia, ou ao meio da tarde, já tem de fumar outro. Enquanto que, se você injectar um *pacote*, é capaz de andar o dia todo sem precisar de consumir mais. É essa a diferença. Por isso é que muita gente começa a injectar, é por causa disso. Ou, às vezes, você vai comprar um *pacote* e o *pacote* está rafadinho, está muito pequenino, e você diz assim: «oh, vou a fumar, tiro para aí duas ou três passas e ferve logo tudo. Ou, vou dar é um *caldo*...». Prontos, é assim (entrevista ao P.M.).

Pedro Machado: Nunca caldou?

L.C.: Durante, para aí, quatro meses, em Bragança.

Pedro Machado: E o que é que fez trocar os consumos na *prata* pelo *caldo*.

L.C.: Foi ir viver para um quarto com um rapaz que *caldava*. E como, em Bragança, a droga é muito cara, os *pacotes* são a 2 contos e as *bases* a 5 contos, na altura... Para ser mais fácil, comecei a *caldar* com ele (entrevista ao L.C.).

No entanto, essas inflexões podem dar-se também no sentido inverso. Ou seja, pessoas que, durante um determinado período do seu itinerário, *picam*, passam a adoptar a modalidade de ingestão fumada. Apesar de, na nossa unidade de estudo, a maioria das pessoas optarem por fumar na *prata*, o L.C. sublinha que muitas delas utilizaram já a via endovenosa:

L.C.: A maior parte de nós já *picou*! A grande maioria de nós já *picou*! O P.M., o P.M., era dos únicos que não *picava*. E agora é o único que *pica*⁵⁵ [risos]. À vontade! (entrevista ao L.C.).

O acto de preparar e injectar o *caldo* implica, em comparação com os consumos inalados, não só um número mais alargado de instrumentos e práticas, mas ainda a exposição a um volume acrescido de riscos, nos quais se encontram a infecção por VIH ou Hepatites; mas também o desenvolvimento de abcessos ou de doenças do foro

⁵⁵ Apesar dos consumos endovenosos não serem muito pronunciados na nossa unidade de estudo, o P.M. não era o único a *picar*.

vascular, entre outros⁵⁶. O procedimento de preparação do *chuto*⁵⁷ passa por se dissolver, num pequeno recipiente – como colheres ou cápsulas de garrafas –, o *produto* em água, com algumas gotas de limão, vinagre ou uma pequena quantidade de ácido cítrico⁵⁸. O *caldo* pode, opcionalmente, ser aquecido através de um isqueiro colocado na base do recipiente, de modo a facilitar o processo de dissolução. Todavia, essa prática terá caído em desuso (há cerca de 10 anos), e não chegamos a estabelecer contacto com alguém que a realize actualmente⁵⁹. Seguidamente, é altura de introduzir a solução no interior de uma seringa hipodérmica. Esta tarefa é executada com o auxílio de um pequeno retalho de filtro de tabaco – o *algodão* – que, sendo colocado junto do bico da agulha, irá impedir, no momento da aspiração, a entrada de impurezas e resquícios não totalmente dissolvidos. O passo seguinte consiste em encontrar um ponto no qual se possa efectuar a punção, o que muitas das vezes não se revela fácil, dado o mau estado das veias (escleroses) de muitos indivíduos. Daí os relatos ou as imagens que, por vezes, nos entram através dos meios de comunicação, de pessoas que *picam* em pontos críticos, como o pescoço, virilhas ou órgãos genitais.

Mas os comportamentos de risco associados à utilização da via intravenosa não se resumem à escolha do ponto de punção ou à forma como o *produto* é injectado. Além das envolventes ambientais e das condições em que se podem encontrar os utensílios de consumo, existe o perigo que acarreta a partilha de alguns desses apetrechos. Referimo-nos, não apenas à partilha de agulhas ou seringas, mas também do filtro, da *carica* ou do limão – podendo este ser manejado com mãos ensanguentadas, torna-se num possível meio de transporte de vírus. Relativamente ao filtro e à *carica*, o risco prende-se com o seu aproveitamento depois de uma outra pessoa ter feito uso deles com agulhas reutilizadas. Advém, precisamente daí, os riscos que envolvem *andar aos filtros*. Consiste esta actividade em, na falta de recursos para a obtenção das doses, pedir a

⁵⁶ Acerca dos riscos físicos associados à administração por via endovenosa, consultar Patrício (2002).

⁵⁷ O mesmo que *caldo*.

⁵⁸ Actualmente, os utensílios de injecção incluídos nos *kits* de troca, disponibilizados pela Associação Nacional de Farmácias às estruturas de redução de riscos, são: seringas hipodérmicas, toalhetes desinfectantes, filtros, ampolas de água bidestilada, recipientes e saquetas de ácido cítrico. À altura da nossa recolha de dados, o *kit* não continha ainda ácido cítrico nem recipiente (*carica*).

⁵⁹ Mesmo ao nível do concelho de Vila Nova de Gaia, ninguém nos sabe explicar concretamente a razão desta alteração. Indivíduos que, antigamente, “davam calor” ao *caldo*, afirmam terem deixado de o fazer por simples imitação. Ressalta, uma vez mais, a preponderância dos pares nas questões que envolvem o relacionamento com as drogas.

alguém um filtro que tenha já servido para a preparação de um *caldo*, visto que contém ainda vestígios alojados.

Algumas destas eventualidades são, certamente, mitigadas com a distribuição e troca dos actuais *kits* de injecção, que não deixam de promover e incentivar o uso individual de material asséptico. Todavia, e apesar de, na altura da redacção deste documento, serem já distribuídos pequenos recipientes descartáveis e saquetas de ácido cítrico, subsistem ainda algumas limitações na constituição dos *kits*. Sublinhamos, assim, a necessidade de distribuição de uma ampola de água bidestilada por cada seringa trocada, já que, neste momento, é apenas disponibilizada a quantidade referente à sua metade. Apesar de cada ampola conter água suficiente para a realização de dois *caldos*, a limitação reside na irreversibilidade da abertura: uma vez aberto o invólucro, não se torna possível fechá-lo novamente e transportar o líquido com o mínimo de condições de salubridade.

Como havíamos referido, a percepção dos riscos adstritos à utilização da via intravenosa está, junto dos actores das drogas, mais presente do que propriamente aquela que se prende com os consumos inalados, talvez pela associação daquela modalidade à infecção pelo VIH. Será por isso que, no que toca a questões de partilha de material de injecção, e apesar de persistirem algumas situações de risco, constata-se que começa a existir uma forte percepção das mesmas, bem como o empreendimento de esforços para as minimizar:

P.M.: Ai não, não. Ai, isso, eu pelo menos não partilho nenhum material. E você sabe muito bem que eu troco seringas todos os dias, e é só mesmo com a minha seringa. E, pelo contrário, eu troco sempre três seringas, como você vê, e às vezes chega lá um colega meu que não tem seringa ou tem a seringa dele que já está demasiado usada... Nem é preciso ele falar nada, eu viro-me para ele: «dá-me a seringa velha, pega lá uma nova». E fico com a velha que é para trocar. Tá a perceber? Agora, em questões de partilhar o material... Eu, se partilhar, só se for o limão e pedir um bocado de filtro, pedir os filtros novos. A pessoa tira um bocado e dá-me o outro bocado a mim, só isso, mais nada.

Pedro Machado: Nem recipiente?

P.M.: Nada, nem a *carica*. Nada de partilhas. Nada, nada. E, por exemplo, se pedir o filtro a alguém para tirar a *ressaca*, peço sim senhora, mas é se vir se a seringa da pessoa for nova. Se for usada, já não peço filtro nenhum, prefiro ficar a ressacar (entrevista ao P.M.).

F.C.: Ali, injectar, poucos... É só dois ou três. Mais de resto, tudo fuma. Praticamente tudo fuma ali. É, tudo fuma. E o P.M., claro, é com as coisas dele que vem aqui buscar. E pronto, minimamente... Não estou a ver, pronto, no fundo, a prejudicar-se muito. Ele prejudicava-se era se não tivesse as coisas dele. Mas não, ele tem as seringas dele, tem a água, tem tudo (entrevista à F.C.).

Menciona-se, nesse sentido, um decréscimo do volume de situações de risco a partir do momento em que a Equipa GIRUGaia passou a intervir na freguesia, disponibilizando não só utensílios assépticos, mas também informação relativa a práticas de consumo menos danosas:

F.C.: Eles têm muito melhores condições a nível de consumos, vocês dão tudo! Vocês, realmente... Não falta nada! Desde seringas, desde preservativos, desde *pratas*, desde tudo! (...) Eles sabem, eles sabem que há doenças, que podem estar a correr riscos! Mas vocês ajudam bastante! (...) Vocês ajudaram e muito! Agora já não existe nem metade, nem uma quarta parte dos riscos que havia antes (entrevista à F.C.).

Vimos que, sobretudo em itinerários das drogas iniciados há já algumas décadas, fizeram parte os mais diversos produtos – inclusivamente outras variantes de *pó* e *branca*, consumidas em diferentes contextos e de formas totalmente díspares daquelas que se assiste actualmente nos panoramas de rua. Constatámos também que, à medida que a relação com a heroína começa a ganhar espaço, há determinadas substâncias às quais se deixa de atribuir significado, em detrimento de outras que vão ganhando proeminência em função do *pó*. Além dos critérios de ordem financeira que estão por detrás destas inflexões, outros factores contribuem para o reforço desse fenómeno, designadamente: as idiossincrasias que qualificam os contextos psicotrópicos centrados na heroína e em tudo o que emerge em função dela; e os circuitos clandestinos de distribuição das drogas, que acabam por interferir, não só sobre a qualidade das mesmas, como ainda sobre a sua difícil obtenção. No âmbito destas envolventes assiste-se a uma realidade marcada pelo uso de produtos específicos, mas também por modalidades e técnicas de ingestão particulares, por vezes, “pesadas”. Deparamo-nos, desse modo, com um panorama susceptível de promover práticas de consumo danosas e portadoras de elevados riscos, não apenas para o indivíduo consumidor, mas também para a comunidade que o circunda. Foi face a estes cenários que emergiram as filosofias

de redução de riscos e minimização de danos. Será, assim, sobre a Equipa GIRUGaia que iremos centrar a abordagem do próximo ponto.

A EQUIPA DE RUA

Temos vindo a demonstrar, ao longo desta trilha descriptiva, que as implicações inerentes ao fenómeno droga traduzem-se, directamente e a vários níveis, no dia-a-dia e rotinas daqueles que desenvolvem um estilo de vida ligado ao uso de produtos ilícitos. Diante de um panorama em que o consumo de drogas é diabolizado e reprimido, as dinâmicas que emergem de vivências no interior de uma esfera psicotrópica tendem a produzir efeitos negativos; realidades marcadas pelas mais diversas situações de risco, quer para os actores directamente implicados nesse «mundo», quer ainda para as comunidades envolventes. A droga emerge, assim, como um elemento simbólico capaz de estabelecer a fronteira entre o normativo e o desviante, entre o cidadão e o excluído. Relacionados com essa dualidade sobrevêm vários fenómenos que temos vindo a abordar ao longo desta monografia, desde, por exemplo, as configurações espaciais que, mesmo em condições de elevados défices de salubridade, se constituem em prol da execução de actividades *drug*; aos fenómenos de exclusão e intra-exclusão, violência policial, desvinculação de esferas normativas e dos serviços sócio-sanitários; ou práticas de consumo associadas a comportamentos de avultado risco.

É precisamente face a este tipo de cenários – mais concretamente com o advento da difusão do VIH/SIDA e de outras doenças infecciosas – que se dá, nos anos 80, em países como a Holanda ou o Reino Unido, a génese e institucionalização de políticas de redução de riscos e minimização de danos associados ao consumo de drogas⁶⁰. De acordo com Fernandes e Ribeiro (2002), elas surgem na sequência de fenómenos pautados pela falta de controlo que a figura do *junkie* demonstrou ao não conseguir gerir os riscos associados aos seus próprios consumos, bem como da ineeficácia dos planos jurídico e clínico preconizadores de filosofias *drug-free*. Em Portugal, é apenas no ano de 2001 que o enquadramento legal é aberto no sentido de uma despenalização dos consumos e, por inerência, da uma oficialização das estruturas de redução de riscos e minimização de danos. Tendo por base princípios pragmáticos e humanistas, aquelas

⁶⁰ Acerca das políticas de redução de riscos e minimização de danos, consultar Marlatt (1996, 1998), Fernandes e Ribeiro (2002) e Pinto e Peixoto (2003).

não encaram a abstinência como o único fim, preconizando, desse modo, medidas que visam a promoção da saúde e qualidade de vida das populações-alvo, tais como: troca de material de consumo asséptico, programas de substituição opiácea de baixo limiar de exigência, salas de consumo assistido, unidades móveis facilitadoras de uma proximidade a estruturas de suporte e apoio, etc. Estas políticas de intervenção apresentam-se, assim, como uma alternativa aos modelos clínicos que abordam o fenómeno pela doença/patologia, bem como aos modelos morais e criminais (Marlatt 1996). No entanto, tal como apontam Fernandes e Ribeiro (2002), sendo resultado do carácter ilegal que reveste as drogas, estas medidas não deixam de estabelecer um paradoxo com a ilicitude daquelas. Tais contradições são passíveis de se pronunciar, inclusivamente, ao nível da intervenção e do trabalho que é diariamente desenvolvido pelos programas de redução de riscos e minimização de danos. É, precisamente, sobre estes e outros aspectos que nos iremos deter ao abordar a actuação da equipa GIRUGaia no território que serve de base à nossa unidade de estudo.

Partindo dos princípios orientadores que impulsionaram a génese das políticas de redução de riscos e minimização de danos, o GIRUGaia consiste numa equipa multidisciplinar de 1.^a linha (*out-reach*) que actua, desde 2003, em territórios das drogas no concelho de Vila Nova de Gaia. Além da prestação de cuidados básicos – como higiene e alimentação –, da disponibilização de material de consumo asséptico e do trabalho de proximidade que é realizado no sentido de minimizar os riscos inerentes às práticas de ingestão das substâncias, são desenvolvidas outras acções que passam, nomeadamente, por promover o contacto de indivíduos consumidores com a rede de suporte social e de saúde. De outro modo, face à centralidade que as drogas representam na vida de muitos deles, essa aproximação às estruturas da rede seria impraticável:

L.C.: Através de vocês são capazes de procurar coisas que, de outra maneira, não procurariam. Porque vocês estão ali! Vão ter connosco! (entrevista ao L.C.).

Aparece a S.N., juntamente com o A.R. Este vai *comprar* e a S.N. fica a falar connosco. Perguntamos se não a podemos levar ao CDP:

- É que, se for sozinha, dá-me a preguiça e deixo-me ficar na cama. Assim, se vocês me vierem buscar, já estou com aquela preocupação de ter de me levantar (Diário de campo, 11 de Julho de 2006).

Não sendo uma Equipa que se foca apenas sobre questões do foro sócio-sanitário e da saúde pública, tem ainda como intuito trabalhar o desenvolvimento de práticas de cidadania e de promoção do *empowerment* da sua população-alvo. Além do mais, procura também introduzir mudanças ao nível das representações sociais produzidas relativamente aos actores mais directos que tornam o fenómeno (in)visível. Assim, ao invés daquilo que se verifica em contexto clínico, onde a intervenção é unicamente centrada no indivíduo, aqui, para além do sujeito, o contexto reveste-se, igualmente, de extrema relevância. Daí a preocupação em envolver todas as figuras e actores que possam desempenhar um papel preponderante no processo de intervenção. Partindo de uma lógica de “baixo para cima”, e recorrendo a procedimentos de cariz etnográfico, a Equipa procura manter-se, o mais possível, a par da dimensão intersticial que qualifica estes cenários. Isto, de forma a adequar-se permanentemente às especificidades, circunstâncias e dinâmicas do terreno. Questões como as oscilações e a volubilidade espacial inerentes a estas populações, ou outras, aparentemente insignificantes, como horários de permanência nos territórios e local de estacionamento da unidade móvel; trata-se de aspectos cruciais que interferem directamente com a actuação da Equipa e têm de ser tomados em consideração. É, deste modo, a “montanha a ir ter com Maomé”, por contraposição ao funcionamento e organização das estruturas da rede de serviços que se encontram, por vezes, distantes e inacessíveis a estilos de vida marcados por ritmos e traços específicos. Esta adequação às características do terreno, assim como às rotinas que aí se desenvolvem, não deixa de ser reconhecida e valorizada pelos próprios actores:

- Vocês são excepcionais! Eu nunca pensei que pudesse encontrar pessoas como vocês! É que têm uma paciência para lidar connosco... Lidam com todo tipo de pessoas, às vezes pessoas difíceis, e conseguem manter sempre uma calma! Eu já conheci muita gente mas, como vocês, nunca pensei encontrar... Nunca pensei que pudesse haver pessoas que se interessam em ajudar indivíduos como nós. Que paciência! (...) Onde é que já se viu, deslocarem-se até um sítio destes e ouvir os toxicodependentes, ver o que precisam, levá-los ao CAT⁶¹? – dizia-nos o D.R. (Diário de campo, 16 de Março de 2004).

⁶¹ Centro de Atendimento de Toxicodependentes.

A presença diária de profissionais da área do social e da saúde nestes palcos onde se desenrolam as actividades *drug*, e nos quais é estabelecida uma proximidade com os seus protagonistas, acaba por promover um tipo de relação oposta à rigidez e formalismo que, muitas vezes, caracterizam os contextos institucionais:

O R. começa com as suas brincadeiras do costume: «Para a puta que te pariu não, porque não te insultei!», diz-me ele, tal como é frequente fazer quando alguém o aborda (Diário de campo, 26 de Abril de 2006).

L.C.: Vocês falam com as pessoas e vocês são capazes de notar se uma pessoa está mais triste, se está mais... É mais personalizado do que num CAT, por exemplo. Do que num CAT onde, se calhar, nos conhecem melhor e têm o nosso historial de muitos anos! E vocês, que andam ali assim, notam mais isso. Pelo menos, têm mais essa preocupação. Eu já me apercebi disso. Estarem vocês aqui dentro da carrinha e está um ali atrás que não está a dizer nada, e há um de vocês que sai e vai ter com ele e diz: «então, o que é que se passa? Não estás assim muito...». Isso é importante! Só o facto de dar esses três passos, é muito importante! Porque há pouca gente que os dá! (entrevista ao L.C.).

Na rua, os processos de abordagem, de comunicação e interacção revelam-se mais naturais e espontâneos. As conversas partem, frequentemente, dos assuntos e situações mais díspares. Deambula-se por conversas de circunstância ou momentos de algum júbilo, até se conseguir aproveitar a oportunidade – ou, simplesmente, a disponibilidade ou vontade do interlocutor – para se proceder à abordagem de temáticas que possam ir de encontro aos objectivos de intervenção da Equipa. Nada, no que toca ao momento de trabalhar determinado conteúdo junto de alguém, é preestabelecido ou linear. Trata-se de algo flexível que se vai consolidando através de uma proximidade contínua e natural junto destas populações. Por outro lado, aqueles compassos aparentemente vazios podem revelar-se de suma importância. São eles que, amiudadamente, contribuem para tornar a presença da Equipa menos intrusiva num contexto com características territoriais bem vincadas, bem como para fomentar relações de confiança com os seus actores:

Fica apenas o A.C. junto de nós. (...) Conta-nos que é transmontano, de Mesão Frio, pelo que se auto-intitula de «rural» e de «pacóvio». No seguimento desta conversa, diz-nos: «Vocês, agora,

fizeram-me rir. E não é qualquer pessoa que me faz rir!». (Diário de campo, 12 de Dezembro de 2005).

Aparecem mais indivíduos. O A.C. senta-se no lancil do passeio a fumar um *charro*, aparentemente desligado do que se vai falando ali. O R. começa com as suas brincadeiras, cantarolando uma música cuja letra é, aparentemente, improvisada no momento: «Lá em cima está o tiroliroiro, cá em baixo está o tirolirolo! Juntaram-se os dois na valeta a tocar uma punheta e agarrados ao caralho!». A Q. [técnica da Equipa] e eu fazemos percussão nos caixotes que temos junto de nós. O V.F., que se encontra a uns metros de distância, começa a dançar, de braços levantados. A música acaba com uma gargalhada (Diário de campo, 14 de Dezembro de 2005).

Estas situações, facilitadas pelo contacto directo com a realidade e com as figuras protagonistas da cena psicotrópica, conduzem ainda a outro tipo de vantagens que se prendem com a forma como certos conhecimentos e conteúdos são transmitidos e reforçados junto dos indivíduos. Da mesma forma que à relação que se estabelece com as drogas e com determinadas práticas de consumo estão inerentes processos de aprendizagem que emergem do interior dos grupos de pares, das redes sociais próximas, tais dinâmicas podem ser aproveitadas na implementação de mudanças respeitantes a comportamentos de risco. Os debates espontâneos e informais que, repetidas vezes, são suscitados pela presença da Equipa, são disso um exemplo:

Pouco depois, o C.L. pede-nos preservativos. A L. [técnica da Equipa] explica-lhe que não deve andar com os preservativos no bolso, nem deixá-los em locais quentes.

- Eu sei! – responde ele.

- Sabes? – pergunta-lhe o A.C. – Então, diz-me porque é que os preservativos não são para andar no bolso?

- Porque não!

- Ó C.L., assim estás a fazer de mim burro! Explica-me porquê! – continua o A.C.

- Foda-se, parece que estás a fazer-me um interrogatório!

- Não, explica-me porquê! Isso pode dizer-se em duas palavras! «Porque não», não é resposta nenhuma! Quando as pessoas dizem qualquer coisa, eu gosto de saber porquê. Agora, se se põem a dizer «porque não» ou «não gosto» ou «não estou de acordo», sem o justificarem, é porque não sabem o que estão a dizer!

- A pergunta dele é pertinente – digo eu ao C.L.

- Claro que é! Muitas pessoas não sabem que, se os preservativos andarem no bolso durante muito tempo, aquilo faz fricção e pode abrir pequenos orifícios no invólucro. Estraga o preservativo – explica o A.C.

- E também por causa do calor – acrescento eu.
- Exactamente! Não gosto é de ouvir respostas deste género: «porque não!». «Mas porquê?». «Porque não!». Quando alguém me diz isto, eu penso logo, «este gajo está a querer mostrar que sabe, mas, afinal, sabe menos que eu.» (Diário de campo, 10 de Julho de 2006).

Mas, como temos vindo a mencionar, a ilicitude outorgada às substâncias, e a preponderância dos modelos clínicos nesta área, têm moldado a forma como o fenómeno droga se manifesta, inclusivamente ao nível das adversidades com as quais aqueles que trabalham no campo da redução de riscos se deparam diariamente. O acesso e a permanência no terreno não se revelam simples nem, tampouco, se cingem à figura do consumidor. Implicam, para uma actuação integrada e com o mínimo de “ruído”, uma abordagem sobre as figuras mais díspares e divergentes, desde *dealers*, comunidade envolvente, forças policiais, poder autárquico ou técnicos das estruturas sociais e de saúde. Da mesma forma, em contextos como estes, marcados por ameaças de várias ordens e por uma permanente percepção de insegurança – onde se procura ocultar ao máximo as movimentações executadas –, as relações de confiança não sobrevêm de forma instantânea. Daí, os constrangimentos que *dealers*, e alguns dos sujeitos que procuram manter os consumos encapotados, deixam transparecer ao depararem-se com a presença da Equipa no território psicotrópico:

Constatou que, quando estamos no interior da “casa velha”, há frequentadores da mesma que, vendo-nos lá, não entram e permanecem na eira existente na parte exterior. Daí, chamam outros indivíduos ou o vendedor (Diário de campo, 4 de Março de 2004).

Estava com o P. [técnico da Equipa] na eira da “casa velha”. Nessa altura chegou um indivíduo que queria comprar uma *base* e perguntou ao S.B. (*dealer*) se este tinha alguma coisa.

- Espera aí que eu vou mijar – respondeu o S.B., afastando-se para dentro da “casa”.

O indivíduo esperou e, enquanto isso, falava connosco. Contudo, o S.B. não aparecia, até que o indivíduo disse:

- Bem, já que ele não aparece vou embora. (Diário de campo, 3 de Junho de 2004).

Tal como realçam Pinto e Peixoto (2003), o trabalho de rua revela-se mais proveitoso quando desenvolvido nos próprios locais de transacção e consumo das substâncias. É aí que se obtém o acesso a toda a panóplia de acontecimentos que caracterizam e ilustram o fenómeno droga na sua expressão quotidiana. Na sequência de todas as oscilações

que, na freguesia de Canidelo, levaram a uma itinerância dos territórios psicotrópicos, e não obstante a Equipa ter atravessado períodos nos quais actuava nos pontos específicos de venda e administração dos produtos, ela defrontou-se constantemente com uma série de contrariedades na “conquista” pela presença nestes espaços, precisamente pelo encobrimento que se pretende imprimir às dinâmicas *drug*. Essas manobras de ocultação não decorrem somente do receio de patentear os consumos diante da polícia, dos moradores e das esferas profissionais ou familiares. Os modelos clínicos marcados pela rigidez que preconiza a abstinência encontram-se ainda bem presentes nas concepções, acerca do uso de drogas, concebidas pelos indivíduos. Muitos daqueles que são seguidos em contexto institucional mostram-se – sobretudo numa fase inicial – reticentes à exposição perante a Equipa, por temerem que a confidencialidade que ela tem por dever preservar seja quebrada e que, daí, possam advir sanções que se reflictam na continuidade dos programas de tratamento aos quais “aderiram”:

Há um indivíduo que aparece junto de nós. É magro, vem de óculos escuros, tem o cabelo desgrenhado e traz uma chave de automóvel na mão.

- Têm uma seringa que me possam arranjar? – pergunta-nos ele.
- É a primeira vez que vem cá?
- É.
- Como é que se chama? – pergunta-lhe a F. [técnica da Equipa].
- P.N. Mas isso é para ir para o CAT? – pergunta-nos ele, com ar de preocupado.
- Não. Até pode dar um outro nome.
- Não, não é preciso (Diário de campo, 10 de Maio de 2006).

A incorporação destas matrizes *drug-free* faz com que, embora a Equipa não adopte uma postura repreensível no que toca aos consumos, as expectativas construídas pela população-alvo acerca da sua actuação sejam, por vezes, similares àquelas que se constroem face às estruturas do contexto clínico e institucional. Ainda que, na maioria das situações, tal não aconteça, há ainda quem espere juízos morais e respostas reprovadoras, por parte dos técnicos, em relação, por exemplo, ao uso de drogas ou a *recaídas*, a ponto de se procurar encobrir daqueles profissionais tais aspectos. Os princípios orientadores da redução de riscos encontram-se ainda, talvez devido ao seu curto período de vida no nosso país, pouco interiorizados junto de muitos sujeitos para

quem a abstinência e a repressão continuam a afigurar-se nas únicas medidas para se fazer face ao «problema da droga»:

Haviam passado poucos minutos desde a nossa chegada à “casa velha”, quando o V.F. aproximou-se de nós e, parecendo querer justificar-se, perguntou:

- Sabem o que é que eu estava a fazer ali atrás?

Sem dar tempo de dizermos o que quer que fosse, chamou um outro indivíduo para perto de nós e perguntou-lhe:

- O que é que eu estava a fazer agora?

O indivíduo ficou a olhar para ele, talvez sem saber ao certo a que é que o V.F. se referia. Este insistiu:

- O que é que estava a fazer mesmo agora, ali atrás? Estava a dar... estava a dar...

- Estavas a dar um *caneco*...

- Estão a ver? Eu não gosto de mentir... – disse-nos o V.F.

- V.F., não tem que andar a dar-nos satisfações sobre aquilo que consome... – disse-lhe eu.

- O nosso papel não é esse, não temos nada a ver com isso... – disse-lhe também o P.[técnico da Equipa].

- Eu sei, mas há muito gajo que parece que quer esconder as coisas. Eu não sou assim! (Diário de campo, 15 de Junho de 2004).

Aparece o M.R. Anoto o nome dele na ficha de serviços prestados.

- Esses nomes vão para o CAT? – pergunta ele.

- Não, M.R., não se preocupe. Estes nomes não saem da nossa Equipa.

- Eu já não consumo nada, estou há uns anos sem consumir. Nunca mais meti nada! Já não meto nada! – diz-nos ele – Vou lá sempre ao CAT e costumo fazer aquilo... como é que se chama?

- «Ir ao copo», não é? – digo eu a rir-me.

- Sim, sim! Às vezes o enfermeiro diz-me: «Sr. M.R., vamos fazer a análise?». Eu digo-lhe: «Mas agora não me sai nada, não consigo fazer». Então ele diz-me: «Pronto, Sr. M.R., então vá lá fora, beba umas águas e depois volte aqui. Está bem?». Bem, às vezes dou um *canequito*... A minha mulher é que não gosta nada que eu faça isso. Está a ver aqui? Tá a ver como não estou a mentir? Tá a ver o cartão do CAT? – diz-me ele, tirando o cartão da carteira, onde se vê algumas *pratas* – Mas ando bem! (Diário de campo, 5 de Dezembro de 2005).

A permanência nestes cenários naturais e o acesso ao “outro lado” das drogas, não deixam de produzir dilemas junto de quem trabalha no terreno e procura fomentar práticas de cidadania em contextos relegados, nos quais se desenvolvem estilos de vida desviantes e socialmente reprovados. O cumprimento de tais desígnios não se revela

fácil, não propriamente pelo tipo de relações exclusivas que muitos estabelecem com os químicos, mas, sobretudo, porque a ilicitude das drogas gera, inevitavelmente, várias reacções que acabam por comprometer e dificultar a criação de um ambiente inclusivo e participativo. A questão da violência policial, abordada já neste documento, ilustra perfeitamente aquilo que pretendemos aqui reforçar. Quem “leva com a *bófia*” sente uma enorme revolta face à postura abusiva das forças policiais mas, contudo, vê-se (quase) obrigado à acomodação a um eterno conformismo intensificador desse estatuto marginal. Isto ocorre não só pelo poder que a figura do *dealer* exerce – que, apesar de poder também comportar agressões físicas, tem interesse em não ver a polícia afluir muitas vezes ao território –, mas ainda pelo receio que advém, por parte do colectivo, de ver comprometidas as actividades *drug* que se desenrolam no local. Trata-se, neste caso, de um dilema concreto com o qual a Equipa chegou a defrontar-se: por um lado, a questão cívica da salvaguarda dos direitos humanos, e, por outro, o respeito pela vontade da população-alvo e pela relação de confiança com ela estabelecida. Estas situações remetem-nos para o que Quirion refere acerca da institucionalização das políticas de redução de danos, tomando-as como dispositivos de controlo social cujo objectivo não é mais do que tornar inócuas as necessidades dos indivíduos consumidores de drogas (cf. Pinto e Peixoto 2003). Constata-se, efectivamente, que não obstante a oficialização de medidas de redução de riscos, existe ainda todo um caminho a percorrer no sentido de procurar perceber o fenómeno droga e colmatar as verdadeiras necessidades dos seus actores mais directos (cf. Fernandes e Ribeiro 2002). Enquanto que noutras países, como é o caso da Espanha, implementam-se já programas de administração terapêutica de heroína, em Portugal, à altura da redacção deste documento, não existe sequer uma sala de consumo assistido, já para não referirmos as fortes lacunas existentes no concelho de Vila Nova de Gaia – exemplo disso é falta de um centro de acolhimento temporário direcionado para indivíduos com enormes carências ao nível das necessidades básicas e do foro psicossocial. Por outro lado, “podemos eleger o sujeito, a sua fenomenologia e a sua vontade como o móbil da nossa acção constituindo um canal, em parceria com ele próprio, de descoberta da sua viabilidade enquanto tal” (Pinto e Peixoto 2003: 57). Na verdade, apesar daqueles dilemas, a redução de riscos não impede a adopção de um papel militante que se consubstancie na promoção de princípios humanistas. Exemplo disso é todo o trabalho

que o GIRUGaia tem levado a cabo, não só ao desempenhar um papel de mediador junto das estruturas da rede de serviços, de órgãos políticos e das forças de autoridade; mas também ao nível da promoção de uma cultura participativa, como tem vindo a ocorrer com os esforços que tem dedicado à criação de um movimento de defesa dos interesses de utilizadores de drogas.

CONCLUSÃO

Vimos, ao abordar os espaços das drogas, que as actividades desenvolvidas em torno das mesmas despontam de acordo com moldes adaptativos ao meio e ao controlo social. Ante o aproveitamento de espaços vazios e neutros, aquelas subsistem dentro de molduras, físicas e simbólicas, fechadas. De outro modo, a manutenção da venda e do consumo seria comprometida pela exposição a figuras que, do ponto de vista dos actores das drogas, afiguram-se como ameaças – é o caso da polícia, dos moradores ou dos transeuntes. A ocultação conferida a essas actividades torna-as, quanto à sua fixação espacial, intermitentes, volúveis, portáteis e flexíveis. Daí havermos assistido ao insucesso das diligências empreendidas, pelos dispositivos de controlo, no sentido de desmantelar essas matrizes.

A coexistência de venda e consumo de substâncias ilícitas nestes suportes físicos torna-os lugares de atracção de indivíduos, ligados à cena psicotrópica, oriundos de vários pontos geográficos. Constatámos, porém, que nem todos os frequentadores desses espaços os utilizam da mesma maneira (regularidade de uso, horários, tempo de permanência, etc.) e nem sequer de uma forma exclusiva. Não deixa de haver, por razões de várias ordens (qualidade das substâncias, acessibilidade, falhas na distribuição de *produto*, etc.), uma relação estreita com outras áreas geográficas. Como tal, um estilo de vida em que drogas assumem alguma centralidade implica uma permanente troca de informação, uma actualização constante relativamente à cartografia e às dinâmicas *drug*, bem como às oportunidades de transacção existentes. A inserção na dimensão espaciotemporal adstrita às movimentações e transacções das drogas revela-se, assim, num aspecto crucial para quem desenvolve as suas rotinas nestes ambientes.

Constatámos, no que toca à utilização e configuração desses espaços, que eles são organizados e vividos em torno de uma funcionalidade que se prende com a execução bem sucedida de actividades associadas a drogas ilegais. Dá-se uma territorialização desses suportes físicos, uma apropriação de cariz grupal canalizada para as práticas *drug*. Dado o carácter acossado e a permanente percepção do risco que envolvem o território psicotrópico, nele surge a activação de mecanismos de controlo e vigilância que salvaguardam a presença de estranhos e que procuram atenuar os prejuízos decorrentes da materialização de um perigo. Como tal, é a adopção de um estilo de vida

ligado às drogas que confere uma legitimidade simbólica de acesso a esses espaços. Mas estes não deixam de ser também promotores de sociabilidade, embora esta se centralize eminentemente no psicotropismo.

O território psicotrópico é um sítio no interior do qual o «mundo da droga» – em toda a sua plenitude de contrariedades adstritas à obtenção de *produto* – é vivido intensa e permanentemente. Esta matriz ecológica está vinculada à produção de um quadro comportamental específico que se encontra expresso no tipo de interacções produzidas entre os sujeitos. Existe um carácter colectivo, uma organização de base utilitarista e instrumental. À luz destas dinâmicas de sociabilidade há relações de diferentes espectros, emergindo, até, fenómenos de intra-exclusão. Por outro lado, assiste-se também a uma dimensão convivial e comunitária nestas matrizes.

Mas não são apenas as figuras directamente envolvidas em estilos de vida *drug* que estabelecem relações com o território. O espectro da polícia encontra-se sempre presente, embora mais numas pessoas que noutras. As forças de autoridade acabam, muitas vezes, por reforçar a incorporação do carácter desviante junto de muitos dos indivíduos, fomentando, dessa forma, processos de exclusão e marginalização.

O território psicotrópico não consiste numa realidade isolada. Ele insere-se numa matriz ecosocial mais abrangente, da qual a comunidade circundante é integrante. Dentro dessa matriz, ambas as partes acabam por encarar a outra como uma ameaça, dinâmica através da qual resulta um evitamento mútuo e uma tensão latente.

Naquilo que é atinente às relações estabelecidas com as substâncias, vimos que uma situação de dependência não deflagra instantaneamente, nem sequer advém exclusivamente de uma base farmacológica. Implica, portanto, um processo de aprendizagem de vários aspectos, uma socialização no meio *drug*, bem como uma assimilação de cosmovisões instaladas nestes contextos. No âmbito destas envolventes, as expectativas – individuais e grupais –, o quadro relacional, assim como o significado atribuído às substâncias, desempenham um papel preponderante. O contexto sociocultural – aos níveis micro e macro – não está, desse modo, afastado da construção do fenómeno droga. Pelo contrário, é ele que interfere, em grande medida, nas percepções e significados erigidos sobre as drogas. Daí a utilidade do conceito de “itinerário de consumo”.

A *ressaca* é, também ela, aprendida dentro de um ambiente relacional. É ela que confere a incorporação do estatuto de “drogado”, resultando daí a construção de uma nova identidade que encara o uso de drogas como uma inevitabilidade. Ela, a *ressaca* é tida, pelos indivíduos, como o principal factor que determina as suas rotinas e estilo de vida. O recurso ao conceito de “escalada” não nos parece, assim, adequado a situações nas quais determinados sujeitos atribuem, numa dada fase da sua trajectória, mais significado a um certo produto.

A importância atribuída às substâncias difere de sujeito para sujeito. Mesmo dentro de um itinerário de consumos pode gerar-se uma infinidade de oscilações em que as drogas ora assumem um carácter mais central, ora deixam de ser uma prioridade na vida da pessoa. Sendo que uma relação de dependência implica um forte envolvimento em contextos desfasados do mundo normativo, a natureza do itinerário de consumos e o carácter mais ou menos central que as drogas podem representar provêm do tipo de relacionamento estabelecido com elas. Mas esse relacionamento não se encontra separado dos ambientes e das matrizes espaciais onde as actividades *drug* prosperam. Há uma incorporação de valores, condutas e cosmovisões, bem como o estabelecimento de uma rede de contactos próxima, que advêm da vivência nessas matrizes. Por outro lado, essas vivências, conjugadas com escassez de recursos para a obtenção de *produto*, conduzem, muitas vezes, a processos de envolvimento quase exclusivo na temporalidade e no ritmo do «mundo das drogas». As condutas desviantes são, assim, vistas como uma inevitabilidade para fazer face à dificuldade de angariação de recursos. Todavia, entre aqueles que conciliam o uso regular de drogas com outras esferas da vida, assiste-se a uma gestão dos consumos que passa pela manutenção de uma fachada pessoal não denunciadora, perante determinados quadrantes, da faceta *drug*. Além do mais, a maior ou menor importância atribuída às drogas resulta de um exercício de reflexão que o actor faz, pesando as consequências que resultariam da não adesão a determinadas condutas normativas.

Estas envolventes em torno do uso de drogas de rua e do seu cunho clandestino fomentam modalidades “pesadas” de administração das substâncias, bem como o surgimento de variantes duvidosas dos produtos que são transaccionados. Eis os cenários promotores de exclusão. É sobre eles que, numa postura de proximidade, a *redução de riscos* se debruça maioritariamente e é neles que, apesar do seu amplo

contributo, encontra muitos dos obstáculos e dilemas. Tais aspectos prendem-se, precisamente, com a aura repressiva que o mundo normativo faz pousar sobre as drogas e os seus actores. Esta dualidade resulta, em grande medida, do seu poder simbólico (e não tanto químico) e dos discursos representativos, de base moral, produzidos sobre elas. Inscrito como parte integrante da tríade substância-contexto-indivíduo, o ambiente sociocultural não pode nem deve, por isso, ser descurado nas abordagens deste fenómeno.

A temática das drogas não se esgotou, nem tampouco se resolve, a nosso ver, pela via da guerra declarada ou pelo reforço de políticas repressivas. Urge, por isso, repensarmos e reflectirmos, de forma mais autónoma e desprovida de preceitos morais, sobre os dispositivos que intervêm neste campo.

BIBLIOGRAFIA

AGRA, Cândido da

- 1993 “Dispositivos da Droga. A experiência portuguesa” in Cândido da Agra (ed.), **Dizer a Droga. Ouvir as Drogas: Estudos Teóricos e Empíricos para Uma Ciência do Comportamento Adictivo**, Porto: Radicário, pgs. 29-53.

AGRA, Cândido da e FERNANDES, Luís

- 1993 “Droga Enigma, Droga Novo Paradigma” in Cândido da Agra (ed.), **Dizer a Droga. Ouvir as Drogas: Estudos Teóricos e Empíricos para Uma Ciência do Comportamento Adictivo**, Porto: Radicário, pgs. 55-86.

BECKER, Howard

- (1963) **Outsiders: Studies in Sociology of Deviance**, Nova Iorque: The Free Press.

BELL, Judith

- 2004 **Como Realizar um Projecto de Investigação**, Lisboa: Gradiva.

BURGESS, Robert

- 1997 **A Pesquisa de Terreno. Uma Introdução**, Oeiras: Celta Editora.

CHAVES, Miguel

- 1999 **Casal Ventoso: Da Gandaia ao Narcotráfico**, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

CÔTÉ, Roch

- 1997 **Droga: A Guerra Quimérica**, Lisboa: Ulmeiro.

ESCOHOTADO, Antonio

2004 **Historia General de las Drogas**, Madrid: Editorial Espasa Calpe.

FERNANDES, Luís

2002 **O Sítio das Drogas**, Lisboa: Editorial Notícias.

FERNANDES, Luís e RIBEIRO, Catarina

2002 “Redução de Riscos, Estilos de Vida *Junkie* e Controlo Social”,
Sociologia, Problemas e Práticas 39: 57-68.

FERNANDES, Luís e CARVALHO, Maria Carmo

2003 **Consumos Problemáticos de Drogas em Populações Ocultas**, Lisboa:
Instituto da Drogas e da Toxicodependência.

FERNANDES, Luís e PINTO, Marta

2003 “El Espacio Urbano como Dispositivo de Control Social: Territorios
Psicotrópicos y Políticas de la Ciudad”, **Monografias Humanitas: Uso
de Drogas y Drogodependencias** 5: 147-162.

FIRMINO DA COSTA, António

2003 “A Pesquisa de Terreno em Sociologia”, in Augusto Santos Silva e José
Madureira Pinto (orgs.), **Metodologia das Ciências Sociais**, Porto:
Edições Afrontamento, pgs. 149-163.

FISCHER, Gustave-N.

1994 **Psicologia Social do Ambiente**, Lisboa: Instituto Piaget.

FRAZÃO, Carla et al.

2005 **O Carrossel da Vida: Histórias do Agarrar**, Lisboa: Climepsi Editores.

GAMELLA, Juan F.

- 1997 **Historia de Julian: Memorias de Heroína y Delincuencia**, Madrid:
Popular.

GIL, António Carlos

- 1999 **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, São Paulo: Editora Atlas.

GOFFMAN, Erving

- 1988 **Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**, Rio
de Janeiro: Editora Guanabara.

GOFFMAN, Erving

- 1993 **A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias**, Lisboa: Relógio
d'Água.

HAMMERSLEY, Martin e ATKINSON, Paul

- 1983 **Ethnography: Principles in Practice**, Londres: Travistock Publications.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade

- 1991 **Fundamentos de Metodologia Científica**, São Paulo: Editora Atlas.

MACHADO, Carla

- 2004 **Crime e Insegurança: Discursos do Medo, Imagens do «Outro»**,
Lisboa: Editorial Notícias.

MARLATT, G. Alan

- 1996 “Harm Reduction: Come as You Are”, **Addictive Behaviors** 6 (vol. 21):
779-788.

MARLATT, Alan

- 1998 **Harm Reduction: Pragmatic Strategies for Managing High-Risk
Behaviors**, Nova Iorque: Guilford Press.

MEGÍAS, Eusebio et al.

2000 **La Percepción Social de los Problemas de Drogas en España**, Madrid:
Fundación de Ayuda Contra la Drogadicción.

MOREL, Alain, HERVÉ, François e FONTAINE, Bernard

1998 **Cuidados ao Toxicodependente**, Lisboa: Climepsi Editores.

PALLARÉS, Joan

1996 **El Placer del Escorpión. Antropología de la Heroína y los Yonquis**,
Bobalà: Editorial Milenio.

PATRÍCIO, Luís

2002 **Droga: Para que se Saiba**, Lisboa: Figueirinhas.

PINTO, Marta de Sousa e PEIXOTO, Susana de Sousa

2003 “Trabalhos de Rua com Consumidores de Drogas – Obstáculos Sentidos
no Norte de Portugal”, **Toxicodependências** 9: 51-60.

PORTELA, Paula C.

2004 **À Margem da Margem. Percursos na Heroína dos Invisíveis
Institucionais**, Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
da Universidade do Porto (tese de mestrado não publicada).

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van

2000 **Manual de Investigação em Ciências Sociais**, Lisboa: Gradiva.

ROMANÍ, Oriol

1995 “Intervencion Comunitaria en Drogodependencias”,
Toxicodependências 2: 33-46.

ROQUE AMARO, Rogério

2002 **Sociedades Multiculturais: Ameaças e Desafios**, Lisboa: Graal-Terraço.

STEPHENS, Richard C.

1991 **The Street Addict Role: A Theory of Heroin Addiction**, Albany: State University of New York Press.

TINOCO, Rui

2002a “Para uma História dos Efeitos das Drogas: Dos Usos Cerimoniais aos Consumos Malditos”, **Antropológicas** 6: 221-245.

2002b “Efeitos da Heroína – Uma Leitura Longitudinal”, **Jornal “a Página”**, 117: 34.

VASCONCELOS, Luís Almeida

2003 **Heroína: Lisboa como Território Psicotrópico nos Anos Noventa**, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

VICENTE, Filipe Nunes

2001 **A Cidade do Ópio: Ideias, História e Intoxicação**, Coimbra: Quarteto.

XIBERRAS, Martine

1997 **A Sociedade Intoxicada**, Lisboa: Instituto Piaget.

ANEXO I

ASPECTOS A REGISTAR NO DIÁRIO DE CAMPO

1. Notas metodológicas
2. Descrição física do território
3. Alterações/mudanças observadas no território e nos seus frequentadores
4. Rotinas e estilos de vida dos indivíduos consumidores
 - a. Interacções entre população consumidora e não consumidora
 - Discursos e atitudes produzidos pela comunidade envolvente em relação à população consumidora.
 - Discursos e atitudes produzidos pela população consumidora em relação à comunidade envolvente.
 - As interacções com as forças policiais e com os seus agentes. Em que situações intervêm?
 - b. Interacções e relações estabelecidas entre os indivíduos consumidores. Laços de solidariedade. Relações e interacções com os *dealers*.
 - c. Meios e actividades de subsistência. Formas de aquisição das substâncias.
 - d. Vivência e organização do tempo dos indivíduos consumidores. Conjugação entre os consumos e outras esferas da vida.
 - e. Configurações e usos do espaço físico.
 - f. Práticas de consumo e substâncias utilizadas.
 - g. Discursos e atitudes face aos consumos e à situação de consumidor/fenomenologia dos consumos.
 - h. Relações e laços estabelecidos ao nível institucional (estruturas de suporte e de apoio social/saúde)

- Teor da relação e dos laços estabelecidos com essas estruturas – tipo de estruturas às quais são solicitadas respostas; meios de acesso; em que medida e em que situações são solicitadas essas respostas.
- Percepções acerca das respostas das estruturas de suporte e de apoio social/saúde disponíveis; Adequação das respostas dessas estruturas às necessidades e às situações vividas pelos indivíduos consumidores.
- A Equipa GIRUGaia e a *redução de riscos* – de que forma as respostas da equipa interferem sobre o seu quotidiano e percurso de vida; sentido que é atribuído à intervenção da equipa e de que forma ela é percepcionada; como percepcionam a relação com os técnicos; de que modo acham que existe pedagogia ao nível das práticas de consumo e da educação para a saúde; de que modo essa pedagogia resulta na prática.

5. Trajectórias de vida / itinerários de consumo

- Início dos consumos – circunstâncias; contexto; expectativas em relação à substância; sentido atribuído a esses consumos; efeitos sentidos; forma de consumo; substância(s) utilizada(s); discursos acerca das condições que poderão ter determinado os primeiros consumos; os consumos posteriores.
- Relações e laços familiares – relações e laços, antes e depois do início dos consumos; atitudes e posturas adoptadas pelos familiares a partir do momento da tomada de conhecimento acerca dos consumos.
- Relações e laços sociais – relações e laços, antes e depois do início dos consumos; atitudes e posturas adoptadas por outras pessoas após a tomada de conhecimento acerca dos consumos.
- Percurso profissional e meios de subsistência ao longo da vida.
- Fases determinantes e/ou de inflexão no percurso de vida (depois do início dos consumos) e de que forma essas fases poderão ter influenciado sobre o itinerário de consumos; tempo de consumo.

ANEXO II

GUIÃO DA ENTREVISTA

1. Trajectórias de vida / itinerários de consumo

- Tempo de consumo; idade; consumos actuais e vias de administração.
- Início dos consumos – circunstâncias; contexto; expectativas em relação à substância; sentido atribuído a esses consumos; efeitos sentidos; forma de consumo; substância(s) utilizada(s); discursos acerca das condições que poderão ter determinado os primeiros consumos; os consumos posteriores;
- Relações e laços familiares – relações e laços, antes e depois do início dos consumos; atitudes e posturas adoptadas pelos familiares a partir da tomada de conhecimento acerca dos consumos; Agregado familiar.
- Relações e laços sociais – relações e laços, antes e depois do início dos consumos; atitudes e posturas adoptadas por outras pessoas após a tomada de conhecimento acerca dos consumos.
- Percurso profissional e meios de subsistência ao longo da vida.
- Problemas com a justiça.
- Fases determinantes e/ou de inflexão no percurso de vida (depois do início dos consumos). De que forma essas fases poderão ter influenciado o itinerário de consumos. Ex.: paragens, tratamentos, etc.

2. Rotinas e estilos de vida

- a. Discursos e atitudes face aos consumos e à situação de consumidor.
Fenomenologia dos consumos.
- b. Meios e actividades de subsistência. Formas de aquisição das substâncias.
- c. Vivência e organização do tempo. Conjugação entre os consumos e outras esferas da vida.
- d. Interacções entre população consumidora e não consumidora
 - ex.: Que tipo de relação existe entre as pessoas que vêm aqui consumir/comprar e os moradores desta zona? Tem havido algum tipo de problema com os moradores? Que opinião tem deles?

- ex.: Na sua opinião, o que acha que os moradores pensam das pessoas que frequentam este local?
 - As interacções com as forças policiais e com os seus agentes. (Que tipo de relação existe? Em que situações e de que modo intervêm?)
- e. Interacções e relações estabelecidas entre os indivíduos consumidores/laços de solidariedade. Relações e interacções com os *dealers*. (Ex.: Que tipo de relação tem, no dia-a-dia, com as outras pessoas que consomem e/ou vendem?)
- f. A demolição da “casa” alterou, de alguma forma, o seu quotidiano e o das outras pessoas que frequentam o local?
- g. Práticas de consumo e substâncias utilizadas pelos frequentadores do local.
- h. Relações e laços estabelecidos ao nível institucional (estruturas de suporte e de apoio social/saúde)
- Teor da relação e dos laços estabelecidos com essas estruturas.
 - Percepções acerca das respostas das estruturas de suporte e de apoio social/saúde disponíveis; Adequação das respostas dessas estruturas às necessidades e às situações vividas pelos indivíduos consumidores.
 - A Equipa GIRUGaia e a *redução de riscos* – sentido que é atribuído à intervenção da equipa e a forma como ela é percepcionada; De que forma as respostas da equipa interferem sobre o seu quotidiano e percurso de vida; como percepcionam a relação com os técnicos; de que modo acham que existe pedagogia ao nível das práticas de consumo e da educação para a saúde; de que modo essa pedagogia resulta na prática.